UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

JAIRO DE JESUS NASCIMENTO DA SILVA

Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica
em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas,
entre 1889 e 1925

São Paulo
2014

JAIRO DE JESUS NASCIMENTO DA SILVA

Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica
em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas,
entre 1889 e 1925

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH-USP, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Prof^aDr^a Maria Amélia Mascarenhas Dantes

São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Serviço de Documentação Histórica

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

SILVA, Jairo De Jesus Nascimento Da.

Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas acadêmicas, entre 1889 e 1925/ Jairo de Jesus Nascimento da Silva; Orientadora Maria Amélia Mascarenhas Dantas. - São Paulo, 2014.

208f. : il.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2014.

1. História. 2. História Social da Medicina. 3. Movimento Sindical. 4. Medicina Acadêmica e práticas terapêuticas. 5. Belém. I. Dantes, Maria Amélia Mascarenhas, Orient. II. Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925.

CDD

JAIRO DE JESUS NASCIMENTO DA SILVA

Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua
relação com outras práticas terapêuticas,
entre 1889 e 1925

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo - FFLCH-USP, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em História Social.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Prof^aDr^a Maria Amélia
Mascarenhas Dantes

Aprovado em://

Banca Examinadora

Prof^aDr^a Maria Amélia Mascarenhas Dantes – USP

Conceito: _____

A meus pais Joaquim de Jesus Monteiro da Silva (in memoriam) e Joana Nascimento da Silva, à minha querida esposa Hellen Ribeiro e meus filhos Jairo, Júlia, Yasmin e Joaquim, por tudo que contribuíram a minha formação intelectual, ética e moral.

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho acadêmico não é resultado de esforço individual, na verdade constitui-se em esforço coletivo, de pessoas e instituições, que de uma forma ou de outra contribuem para seu êxito. Minha formação acadêmica, profissional e como cidadão é fruto dessa convivência.

Não é possível pensar a realização de um trabalho deste porte sem uma boa estrutura familiar, em primeiro lugar dos meus pais que sempre incentivaram e se orgulharam da minha trajetória profissional e acadêmica, enfrentando uma origem humilde com bastante dignidade. Também é preciso agradecer a minha esposa Hellen e meus filhos, que compreenderam certas ausências e deram o apoio necessário para a realização deste trabalho. Não poderia deixar de agradecer aos amigos que muito me incentivaram, em especial, ao professor Ruy Guilherme, grande incentivador das pesquisas em História da Ciência na Amazônia; a Carlos Monteiro, responsável pela revisão gramatical desta tese; Aniel Silva, Jackson Pinheiro e Jaime Correa, parceiros de longa data.

Foi muito importante também a acolhida e o apoio estrutural oferecido pela Universidade de São Paulo, a liberação com bolsa concedida pela Secretaria de Estado de Educação do Pará, e o incentivo da Universidade do Estado do Pará. Também devo agradecimentos aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará, da Sociedade Médico Cirúrgica do Pará, do Centro de Memória da Amazônia e do setor de microfilmagem da Fundação Cultural Tancredo Neves, em especial à Luiza Amador.

No entanto, o êxito desta empreitada só se tornou possível mediante a orientação cuidadosa e eficiente, além da gentileza, disponibilidade e boa vontade da professora Maria Amélia Mascarenhas Dantes.

“Onde você vê um obstáculo, alguém vê o término da viagem e o outro vê uma chance para crescer. Onde você vê motivos para se irritar, alguém vê a tragédia total e o outro vê uma prova para sua paciência. Onde você vê a morte, alguém vê o fim e o outro vê o começo de uma nova etapa (...). Cada qual vê o que quer, pode ou deseja enxergar. Porque eu sou do tamanho do que vejo e não do tamanho da minha altura.”

Fernando Pessoa.

RESUMO

SILVA, J. J.N. **Em Busca da Cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925.** 2014., 208f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Este trabalho analisa o processo de institucionalização da medicina acadêmica em Belém, entre 1889 e 1925, envolvendo o período posterior ao processo de proclamação da república no Brasil e a formação da primeira turma da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. O objetivo principal deste trabalho é mostrar que a institucionalização da medicina acadêmica em Belém não ocorreu sem conflito. Estes emergiam do interior da própria classe médica e, também, relacionavam-se às disputas dos médicos acadêmicos com outros terapeutas (homeopatas, farmacêuticos, práticos de farmácia, curandeiros, espíritas, etc.), visando a conquista do monopólio da cura. Para a realização deste trabalho foram utilizados Relatórios, Falas e Mensagens de governo do estado do Pará, Relatórios da Junta de Higiene, do Serviço Sanitário, documentos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, e periódicos diversos (jornais e revistas). Com base nesta documentação constatou-se que os médicos acadêmicos, para alcançar seus objetivos, recorreram a diversas estratégias, ocupando cargos na administração pública, defendendo suas ideias através da imprensa, criando instituições e combatendo seus concorrentes. Mesmo tendo criado suas instituições e fechado o cerco contra seus concorrentes, os médicos acadêmicos não conseguiram impedir a continuidade de outras práticas terapêuticas e precisariam percorrer outro caminho para, além de institucionalizar, legitimar suas práticas.

Palavras Chave: História da Medicina, Higiene, Terapeutas Populares.

ABSTRACT

SILVA, J. J. N. **In search of healing: the institutionalization of academic medicine in Belem and its relationship with other therapeutic practices between 1889 and 1925.** 2014. 208f. Thesis (Doctorate) - Philosophy, Letters and Human Science College, Sao Paulo University, 2014.

This thesis analyzes the process of institutionalization of academic medicine in Belem, between 1889 and 1925, involving the posterior process of the proclamation of the Republic in Brazil and the graduation of the first class of the College of Medicine and Surgery from Para State. The main objective of this work is show that the institutionalization of academic medicine in Belem city occurred with some conflicts. These conflicts emerged from the medical profession itself and also were related to academic disputes with other therapists (pharmacists, spiritualists, healers and so on) with the aim of gaining the monopoly of healing through academic medicine. This thesis was written by consulting reports, speeches and messages from the Government of Para State, reports from the Hygiene Committee, Health Service, documents of Medical-Surgical Society of Para and from the College of Medicine and Surgery from Para State and many journals (newspapers and magazines). Based on this documentation was found that the medical students used various strategies to achieve their goals, such as: occupying positions in public administration, defending their ideas through the press, creating institutions and combating their competitors. Even having created its institutions and tighten the net against their competitors, medical students were unable to prevent the practice of other methods of therapy and need to change the strategy in order to legalize and institutionalize their practices.

Kies-words: Historygives medicine, Hygiene, Popular Therapists.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 01: USINA DE INCINERAÇÃO DE LIXO E ANIMAIS MORTOS.....	54
FOTOGRAFIA 02: NECROTÉRIO MUNICIPAL.....	54
FOTOGRAFIA 03: HOSPITAL DOS VARIOLOZOS.....	55
FOTOGRAFIA 04: CEMITÉRIO DA SOLEDADE.....	58
FOTOGRAFIA 05: CAPELA DO CEMITÉRIO SANTA IZABEL.....	60
FOTOGRAFIA 06: 1ª DIRETORIA DA SOCIEDADE MÉDICO CIRÚRGICA DO PARÁ.....	94
FOTOGRAFIA 07: INSTITUTO PAES DE CARVALHO.....	121
FOTOGRAFIA 08: NOVO PRÉDIO DA FACULDADE DE MEDICINA DO PARÁ.....	132
FOTOGRAFIA 09: OS PRODÍGIOS DO RAIOS X.....	150
FOTOGRAFIA 10: ALUETINA	151
FOTOGRAFIA 11: CLÍNICA MÉDICO-CIRÚRGICA.....	152
FOTOGRAFIA 12: TRATAMENTO DA SYPHILIS	152
FOTOGRAFIA 13: DEPURATIVO DO SANGUE.....	153
FOTOGRAFIA 14: SALSA, CAROBA E MANACÁ.....	153
FOTOGRAFIA 15: FERRO NUXADO.....	154
FOTOGRAFIA 16: ELIXIR 914.....	154
FOTOGRAFIA 17: A CURA DA LEPROSA.....	161
FOTOGRAFIA 18: PHARMACIA AVENIDA.....	170
FOTOGRAFIA 19: PHENOMENOS ESPIRITAS.....	177

SUMÁRIO

1 Introdução.....	11
1.1 Problema.....	11
1.2 Justificativa.....	22
1.3 Delimitação do Tema, Hipóteses e Objetivos.....	23
1.4 Metodologia.....	26
1.4.1 Procedimentos Metodológicos.....	26
1.4.2 Procedimentos Técnicos.....	31
1.5 Organização dos Capítulos.....	32
2 Capítulo I – Belém e a Belle Époque da Saúde e da Doença.....	36
2.1 O Estado Brasileiro, Ordem, Progresso, Higienização e República.....	37
2.2 A Belle Époque na Civilização do Látex: a modernização e a ideologia da higiene..	41
3 CAPÍTULO II - Os Médicos, As Epidemias e as Políticas de Saúde no Pará Republicano.....	61
3.1 Médicos, Governantes e a Questão da Saúde no Pará.....	63
3.2. A Nova Inspetoria de Higiene (1891).....	64
3.3 O Projeto dos Médicos Regionais (1894).....	65
3.4. Saneamento de Belém.....	69
3.5 O Combate às Epidemias.....	72
3.6 Os Médicos e a Verificação dos Óbitos.....	84
3.7 A Assistência Hospitalar no Pará.....	86
4. Capítulo III - Por Uma Identidade Médica: associações e ensino médico no Pará.....	89
4.1. Associações Médicas no Pará Republicano.....	89
4.1.1. A Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará.....	89
4.1.2. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Pará.....	91
4.1.3. O Periódico Pará-Médico.....	101
4.2. A Faculdade de Medicina do Pará.....	105
4.2.1. O Contexto de Criação da Faculdade.....	105
4.2.2. A Faculdade de Medicina do Pará: da instalação à equiparação.....	109
5. Capítulo IV - Os Médicos Paraenses e os “Outros”: combate ao charlatanismo e às práticas alternativas de cura.....	145
5.1. O Combate ao Charlatão Diplomado.....	145
5.2. O Enquadramento de Farmacêuticos e Parteiras.....	168
5.3. Poderosos concorrentes: espíritas e curandeiros.....	174
6. Considerações Finais.....	191
7. Bibliografia.....	197
7.1 Fontes.....	197
7.2 Referências Bibliográficas.....	206

1 Introdução

1.1 Problema

A presente tese tem como tema de estudo o processo de institucionalização da medicina acadêmica, em Belém, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Partindo da assertiva segundo a qual historicamente o Estado e as elites no Brasil atuaram sobre as populações das classes subalternas, atendendo aos interesses das classes hegemônicas, surgiu a intenção de pesquisar a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925, período no qual se estruturou na capital do Pará um amplo processo de modernização higienizadora patrocinado pelo Estado, fundamentada no saber médico e na ciência. Pretende-se demonstrar que, apesar do interesse dos médicos em legalizar e ou institucionalizar sua prática, houve uma grande dificuldade no sentido de legitimá-la diante da sociedade, principalmente em função do forte enraizamento cultural e, também, da eficácia das práticas populares de cura.

A proposta de realizar uma abordagem direcionada à história da medicina no Pará deu-se inicialmente no programa de pós-graduação em História Social da Amazônia, no qual se procurou fazer um levantamento de fontes jornalísticas para a construção de monografia de especialização e, posteriormente, para a dissertação de mestrado em História Social da Amazônia, dentro desta temática.

Em relação à monografia de especialização, a análise versava sobre o discurso higienista construído a partir do “projeto modernizador” encaminhado pelo poder público, em Belém, no início do século XX, através da leitura do Álbum de Belém de 1902¹. No que concerne à dissertação de mestrado preocupou-se em desvendar as diferentes profilaxias adotadas em Belém para a cura da varíola, entre 1884 e 1904².

Durante a pesquisa para a dissertação de mestrado surgiram indagações relacionadas às diversas profilaxias adotadas em Belém, naquele período, para a cura da varíola e de várias outras doenças que assolavam a população belenense

¹Esses álbuns representam luxuosas obras que exibem as marcas de uma cidade em transformação e foram editados a pedido do governador e do intendente, cujo objetivo era por em destaque os grandes acervos que correspondiam ao período do seu mandato. Fotografias de edifícios, de ruas, de avenidas, de praças, de jardins públicos, de Igrejas e outras realizações arquitetônicas serviam para mostrar o desenvolvimento, o progresso e as melhorias efetuadas.

²SILVA, Jairo de Jesus N. **Da Mereba-Ayba à Variola: isolamento, vacina e intolerância popular em Belém do Pará, 1884 a 1904.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará. IFCH. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

como, por exemplo, a febre amarela, a tuberculose, a peste bubônica, a malária, etc. Percebeu-se que a avassaladora presença dessas moléstias colocou os profissionais de saúde no espaço público, principalmente por meio da imprensa.

Essas questões, ao se tornarem públicas, passaram a interessar as pessoas ameaçadas pelas diversas doenças. Nos periódicos paraenses desse período, da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, é possível encontrar tanto textos médicos, como cartas de louvor e também agradecimento à atuação dos esculápios.

Nestes anos, os jornais parecem, muitas vezes, manuais de procedimentos médicos. Em suas páginas a referência às doenças é frequente, sobretudo em tempos de epidemia, às vezes informando, outras colocando em pânico os leitores. Beltrão (2004) ³, que realizou minuciosa pesquisa sobre a epidemia de cólera de 1855-1856 em Belém, identificou os elementos discursivos de sujeitos diversamente interessados nas polêmicas médicas através das páginas do “Treze de Maio” e do “Diário do Gram-Pará”, reiterando que a polêmica anunciava um acirrado embate em face da tentativa da medicina oficial, de caráter marcadamente alopático, em se impor às demais práticas terapêuticas, aí inclusa a homeopatia.

Depreende-se dessa análise que o referido projeto da medicina oficial teria enfrentado dois obstáculos iniciais: as dissensões entre os próprios alopatas e a eficácia das outras artes de curar, dado o seu enraizamento social, em especial expresso pela reação dos sujeitos potencialmente ameaçados pela Cólera. Tais fatos deslocam o eixo do debate e indicam a existência de uma constante movimentação em busca de práticas terapêuticas não oficiais, sinalizando estratégias de resistência das populações negras e pobres da cidade.

A proposta desta tese consiste em percorrer historicamente o processo de construção de uma nova identidade médica que se inicia em 1889, ano em que ocorreu a Proclamação da República e se estende até o ano de 1925, quando a Faculdade de Medicina do Pará formou suas primeiras turmas. O início da República propiciou uma série de mudanças, sendo que as que estavam relacionadas às políticas de saúde e higiene pública, ficaram ainda mais evidentes. Já a fundação da

³ Beltrão, Jane Felipe. “**Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**”. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

faculdade de medicina (1919), marcou o momento em que os médicos paraenses aparecem como grupo coeso, com força para implantar seus projetos.

O problema que orientou esta tese partiu essencialmente da seguinte questão: *como foi possível aos médicos paraenses, apesar da forte concorrência representada especialmente pelos terapeutas populares, construir sua identidade de classe, ganhando força como grupo a partir das primeiras décadas do século XX?*

Como procedimento inicial, realizou-se a revisão de literatura, considerando-se que o estudo da situação-problema apontada requer entendimento dos processos histórico-culturais, político-econômicos que a questão enseja. Nessa direção, fez-se um resgate histórico, social, político e cultural do contexto, problematizado a fim de efetivar a apropriação crítico-analítica do objeto investigado e desse modo fundamentar o estudo em questão.

A análise dos textos dos jornais do período, dos processos criminais e da própria fala dos médicos demonstra a complexidade das relações entre esses diferentes saberes. Em primeiro lugar, a busca de práticas terapêuticas das “gentes de cores” conforme classifica Beltrão (2004) não pode ser reduzida à perspectiva pura e simples de “estratégias de resistência”. Em seu trabalho a autora percebe o enraizamento social de práticas terapêuticas alternativas à medicina acadêmica, no entanto, ao justificar a preferência das “gentes de cores” por tais práticas, considera que seriam “estratégias de resistência”.

Um olhar mais atento sobre o que Beltrão (2004) conceitua como “estratégias de resistências” impõe a seguinte questão: quando determinadas pessoas (gentes de cores) manifestavam preferência por práticas terapêuticas alternativas à medicina considerada oficial, estariam simplesmente resistindo às mesmas, ou buscando práticas sobre as quais acreditavam desde muito tempo, enraizadas na cultura local?

Observe-se que esse enraizamento social das práticas alternativas, ou essa longa experiência da população de Belém com uma prática de cura considerada alternativa, acabaria se constituindo em forte obstáculo para a institucionalização da medicina acadêmica. Além disso, a alopatia ou a medicina acadêmica, não conseguia se descolar das outras práticas terapêuticas, o que levava os médicos de outrora, não raro, a prescrever um receituário emprestado, adotando métodos que os ditos doutores condenavam, em função também do enraizamento social das práticas consideradas alternativas.

Através da análise da revista *Pará-Médico*⁴ foi possível perceber como a prática da medicina alopática, neste período, esteve bastante influenciada por outros saberes, que eram combatidos, às vezes, pelos médicos oficiais. Também, além da complexa relação entre médicos acadêmicos e terapeutas populares, havia uma relação que inicialmente parecia harmônica, mas que foi se tornando tensa, entre profissionais médicos e profissionais farmacêuticos⁵, em torno das competências de cada um.

Além disso, nas revistas médicas, eram constantes os desentendimentos envolvendo os membros da mesma confraria, pois os esculápios divergiam em muitas questões relativas ao seu próprio campo de saber. Divergiam acerca da etiologia de determinadas doenças, da prática terapêutica mais adequada, da forma de contágio e, também, disputavam clientes não só com os terapeutas populares, mas também entre si. Tempos difíceis para os médicos paraenses que precisariam percorrer um caminho tortuoso no afã de consolidarem seu exercício profissional, sua categoria ou classe.

A leitura dessa documentação induz a inicialmente evidenciar que a obtenção de prestígio e poder por parte da medicina acadêmica e seus profissionais, na capital paraense, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, se deu no bojo de um complexo processo. Os médicos, longe de possuírem hegemonia no universo da cura e um poder capaz de modelar a sociedade da época, enfrentavam ainda enormes dificuldades para legitimar sua ciência entre as mais diversas categorias sociais.

A partir da Proclamação da República, enquanto as autoridades, em nome da “Civilização” nos trópicos, implementavam política de higienização do espaço urbano e combate às epidemias, a população paraense persistia em procurar as tradicionais artes de curar para o alívio de suas mazelas. Desta forma, fica evidente que a medicina popular constituiu-se em um dos maiores empecilhos para a afirmação dos médicos acadêmicos como senhores da cura.

⁴ Essa revista foi organizada pela Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e começou a circular a partir de 1914, constituindo-se em importante veículo para a difusão de artigos científicos relacionados à medicina, notícias envolvendo os médicos, etc.

⁵ As divergências entre médicos e farmacêuticos em Belém, ficaram evidentes a partir de 1898, por isso a Sociedade Médico-Farmacêutica, fundada em 1897, teve vida curta. Neste trabalho temos uma seção voltada para essa questão, baseada na análise das notícias veiculadas pelo jornal *A Província do Pará*, a partir de 02 de fevereiro de 1898 e, também em algumas edições da revista *Pará-Médico*.

Além dessas dificuldades, a ausência de unidade corporativa, problemas éticos e as recorrentes divergências no interior da classe médica, também se constituíram fatores marcantes do descrédito que pairava sobre os representantes da medicina oficial, em Belém. Para superar tantos obstáculos, os médicos, pouco a pouco, procuraram superar suas diferenças e criaram regras e laços de solidariedade capazes de aproximá-los em torno de interesses em comum, em busca de uma identidade de grupo que poderia lhes fortalecer e conferir poder e prestígio.

A definição dessa identidade de grupo ocorreu num contexto específico, a capital paraense, e o poder e prestígio que almejavam deveria emanar daquela sociedade. Essa percepção impôs um diversificado campo teórico a se debruçar sobre a possibilidade de se realizar uma abordagem desse tipo considerando as experiências ou propostas similares anteriormente estudadas.

O caminho percorrido, para a obtenção das respostas que pudessem nos situar na realidade local, exigiu comparações. Assim, foi necessário percorrer o trajeto da historiografia que tratou da institucionalização da medicina acadêmica, na passagem do século XIX para o século XX, e de sua relação com outras práticas de cura, a nível nacional, especialmente aquela que abordou o caso carioca⁶ para definir o caráter da produção local e encaminhar uma análise que pudesse dar respostas inovadoras ao processo de construção de uma nova identidade médica, em Belém. Então, descrevem-se a seguir as tendências historiográficas que trataram do assunto dessa pesquisa para melhor situar nosso trabalho.

Sobre as políticas de saúde voltadas para o espaço urbano pode-se definir três abordagens que se ocupam do caso carioca, das quais derivam diversas vertentes em compatibilidade ao caso de Belém. Transitando por uma interpretação encaminhada por Michel Foucault, Machado (1978) elaborou uma dessas leituras, procurando esclarecer como teria ocorrido o que denominou de “medicalização da sociedade”. Neste modelo de análise, a horizontalidade dos poderes definiria o domínio e a subordinação de grupos excluídos através da construção de um aparato institucional repressivo, formado por escolas, quartéis e hospitais, em que o tema da saúde teve *locus* privilegiado. Essa abordagem desencadeou diversos trabalhos que

⁶ O processo de institucionalização da medicina acadêmica no Rio de Janeiro serviu de referência para o restante do país, sendo desviante apenas o caso do Rio Grande do Sul. Algumas características do caso carioca foram verificadas em Belém. Assim, consideramos fundamental a análise da historiografia que abordou o Rio de Janeiro.

estudaram casos particulares de construção de uma nova ordem, de civilização e progresso nos trópicos.

Machado (1978) avalia, por exemplo, como as condições higiênicas das cidades, no caso o Rio de Janeiro Imperial, transformaram-se em tema para a administração pública brasileira. Para esse autor a delimitação desse processo se constituiu a partir de uma periodização que se situa entre a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1829, e a ocorrência das primeiras epidemias de febre amarela, em 1850, e de cólera em 1855, na capital do Império, como marco inicial da adoção da problemática da doença e da saúde para fins de controle social. Com isso, a elevação nas taxas de mortalidade durante os períodos epidêmicos teriam despertado as autoridades para o problema da salubridade urbana, tornando a higiene tema importante para a história do país.

Outra abordagem importante sobre a questão da urbanização e da saúde foi elaborada por Benchimol (1992) ao descrever a teia de relações que conferiu à renovação urbana do começo do século XX na capital federal, um caráter de substituição. Neste sentido, um processo amplo de reformulação urbana demarcou a transferência de áreas determinadas da cidade das mãos da população e classes consideradas subalternas, para grupos sociais em ascensão. Para esse autor iniciava-se uma política urbanística sistemática em que as obras de demolição e reconstrução foram suportadas por leis e determinações jurídicas que buscavam, ao mesmo tempo, cumprir as funções políticas de sede do Estado e cristalizar as exigências capitalistas da economia.

Assim, partindo dos itens fixados pelo projeto presidencial de Rodrigues Alves, Benchimol (1992) aponta para um conjunto de ações complementares, que, para ele, podem ser divididas em dois grandes grupos: interferências que visavam o aperfeiçoamento das relações comerciais brasileiras no que se referia ao gerenciamento das exportações e importações e circulação de produtos. A consequência seria a remodelação da estrutura portuária e das ruas de acessos entre o centro comercial, financeiro e administrativo e as áreas de expansão, dentro da própria cidade.

Além disso, percebe-se a partir da leitura de Benchimol (1992) a recomposição das relações de classes, com a tentativa de erradicar os possíveis fatores de contaminação, que provocariam doenças epidêmicas, principalmente a febre amarela, e a construção de um espaço urbano estratificado a fim de expulsar

determinadas camadas da população das áreas centrais, reservadas aos grupos dominantes. Nessa abordagem a questão da saúde surgiria, então, como parte do processo de intervenção capitalista na cidade, inserida nos projetos de reforma urbana com um propósito bastante evidente, que seria definir, com rigidez, uma maneira de atuação que pudesse auxiliar na construção de regras para adequar os diferentes setores da população ao espaço urbano, cenário de novos projetos.

Adotando periodização semelhante à dos autores supracitados, Chalhoub (1996) analisa detalhadamente a questão das epidemias e das habitações urbanas em consonância com a construção da ideia de administração competente e técnica da cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, e de sua população. Para esta abordagem, o processo de urbanização da capital imperial seria marcado por dois momentos distintos, sendo o primeiro caracterizado pela perspectiva de atribuir às classes pobres a condição de classes perigosas, com preferência pelos negros nesta identificação; e o segundo momento seria o da imposição de critérios técnico-científicos como um modelo de racionalidade que, acima das desigualdades sociais, poderia ser capaz de justificar as políticas públicas encaminhadas. Para Chalhoub (1996) ocorreu, neste momento, o nascimento de uma ideologia da higiene, cujo objetivo principal seria legitimar as decisões e intervenções políticas e deslegitimar a política em favor da organização do trabalho, da manutenção da ordem pública e de uma solução para o problema das epidemias.

É possível considerar que, em Belém, a reforma urbana também foi articulada à reforma sanitária, produzindo efeitos semelhantes aos da capital federal. Neste processo percebe-se também a utilização do conceito de classes perigosas em referência às classes pobres, a tentativa de impor critérios técnico-científicos como modelo de racionalidade e a elaboração de uma ideologia da higiene, identificada em diversos trabalhos que trataram do assunto, relativamente a Belém. Também, verificaram-se os médicos acadêmicos se articulando, criando novas instituições e combatendo outras práticas de cura.

Entre os trabalhos produzidos sobre Belém, de fins do século XIX ao início do século XX, alinhados com aquela terceira via de interpretação do caso carioca, apresentada acima, destacam-se os de Ritzmann⁷ e Alexandre Amaral

⁷RITZMANN, Iraci Gallo. **Belém: Cidade Miasmática**. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

(2006). Em seu estudo sobre epidemias de varíola e febre amarela em Belém das últimas décadas do século XIX, Ritzmann (1997) descreveu algumas práticas de homens e mulheres pobres de Belém desse período, dando voz a sujeitos até então silenciados pela própria historiografia encarregada dessa temática, mostrando suas atitudes diante dos discursos médicos e higienistas, elaborados em nome da ciência, da modernidade ou da civilização. Neste trabalho, a referida autora procurou analisar o modo de vida da população de Belém, enfocando os locais onde trabalhavam, moravam e organizavam seu cotidiano.

Ritzmann (1997) também apresenta o debate sobre as formas de contágio pela varíola e pela febre amarela, e ainda as medidas adotadas pelas autoridades públicas para se procurar manter a salubridade na cidade de Belém. A autora demonstra diversos aspectos da atuação da população de Belém, no final do século XIX, bem como o crescimento vertiginoso desta população apontando para as campanhas imigrantistas, procurando identificar os vários segmentos sociais envolvidos nas questões relativas à saúde e à higiene da cidade. Nessa análise, não problematizou a complexidade da reação popular às profilaxias encaminhadas pelo poder público, relativamente à varíola, no sentido de identificar suas razões, para tentar fugir do lugar comum em que se tornou tal questão, tratada, quando muito, pura e simplesmente no campo da resistência popular.

Amaral (2006) analisa doenças e epidemias como a febre amarela, a varíola e a peste bubônica, que estavam no centro do debate das práticas médico-sanitárias em Belém, no início do século XX. Para o autor, o higienismo de médicos tornou-se discurso recorrente de intervenção no espaço cotidiano dos moradores, em que campanhas de profilaxia foram consideradas responsáveis pela cura da cidade. As ações propostas pelos detentores do saber científico geraram tensões, segundo Amaral (2006), entre moradores e autoridades públicas em função da associação do saber médico com o poder público. Analisando artigos na imprensa, literatos, jornalistas, políticos, relatos médicos, mensagens de governo, relatórios, fotografias e charges, o autor procurou compreender os significados atribuídos em relação às epidemias da varíola, tuberculose e febre amarela, por exemplo, por parte dos saberes médico-sanitários contemporâneos.

Outro trabalho que faz referência à saúde pública em Belém é o de Costa (2006) que procura analisar determinadas profilaxias e/ou práticas terapêuticas empregadas para conter as epidemias em Belém, destacando as estratégias

sanitárias propostas pelos facultativos ligados à ciência médica, levadas a cabo, muitas vezes, sem resultado, pelo poder público, mas que interferiram e modificaram significativamente as práticas de assistência aos enfermos mais necessitados, que geralmente eram socorridos no Hospital da Santa Casa de Misericórdia. A autora analisa também as dúvidas sobre a etiologia das doenças que trouxeram à tona ainda um acirrado conflito ideológico entre os médicos, que divergiam quanto aos possíveis fatores que motivaram epidemias de cólera, varíola, febre amarela, entre outras, e o tipo de terapêutica a ser aplicada aos doentes, ao mesmo tempo em que o perigo da contaminação aguçou também a “compaixão” e a “caridade” de todos que se viram direta ou indiretamente ameaçados por aqueles males. No capítulo I, quando trata dos problemas de saúde da Belém Imperial, Costa (2006) analisa epidemias de varíola que foram frequentes em Belém, entre a segunda metade do século XIX e início do século XX.

Embora tenha analisado uma epidemia de cólera em Belém, em 1855, Beltrão (2004), numa abordagem antropológica, realizou pesquisa inédita sobre o assunto, pouco presente em nossa historiografia. Em seu trabalho percebeu que as “gentes” costumavam atribuir ao cólera significados sociais profundos, como se a doença explicitasse injustiças ou desigualdades sobre as quais a praxe era calar. O que teriam pensado, em meio à tragédia de 1855, “as gentes de cores” de Belém do Grão-Pará? Em alguns meses, cerca de 10% da população da cidade morreria de cólera, cinco anos depois de uma epidemia grave de febre amarela. Na memória política e social daqueles tempos, havia a Cabanagem (1835-1840), da qual resultara a dizimação dos brancos em várias localidades. As “gentes de cores” imaginaram talvez, como tantos pobres em outros tempos e lugares, que senhores e autoridades tinham arquitetado uma maneira de vingar-se.

Segundo Beltrão (2004), em meio à epidemia, o Dr. Castro escreveu e divulgou boletim com o objetivo de orientar a população e seus próprios pares sobre como proceder para evitar a doença e tratar os pacientes. Foi criticado por seus colegas, foi chamado de “medicastro”⁸. Altivo diante das críticas, o médico mais ilustre da província explicou que seu boletim era, sim, obra de “um Médico Castro”, que assistira “ao infeliz doente atacado do Cholera na choupana do pobre, na casa

⁸Alcunha do período que definia os profissionais de saúde entre as classes populares, não portadores de diploma considerado legal.

do rico, na aldeia do índio... os quais bendizem a criatura, que os aliviou” (BELTRÃO, 2004, p. 65).

Diante desse debate entre os esculápios, e informados por concepções próprias sobre doença e cura, não espanta que tantos pacientes tenham optado pelo sumo de limão, chás, rezas, (BELTRÃO, 2004). De qualquer modo, momentos marcados por epidemias de cólera, febre amarela e varíola no século XIX, com suas lições repetidas a respeito dos limites das terapêuticas disponíveis à época, produziram sentimentos longevos de desconfiança da população em relação aos doutores da medicina. Essa seria uma das razões da preferência de muitos pelos terapeutas populares, dificultando a conquista de prestígio e poder por parte dos médicos acadêmicos.

Em abordagem aproximada, Figueiredo (2003), procura identificar a relação complexa entre medicina acadêmica e práticas populares de cura em Belém, afirmando que não se pode entender essa relação colocando os sujeitos envolvidos em antagonismo constante, pois, os doutores da medicina, não raro, procuravam adotar práticas muitas vezes oriundas das terapias populares, as mesmas que criticavam publicamente⁹.

Também é preciso considerar a importância das linhas de pesquisa em História da Saúde no Brasil, como as que se voltam para a História das Políticas de Saúde pública, a História das Instituições de Saúde e a Institucionalização das práticas médicas¹⁰. Assim, Ribeiro (1993) nos apresenta um “inventário” da saúde

⁹Aldrin Figueiredo escreveu vários trabalhos alinhados com a proposta dessa tese, que fazem referência, direta ou indiretamente, à História da medicina em Belém. Para conhecer mais sobre o autor, ver: FIGUEIREDO, Aldrin. Assim eram os gafanhotos, pajelança e confrontos culturais na Amazônia do início do século XX. In: MAUÉS, Raimundo Heraldo & VILLACORTA, Gisela Macambira (org). **Pajelanças e religiões africanas na Amazônia**. Belém, Edufpa, 2006, p.52-102. FIGUEIREDO, Aldrin. **Pajés, Médicos e Alquimistas: uma discussão em torno de ciência e de magia no Pará oitocentista**. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 1993, v.12, n.1-2. p. 41-54. FIGUEIREDO, Aldrin. Quem eram os Pajés Científicos? Trocas simbólicas e confrontos culturais na Amazônia, 1880-1930. In: FONTES, Edilza (org). **Contando a história do Pará: diálogos entre a história e a antropologia**. Belém: E. Motion, 2002, v. 3, p. 55-86.

¹⁰ Para saber mais a respeito ver: Luiz Antonio Teixeira. Na arena de Esculápio: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913). S.Paulo: Editora UNESP, 2007; Maria Alice Rosa Ribeiro. História sem fim... inventário da saúde pública. São Paulo, 1880-1930. São Paulo: Editora UNESP, 1993; Angela Porto et all (org.). História da saúde no Rio de Janeiro. Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: Ed.FIOCRUZ, 2008; Marcia Regina Barros da Silva. O mundo transformado em laboratório: ensino e produção de conhecimento em São Paulo de 1889 a 1933. Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2003; Idem. O ensino médico em São Paulo e a criação da Escola Paulista de Medicina. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.VIII, n.3, set./dez/2001, 543-568; Luiz Antonio Castro Santos. A reforma sanitária “pelo alto”: o pioneirismo paulista no início do século XX. Revista de Ciências Sociais 1993, 36(3), 361-92; Idem. O

pública em São Paulo, entre o final do Império e o período conhecido como República Velha, mostrando vários aspectos importantes ligados à saúde pública naquele estado, no contexto marcado pelo domínio da oligarquia cafeeira. Envolvendo um período mais longo (1808 a 1958), Porto et al (2008) descreve instituições e a constituição do patrimônio arquitetônico no campo da saúde no Rio de Janeiro. Barros (2003, 2005) contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento desta tese, pois evidenciou diversos elementos relacionados à institucionalização da medicina acadêmica em São Paulo, a formação de uma elite médica vinculada à oligarquia cafeeira e o próprio desenvolvimento do ensino médico em São Paulo, durante a primeira república. Ainda sobre o ensino médico, também o desenvolvimento da medicina tropical foram importantes às considerações de Edler (1999, 2002, 2003).

Sobre sociedades profissionais, especialmente a constituição de sociedades médicas, vale destacar Teixeira (2007), que faz uma descrição do processo de formação das sociedades profissionais ao longo da história, analisando com detalhes o processo de formação da Sociedade Paulista de Medicina.

Para finalizar, menciona-se o trabalho de Rodrigues (2008), principalmente porque também analisa o processo de institucionalização da medicina em Belém. A abordagem proposta é relevante, permitindo um diálogo que contribuiu para a elaboração de algumas das questões levantadas nessa tese. Segundo Rodrigues (2008), a institucionalização da medicina acadêmica em Belém se deu a partir do combate aos terapeutas populares, elemento de maior destaque na dissertação, mas também com a criação de uma instituição que, para ele, por si só, forjou a identidade da classe médica paraense, trata-se da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará.

Apesar de apresentar, a partir de fontes diversas, o debate entre médicos científicos e terapeutas populares, Rodrigues (2008) deu pouca importância à atuação dos médicos nas campanhas de combate às epidemias, à participação ativa dos mesmos nas instituições políticas, tendo alguns deles alcançado o posto de governador do estado; ao crescimento em número e importância das instituições de saúde, e à criação, por parte dos médicos, de instituições capazes de lhes fortalecer e constituir identidade de grupo, como é o caso da Sociedade Médico-Cirúrgica do

Pará – que aparece em seu trabalho numa perspectiva semelhante àquela apresentada pelos memorialistas ou pelos médicos-historiadores – e da Faculdade de Medicina, criada em 1919, que não mereceu a devida atenção em seu trabalho.

1.2 Justificativa

Pelo exposto acima se percebe interesse acadêmico, ainda que incipiente, na pesquisa das questões relativas à saúde em Belém. Pesquisas que procuram desvendar o complexo universo da doença e da cura no final do século XIX e o início do século XX. Estas procuraram identificar diferentes saberes produzidos na região, que emanavam de diversos setores da sociedade. Esta pesquisa também está interessada nesses saberes, enquanto conhecimentos socialmente instituídos, ou seja, enquanto ciência (DANTES, 2005). Esta, definida como conhecimento variável, conforme princípios constituídos dentro de uma época e lugar determinados (Idem).

Assim, este trabalho foi concebido no domínio da História da Ciência, mas na perspectiva de uma História Social da Ciência¹¹, com saberes pertencentes ao campo da medicina, onde se pretende realizar uma narrativa histórica inscrita no campo da História Social da Medicina.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, se questões relativas ao universo da doença e da cura já aparecem, direta ou indiretamente, em alguns trabalhos sobre Belém, alinhados com abordagens historiográficas bastante atualizadas; bem diferente se apresentam as questões relativas a uma História da Medicina propriamente dita, na capital paraense. Neste campo aparecem com destaque às obras elaboradas por médicos-historiadores, definidos como memorialistas. Estes começaram a construir sua versão ainda no século XIX, fazendo escola que mantém seguidores até os dias de hoje.

Desde o início, a preocupação dos médicos-historiadores era recompor um passado que os apresentasse como verdadeiros “heróis da cura”. Assim, essa tarefa deveria ficar nas mãos dos próprios representantes da profissão, que fariam

¹¹Para uma nova abordagem em História da Ciência, ver Dominique Pestre, “Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens”, Cadernos IG-UNICAMP, Campinas, vol. 6, nº 1, 1996, 3-56 (trad. De artigo publicado nos Annales ESC, vol. 50, nº 3, mai-jun 1995). Ver também: Dantes, Maria Amélia M. A implantação das ciências no Brasil: um debate historiográfico. In: Alves, José Jerônimo de Alencar (Org.). Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia. Belém. Ed. UFPA, 2005. P. 31-48.

uma filtragem prévia dos fatos, personagens e instituições, para definir quais deveriam vir a público como a verdadeira história da medicina paraense¹². Através de uma história evolutiva e linear, os médicos e sua ciência deveriam aparecer como fortes e poderosos, detentores, havia muito, do prestígio e da consideração pública.

No entanto, procura-se aqui pensar essa questão sob uma nova perspectiva, sustentando-se na História Social da Medicina¹³, num período em que o binômio civilização/progresso passou a tomar conta dos discursos das autoridades e governantes paraenses. Nesse contexto, considera-se que este trabalho tem importância fundamental, uma vez que pode desencadear a discussão e atenção do meio intelectual, da comunidade de historiadores, de outros profissionais interessados no assunto, para a problemática exposta, contribuindo para futuras reflexões, assim como para dar visibilidade aos problemas decorrentes da instituição do saber médico em Belém, num contexto específico de reprodução das riquezas extraídas do látex.

Outrossim, vale ressaltar que este estudo se propõe a verificar o que efetivamente os poderes públicos realizaram em termos de políticas públicas de saúde para as classes não-hegemônicas na capital do Pará, uma das mais importantes capitais da Região, levando-se em consideração os aspectos culturais, históricos e econômicos. Justifica-se assim a importância e o interesse na realização deste trabalho.

1.3 Delimitação do Tema, Hipóteses e Objetivos

Este trabalho pretende analisar a institucionalização da medicina no Pará sob uma nova perspectiva. A intenção consiste em mostrar que, longe de gozar de uma hegemonia no campo da cura e dispor de autoridade e poder imanente, capaz

¹²Em nível nacional, os trabalhos que poderiam ser enquadrados nessa perspectiva são: SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. História Geral da medicina brasileira. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991, v. 2; NAVA, Pedro. Capítulos da história da medicina no Brasil. São Paulo: Ateliê Editorial; Londrina: Edue; São Paulo: Oficina do Livro, 2003. No Pará, destacam-se as obras elaboradas pelo médico Clóvis Meira, que são: MEIRA, Clóvis. Medicina de outrora no Pará. 2 ed. Belém-Pará: Grafisa, 1989. MEIRA, Clóvis. Médicos de outrora no Pará. Belém-Pará: Grafisa, 1986.

¹³Para uma construção historiográfica alinhada com a proposta apresentada, ver: PORTER, Roy e WEAR, Andrew (eds.). Problem and methods in the history of medicine. Nova Iorque: Croom Helm, 1987. EDLER, Flávio. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. Asclépio – Revista de história de La Medicina y de La Ciência. Vol. 2, p. 169-186, 1998, Madrid. LOPES, Fabio Henrique. Análise historiográfica e histórica da medicina brasileira. Locus, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, p. 100-115. WEBER, Beatriz Teixeira. As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928. Bauru: EDUSC, 1999.

de “medicalizar” a sociedade da época, os médicos paraenses enfrentaram muitas dificuldades para legitimar sua ciência entre os mais diversos sujeitos sociais.

Enquanto as autoridades republicanas, em nome da “civilização” nos trópicos, encaminhavam sua política de higienização do espaço urbano e combate às epidemias, a população paraense, contrariando os clamores dos médicos científicos, continuava buscando a cura para os seus males nas já tradicionais artes de curar, as quais envolviam os mais diferentes sujeitos e uma gama variada de princípios terapêuticos. Desta forma, os médicos paraenses procuraram aumentar sua esfera de atuação política, participando ativamente das campanhas de combate às epidemias, que eram frequentes neste período, especialmente as de varíola; ocupando cargos importantes na administração municipal e estadual; e, também, no poder legislativo.

O médico Américo Santa Rosa teve participação decisiva nas políticas modernizadoras encaminhadas pelo intendente Antônio Lemos. Outro médico, Paes de Carvalho, foi governador do Pará entre 1897 e 1901, tendo elaborado proposta de saneamento da capital paraense e contribuído consideravelmente para a ampliação dos espaços destinados aos médicos no estado; e, também, vários outros médicos atuaram como parlamentares defendendo os interesses da classe.

Também, aos poucos, os médicos acadêmicos foram se organizando, em busca de uma identidade de grupo, procurando vencer a desunião que pairava no interior da classe, num processo que levaria à definição de uma ética médica na região. Assim surgiram a Sociedade Médico-Farmacêutica (1897) e a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará (1914). Essa identidade foi se definindo ao longo das duas primeiras décadas do século XX, sendo que, em 1919, com a fundação da Faculdade de Medicina do Pará, percebe-se a medicina acadêmica fortalecida em Belém, com a definição de parâmetros específicos de um grupo profissional.

Em meio às reflexões teóricas que ensejou a situação-problema apontada, o estudo em tela partiu da hipótese principal, segundo a qual, *uma das formas encontradas pelos médicos acadêmicos para afirmarem sua supremacia teria sido a ocupação de espaços nos órgãos públicos, em todas as esferas de poder, independente de estarem ou não vinculados à questão da saúde pública.*

Tomando por base a hipótese principal supracitada, desdobraram-se as seguintes hipóteses derivadas:

I – A intensa atuação no combate às constantes epidemias que afetavam Belém constituiu outra forma de afirmação da identidade médica, e nesse processo, os jornais locais faziam referência à atuação dos esculápios nas campanhas de combate às mesmas.

II – Determinadas entidades corporativas assumiram importante papel no processo de institucionalização e fortalecimento da medicina acadêmica no Pará, como, por exemplo, a Sociedade Médico-Cirúrgica e a Faculdade de Medicina.

III – Por último, a ocupação desses espaços permitiria aos médicos acadêmicos um combate mais eficaz aos terapeutas populares, instituindo uma identidade de grupo com prestígio e poder diante da sociedade paraense.

Mas, apesar de possuírem um conhecimento com status de ciência, uma legislação favorável e formas intensas de repressão, os médicos acadêmicos não puderam eliminar a figura dos “pajés científicos”, que numa espécie de domínio do maravilhoso, gozavam da preferência popular. Assim, caberia aos médicos paraenses: primeiro, resolverem suas dissidências – algumas de cunho meramente político, envolvendo “lauristas” (adeptos do governador Lauro Sodré) e “lemistas” (adeptos do intendente Antônio Lemos) ¹⁴ –; para em seguida buscarem canais ou instituições que pudessem lhes conferir a condição de grupo forte e coeso. Essa condição se daria com a criação da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará (1914) e, também da Faculdade de Medicina do Pará (1919).

Analisar o processo de construção do poder e prestígio da medicina acadêmica e dos médicos na sociedade paraense na virada do século XIX para as primeiras décadas do século XX constituiu o principal objetivo da tese.

¹⁴ Antônio Lemos (1843-1913) e Lauro Sodré (1858-1952) constituíram-se nos dois maiores líderes políticos do Pará pelo menos até 1930. Lemos, maranhense, administrou a cidade de Belém entre 1896 e 1912, sendo considerado o grande responsável pela modernização urbana de Belém, era monarquista, mas integrou-se ao regime republicano, através do Partido conservador. Lauro Sodré, paraense, governou o estado duas vezes (1891-1897) e (1917-1921). Como republicano histórico, assumiu, desde o início da república a liderança política do estado, mas, com pretensões mais ousadas, Lauro Sodré ambicionava a presidência da república, mudou-se para o Rio de Janeiro após seu primeiro mandato de governador, deixando o intendente Antonio Lemos em condição mais confortável. Ainda assim, as disputas políticas envolvendo seus correligionários foram intensas e podem ser percebidas e recuperadas através das páginas dos jornais Folha do Norte (reduto dos lauristas) e A Província do Pará (propriedade de Antonio Lemos). É importante considerar que os médicos faziam parte dessa sociedade e, portanto, não estavam imunes a essas disputas políticas, sendo que, algumas vezes, eram protagonistas delas. Não podemos esquecer que a presença de médicos na política local era cada vez mais intensa.

A fim de realizar essa análise, fez-se necessário definir alguns objetivos específicos, derivados do objetivo geral que subsidiaram o exame do objeto investigado.

Nesse sentido elencaram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Proceder a um levantamento histórico-documental acerca do processo de modernização urbana em Belém;
- b) Demonstrar a complexidade do processo de construção da identidade médica no Pará, focalizado na atuação dos médicos na cidade de Belém, em sua formação e organização corporativa e no combate às terapias populares;
- c) Examinar, a partir da criação da Faculdade de Medicina, o processo de institucionalização da prática acadêmica da medicina, no sentido de desqualificar os terapeutas populares no mundo da cura e para a constituição de um código de ética profissional.

1.4 Metodologia

Os procedimentos metodológicos e técnicos adotados para a realização desta pesquisa foram delineados a partir do próprio processo de investigação, haja vista tratar-se de pesquisa crítico-analítica, tendo-se como apoio a investigação bibliográfica-documental, as quais subsidiaram a análise do objeto de estudo, que forneceu elementos necessários à descrição e interpretação da realidade estudada. Nesse sentido, a pesquisa requereu análises qualitativas.

A pesquisa apoiou-se, assim, na análise, interpretação e descrição do objeto pesquisado, utilizando-se para isso de registros, documentos, entre outros procedimentos, explicitados a seguir.

1.4.1 Procedimentos Metodológicos

Para realizar esta pesquisacrítico-analítica, procedeu-se inicialmente a uma revisão da literatura sobre o objeto estudado, como fundamentação teórico-metodológica que se estendeu ao longo do período de investigação. Nessa ocasião, efetivou-se a seleção de referências bibliográficas e de fontes documentais que serviram à atualização e aprofundamento do tema.

Para a realização desse trabalho priorizamos alguns tipos de fontes: os documentos emanados do poder público (relatórios, mensagens, falas, discursos, ofícios expedidos pelos governadores do estado do Pará, entre 1889 e 1926.), os

jornais e revistas (*Diário de Notícias, A Província do Pará, A Folha do Norte, A República, a revista A Semana e a revista Pará-Médico*).

Também, se utilizou da documentação reunida na Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará (revista da sociedade, teses de doutoramento, estatuto da sociedade, documentos diversos pertencentes ao acervo da SMCP). Em relação à Faculdade de Medicina, verificaram-se: o Livro de Atas de posse, de 1919; os estatutos da faculdade, os livros de documentos dos empregados, de 1919 a 1924; o livro de nomeação dos professores, o livro de ofícios expedidos, o regimento interno, além das notícias veiculadas pela revista “A Semana”.

Para analisar as políticas encaminhadas pelo poder público no sentido de coibir o exercício ilegal da medicina, procedeu-se o levantamento da documentação reunida no Centro de Memória da Amazônia, que contém processos judiciais oriundos do Tribunal de Justiça do Estado.

Por fim, também foram utilizadas as obras literárias de João Marques de Carvalho (*Hortência e A Bubônica*), pelo diálogo que estabeleceram com a cidade e a saúde entre o final do século XIX e o início do século XX.

Desde o início das pesquisas que originaram este trabalho, tornou-se evidente que somente seria possível compreender a forma como se institucionalizou a medicina acadêmica em Belém mas, também, sua relação com outros saberes, principalmente os populares se, além dos registros considerados oficiais, como as mensagens e falas de governo, os relatórios de governo, as leis e regulamentos, por exemplo, fossem buscados, também, registros indiretos, marcados pela preocupação com o controle social, a punição ou repressão, as notícias dos jornais, os processos criminais, os ofícios da chefatura de polícia, os registros de ocorrência policial, etc. Nesse sentido, este estudo utilizou-se de fontes diversas, entre as quais, relatórios e mensagens de governo, decretos, periódicos, e livros de registro de pacientes da Santa Casa de Misericórdia.

Os jornais, além de constituírem-se em meios de comunicação capazes de informar eventos, promover transformações, divulgar notícias, também são construtores de relações sociais, divulgadores de propostas políticas e discursos. Os jornais são espaços de manifestação de valores de grupos sociais e/ou projetos políticos, ao mesmo tempo em que são tribunais capazes de proferir sentenças de grande alcance, a partir de julgamentos feitos por jornalistas, divulgadores eficientes de projetos políticos, sociais, culturais, etc.

Assim, a linguagem do poder, permeada de ideologias, também está presente nos jornais, uma vez que conceitos, normas e padrões dominantes apresentam-se no sentido de reforçar e tornar consensual o conjunto das leis e posturas instituídas. Os jornais, ou melhor, os discursos neles veiculados, atendem também à função de contribuir para tornar hegemônicos os valores de grupos sociais dominantes. Sendo assim, o jornal é um importante espaço de criação da sociedade, de debate de ideias, de confronto entre propostas diversas, de ciência, inclusive¹⁵.

A documentação hemerográfica não pode ser tomada como homogênea. A pluralidade de interesses e de formas a partir das quais os jornais se manifestam constitui uma característica fundamental desse tipo de fonte. Deste modo, constitui tarefa indispensável: a identificação do grupo ao qual cada órgão está ligado visando descortinar os vários interesses; a circulação dos jornais; e, para esta tese, a importância que as questões da saúde ou as disputas dos médicos com outros práticos foram adquirindo nos contextos de epidemias.

Foi, sobretudo, importante a observação do debate travado na e pela imprensa. Isto possibilitou a percepção de elaborações diversas sobre as doenças e as formas de cura, legitimadas ou condenadas pela população.

Deste modo é que as notícias, crônicas, e artigos publicados em jornais, bem como relatórios médicos, referentes às doenças e à gravidade de epidemias, permitiram construir um perfil das doenças, ao mesmo tempo em que espaços atuaram quotidianamente, junto aos serviços de saúde pública. Ao caracterizar a patologia, recomendar procedimentos terapêuticos e adoção de hábitos de higiene, relatar casos, e organizar a estatística mensal da clínica médica, os médicos buscavam legitimação social para o discurso sobre as doenças e as práticas médicas. Além disto, indicavam territórios ditos perigosos.

A partir destas fontes, foi sendo possível reconstruir a geografia das doenças: lugares e pessoas mais intensamente atingidos, os procedimentos médicos mais utilizados, e a perspectiva da população em relação aos mesmos no período estudado.

O fenômeno da doença na cidade, ao mesmo tempo em que estimulou a produção discursiva e instigou o surgimento e/ou aprimoramento de estratégias

¹⁵ Análise minuciosa dos jornais como fonte histórica é feita por: LUCA, Tânia Regina. "A história dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

degestão da saúde pública, revelou uma rede de procedimentos terapêuticos diversos, como a alopatia e a homeopatia, entre os partidários de uma medicina científica, e as práticas de uma medicina popular.

Entre os jornais¹⁶ que circulavam em Belém, no período em foco nesta pesquisa, havia o jornal *A Republica*, que surgiu após a proclamação da república, com edições consistentes, rico em informações e com uma estrutura editorial bastante dinâmica. Na primeira página eram colocadas informações sobre o Partido Republicano Paraense e alguns dados sobre o próprio jornal, tais como a fundação, nome dos responsáveis, número de assinaturas na capital e no interior, além de apresentação de textos de agradecimento ao público paraense.

Na segunda página do referido jornal publicava-se uma variedade de propagandas ligadas à medicina: remédios, clínicas, médicos, e outros anúncios que foram úteis a este trabalho. Nessa página também se publicavam artigos enfatizando a ação dos chefes republicanos na capital federal, críticas às notas lançadas pelos jornais de oposição ao governo, bem como notas informativas sobre projetos em processo de regulamentação, requerimentos, petições, etc.

Na terceira e quarta páginas do jornal supracitado eram encontrados textos variados. Todavia, na terceira página prevaleciam os anúncios: editais, notas policiais, requerimentos, portarias, despachos de pagamentos, vendas de remédios, balanço comercial, cotação dos produtos (borracha, açúcar, café e etc.), câmbio dos bancos nacional e internacional, rendas públicas, leilões, avisos marítimos. Já na quarta página, evidenciavam-se as propagandas comerciais, anúncios de aluguéis, compra e venda de produtos, remédios, utensílios domésticos, alfaiataria e fábricas de refrigerantes. A literatura francesa que trilhava pela linha da ideologia do progresso da ciência, bem como da matriz *jus naturalista*, como caminho de explicação sobre Estado e sociedade, eram privilegiados pelos redatores.

Outro jornal que circulava na época, e que também foi utilizado nesta pesquisa, foi *A Província do Pará*, um dos mais importantes jornais da época. Naquela ocasião, o jovem Antônio Lemos, que havia estreado no jornalismo escrevendo em *O Pelicano*, continuou na empreitada do novo proprietário. No ano de 1876, *A Província do Pará* passou às mãos do Dr. Joaquim José de Assis, e Antônio Lemos assumiu a condição de seu jornalista e redator, trabalhando junto ao

¹⁶ Estas informações foram coletadas nos catálogos de periódicos da Fundação Cultural Tancredo Neves, em Belém.

proprietário na administração do jornal. Em outubro de 1889, com a morte do Dr. Assis, sua esposa repassou sua cota para o mais fiel amigo do proprietário; desse modo, Lemos passou a ser o único dono do jornal.

A primeira página de *A Província do Pará* continha uma organização mais diversificada, contando com obituário, telegramas, informações policiais. Na segunda página apareciam colunas onde eram publicados os artigos que abordavam temáticas políticas nacionais e internacionais.

Até o ano de 1891, quando o *Diário Oficial* começou a circular, na segunda página de *A Província do Pará* publicavam-se as informações oficiais sob os seguintes títulos “Do Estado”, com informações sobre o Senado paraense, câmara dos deputados; “No estrangeiro”, onde se publicavam as notícias internacionais; “Notas officiaes” espaço destinado à legislação. “Secção livre” aberta à publicação de textos que versavam sobre vários assuntos como protestos, propaganda de remédios, avisos públicos, cursos, editais, além de uma variedade de anúncios: remédios, utensílios domésticos, que passavam também para a quarta página, repleta de propagandas comerciais de lojas, escolas, cursos e serviços em geral. Este periódico, apesar de não ter sido consultado em todo o período desta pesquisa, forneceu informações importantes para algumas das conclusões aqui obtidas.

Outro periódico importante na época envolvida por esta pesquisa, especialmente o segundo período, foi *A Folha do Norte*. Esta gazeta começou a circular em 1896 e só foi paralisada em 1974. Fundada por Cipriano Santos (1859-1923) e Enéias Martins (1872-1919), teve suas páginas marcadas pela história política dos seus principais fundadores (LACERDA, 2006). O primeiro era médico, com atuação intensa nessa área, principalmente após a proclamação da república, tendo dirigido instituições importantes como, por exemplo, a Inspetoria do Serviço Sanitário, portanto atuava num campo que é o foco deste trabalho. Além de médico, Cipriano Santos herdou uma tradição jornalística, pois seu pai foi redator e proprietário de jornais.

Em 1896, quando fundou a *Folha do Norte*, junto com Enéias Martins, defendia Lauro Sodré e, em 1898, quando Lauro Sodré fundou o Partido Republicano Federal, também recebeu o apoio de Cipriano Santos e de seu jornal. Com a cisão política entre “lauristas” e “lemistas” (Partido Republicano Federal e

Partido Republicano, respectivamente), mais ou menos em 1900, a mencionada gazeta manteve apoio a Lauro Sodré.

O referido periódico possuía uma grande variedade temática, além de possuir circulação diária e envolver boa parte do período pesquisado, justificando-se assim sua escolha. Sua importância para este trabalho reside também no fato de ter se constituído em jornal de oposição, sendo bastante combativo em relação às ações de “disciplina e de organização da cidade” encaminhadas na administração lealista, aí incluídas as políticas na área da saúde. Também vale ressaltar a rivalidade com A Província do Pará.

Também foram coletadas informações valiosas no jornal O Estado do Pará, que teve primeira circulação entre 1889 e 1895, redigido por Agostinho dos Reis, mas que voltou a circular nas primeiras décadas do século XX, tendo coberto todo o período inicial da Faculdade de Medicina (1919-1925), com uma série de informações sobre a mesma.

Os jornais pesquisados evidenciaram algumas questões importantes que são analisadas nessa tese. Através dessa fonte percebeu-se a presença marcante dos terapeutas populares em Belém, todos os periódicos citados apresentaram casos envolvendo a atuação dos pajés, algumas vezes, ironicamente chamados de “pajés científicos”. Foram encontrados, também, em várias edições, notícias informando casos de repressão aos referidos terapeutas.

Os jornais também emitiam opinião relativa à questão da saúde, às epidemias, à ação dos médicos e terapeutas populares. Vale lembrar que dois dos jornais citados foram dirigidos por médicos. Também nas páginas dos jornais foram verificadas várias referências à Sociedade Médico-Farmacêutica, à Sociedade Médico-Cirúrgica e à Faculdade de Medicina do Pará.

A seguir serão apresentados os procedimentos técnicos desta pesquisa.

1.4.2 Procedimentos Técnicos

Nesta pesquisa, conforme já identificado nos procedimentos metodológicos, utilizaram-se técnicas de obtenção, coleta e registro de dados que permitiram ao pesquisador analisá-las e interpretá-las. Como procedimentos técnicos, realizaram-se: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica e documental iniciou no momento da elaboração do projeto de pesquisa e se desenvolveu ao longo da tese. O levantamento e exame

de diversas bibliografias e documentos relacionados ao objeto de estudo possibilitou a revisão da literatura, assim como serviu à análise teórica e filosófica do estudo. Nesse sentido, procedeu-se à leitura de inúmeros livros, teses, dissertações, documentos legais, artigos, entre outros. Esse procedimento forneceu fundamentação teórico-filosófica e epistemológica sobre o tema, o que subsidiou a discussão e a análise do estudo, assim como auxiliou no aprofundamento da temática.

A pesquisa bibliográfica e documental também foi realizada em diversas fontes, conforme já explicitado. Consultaram-se e examinaram-se: obras literárias, especialmente a do escritor paraense João Marques de Carvalho; documentos manuscritos pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado do Pará, como os fundos do Corpo de Polícia, da Presidência da Província, da Câmara do Senado, da Câmara dos Deputados, da Diretoria do Serviço Sanitário e da Chefatura de polícia, bem como Mensagens, Relatórios, Falas de governo, e Leis e Regulamentos.

Também houve consulta à seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna, onde se encontram a Coleção de Leis do Estado, a Constituição, o Estatuto da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, e obras diversas escritas por médicos. No arquivo da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará pesquisaram-se, principalmente, os exemplares da revista Pará-Médico.

Ressalte-se que, no decorrer da pesquisa, ocorreram algumas dificuldades para a coleta dos dados, por conta, primeiro, da dificuldade de acesso a alguns documentos, como, por exemplo, o acervo do Centro de Memória da Amazônia, que esteve fechado para reformas até o final do ano de 2011. Também se enfrentaram dificuldades com os periódicos, pois, além da restrição de horários para consulta da Biblioteca Arthur Vianna, verificou-se leitora do microfilme sem funcionamento e, também, algumas edições ilegíveis. Para suprir essas dificuldades recorreu-se a outras fontes como os processos criminais, a revista Pará-Médico, a revista A Semana e os ofícios da Chefatura de Polícia.

1.5 Organização dos Capítulos

Para proceder à referida pesquisa realizou-se preliminarmente um estudo de questões consideradas imprescindíveis à abordagem do assunto. Essa necessidade, permeada pela inquirição do problema e sentida no processo de elaboração deste, orientou este pesquisador a desenvolver leituras a fim de desvelar

conceitos fundamentais pertinentes à compreensão e ao exame do objeto de estudo. Com vistas a atingir esse intento, organizou-se esta tese de doutoramento em quatro capítulos, apresentados a seguir, além desta introdução e das considerações gerais.

No primeiro capítulo, denominado “Belém e a Belle Époque da saúde e da doença”, realizou-se inicialmente a análise acerca do processo de modernização urbana em Belém, marcado por dupla realidade. Por um lado, uma série de obras que transformaram a capital paraense, como, por exemplo, o Teatro da Paz, os palacetes, as construções de ferro, a iluminação elétrica, o bosque Rodrigues Alves, o museu Emílio Goeldi, etc. Mas, por outro, uma série de problemas enfrentados na cidade em meio às inovações. Dentre estes, destacavam-se, os problemas de saúde pública, as frequentes epidemias que assolavam a cidade, especialmente as de varíola.

Essas questões provocaram a necessidade de intervenção do poder público que, a partir da instalação do regime republicano, procurou reorganizar os serviços de saúde, substituindo a Junta de Higiene pela Inspetoria do Serviço Sanitário, procurando aparelhar adequadamente tal órgão e, também, buscando implementar uma nova legislação, capaz de regulamentar as ações no campo da saúde, ditando práticas a população.

No segundo capítulo “Os médicos, as epidemias e as políticas de saúde no Pará republicano”, analisamos as políticas de saúde encaminhadas pelo poder público em Belém, num contexto marcado por frequentes epidemias. Neste, crescia a importância dos esculápios, que enfrentavam a forte concorrência dos terapeutas populares. Aos poucos, os médicos acadêmicos, foram ocupando espaços estratégicos, seja na imprensa, seja na administração pública, como forma de conquistar o controle do universo da cura. Também se pretendeu demonstrar, nesse capítulo, a inserção dos médicos na política local, como foram conquistando espaços importantes no poder político local e de que forma essa conquista pode dar a dimensão da importância desses profissionais na sociedade paraense e, ao mesmo tempo, contribuiu para o fortalecimento do grupo. Vários médicos ocuparam cargos eletivos neste período, sendo que, na primeira república, três governadores paraenses eram médicos.

No terceiro capítulo, intitulado “Por uma identidade médica: associações e ensino médico no Pará” procedeu-se à demonstração de como foi sendo forjada uma identidade médica em terras paraenses. O objetivo principal foi de mostrar a

complexidade do processo, resgatando a ação de alguns médicos na capital paraense, identificando suas origens, onde se deu sua formação, no Brasil ou na Europa, qual a base científica dessa formação, a especialidade, a predominância de homens, e a quantidade deles e a proporcionalidade em relação à população da cidade.

Nessa trajetória de definição de uma identidade de grupo, esses médicos foram tentando se organizar, sendo que o primeiro ensaio nesse sentido ocorreu em 1897, com a criação da Sociedade Médico Farmacêutica do Pará. Esta teve vida curta, pois os médicos também identificaram os farmacêuticos como obstáculos às suas pretensões, pois os mesmos já estavam mais enraizados na sociedade local, já havia uma faculdade de farmácia em Belém, no início do século XX, os farmacêuticos também eram procurados pelos populares em busca de alívio para suas dores, tinham o poder de manipular e dispensar medicamentos e, não raro, prescreviam.

Na busca da hegemonia no campo da saúde, os médicos desistiram da Sociedade Médico Farmacêutica. A dissolução de tal sociedade não foi mera desistência dos médicos, no meio do caminho ocorreu a morte por envenenamento do médico Numa Pinto atribuída a um medicamento formulado por um prático de farmácia, relatado no jornal A Província do Pará, em 4 de abril de 1902. É interessante que todos os médicos que escreveram sobre a Sociedade Médico-Cirúrgica, não tenham feito qualquer referência à Sociedade Médico Farmacêutica.

Depois deste ensaio, os médicos paraenses criaram uma sociedade em 1914 voltada para a defesa de seus interesses, no caso a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. Esta, reunindo apenas profissionais médicos, procurou, desde sua origem, estabelecer parâmetros para a construção de uma ética médica em Belém, e, portanto, constituir uma identidade para os profissionais da medicina. Aos poucos, então, os médicos paraenses vão se fortalecendo e, assim, fechando o cerco contra os terapeutas populares.

Ainda neste capítulo, tratou-se da criação da Faculdade de Medicina do Pará, cuja fundação foi noticiada pelo jornal Folha do Norte, em sua edição de 15 de janeiro de 1919, tendo o mesmo periódico informado sobre o exame de admissão para o curso de medicina daquela faculdade, que funcionou, inicialmente, no prédio da Faculdade de Odontologia do Pará. Este fato marcou o início de uma nova etapa para a medicina paraense. Os professores da faculdade de medicina eram os

médicos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, pois foram exatamente eles que organizaram a faculdade. A proposta era formar novos clínicos com base em pressupostos científicos e princípios éticos defendidos por seus mestres.

O quarto capítulo “Os médicos paraenses e os outros: combate ao charlatanismo e às práticas alternativas de cura” mostramos como a conquista do monopólio no universo da cura pelos médicos acadêmicos, demandava o combate ao charlatanismo diplomado e às práticas alternativas de cura. Através da imprensa, do parlamento, da administração pública e da pressão sobre as autoridades policiais, os médicos acadêmicos procuraram combater, principalmente os terapeutas populares. Apesar do cerco, principalmente a partir da implantação do regime republicano, as práticas alternativas de cura sobreviveram. Assim, a medicina acadêmica, institucionalizada através de uma sociedade e de uma faculdade, ainda precisaria percorrer longo caminho em busca de legitimar-se.

Nas considerações gerais desta tese se pretende responder às questões levantadas na problematização, no sentido de dar ao leitor condições de verificar o que a pesquisa da tese e a análise dos dados levantados indicam em termos da institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas no contexto supracitado.

2 Capítulo I – Belém e a Belle Époque da Saúde e da Doença

Neste capítulo se explicita o processo de modernização urbana na capital do Pará sob o contexto histórico da Belle Époque, objetivando-se enfatizar a dupla dimensão alcançada pelo mesmo na cidade. Por um lado identifica-se uma série de obras que transformaram a capital paraense, em especial, o Teatro da Paz, os palacetes, as construções de ferro, a iluminação elétrica, o bosque Rodrigues Alves, o museu Emílio Goeldi e outras intervenções do poder público. Por outro, *pari passu* à realização dessas intervenções, relaciona-se uma série de problemas enfrentados na cidade em meio às inovações implementadas pelo Estado, entre os quais, os problemas de saúde pública provenientes das frequentes epidemias que assolavam a cidade, sobretudo as de varíola.

Os problemas supracitados provocaram a necessidade de intervenção do poder público que, a partir da instalação do regime republicano, procurou reorganizar os serviços de saúde, substituindo a Junta de Higiene pela Inspetoria do Serviço Sanitário. A referida medida objetivou aparelhar adequadamente o Estado com o fito de implementar uma nova legislação, capaz de regulamentar as ações no campo da saúde, ditando práticas à população, visto que, durante as quadras epidêmicas eram aplicadas multas a quem não seguisse as determinações do poder público, tais como a realização de desinfecções e a adoção de isolamento dos doentes. No entanto, como veremos no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, em que pese a adoção dessas medidas, a prática de cura usualmente recorrida pela população de Belém era exercida pelos pajés.

Nesse sentido, partindo da concepção do Estado no Brasil republicano nas suas relações com a sociedade civil como representante do poder hegemônico, examinam-se essas relações com a população de Belém, considerando-se a legislação, as políticas públicas, os planos, projetos e programas, ou seja, os procedimentos normativos - legais. Consideramos que tais procedimentos, quando efetivados, os são no contexto de interesses contraditórios dos segmentos sociais, em que as elites dominantes aliadas ao Estado, com seus projetos higienizadores no contexto da República, promovem situações de conflitos e múltiplos interesses entre os diversos sujeitos que atuam na realização da medicina na capital do Pará.

Neste capítulo, analisa-se o contexto da história da saúde pública no Brasil, em torno do processo de regeneração social que as elites constroem na

República, das representações do progresso e civilização que se consolidam no fazer médico do país e na capital do Pará.

2.1 O Estado Brasileiro, Ordem, Progresso, Higienização e República

O Estado brasileiro, historicamente, foi responsável pelas intervenções na área da saúde que culminaram em mudanças no modo de vida das classes não hegemônicas. Estas eram submetidas a determinados contextos sócio-político-religiosos, para atender interesses do poder instituído de forma autoritária, a semelhança do que ocorreu e ocorre com os diversos segmentos étnicos de formação histórica da população brasileira.

Na história do Brasil Colônia, as primeiras referências sobre as terras e os indígenas, concebiam a ideia de um paraíso terreal. A beleza e a suntuosidade natural, as descrições da alimentação, das águas e do clima combinavam, sob o olhar europeu, com a saúde dos habitantes do novo mundo descoberto. Na relação do colonizador com os habitantes da terra, se construía a alteridade, o “nós” europeu frente ao “outro”. O indígena, sob a constatação da diferença existente entre os dois contingentes humanos é para o europeu sinônimo de superioridade, que se traduz pela língua falada, pela religião praticada e pelos seus costumes.

No contexto histórico da barbárie da dominação colonizadora, o “paraíso terreal” foi substituído pela representação oposta do “inferno”, no qual os colonizadores europeus e os africanos tinham poucas chances de sobrevivência. Os conflitos, as dificuldades materiais de vida e, em especial, as múltiplas e frequentes enfermidades constituíam obstáculos principais para o estabelecimento pleno da colonização.

O dilema sanitário nesse contexto em especial, obrigou a coroa portuguesa, por meio do Conselho Ultramarino, órgão criado no século XVI pelo Estado colonial para administrar as colônias do império luso, a instituir os cargos de “físico-mor” e “cirurgião-mor”, cujos titulares teriam sido responsáveis pela saúde da população sob o domínio lusitano. Registre-se que, diante dos graves problemas de saúde detectados e com poucos profissionais a atuar – em decorrência se viam obrigados ao uso de métodos dolorosos e de pouca eficácia no tratamento dos adoecidos – a população colonial, dos vários segmentos, recorria continuamente aos métodos e remédios recomendados por curandeiros negros ou indígenas. Conforme assinala Filho (2011, p. 05), “a ausência de serviços de saúde eficientes fazia com

que a orientação dos médicos só fosse aceita em épocas de epidemia, por exemplo, ser surtos de varíola”.

Nos surtos epidêmicos, os poucos médicos existentes e os curandeiros não conseguiam suprir as demandas da população, por conta do pouco conhecimento acerca de epidemias como a da varíola, ou mesmo de outras. A única opção possível estaria fadada ao “afastamento dos enfermos do ambiente ocupado pelos sadios – o que na maioria das vezes, levava os ‘bexiguentos’ a morrerem sozinhos, nas matas próximas às vilas e povoados” (FILHO, 2001, p. 5). A prática de prevenção à varíola não era aceita pela população, haja vista consistir em dolorosos cortes nos braços para colocar secreções pruridas extraídas das feridas de adoecidos.

Na transição para o período imperial no Brasil, em que pese a adoção de medidas relacionadas à administração colonial desde o governo de D. João VI com a criação de academias de medicina e juntas de higienes públicas, a pouca eficácia dessas estruturas permitiu a proliferação de enfermidades. A despeito da criação da vacina contra a varíola, o saber médico que se consolidou no Império, apontava para razões heterodoxas das enfermidades, principalmente na corte, que iam de “miasmas” (ar corrompido) à degeneração moral.

A etapa imperial encerrou-se no século XIX, sem que o Estado resolvesse os problemas de saúde da população brasileira. O malogro das infrutíferas tentativas de sanar as enfermidades tornou o Brasil um dos países mais insalubres do mundo, cujo título de “túmulo dos estrangeiros”, reiteradamente forjava a imagem negativa do país.

O Estado republicano, sucessor do Império, no final do século XIX, vinculou o país à mesma estrutura socioeconômica, aos mesmos mecanismos de poder e à mesma visão geral de mundo que o caracterizava antes da separação de Portugal. Não foram percebidas mudanças na estrutura agrária e nos modos tradicionais de relacionamentos entre a classe dominante e a população, constituída fundamentalmente de negros, indígenas e mestiços. A mudança propugnada pela República remetia-se ao ideário da modernização sob os auspícios dos lemas positivistas da “ordem” e do “progresso” com uma ditadura republicana fiadora da civilização e um “povo suficientemente saudável para o trabalho cotidiano, força propulsora do progresso nacional”. (FILHO, 2001, p. 9).

Assim, pode-se afirmar que houve nesse período uma continuidade dos antigos embates, entre a cura popular e o saber médico, envolvendo brancos, indígenas, mestiços e ex-escravos, embora a preocupação central das elites e do Estado consistisse em sintonizar o país com a cadastrada sociedade civilizada pautada no modelo das nações europeias. Nesse cenário, as classes não-hegemônicas compostas por múltiplos sujeitos excluídos da civilização, permaneciam na condição de “outro”, como um ser estranho a “nós”, como um “estrangeiro” em seu próprio país.

A medicina assumiu no contexto da República o papel de guia do Estado para assuntos sanitários, cujo saber comprometia-se com a melhoria da saúde individual e coletiva e, por conseguinte, ao projeto de modernização do país. O problema é que o saber médico revestido de modernidade, baseado nas teorias da medicina moderna da bacteriologia e da fisiologia de *Pasteur* e *Bernard*, enfrentava conflitos com a medicina tradicional dos “miasmas”. No âmbito desse debate, ganhou forma um novo campo de conhecimento voltado à medicina pública¹⁷. A esse respeito, assim concebe Filho (2001):

[...] Incentivada pelos governos republicanos a novidade médica exigiu a reorganização dos serviços sanitários. As antigas juntas e inspetorias de higiene provinciais foram substituídas pelos serviços sanitários estaduais. Bastante eficientes no início, tais serviços pouco fizeram pela melhoria da saúde popular e tornaram-se alvo de constantes críticas, do povo e das autoridades (FILHO, 2001, p. 9).

Depreende-se disso que a desorganização dos serviços de saúde nos anos iniciais da República teria facilitado a ocorrência de novas ondas epidêmicas no Brasil. Entre 1890 e 1900, a capital do país e as principais cidades portuárias continuaram a ser afetadas pela varíola, febre amarela, peste bubônica, febre tifoide e cólera, resultantes das difíceis condições sanitárias que as políticas de modernização não superaram.

Diante desse quadro, médicos higienistas passaram a ocupar cargos públicos de relevância na gestão do Estado com o compromisso de estabelecer estratégias para o saneamento de áreas indicadas pelos governos. Os objetivos

¹⁷ Também chamada de “medicina sanitária”, “higiene” ou “saúde pública”.

dessa atuação consistiam em fiscalizar as condições sanitárias nas grandes cidades e promover as reformas urbanísticas necessárias. Com isso, o Estado brasileiro por intermédio dos governos republicanos centrais e estaduais, passou a incorporar em suas políticas oficiais de saúde as diretrizes clínicas e epidemiológicas de proteção à saúde coletiva com seus minuciosos planos de combate às enfermidades. Essa perspectiva difere a atuação do Estado em relação aos períodos anteriores, visto que, segundo Filho (2001):

[...] a continua intervenção estatal nas questões relacionadas à saúde individual e coletiva revela a criação de uma política de saúde, que por sua vez, não pode existir isolada, devendo articular-se com os projetos e as diretrizes governamentais voltadas para os outros setores da sociedade, tais como: educação, alimentação, habitação, transporte e trabalho. No conjunto, a presença e a atuação do Estado nessas áreas recebe o nome de política social (FILHO, 2001, p. 15).

Desse modo, as relações de poder impostas aos pelo saber médico oficial pressupõe a articulação institucional entre o médico e o agente público; entre o médico e o indivíduo integrante da administração do Estado com inserção local/regional e funções homólogas do “ser médico” e do gestor público, operando com as classes hegemônicas a lógica de uma relação de troca personalizada, intercambiando apoio político e recursos sob a forma de cargos e capital cultural. Percebe-se nesse movimento a condição desvantajosa das classes subalternas que adoecidas e com poucos recursos, tornavam-se alvos preferenciais das políticas autoritariamente profiláticas que acompanhavam as campanhas de erradicação de epidêmicas ou de vacinações em massa, o que os conduzia a uma situação de permanente vulnerabilidade quando comparadas às classes hegemônicas e dirigentes diante do progresso saneador, higienista da civilização moderna, conforme reitera Sevcenko (1993), quando afirma que:

[...] no afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com os padrões abstratos de gestão social hauridos dos modelos europeus ou norte-americanos. [...] enquanto a consciência crítica não

amadurecia, prevaleceu o sentimento de vergonha, desprezo e ojeriza em relação aos grupos sociais e rituais da cultura que evocassem hábitos de um tempo que se julgava para sempre e felizmente superado (SEVCENKO, 1993, p. 28).

Assim, observam-se muitas barreiras à execução de ações públicas eficazes e eficientes de saúde à população pobre do Brasil, que por sua vez, pressionam por mudanças, diante da ineficiência do Estado. Na Amazônia, durante a economia da borracha, os delírios modernizantes da “bela época” refletiram projetos conservadores em torno das ilusões faustísticas nas capitais do látex, em especial, na capital do Pará.

2.2 A Belle Époque na Civilização do Látex: a modernização e a ideologia da higiene

A transição da Monarquia para a República foi um processo emblemático na História do Brasil. Os bastidores dessa fase adquirem novos significados, uma vez que embora conturbado, o período desempenha papel relevante no entendimento das bases de organização do regime republicano. Neste caminho entenda-se que o processo de implantação da República no Pará, seguiu, com suas especificidades, a linha civilizacional soerguida a partir da capital federal.

Em 15 de novembro de 1889, as notícias sobre o golpe militar que proclamou a República no Rio de Janeiro circulavam, principalmente nos pontos mais movimentados da cidade de Belém e em frente às repartições públicas. Comerciantes, profissionais liberais, políticos e funcionários públicos procuravam informações a respeito dos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro. As diferentes notícias não poderiam ser confirmadas devido à demora do comunicado oficial, o que se consolidou no dia seguinte com a aclamação da República no Pará, cuja proclamação do novo regime permite aos republicanos históricos ocupar a administração política do Estado.

O estabelecimento da República no Pará, em que pesem as descrições objetivas dos cronistas de época, se institui nas condições de seu tempo, salientando os impasses e conflitos dos diversos grupos hegemônicos, de membros da elite local a militares e médicos. Após a Proclamação, não levaria tanto tempo para se constituírem os partidos políticos. Nos mais distantes municípios e distritos

do estado foram criadas representações dos republicanos que ocuparam o poder a partir da Aclamação do regime no Pará. Junto a essa organização, os revérberos das matrizes simbólicas civilizacionais enraizadas na autoridade política do novo regime e no saber médico.

No final do século XIX e início do XX, administrada pelo Intendente Antônio Lemos, e sob os auspícios da ordem civilizacional engendrada na economia do látex, estabeleceu-se como prioridade uma política de embelezamento da cidade de Belém. Constituindo esse projeto civilizador e republicano, propugnava-se a proteção às artes, a reforma urbana e sanitária, e, por conseguinte, as ações saneadoras voltadas à saúde pública.

Nesta época a sociedade amazônica vivenciou um conjunto de transformações provenientes da economia da borracha. A descoberta dessa matéria-prima pela indústria mundial e o interesse do imperialismo britânico pelo chamado “ouro negro” da Amazônia, conferiram a essa região um papel importantíssimo no conjunto do sistema capitalista. O desenvolvimento dessa economia na região amazônica com a forte presença do capital inglês, distribuído entre seus diversos bancos situados entre Belém e Manaus; a adoção do clássico sistema de aviamento e a consequente presença dos barracões, casas exportadoras, seringueiros, etc. já mereceram diferentes estudos e, por conseguinte, uma produção historiográfica densa¹⁸.

É importante salientar que não se pretende realizar uma análise minuciosa da economia gomífera, mas seus desdobramentos, principalmente no que diz respeito às transformações no espaço urbano, com destaque para a questão da saúde pública. Assim, é possível perceber uma série de medidas que demonstram a grande preocupação das autoridades locais com a salubridade, seja através do discurso, marcado pela ideologia higienista; seja através das obras encaminhadas nesse contexto.

Durante o século XIX, o crescimento da procura pelo látex, principalmente na segunda metade deste século, provocou o enriquecimento de setores da sociedade local envolvidos com o processo e, também, atraíram um grande número de imigrantes oriundos de outras regiões do país, especialmente do nordeste, e um

¹⁸ Sobre este tema existe uma produção vastíssima, mas cabe destacar os trabalhos de Roberto Santos, *A História Econômica da Amazônia*; e de Bárbara Weinstein, *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência, de 1850 à 1920* (vide referências).

grande número de imigrantes europeus. Estes eram os mais requisitados, os mais esperados, os detentores da civilização tão buscada por alguns elementos da sociedade local. O interesse pelo imigrante europeu era tão grande que os diferentes governos da região procuraram realizar campanhas de incentivo a vinda destes¹⁹.

A respeito da migração nordestina, especialmente a cearense, para o estado do Pará entre fins do século XIX e início do XX, foram produzidos diversos trabalhos, mas a grande maioria destes tratou os nordestinos de forma homogeneizadora²⁰, negligenciando, portanto, o caráter individual e único das experiências desses sujeitos. Assim, Lacerda (2006) considerou fundamental recuperar do esquecimento essas experiências individuais, com o intuito de compreender as razões que fomentavam o interesse dos cearenses em direção ao Pará, procurando desviar o foco da análise, da ótica do Estado, para a ótica dos próprios sujeitos²¹ envolvidos no processo.

A vinda desses imigrantes permitiu o crescimento da população urbana em contraste com os seus padrões de infraestrutura. Por conseguinte, diversos problemas sociais e de outras naturezas se acentuam, entre os quais, os históricos relacionados à saúde pública, sendo muitas vezes os migrantes cearenses responsabilizados por epidemias de varíola em Belém. A análise dos impactos causados pela economia da borracha e todo processo de modernização urbana na região constitui objeto de estudos de pesquisas históricas de Sarges (2000) e Dias (1999) respectivamente sobre Belém e Manaus²². Estas pesquisas produziram

¹⁹ Em “O Paraíso Chama-se Pará: O Álbum ‘Pará em 1900’ e a Propaganda para atrair imigrantes”, Edilza Fontes busca demonstrar as estratégias oficiais para atrair trabalhadores e investidores europeus para o estado do Pará a época do boom da borracha.

²⁰ Para um debate mais aprofundado sobre imigração ver: LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, São Paulo, 2006. Consultar principalmente o primeiro capítulo da tese, onde a autora trava um debate com as principais abordagens historiográficas sobre o assunto.

²¹ No capítulo intitulado “Migrantes cearenses na cidade de Belém”, Lacerda (2006) descreve as experiências dos migrantes que permaneceram da capital do Pará e também daqueles seringueiros que frequentemente visitavam Belém. Assim, a autora, baseada nas concepções de Raymond Williams relativas a relação campo e cidade na experiência inglesa, revela que as relações entre cidade e floresta eram bem mais estreitas do que se imagina, em função de certas análises consagradas pela historiografia relativa ao tema. Todavia, a recuperação dessas experiências individuais tem relevância para este trabalho por serem os nordestinos, especialmente os cearenses, apontados pela imprensa e pelas autoridades paraenses, como os grandes responsáveis pelas epidemias de varíola, em Belém, a partir da segunda metade do século XIX.

²² No primeiro momento, com os trabalhos de Sarges (2000) e Dias (1999), procurou-se desvendar o projeto modernizador a partir da ótica das elites, onde se procurava mostrar os interesses que estavam em jogo no momento da elaboração da ideia de modernização na Amazônia, com seu

importantes análises sobre o processo de modernização das duas capitais amazônicas e contribuem, em suas especificidades, para o conhecimento do conjunto de transformações proporcionadas às duas cidades e, conseqüentemente, a relação da sociedade com estas transformações.

Os trabalhos de Sarges (2000) e Dias (1999), por um lado, revelaram um conjunto de transformações experimentadas pelas cidades de Belém e Manaus, destacando-se aquelas associadas ao embelezamento ou reordenamento do espaço urbano às novas condições geradas pela economia da borracha. Por outro lado, o reordenamento desse espaço envolveu as camadas populares, alvo principal das políticas públicas elaboradas na época, de acordo com um projeto que visava afastar “para além dos muros da cidade” todos os elementos considerados nocivos a boa convivência no espaço urbano: as classes perigosas, os doentes, a doença, o lixo, a morte e os próprios mortos. Em nome do bem viver, as autoridades constituídas procuravam destinar o espaço central da cidade às elites e afastar, o máximo que pudessem do centro urbano, tudo o que fosse considerado nocivo aos interesses daquela parcela da sociedade.

Em Belém o discurso das autoridades apontava para a perspectiva da preocupação com a higiene ou com a saúde “pública” nos projetos de reforma urbana, códigos de posturas, relatórios de governo e outros atos e decretos instituídos pelo poder público²³. No final do século XIX a cidade do Intendente (1898-

caráter excludente em relação às camadas consideradas populares. Esta, talvez, a grande virtude destes trabalhos, pois a partir dessas considerações desenvolveram-se diversos trabalhos interessados em compreender essa exclusão sob a ótica dos próprios sujeitos envolvidos no processo. Sendo assim, os dois trabalhos citados funcionaram como eficientes aparelhos auditivos que permitiram recuperar do silêncio as vozes, muitas vezes, inaudíveis do passado. Com isso, além das grandes obras de embelezamento das cidades mais importantes da região como a abertura de ruas largas, as construções de ferro, os teatros, usinas de incineração de lixo, palacetes, etc. buscou-se demonstrar o outro lado da modernização, com a marginalização dos setores populares evidente na demolição dos cortiços, na expulsão dessas camadas para as áreas periféricas, no controle da mendicância, da vadiagem, da prostituição, das vendas e do próprio lazer popular, tudo isso evidente nos Códigos de Posturas elaborados pelos governantes das duas cidades.

²³ Existe já uma consistente produção historiográfica relativa ao período da chamada Belle époque preocupados em perceber os efeitos da propalada modernização em segmentos considerados inferiores pela sociedade, nas classes consideradas perigosas. Investigando processos de sedução e defloramentos em Belém no final do século XIX Cancela (1997) revela traços muito importantes no comportamento dos envolvidos como, por exemplo, composição do mercado de trabalho, relações de gênero e as práticas de lazer dos homens e mulheres daquele período. Traços significativos que foram abrindo trilhas para investigações futuras sobre o comportamento dos populares na capital do Pará, a relação de diferentes sujeitos com o cotidiano que os envolvia, num contexto e abordagem bem próximos do que é investigado neste trabalho. Outro trabalho relevante nessa linha é o de Trindade (1999) que, vasculhando o bairro da Campina desvendou aspectos significativos no comportamento dos populares que habitavam aquela porção da cidade de Belém de fins do século XIX, especialmente da camada marginalizada da sociedade local. Porém, é preciso afirmar que o

1911) conviveu com o calçamento da maior parte das ruas dos bairros centrais da “Cidade Velha” e do “Comércio”²⁴, assim como de algumas ruas do “Reduto”, com paralelepípedos de granito. Também foram abertas diversas valas para escoamento das águas pluviais e dos esgotos com ajardinamentos das maiores praças da cidade.

Ressalte-se que a administração de Antônio Lemos, contava com vultosos recursos provenientes, principalmente, do apogeu da economia da borracha, dando-se o luxo de calçar com paralelepípedos de madeira todo o quadrilátero que circunda o “Teatro da Paz”, para que o girar de veículos, condutores de passageiros, circulando junto ao pomposo teatro, não perturbasse os assistentes dos espetáculos daquela casa. Já no início do século XX foram inaugurados os mercados de “São Brás” e o de “Ferro”, novos hospitais são construídos como, por exemplo, a “Santa Casa”; remodela-se o “Palácio do Governo”, funda-se a freguesia de “Canudos”, inaugura-se a “Usina de Cremação”, surgem os bondes elétricos e inauguram-se os primeiros 1500 metros de cais do novo porto. Essas novidades provocaram mudanças significativas no modo de vida da sociedade local, revelando-se os dois lados do processo, pois, garantia o bem viver para alguns a custa da exclusão de outros.

A propaganda governamental deste período exhibe imagens diversas da capital paraense, geralmente associadas à salubridade, higiene e ordem, trinômio do progresso e da civilização. Essa propaganda era expressa em álbuns produzidos em diversos momentos entre o final do século XIX e início do século XX²⁵, nos

autor estava preocupado principalmente em “entender como se constrói uma carga de preconceitos que até hoje acompanha o cotidiano deste bairro, pelo menos em algumas ruas” (Trindade, 1999, pg. 08). Assim, embora o referido autor tenha abordado a questão da saúde e da doença, relativamente às camadas marginalizadas do bairro da Campina em Belém, não o fez na mesma perspectiva desta dissertação, pois procurou mostrar como certas doenças afetavam a população do bairro da Campina, algumas formas de contágio, a disseminação, mas apenas com o intuito de enfatizar a condição de marginalizados dos sujeitos que investigava, que contribuiu para a construção de uma carga de preconceitos sobre os mesmos. Temos assim uma gama de trabalhos relevantes sobre a Belém da *Belle Époque* influenciados pela terceira via de interpretação do caso carioca, que de alguma forma dialogaram com as questões que estão sendo propostas por esta dissertação. Existe ainda um conjunto de trabalhos nessa linha que aparecerão ao longo do texto, a medida que seja identificada sua relação com as questões aqui abordadas. Por enquanto continuaremos com a análise da reurbanização de Belém na segunda metade do século XIX.

²⁴ Bairros históricos da cidade e centro do comércio e das finanças à época.

²⁵ Entre as brochuras produzidas na época destaca-se o “Álbum Descritivo Amazônico”, organizado por Arthur Caccavoni. da cidade de Belém, deste final do século XIX, é o Álbum do Pará, ricamente ilustrado e publicado em Turim. Pelos anúncios que contém, pode-se ter uma ideia das áreas de Belém, caracterizadas por uma zona portuária, onde abundavam os trapiches de madeira; uma zona comercial, subdividida pela disposição das casas de comércio, bancos companhias de seguro, etc., no bairro do Comércio (“boulevard” da República, R. João Alfredo, R. 15 de Novembro, etc.) e bairro

proporcionando uma série de informações sobre a cidade de Belém relacionadas a questão da saúde, como veremos a seguir. Segundo Fontes (2002, p.258)

A preocupação em construir uma imagem positiva da região foi uma questão central na virada do século passado que levou governos, intelectuais, jornalistas, seringalistas, comerciantes e agricultores a expressar suas opiniões sobre a região e suas necessidades.

O propósito dessa política, segundo a autora supracitada, que analisou o álbum de 1900²⁶, tratava-se, principalmente, de propaganda para atrair imigrantes, pois a segunda metade do século XIX seria marcada pelo debate do fim da escravidão e, ao mesmo tempo, pela busca de alternativas para a mão de obra escrava. Neste sentido, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho do imigrante europeu seria a solução haja vista que contemplava o desejo de erguer na Amazônia uma civilização a imagem e semelhança das sociedades da Europa Ocidental.

O trabalho de Fontes (2002) objetiva realizar análise esmiuçada da brochura e de vários outros documentos sobre o tema, evidenciando que a publicação teria sido organizada com o objetivo de divulgar o Estado, com o fito de desconstruir a imagem, segundo a qual, no Pará, seria impossível prosperar uma sociedade civilizada. Para a autora, revela-se no documento uma “tensão social” no texto da brochura, pois os intelectuais buscavam sempre demonstrar o grau de progresso e civilidade alcançado pelo Estado, contrapondo-se a uma imagem elaborada da região como terra de índio, insalubre e pestilenta.

Segundo Pereira (2006), que analisou essa produção iconográfica, entre o século XIX e início do século seguinte, trabalhavam em Belém, média de 50 fotógrafos profissionais que se dedicavam, no princípio, exclusivamente ao gênero

do Reduto (R. 28 de Setembro, Av. da Municipalidade, etc.), onde já havia importantes indústrias; e uma grande zona residencial, ocupando o resto do espaço urbano.

²⁶ A preocupação em construir uma imagem positiva do estado, especialmente de Belém, foi uma questão central na virada do século XIX para o XX, levando governos, intelectuais, jornalistas, seringalistas, comerciantes e agricultores a expressar suas opiniões sobre a região e suas necessidades. Em 1900, foi mandado organizar pelo governador do estado do Pará, José Paes de Carvalho, uma brochura chamada “O Pará em 1900”, para comemorar os quatrocentos anos de descobrimento do Brasil. Esta foi organizada de forma que os homens de letras do início do século XX falassem sobre o Pará.

de retratos através do método de produção única da imagem. Com o tempo, em função da introdução de novas técnicas e outros sistemas fotográficos que utilizavam o princípio positivo-negativo, esses profissionais ampliaram a sua produção para registros de paisagens, reproduzindo cenas cotidianas dos locais por onde passavam ou colaborando para expedições científicas. Vários fotógrafos retrataram imagens diversas dos espaços urbanos de Belém, procurando ressaltar aspectos da cidade como ícones da modernidade.

Essas imagens foram distribuídas por álbuns, relatórios municipais, jornais e revistas. Mas, a produção sob a assinatura Fidanza²⁷ ganha destaque, pela reconhecida qualidade técnica e nítida delicadeza de suas paisagens, especialmente na representação de obras públicas, enfatizando o desenvolvimento da cidade, que foram reunidos nos álbuns do Pará de 1899 e de Belém de 1902²⁸. Segundo Pereira (2006, p. 79)

Esses álbuns representam luxuosas obras que exibem as marcas de uma cidade em transformação e foram editados a pedido do governador e do intendente, cujo objetivo era por em destaque os grandes acervos que correspondem ao período do seu mandato. Fotografia de edifícios, de ruas, de avenidas, de praças, de jardins públicos, de Igrejas e outras realizações arquitetônicas servia para mostrar o desenvolvimento, o progresso e melhorias efetuadas. Além dessas produções citadas anteriormente, Fidanza responsabilizou-se pela composição de álbuns em outros estados.

²⁷ Para Pereira (2006, 64), Felipe Augusto Fidanza “foi um dos principais fotógrafos cuja atuação foi bastante divulgada nos jornais locais” Português de origem, natural da cidade de Lisboa, veio para o Brasil e consagrou-se como a maior expressão da fotografia no Pará. Fidanza merece destaque como retratista, mas também como fotógrafo de paisagens urbanas. “Seu primeiro trabalho a destacar-se em âmbito nacional foram as fotografias que documentaram os preparativos da chegada de D. Pedro II em Belém no ano de 1867” (pg. 66). Fidanza sempre buscou aprimorar a arte de fotografar e com esse intuito fez diversas viagens para Paris, Lisboa e Londres, buscou novidades, participou de expedições nacionais e internacionais e apresentou as mudanças em seu ateliê que era utilizado para fazer exposições de pinturas de artistas que passavam por Belém. Neste trabalho, Pereira procura analisar a relação entre fotografia e cidade a partir da narrativa visual dos álbuns e relatórios de Belém que foram elaborados no período de 1898 a 1908, buscando identificar as formas como os indivíduos se fizeram representar nos diversos cenários urbanos, com visibilidade para os tipos sociais que foram flagrados sutilmente pelos fotógrafos a serviço ou não da propaganda governamental, com o intuito de difundir uma imagem de modernidade da cidade de Belém.

²⁸ Ver: PARÁ: Governador (1897-1901: J. P. de Carvalho) Álbum do Pará em 1899 (S. L.: s.n.). 1899. 160 p. Acervo da Seção de Obras Raras da Fundação Cultural “Tancredo Neves” CENTUR. BELÉM. Intendência Municipal (1898-1911: A.J. de Lemos). Álbum de Belém. Pará, 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p. Acervo da Seção de Obras Raras da Fundação Cultural “Tancredo Neves” CENTUR.

A partir da análise do Álbum de 1902²⁹ é possível perceber o quanto essa preocupação é evidente. Impresso pela gráfica Philippe Renouard, em Paris, o referido Álbum apresenta comentários e setenta e seis pranchas de imagens sobre vários aspectos da cidade. Ao todo são 93 fotografias de Belém e retratos dos representantes do governo. Conforme marca d'água impressa percebe-se claramente que são fotografias de Felipe Augusto Fidanza.

O Álbum foi encomendado pelo intendente municipal, Antônio Lemos, constituindo-se em obra comemorativa, editada a pedido do governo municipal, com o objetivo de enaltecer as realizações do intendente. São fotografias de prédios, jardins públicos, praças, Igrejas, monumentos, ruas, avenidas e mais algumas realizações arquitetônicas que permitem a realização de certa reconstituição da história imediata da cidade, enfatizando-se os elementos relacionados ao desenvolvimento, ao progresso e melhorias efetuadas, principalmente na administração lealista.

O texto do Álbum procura descrever os acontecimentos históricos e os diversos significados que envolvem as imagens em toda a obra. No início está representada a imagem do governador do estado naquele período, Augusto Montenegro, em seguida os retratos dos doze administradores da rede municipal, compondo uma única página. O intendente Antônio Lemos aparece no centro da página e, ao seu redor, os doze representantes estaduais, retratados em foto 5x4.

Segundo Pereira (2006, p. 64), “há uma necessidade de as pessoas ligadas ao mandato de governo se fazerem conhecidas e estarem presentes nos mecanismos de divulgação da cidade, com o intuito de ter uma imagem pública”. Após a apresentação dos retratos narra-se acerca da disposição dos espaços da cidade, construção e ordenação, e também de seus símbolos. Do início ao fim, a brochura procura até de forma exagerada, demonstrar a existência de civilização na Amazônia, pautada em padrões europeus e assentada sob um projeto político republicano (com seus poderes modernamente constituídos), e de acordo também com os parâmetros da moderna ciência da higiene.

Assim era necessário mostrar que esta civilização estava adequada aos mais avançados conhecimentos científicos da época e que a cidade de Belém era

²⁹Esta análise foi feita em monografia de especialização defendida em 2008, na UFPA, sob orientação de Maria de Nazaré Sarges, intitulada “Modernidade, Civilização e Imigração em Belém no início do século XX: o Álbum de Belém de 1902”.

propícia ao bem viver, pois a salubridade deixava de ser encarada como um problema climático na região para passar a ser tratada de acordo com os modernos princípios da ciência da higiene. Percorrendo todo o álbum de 1902 percebe-se que a palavra higiene é mencionada dezenas de vezes, referindo-se, às vezes, de forma desnecessária ou exagerada, pois voltada para descrição de ambientes que não apresentam grande risco à saúde da população.

Em toda a brochura são analisados diversos trechos onde a preocupação com a higiene é manifestada, tanto sobre os prédios situados em locais distantes do centro da cidade, relativos ao tratamento do lixo, de doentes, abate de animais e enterramento dos mortos, pois se procurava levar para fora das áreas centrais os maiores perigos para a saúde da população, ao mesmo tempo em que também buscava-se proporcionar aos edifícios da área central os requisitos fundamentais da ciência da higiene.

O Mercado Municipal, localizado na área central aparece com uma divisão interior em pavilhões isolados, formando áreas abertas ao ar livre, que poderiam ficar intransitáveis nas épocas mais chuvosas, mas, em contrapartida, teriam grandes consequências higiênicas para o estabelecimento, pois o asseio do mesmo se realizaria com extrema facilidade nos tempos de calor, especialmente a lavagem dos talhos, “diariamente emporcalhados pela mercancia da carne verde”, conforme Brandão (1902).

A preocupação em permitir a circulação do ar é típica, neste período, da adesão a famosa teoria dos miasmas, defendida pela corrente dos infeccionistas que consideravam que objetos naturais (animais ou vegetais), em putrefação, desencadeavam doenças pelo ar, daí a necessidade de construir espaços com possibilidade de circulação do ar, como fica explícito na descrição do Mercado Municipal e também nas ruas largas, abertas em Belém naquele contexto.

O Álbum também apresenta as praças e ruas principais da cidade, sempre limpas, muito bem cuidadas, mais um aspecto que ressalta a preocupação com as condições higiênicas da cidade. As praças são apresentadas como espaços agradáveis, voltadas para o refrigério dos cidadãos. As ruas largas obedeciam à dinâmica da sociedade em construção na época e, ao mesmo tempo, procuravam atender às exigências da ciência da higiene, facilitando a circulação do ar para evitar a contaminação da população.

No Álbum de 1902 percebe-se, portanto, uma descrição de Belém que procura enquadrá-la em padrões de modernidade, enfatizando seus símbolos principais, sendo importante considerar que a utilização do discurso higienista é constante, constituindo-se num dos elementos centrais da noção de modernidade cultuada naquele contexto. Esse discurso voltou-se principalmente para as classes populares, para as classes consideradas “perigosas”, gerando um acúmulo de experiências que informam as atitudes dessas camadas em relação às determinações do poder público.

Em função das inúmeras dificuldades em combater certas doenças, como a varíola, impõe-se o isolamento como forma de evitar o contágio, daí a necessidade da construção de um hospital em área afastada do núcleo urbano, como é o caso do hospital de variolosos, representado na imagem acima.

A preocupação com a doença não é especificidade da modernização, é coisa muito antiga. A população da região amazônica experimentou, com amargura, epidemias terríveis que afetaram grande parte da população. No século XIX, a varíola – velha conhecida do povo da região -, a febre amarela e a cólera ceifaram vidas e propiciaram um saldo de pavor, de medo, que se constituiu num caldo de cultura para as concepções médicas da época. A epidemia de febre amarela de 1850 chegou a afetar, segundo Vianna (1992), 12000 pessoas para uma população de 16000, em Belém. Assim, justifica-se toda a preocupação com a higiene no discurso das autoridades, como fica evidente na passagem a seguir de Sarges (2002, p. 147) referente à obra de Antônio Lemos.

O cuidado com a saúde pública e o serviço sanitário de Belém se constituíram num dos pontos prioritários da administração lemistista [...]. A intendência de Belém tentou regular os hábitos de forma a obter resultados satisfatórios no que concerne a saúde pública, na medida em que criou mecanismos na legislação municipal com o objetivo de controlar casas comerciais como hotéis, casas de pensão, restaurantes, hospedarias, etc., lugares considerados mais perigosos a propagação de doenças epidêmicas.

É importante ressaltar que a ação do Estado, tanto na esfera municipal quanto estadual, procurou associar a ideia de modernidade e civilização a padrões

de higiene notadamente “científicos”. Os relatórios de Antônio Lemos descrevem vários casos de doenças epidêmicas (febre amarela, tuberculose, varíola, etc.) que assolavam a população da cidade, mas, ao mesmo tempo todo o esforço no sentido de tomar medidas profiláticas com a finalidade de controlar a propagação das moléstias, o que leva inclusive, a criação do Departamento Sanitário Municipal, em 1901.

Também foram criadas, segundo Sarges (2002), a Inspectoria Geral do Serviço Sanitário do Pará, o Instituto Bacteriológico, o Instituto Vacinogênico, a Estatística Demográfica Sanitária, o Laboratório de Análises Clínicas e Bromatológicas, o Laboratório Farmacêutico, o Hospital de Isolamento, etc.

Todo esse arsenal médico-científico evidencia a intenção política de reordenar o espaço urbano para habitação das elites e trabalho das camadas mais pobres da população. Daí a ação sobre os cortiços, o tratamento do lixo, a desativação de cemitérios, etc. de acordo com a teoria dos Contagionistas ou Infeccionistas. Essas concepções dividiam e atormentavam a própria comunidade científica desde os tempos do Dr. Castro, ou do flagelo do cólera na Belém do Grão-Pará, como bem demonstrou Beltrão (2004)³⁰.

Para Vigarello (1999), essa nova conjuntura coincidiu com o predomínio do paradigma microbiano e bacteriológico que, graças aos trabalhos de Pasteur e Koch, propiciaram outra compreensão da causa das doenças, suas formas de transmissão e cura. A identificação dos agentes etiológicos das doenças infecciosas propiciou o desenvolvimento de vários métodos de imunização e combate aos vetores e seus reservatórios naturais. Surgiram métodos específicos de profilaxia, normalmente bastante eficazes, que levaram alguns a acalantar o sonho de que todo e qualquer mal poderia ser remediado pelo novo saber. O combate às

³⁰Eram dois os principais paradigmas médicos, vigentes no século XIX, sobre as causas e o modo de propagação de doenças epidêmicas. Entendia-se por contágio a propriedade que apresentavam certas doenças de se comunicar de um a outro indivíduo diretamente, pelo contato, ou indiretamente, através do contato com objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do ar que os circundava. O contágio, uma vez produzido, não precisava, para se propagar, da intervenção das causas que o haviam originado; ele se reproduzia por si mesmo, não obstante as condições atmosféricas reinantes. Ou seja, os contagionistas acreditavam que o surgimento de uma determinada doença sempre se explicava pela existência de um veneno específico que, uma vez produzido, podia se reproduzir no indivíduo doente e assim se propagar na comunidade. Por infecção se entendia a ação exercida na economia por miasmas mórbidos. Em outras palavras, a infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente. A infecção atuava senão na esfera do foco do qual se emanavam os tais “miasmas mórbidos”. Era verdade que uma doença infecciosa podia se propagar de um indivíduo doente a outro são; todavia, tal processo não acontecia propriamente por contágio: o indivíduo doente agia sobre o são ao alterar o ar ambiente que os circundava.

epidemias que assolavam a região, dificultando o pleno funcionamento da economia da borracha e afastando de seus portos os trabalhadores estrangeiros, levou os poderes constituídos a criarem, durante o século XIX, um aparato legal para regular os serviços sanitários, assim como um conjunto de instituições. Esses centros passaram a ditar os rumos da saúde pública.

A comunidade médica parecia não chegar a um consenso acerca das medidas profiláticas necessárias, mas na verdade, é preciso compreender a historicidade desse debate e, como bem demonstrou Figueiredo apud Chalhoub (2003), não estavam muito descoladas as práticas da medicina oficial em relação aos métodos da medicina popular³¹. Porém, ao longo do século XIX, os estudos científicos avançaram, conferindo maior credibilidade aos doutores, por isso, aqui no Pará a política era marcada pela presença influente de médicos. Nesse campo, a ideologia da higiene ganhou destaque, definindo boa parte das políticas públicas. Na administração do governador Augusto Montenegro (1897-1901) percebe-se uma enorme preocupação com a saúde pública, nos seus relatórios aparecem muitas medidas voltadas para a higienização da cidade, de acordo com Rodrigues (2008).

O Álbum de Belém de 1902 organizado no governo de Augusto Montenegro, como já foi dito revela uma preocupação destacada com a higiene. Em cada fotografia mostrada procurava-se evidenciar padrões de higiene adotados, notadamente científicos, adequados aos padrões europeus. Assim, as ruas largas, as praças, os hospitais e cemitérios afastados do centro urbano, a usina de incineração do lixo, o curro público, o necrotério, etc., seriam a demonstração da civilização na Amazônia. Quando o documento acima citado refere-se à desativação do cemitério Soledade afirma que foram razões de ordem higiênica que determinaram a interdição do referido cemitério e que “já em 1874 considerado insuficiente pela Santa Casa de Misericórdia, a quem incumbia então a gerência de semelhantes negócios, apesar de ser a iniciativa de construção respectiva toda por conta do governo”, de acordo com Brandão (1902).

A quando da criação da Repartição Sanitária Municipal, em 1899, considera o governo que essa reforma envolveu, na sua complexidade, o aumento de pessoal técnico, a fiscalização dos mercados, matadouros, dos estábulos, hotéis,

³¹ No artigo que compõe a obra acima A. Figueiredo analisa os embates entre pajelança (práticas curativas populares) e medicina “científica”, demonstrando, com base em consistente documentação, que os médicos científicos discriminavam o saber popular, mas geralmente lançavam mão de seus métodos.

restaurantes, talhos, necrotérios, cemitérios, domicílios particulares e, enfim, em todos os pontos da cidade onde a saúde pública estivesse ameaçada em face, de acordo com o governo, do “desleixo higiênico”. Essas informações, contidas no Álbum de 1902, revelam o caráter assumido pela administração municipal no que se refere a questão da saúde do município, percebendo-se a presença marcante do discurso higienista fundamentando a política de saúde municipal e seus efeitos, principalmente sobre as camadas populares, maiores responsáveis, de acordo com o discurso oficial, pelo estado de higiene da cidade.

Na descrição do Curro público, que serviria para o abate do gado, não se buscava argumento diferente. Esse estabelecimento era ainda o mesmo que garantia à população de Belém a carne verde isenta dos perigos que oferecia, a matança sem fiscalização científica e o talho sem as devidas prescrições de higiene (BRANDÃO, 1902), conforme atesta na Fotografia 01 a seguir.

Argumento semelhante foi utilizado em relação ao Necrotério e a Usina de Cremação. Conforme Brandão (1902, p. 93-94).

A situação do necrotério à beira do rio e às portas da cidade assegura-lhe as melhores condições higiênicas, que são escrupulosamente mantidas pela administração [...]. A usina está situada a curta distância da cidade em um trecho pouco edificado, permitindo a facilidade dos transportes de lixo e animais mortos, cuja incineração ali se faz do modo mais prático e pelos processos regulados pela moderna higiene.

É importante destacar a localização destes prédios, sempre distante do núcleo urbano, livrando parte da população, os bem nascidos, de qualquer risco que a presença do lixo, animais mortos e o abate do gado pudessem representar, de acordo com os preceitos médicos em vigor na época.

FOTOGRAFIA 01: Usina de Incineração de Lixo e Animais Mortos

Fonte: BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/ Philippe Renoaud, 1902.

FOTOGRAFIA 02: Necrotério Municipal

Fonte: BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/ Philippe Renoaud, 1902.

Essa *belle époque* da saúde também foi marcada pela construção de espaços voltados para o atendimento dos enfermos. Por meio da verba intitulada “socorros públicos” surgiram diversas instituições direcionadas ao tratamento dos acometidos de moléstias diversas, epidêmicas ou não. Algumas já existiam, mas passaram por reformas ou adaptações ou ampliação de seus espaços.

Para o tratamento dos variolosos inicialmente havia uma enfermaria localizada na travessa José Bonifácio, muito criticada pelas instalações inadequadas e por não conseguir atender a demanda, serviu as epidemias de 1883 e 1890, mas foi substituída pelo Hospital São Sebastião, destinado a abrigar os variolosos. Com a

epidemia de varíola em 1898, o governador Paes de Carvalho tratou de construir um hospital para estes doentes, tipo hospital-barraca-de-campanha, e que ficou pronto em três meses. Segundo Vianna (1992), o edifício é vasto, tendo comprimento de 120m e largura de 22m. Todo edificado em madeira; as grandes enfermarias e o 1º corpo são forrados. O hospital está instalado no mesmo terreno do Domingos Freire, do qual dista 130m, sendo separado deste por uma cerca de arame. Pela frente do terreno, na travessa Barão de Mamoré, e pelos lados de toda a área compreendida por aquela grande propriedade do Estado corre uma cercadura completando assim o isolamento dos edifícios.

Com a erradicação da varíola o São Sebastião passou a ser o “Asilo das Madalenas”, para a internação de prostitutas portadoras de doenças venéreas, a partir de 1921, tendo também abrigado tuberculosos.

O outro hospital que servia ao isolamento era o São Roque, na verdade uma casa, moradia particular, às proximidades do Domingos Freire, alugada por 150\$000 pelo governo do estado, em 1904, e utilizada para o isolamento de pacientes com peste bubônica, estando o São Sebastião, lotado. Ampliado e dotado de todos os cômodos necessários serviu também para o isolamento de pacientes portadores de varíola, gripe, difteria, etc.

FOTOGRAFIA 03: HOSPITAL DOS VARIOLOZOS

Fonte: BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/ Philippe Renoaud, 1902.

Havia também o Hospital da Caridade e o Asilo dos Alienados, sob a direção e administração da Santa Casa de Misericórdia do Pará. Existia o Lazareto do Tatuoca, cedido ao Governo Federal, para os serviços de quarentena aplicado às embarcações que atracavam no porto de Belém. Ainda se poderia contar com o Hospital Militar Federal, o Hospital da Marinha, o Hospital Militar do Estado e a Escola de Farmácia. Havia também instituições privadas, como o Hospital Dom Luiz I, de propriedade da Real sociedade Portuguesa Beneficente, que acolhia seus associados e também os indigentes que os procuravam; o Hospital de São Francisco, da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, quase exclusivo dos irmãos enfermos. Mas, em épocas mais delicadas, marcadas pela eclosão de epidemias, a população mais pobre poderia ainda contar com as associações de caridades que se empenhavam na tarefa de prestar socorro aos desvalidos e doentes sem assistência. As que mais se destacavam na época eram a Liga Humanitária, a Sociedade das Damas da Caridade, a Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense, a União Salvaterrense, a Sociedade Beneficente Estrela do Oriente, etc³².

Até a primeira metade do século XIX, acreditava-se que doenças eram causadas e disseminadas por aspectos do meio, difundira-se a teoria miasmática que afirmava serem as epidemias oriundas de lugares insalubres onde a circulação do ar ficava prejudicada. Muitas medidas tomadas pelos responsáveis da saúde pública no Brasil pautavam-se nesta teoria, implicando um combate à permanência de determinados edifícios dentro da cidade, como os hospitais e os cemitérios. Relegar a localização destes edifícios para uma área externa à cidade era entendido como uma medida profilática, pois desta forma as pessoas não estariam expostas às perigosidades que estes lugares implicavam.

O crescimento urbano de Belém nas últimas décadas do século XIX coincidirá com as pesquisas que proporcionaram descobertas sobre a causa microbiana de diversas doenças. Nessa perspectiva, leis e normas baseadas na necessidade de circulação, arejamento e consequente desodorização do ambiente, originárias da teoria dos “miasmas”, ganham atualidade e são combinadas com as mais modernas descobertas científicas do campo biológico. Inicialmente, o

³² Sobre as instituições existentes em Belém nesse período, consultar CAMPOS, Américo. “Higiene”. In: *Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil: O Pará em 1900*. Pará-Brasil: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, p.113-19.

isolamento dos variolosos era feito numa enfermaria localizada na travessa José Bonifácio, em condições precárias, mas, nas últimas décadas do século XIX, ganha corpo a ideia de se construir um Hospital de Isolamento.

O Hospital de Isolamento foi concebido para a assistência médica dos enfermos através do isolamento de indivíduos portadores de moléstias contagiosas, mas também para a proteção das pessoas sadias através da realização de quarentenas preventivas. As primeiras iniciativas para a sua construção ocorreram em função do aumento do número de casos de varíola na cidade de Belém. Justificando a ação de um hospital de isolamento, partilhava-se à época a convicção de que a internação dos doentes e a quarentena dos contagiantes seriam os principais recursos contra a propagação de diversas enfermidades.

É importante salientar que a prática do isolamento já representava a ineficácia da profilaxia oficial para combater a varíola, ou seja, a vacina. A rejeição desta por parte de diversos segmentos da sociedade local provocou a necessidade de se recorrer ao isolamento compulsório dos infectados. Tal prática, já realizada em relação aos leprosos e alienados³³, era cercada de arbítrio, de violência praticada pelas autoridades policiais. É claro que os populares, que já rejeitavam a vacina, também demonstraram intensa oposição ao isolamento, buscando esconder os casos de varíola ou estabelecer tratamento alternativo, em enfermarias improvisadas.

O medo da contaminação, do contágio ou dos “miasmas” também afetou o destino dos mortos. No Pará, desde pelo menos a época da conquista eram comuns os enterramentos nas igrejas, nos mosteiros, conventos e outros lugares considerados sagrados. Supõe-se que os primeiros colonos falecidos fossem enterrados na pequena igreja de Nossa Senhora da Graça, construída por Francisco Caldeira Castelo Branco, dentro do forte do Presépio. De 1626 em diante, os conventos e igrejas franquearam os seus recintos às sepulturas, conforme Vianna (1992), a quantidade de pessoas sepultadas nestes locais parece impossível levantar, em função da falta de registros, que só foram mantidos com relação aos indivíduos considerados mais ilustres.

³³ Para uma discussão mais aprofundada sobre o isolamento dos infectados por lepra em Belém, ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Assim como eram os gafanhotos, pajelança e confrontos culturais na Amazônia do início do século XX”. In: MAUÉS, Raimundo Heraldo & VILLACORTA, Gisela Macambira (org). *Pajelanças e religiões africanas na Amazônia*. Belém, Edufpa, 2006, p.52-102.

Entre as medidas sanitárias adotadas, destaca-se a da proibição expressa de sepultura aos mortos de febre, nas igrejas da cidade. Para tais medidas tornarem-se realidade, na prática, era necessário estabelecer um cemitério regular; o presidente não pensou em utilizar o cemitério do largo da campina, porque se encontrava em completo abandono; então escolheu um lugar, então chamado das valas, todo de solo firme, mandou limpar sessenta braças quadradas, meteu-as em cerca regular e erigiu dentro delas uma pequena capela de madeira, sob a proteção de Nossa Senhora da Soledade.

FOTOGRAFIA 04: Cemitério da Soledade

Fonte: BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/ Philippe Renoaud, 1902.

O crescimento urbano não permitiu longa atividade ao cemitério da Soledade, pois a referida necrópole estava já muito próxima da área central da cidade e, com isso, o perigo de contaminação atormentava os habitantes de Belém. Uma nova epidemia de varíola, que então grassava com violência na cidade, reclamou providências enérgicas das autoridades, buscando-se o encaminhamento de uma nova necrópole que recebeu os indigentes infeccionados, a partir de 1874. Tratava-se do cemitério Santa Izabel que inicialmente recebia os cadáveres dos pobres, dos escravos e das vítimas das epidemias. Neste momento, a segregação envolveu até os mortos, pois o cemitério da Soledade passou a ter a condição de

cemitério dos abastados. Na verdade, essa desigualdade nos enterramentos remontava aos tempos da cólera, como afirma Beltrão (2004, não paginado):

Na capital, onde as vítimas deveriam ser enterradas no cemitério de N. S. da Soledade, provavelmente, houve sepultamentos fora do campo santo, tanto pela falta de braços para cumprir com o "dever cristão", como pelos preços das esmolas para o enterramento. (...) A sepultura mais barata era demasiado cara para ser adquirida pelas gentes pobres, abatidas pelo flagelo. Para facilitar a compreensão durante a epidemia, os enfermeiros recrutados pela Comissão de Higiene Pública recebiam 10\$000 réis mensais. Um enterramento na vala comum, portanto, equivaleria a 20% da remuneração. Pode-se argumentar que havia sempre a possibilidade de ser dispensado da esmola, mas essa prática não era usual. Das 1.049 almas enterradas na Soledade, vitimadas pela cólera, apenas 30% foram dispensadas da esmola, ou seja, teve enterro gratuito. Os demais despenderam 4\$000 réis por uma sepultura rasa e temporária, única disponível em tempo de moléstia epidêmica.

Em 1880, uma comissão de médicos e engenheiros, avaliando as condições higiênicas do cemitério da Soledade, recomendou a suspensão dos enterros naquela necrópole. Segundo Vianna (1992: 301), “[...] a comissão alegou que a necrópole achava-se já dentro do povoado; que os espaços disponíveis no cemitério eram já insuficientes para os enterros; que a análise química do terreno revelava um misto de argila e areia, impróprio [...]”. A portaria de 5 de agosto do ano citado declarou suspensos os enterros na Soledade e, portanto, transferidos para o cemitério Santa Izabel.

O medo da morte, ou da morte precedida por um estado mórbido associado a uma marca estigmatizante, levou as autoridades, respondendo a apelos e contando com a conivência de muitos, a procurarem afastar da cidade os doentes já que não se consegue evitar a doença, a afastar os mortos em função da impossibilidade de conter a morte.

FOTOGRAFIA 05: Capela do Cemitério Santa Izabel

Fonte: BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/ Philippe Renoaud, 1902.

Enfim, a ideologia da higiene estava assentada em concepções médicas que mesmo gerando reações, orientavam a reorganização do espaço urbano. Entre os defensores de tais concepções estavam médicos influentes, que alcançaram grande projeção política. Está patente aqui a confiança no saber técnico, que graças ao seu poder de intervenção submete, transforma e molda o ambiente, numa atitude que guarda similaridade com o trabalho das divindades, conforme se abordará no capítulo seguinte.

3. CAPITULO II - Os Médicos, As Epidemias e as Políticas de Saúde no Pará Republicano.

As condições de saúde da população de Belém, no início da República não eram nada animadoras. As mudanças que a cidade estava experimentando, conforme descrito no capítulo anterior, embora fossem pautadas nos princípios da ciência da higiene, produziam mais efeito estético que profilático. Assim, o novo regime nascia no Pará com a sua capital herdando do Império, um quadro de doenças infecto-contagiosas. A varíola, por exemplo, causou 117 mortes em 1889, sendo que, no ano anterior havia ceifado 747 vidas. A febre amarela, que atacava principalmente os imigrantes, provocou 48 mortes em 1889, e já havia provocado outras 88 no ano anterior (VIANNA, 1975).

Para tentar amenizar o quadro citado, o regime republicano, iniciado em 1889, deu um expressivo impulso às medidas higiênicas que já vinham sendo realizadas durante o Império, além de criar novos serviços que não existiam no período monárquico. Em muitas das principais cidades do país ocorreu um processo de “modernização” de suas áreas centrais, com construções de palacetes luxuosos, largas avenidas, praças, arborização, sistema de esgoto, água potável e transporte, assim como se aplicou uma política rigorosa de limpeza urbana, que procurou afastar parcela da população considerada “indesejável” e suas moradias dos espaços embelezados da cidade, como vimos no capítulo anterior. Exemplos desse tipo de intervenção ocorreram em várias partes do território nacional na virada século XIX para o século XX, sendo Rio de Janeiro e São Paulo exemplos marcantes no Sudeste do Brasil, e Belém e Manaus, vistos como exemplos amazônicos. Livrar as cidades das enfermidades e do que se chamava de atraso colonial, revela uma das facetas assumidas pelas políticas higienistas que eram levadas a termo na época.

Desde meados do século XIX, procurava-se controlar as epidemias e endemias. Porém, somente com o início do regime republicano é que os médicos higienistas puderam vislumbrar um maior espaço de articulação de sua ciência. No entanto, nas várias regiões do país, foram seguidos caminhos distintos.

Se, nos vários cantos dopaís, o novo regime colocou o seu aparato jurídico e policial em defesa dos esculápios, uma exceção foi o Rio Grande do Sul, onde os médicos acadêmicos enfrentaram situação adversa. Os esculápios gaúchos viram seu estado adotar uma perspectiva positivista após o golpe que deu início à

República (1889), consolidada na Constituição Estadual de 1891. A interpretação que os governantes gaúchos fizeram do positivismo marcou profundamente a concepção de saúde que orientou suas políticas higiênicas (WEBER, 1999, p. 21). Nessa perspectiva, a ênfase na liberdade profissional e religiosa permitiu que se instalassem diversas práticas de cura no Estado até o início da chamada Era Vargas. E para complicar ainda mais a vida dos doutores, os governos gaúchos condenavam como despótica a intervenção dos médicos nos assuntos que consideravam, acima de tudo, decisão individual. O que limitou o seu poder de intervenção na sociedade e constituiu-se em um dos principais problemas para a consolidação dessa categoria profissional na região.

Os exemplos citados contribuem para mostrar que a afirmação das políticas higienistas e a construção de uma imagem de prestígio dos doutores e de sua ciência ganharam diferentes feições nas diversas regiões do território nacional. Entretanto, algumas comparações são necessárias para entendermos melhor esse processo e percebermos em que pé estavam as ciências médicas e as práticas higienistas no Pará republicano.

Foi por um processo de avanços e recuos, que desenvolveu-se uma política sanitária no estado do Pará. Essa, também, foi a época em que se falou muito em profilaxia. As ameaças de invasões epidêmicas deixaram as autoridades em constante estado de alerta. Um dos grandes problemas que deveria ser enfrentado naquele tempo, por exemplo, eram as epidemias de varíola que assolavam diversas partes do mundo.

Como vimos anteriormente, a população de Belém enfrentava frequentes epidemias de varíola, febre amarela, peste bubônica, entre outras. Esse quadro contribuiu para tornar as questões relacionadas à saúde pública bastante presentes, especialmente através da imprensa. Os jornais locais faziam diariamente referências aos mortos, chamando a atenção da opinião pública, colocando em debate profilaxias e práticas terapêuticas mais adequadas para esta ou aquela doença. Essas questões colocavam em cena diferentes sujeitos envolvidos no universo da cura, que constituía-se em um campo marcado por acirrada disputa, envolvendo vários terapeutas, mas onde, os médicos acadêmicos procuravam exercer a hegemonia.

3.1 Médicos, Governantes e a Questão da Saúde no Pará

A presença dos médicos em Belém, no final do século XIX, já era considerável, pois a Inspetoria de Higiene, em 1891, registrou sessenta e um médicos, trinta e um farmacêuticos, cinco dentistas e uma parteira. O número de médicos matriculados era ainda maior, pois alguns deles solicitaram prorrogação de prazo para que pudessem preencher todas as exigências daquele órgão. (RELATÓRIO, 1892). Estes procuravam conquistar a hegemonia no universo da cura e, entre as estratégias utilizadas por eles, estava o domínio de instituições ligadas à saúde. Se a Inspetoria de Higiene era controlada por médicos e foi se ampliando, buscando aumentar a participação dos mesmos, outros órgãos iam aparecendo, ou os que já existiam passavam a ser reivindicados pelos esculápios.

Nos discursos médicos do início do período republicano, encontramos, tanto declarações sobre o estado sanitário no Pará, como de defesa das novas práticas médicas. Assim, o Dr. Cipriano Santos, Inspetor da Higiene do estado, em 1891, argumenta em defesa da salubridade do estado do Pará “contrariamente ao que ainda hoje se acredita no extremo oposto da república”. Afirma ainda que a estatística da mortalidade seria a prova científica da boa condição do estado do Pará no campo da saúde (RELATÓRIO, 1892, p. 5). Mas defende que, apesar dos “espíritos refratários”, a higiene constituía assunto de grande importância, porque pode contribuir para prolongar a vida humana, destruindo ao atenuando as causas da morte, “que retarda extraordinariamente seu progresso”. Segundo ele, doenças como a varíola, a febre amarela, o cólera, o sarampo, etc., pelos avanços da higiene, tenderiam a ser consideradas moléstias comuns, e, ainda que, “o resultado dos estudos de Pasteur, tem valido a França a economia de muitos milhões de francos” (RELATÓRIO, 1892, p. 6).

A análise das mensagens de governo e dos relatórios da Junta de Higiene e do Serviço Sanitário do estado mostra que os governadores paraenses da Primeira República deram a sua contribuição para a legalização e institucionalização da medicina no estado. Durante esse período, as autoridades públicas do estado procuraram aparelhar as instituições que cuidavam da higiene pública e da saúde da população dentro de um sistema de atendimento que prestasse socorro em épocas epidêmicas. No entanto, isso não quer dizer que a constituição de um aparato oficial de vigilância sanitária, sistema hospitalar e higiênico tenha se configurado em uma verdadeira máquina capaz de vigiar e punir e, assim, disciplinar corpos e mentes.

As reformas e remodelagem pelas quais passaram os serviços sanitários do Estado (1891, 1896, 1898, 1904, 1914) refletem em parte as novas atribuições e força que a higiene pública e setores médicos ganharam após a proclamação da República, mas também indicam os seus limites. A criação de instituições hospitalares, laboratórios, serviços de desinfecção, vacinação e revacinação, assim como de uma polícia sanitária, dão mostra das iniciativas visando adequar a higiene pública às novas necessidades da capital do Estado, que crescia aceleradamente no final do século XIX, tomando maior impulso no início do século XX. Essas mudanças, no entanto, estiveram marcadas por conflitos de diversas naturezas, que passavam por questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

3.2. A Nova Inspetoria de Higiene (1891)

A Inspetoria de Higiene do estado que, até 1889, era composta por três empregados, um inspetor, um ajudante e um secretário, foi reestruturada em 1891, através do Decreto estadual nº 391 de 19 de agosto, que separou a Repartição de Saúde do Estado da Inspetoria Geral de Higiene (RELATÓRIO, 1892). Por este decreto, a Inspetoria de Higiene foi aumentada em seu pessoal técnico, passando a contar com: um inspetor, um ajudante, dois médicos vacinadores, um medico demografista e diretor do laboratório de análises, um químico, um secretário, um amanuense, um desinfetador, um porteiro e dois serventes (RELATÓRIO, 1892). No interior do estado a autoridade sanitária continuou a ser exercida por delegados de higiene.

A Inspetoria de Higiene possuía um Laboratório, que se encarregava de fazer, principalmente a análise de bebidas consideradas “espirituosas”. Além disso, deveria fazer visitas sanitárias, vacinação e revacinação, e a estatística da mortalidade, gerando crescente demanda por aumento de pessoal e de aparelhamento, abrindo espaço para a atuação dos esculápios. (RELATÓRIO, 1892)

Em 1896, ainda durante o primeiro mandato de Lauro Sodré³⁴, os serviços de higiene passaram a ser divididos em quatro seções técnicas, assim designadas:

³⁴Lauro Nina Sodré, nasceu no estado do Pará, em 1859, aos 18 anos, ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde teve contato com ideais positivistas, através de um de seus professores, Benjamim Constant, de quem tornou-se um dos discípulos diletos. Em 1880 foi promovido a 2º tenente e nomeado lente de Economia Política da Escola Superior de Guerra. Em 1883 diplomou-se bacharel em Ciências Físicas e Matemática, em 1884 foi promovido a 1º tenente e Ajudante de Ordens do Comando das Armas no Pará. Implantou a propaganda republicana no Pará, fundou clubes e, por isso, foi transferido para Mato Grosso. Após a Proclamação da República ingressou

laboratório de análises, vacinação animal, demografia sanitária e profilaxia. Em 1898, no governo de Paes de Carvalho³⁵, tais serviços foram ampliados, acrescentando-se às seções já existentes a bromatológica, o laboratório de farmácia, a polícia sanitária de animais e o lazareto.

3.3 O Projeto dos Médicos Regionais (1894)

A partir de 1894, questões relacionadas à saúde pública ganharam cada vez mais espaço nos debates políticos paraenses. Propostas para a remodelação da cidadedo Belém, médicos para atender a população do interior, política de isolamento para portadores de doenças infecto-contagiosas e várias outras medidas relacionadas à saúde pública permearam as sessões da câmara do senado e os discursos dos deputados estaduais naquele ano.

Entre os parlamentares destacava-se o doutor Firmo Braga³⁶ que, ao lado de outros colegas de profissão, lutava para ver aprovados projetos que fossem de interesse de sua categoria profissional e que contribuíssem para a solução de problemas enfrentados pela sociedade paraense. Em maio de 1894, o doutor Firmo Braga, na condição de membro da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, apresentou um projeto para a criação dos médicos regionais. Segundo Firmo Braga, a falta de salubridade do interior do Estado - afetado constantemente pelo impaludismo- constituía-se em razão suficiente para aprovar o projeto. Quem

efetivamente na vida política. Foi duas vezes governador do estado do Pará (1891 a 1897 e 1917 a 1921), além de vários mandatos como parlamentar (BORGES, 1983, p. 91-91).

³⁵Esse médico diplomou-se em medicina pela Universidade de Coimbra e prestou serviço nas mais importantes instituições paraenses de saúde da época, como a Santa Casa de Misericórdia do Pará e o hospital da Beneficente Portuguesa. Envolvido nas disputas políticas do final do século XIX, Paes de Carvalho foi um dos fundadores do “Clube Republicano”, tendo sido presidente da agremiação. Em, 1897, com o término do mandato de Lauro Sodré como governador, Paes de Carvalho assumiu a administração do Estado, dando grande ênfase na política de saneamento de Belém (PARÁ-MEDICO, vol. 8, n.10. Belém, 1922, pp, 220-21).

³⁶Firmo José da Costa Braga, nasceu em Cametá, interior do estado do Pará, em 1859. Em sua cidade natal concluiu o curso primário, sendo que, em 1870, com dez anos de idade, seguiu para Lisboa, onde fez o curso secundário e diplomou-se em Ciências Naturais pela Escola Politécnica, em 1880. Depois ingressou na Escola Médico-Cirúrgica, da Universidade de Coimbra, concluindo o curso em 1886, aos 26 anos de idade. Especializou-se em ginecologia e, para aprimorar conhecimentos, frequentou alguns hospitais da Europa, especialmente na França, onde, em Paris, permaneceu de 1887 a 1889, tornando-se assistente interno da clínica obstétrica do professor Estevão Tarnier, inventor do fórceps de seu nome e pioneiro da aplicação da teoria da profilaxia na febre puerperal pela antissepsia, assepsia e isolamento. Em 1891 voltou ao Brasil, submetendo-se a exame para validar seu diploma de médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Radicou-se em Belém, tornando-se médico efetivo dos Hospitais da Beneficente Portuguesa, da Ordem Terceira de São Francisco e da Santa Casa de Misericórdia. Integrou as fileiras do Partido Republicano Federal, sob o comando de Lauro Sodré. Nas legislaturas de 1893 a 1899, integrou o Congresso do Estado e a Câmara Federal de 1912 a 1921. Também foi um dos fundadores do jornal A Folha do Norte, em 1896, e se tornou um dos seus mais assíduos colaboradores. (MEIRA, 1986, pp. 27-29).

visitasse o interior do Estado, dizia Firmo Braga, atravessando “zonas extensíssimas”, onde existia uma população enorme e sujeita a todas as manifestações do impaludismo, não encontraria nessa vastidão um só médico que pudesse “prodigalizar a esse infeliz o recurso da ciência”. Isso provava o quanto era “inadiável a criação dos médicos regionais para o interior do Estado”. Em defesa de seu projeto, o Dr. Firmo citava exemplos de outros países: “É isto que vemos fazer outros países que não têm, como nós, tanta necessidade de zelar pela salubridade pública, elemento essencial do desenvolvimento físico e moral do indivíduo”. (Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará. 1894. Vol. 4)

O projeto foi aprovado pelo Congresso Legislativo do Pará, pela lei 215 de 30 de junho de 1894, que criou o cargo dos “médicos regionais”. Para tal, o estado do Pará foi dividido em dezesseis regiões sanitárias, tendo sido nomeados médicos residentes para cada uma delas, tendo cada uma, um município escolhido como centro. O objetivo do projeto era radicar médicos no interior do estado.

De acordo com o projeto, a nova categoria de médicos regionais obedeceria às seguintes disposições: a nomeação dos médicos deveria ser feita pelo próprio governador; para cada região seria nomeado apenas um médico; o médico deveria residir no município indicado como centro da respectiva região; o médico deveria percorrer toda a região a seu cargo, munido de uma ambulância e de medicamentos fornecidos uma vez por mês; deveria prestar serviço médico-cirúrgico à população pobre sem remuneração alguma; o médico deveria apresentar à Diretoria de Higiene Pública, semestralmente, um relatório circunstanciado, fornecendo dados sobre a profilaxia e a etiologia das doenças mais frequentes, sobre a terapêutica mais eficaz, e ainda sobre a mortalidade observada; cada médico teria como vencimento a gratificação anual de seis contos de réis, que seria elevada em casos de epidemias; e, por fim, em circunstâncias anormais, o médico de uma região auxiliaria o de outra, mediante determinação do governador (Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará. vol. 4. Pará. Imprensa Oficial, 1894, p.139).

No entanto, acompanhando os debates parlamentares, observamos que o projeto dos médicos regionais recebeu muitas críticas de outros parlamentares, o que mostra que setores da sociedade paraense eram refratários a uma ampliação da ação dos médicos acadêmicos no estado.

Em defesa do projeto, o Dr. Firmo Braga, utilizando seus conhecimentos científicos, fez longo discurso defendendo que o interior não era assombrado somente pelo impaludismo, mas também por um grande número de doenças próprias dos climas tropicais que, se não fossem devidamente combatidas “por profissionais que d’elas conheça a causa, darão necessariamente a morte de um grande número de indivíduos, sem recursos para virem à capital sujeitar-se a um tratamento racional”. (Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará. 1894. Vol. 4. Pará: Imprensa Oficial, p. 311). Para ele, entre outras vantagens, a medida haveria de “diminuir as vítimas dos pajés e curandeiros”. O deputado Bartholomeu Ferreira, ouvindo isso, logo deu seu apoio: “Se esses médicos vão substituir os pajés, dou meu voto ao projeto” (Idem)

No entanto, no dia 5 de julho daquele ano, o projeto voltou a ser discutido. O debate girou em torno do número de médicos regionais que seriam designados para a região do Salgado, litoral do Pará. Os deputados que representavam essa região questionaram a quantidade de médicos que seriam designados para atender aos moradores dos municípios dessa área, reivindicando mais um para esse serviço, pois consideravam que dois não seriam suficientes. (Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará 1894. Vol. 4. Pará: Imprensa oficial, p.311-312). Já Firmo Braga advertiu os deputados da região do Salgado que, antes de elaborar o projeto que apresentara, havia consultado os “filhos do interior”, para ver qual seria a quantidade e as zonas para onde deveriam ser enviados os médicos, além do mais, para ele, as reclamações não fariam sentido, pois a região do Salgado, que gozaria dos “foros de saudável”, seria servida por dois médicos quando na verdade precisaria apenas de um (Idem)

Em meio ao debate, entre os deputados que discordavam da proposta de Firmo Braga, Bartholomeu Ferreira, que se dizia representante da região do Salgado e que anteriormente havia pedido mais médicos para a região, trouxe à baila uma posição inusitada, afirmando: “Sr, presidente, estou certo que a região do Salgado está longe de estar sujeita a epidemias; atualmente a única epidemia que aí reina é a epidemia de saúde e eu temo que ela desapareça com a chegada dos médicos” (Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará 1894. Vol. 4. Pará: Imprensa oficial, p. 412).

O que chama a atenção é que o deputado, que antes reivindicava três médicos ao invés de dois para a região, manifestou também que Salgado não

precisava mais de médicos, pedindo a eliminação dessa área no projeto. Esta nova fala avivou o debate entre os parlamentares.

Vale a pena reproduzir uma parte desse debate envolvendo deputados e médicos-deputados:

O deputado. Bartholomeu: – Eu creio que a presença dos médicos irá fazer perigarem as condições sanitárias.

O médico-deputado E. Passos: – V. exc. não pode julgar os médicos dessa maneira.

O médico-deputado Firmo Braga: – É porque v. exc. não tem compreensão exata de qual é o papel do médico na sociedade.

Os deputados. Gonçalo e João Santos: – V.v. excs. querem uma exceção que não se pode admitir.

O deputado Bartholomeu: – Onde há médicos, há doentes; lá não há doentes, não deve haver médicos (Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará 1894. Vol. 4. Pará:Imprensa oficial, p. 413-415).

Consideramos que merece destaque, neste episódio, o fato de que os médicos acadêmicos, apesar de buscarem ocupar espaço na administração pública, aumentando sua atuação, mesmo dentro do aparelho estatal encontraram fortes adversários. O que pode ser explicado, também, pelo fato de que, para alguns parlamentares, mesmo sendo necessário combater a pajelança, havia também o temor da presença dos médicos acadêmicos em seus redutos eleitorais, haja vista que poderiam se constituir em ameaça poderosa, num momento em que a projeção política destes era evidente.

Além deste debate inicial, a atuação dos médicos regionais foi bastante criticada nos anos seguintes e, por fim, extinta em 1898.

Lauro Sodré, governador na época da implantação do projeto, por exemplo, mostra em seus discursos que tinha dúvidas sobre o suposto espírito cívico dos médicos para sanear o Pará. Sua mensagem de 1897 é esclarecedora a esse respeito. Aí, o governador ressaltava que a criação dos médicos regionais, que repugnava a muitos, estava dando resultados que poderiam ser considerados satisfatórios, lembrando que havia lugares no interior onde nunca iria exercer “espontaneamente” a profissão “o mais humilde clínico”. Naquele momento, no entanto, frisava o governador, ajudados pelo governo, mesmo nessas piores paragens, havia agora “quem prestasse à população os socorros necessários” (PARÁ, 1897, p. 43).

Por fim, em 1898, após quatro anos de existência do projeto dos médicos regionais, como mostram os debates parlamentares, houve um grande esforço para derrubá-lo, fazendo-se uso dos mais diversos argumentos. Na sessão de 26 de abril, o deputado Antônio Chermont dizia: “A existência dos médicos regionais é pior do que a peste!”. No mesmo tom, o deputado Ignácio Cunha procurou desqualificar a atuação dos médicos como representantes da ciência, engajados em uma missão, denunciando que, alguns deles, passavam a vida pescando e caçando, mesmo quando se davam casos graves de moléstias nas localidades para onde haviam sido designados: “É aos apóstolos da algibeira e não aos apóstolos da medicina que se refere o projeto”, arrematava o deputado (Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará. Vol. VIII, 1898, p.107). Apesar de toda articulação dos médicos acadêmicos, a revogação da lei 215 de 30 de junho de 1894, que havia criado o cargo de médicos regionais foi inevitável (Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará. Vol. VIII. 1898, p.113).

Pode ser que muitos dos argumentos usados para por fim aos médicos regionais fossem exagerados, mas há de se considerar também que grande parte desses médicos não se via como “missionários”, engajados no projeto do Estado. Assim, durante quase toda a República Velha, os moradores do interior do Estado raramente viram a figura de médicos e outros profissionais de saúde diplomados passar por suas vilas e povoados. No mais das vezes, esses profissionais davam as caras quando eram enviados pela Inspetoria de Higiene para atender aos chamados das autoridades locais em casos de epidemia. Essa situação quase não mudou até o final da década de dez do século XX. O procedimento mais comum era o envio de uma comissão médica provida de uma ambulância de medicamentos e vacinas para serem distribuídas entre os indigentes atingidos por algum surto epidêmico.

3.4. Saneamento de Belém

É preciso lembrar que, nesse período, o quadro de mortos pela febre amarela era assustador e, portanto, inibidor da presença estrangeira em Belém. Pensando nisso, Paes de Carvalho, em 25 de fevereiro de 1899, através do Decreto Estadual nº 647, criou a Comissão de Saneamento de Belém. Naquela ocasião, o governador Paes de Carvalho apresentou as justificativas para seu projeto, reproduzidas abaixo:

As obras de saneamento da capital impõem-se como uma necessidade imprescindível, urgente e inadiável. Belém é uma verdadeira capital, é o cérebro do Estado, é o centro unificador de todo o movimento econômico que se realiza por esse admirável sistema circulatório, que tem como artérias principais o rio-mar e suas múltiplas irradiações de penetração, por onde o progresso industrial se encaminha à conquista de novos elementos da ação civilizadora. Belém não é somente a sede do mais importante município do Estado, é principalmente o foco propulsor da benéfica atividade do Estado inteiro. À este cumpre, portanto, realizar a parte primordial de seus melhoramentos atinentes ao conforto das verdadeiras cidades e à indestrutibilidade das condições de higiene a elas indispensáveis (PARÁ, 1901, p. 19).

A fala do governador, que também era médico, revela a influência de sua área de formação na descrição do espaço urbano, classificando a capital como o “cérebro do Estado”, definindo o “sistema circulatório” e as “artérias” que seriam representadas pelos rios, como a base do movimento econômico. Além disso, fica evidente que o fundamento da justificativa apresentada por Paes de Carvalho é a ciência da higiene. Uma das grandes preocupações do governador era com a imagem criada sobre o estado do Pará, no que se refere à salubridade, pois seria fundamental para a corrente imigratória direcionada à região, “atraindo para aqui braços capitais que venham desenvolver a nossa lavoura e indústrias incipientes” (PARÁ, 1901, p. 20).

O decreto designava estudos a serem realizados sobre as condições higiênicas da capital, delegando à Comissão os seguintes trabalhos: 1º Topografia, nivelamento e cadastro dentro de todo o perímetro urbano; 2º Estudo do solo do subsolo e das águas; temperatura, pressão, luminosidade, eletricidade e umidade do ar; quantidade e distribuição das chuvas; regime dos ventos e das águas correntes. 3º Estudo das águas caídas sobre solo impermeável; drenagem; eliminação dos pântanos e utilização de suas áreas. 4º Esgotos de materiais fecais, águas servidas e pluviais. 5º Higiene das construções e orientação dos novos arruamentos (PARÁ, 1901, p. 22). O projeto de saneamento de Paes de Carvalho estava baseado nas ideias de Fonssangrive sobre as cidades fluviais e na perspectiva da ciência da higiene, conforme percebemos abaixo.

Com a base segura da patogenia em que a ciência moderna faz repousar a higiene, indicando-lhe os organismos produtores das moléstias infecciosas e os meios eficazes para a sua eliminação, não são certamente as medidas destacadas as que se recomendem, mas sim as grandes medidas de conjunto que assegurem a pureza do ar e das águas, a destruição dos detritos, a inspeção e limpeza das habitações coletivas, a desinfecção dos lugares contaminados, a eliminação dos pântanos e de todos os focos de infecção (PARÁ, 1901, p. 23).

Em 1900, Paes de Carvalho já demonstrava satisfação com os trabalhos da Comissão de Saneamento, apresentando avanços significativos dos trabalhos, informando a aquisição de material para o abastecimento de água, anunciando o início para breve das obras mais urgentes, que seriam complementares das rigorosas medidas sanitárias do Regulamento que acabara de promulgar, pois “assim ficaremos em magníficas condições higiênicas, somente comparáveis as que existem em São Paulo” (PARÁ, 1900, p. 65).

Assim, num contexto marcado por frequentes epidemias, questões relacionadas à medicina ganhavam cada vez mais espaço, as instituições voltadas para a área também, crescendo a importância atribuída aos esculápios. Porém, isso não significa dizer que os médicos acadêmicos passaram a ter, então, o poder e a autoridade que hoje lhes parece intrínsecos. Na verdade, as dificuldades encontradas pelos esculápios para definir um diagnóstico preciso, em função da falta de conhecimento em relação à etiologia das principais doenças da época, levava a população a questionar frequentemente o saber daqueles profissionais. As próprias políticas públicas, sempre orientadas por um médico, quando não se revelavam ineficazes, eram vistas como autoritárias ou invasivas por grande parte da sociedade, gerando descontentamento. Como exemplo, podemos citar as políticas públicas aplicadas em caso de doenças infecto-contagiosas ou epidêmicas, como a varíola, a febre amarela, a lepra e a peste bubônica. A prática mais comum, utilizada na incidência das doenças citadas era a segregação dos infectados.

A prática do isolamento dos doentes era muito utilizada em Belém e constituía-se em recurso principal, às vezes único, no combate as epidemias. Havia em Belém, por exemplo, asilo para os leprosos e asilo para os alienados, bastante afastados do centro da cidade, assim como o próprio hospital dos variolosos, conforme mostrado no capítulo anterior. O isolamento decorria geralmente de

denúncia, na maioria das vezes feita pelo próprio médico, conforme exigência da legislação. Esta se constituía em dilema para os esculápios, pois denunciar significava evitar a propagação da doença, mas também abrir mão do segredo profissional e com isso afastar parte da sua clientela (SILVA, 2009). Por isso, havia muita reação à política de isolamento dos infectados.

3.5 O Combate às Epidemias

A varíola, que não dava as caras em Belém desde 1889, voltou a manifestar-se no ano de 1896 e permaneceu assombrando até, pelo menos, o ano de 1902. Assim, só se a bexiga provocou apenas 39 mortes em 1896, em 1899 já eram 245 mortos, e, no ano seguinte, 246. No mesmo período, ocorreu uma presença constante da febre amarela, que apresentou um quadro mais assustador. Em 1896, a febre amarela provocou 138 mortes em Belém, no ano seguinte foram 340, em 1898 mais 222, em 1899 morreram 391 e, em 1900, a doença matou 466 pessoas na capital paraense (VIANNA, 1975).

Esse quadro avassalador colocou o debate da saúde pública na ordem do dia. A imprensa diariamente publicava notícias a respeito, os infectados, a relação dos mortos, etc. Os debates, geralmente, se constituíam em forte pressão sobre as autoridades, que procuravam responder com políticas no campo da saúde pública, como as que estão descritas a seguir.

Porém, de todas essas doenças, a febre amarela, que desde o início do século XX vinha em marcha ascendente com 131 mortos em 1901, 145 em 1902, 130 em 1903, 191 em 1904, 183 em 1905, e 198 em 1906, somente no primeiro semestre (VIANNA, 1975, p. 94), era a mais combatida pelo poder público local. No capítulo anterior apresentamos as fotografias dos hospitais de variolosos e “amarelentos”, ficando evidente a diferença das instalações, bem melhores no último caso. A própria fala do governador Paes de Carvalho revela a maior preocupação com a febre amarela, pois atingia a população imigrante, que o estado procurava atrair, conforme citado anteriormente.

Febre amarela

Ainda durante o governo de Paes de Carvalho, em 1900, chegava a Belém uma expedição científica da “The Liverpool School of Tropical Diseases and Medical Parasitology”, com a finalidade de realizar estudos sobre a febre amarela, a

“Yellow Fever Expedition”, composta pelos médicos ingleses H. Durhan e W. Myers. Estes desenvolveram suas atividades de pesquisa até 1901, quando ambos foram acometidos pela febre amarela, vindo o Dr. Myers a falecer (PARÁ-MÉDICO, 1922).

Myers e Herbert Durham, médicos ingleses da recém-fundada Liverpool School of Tropical Medicine, iniciaram uma expedição ao Brasil para investigar a febre amarela. Segundo Benchimol (2004), o encontro desses médicos com os médicos norte-americanos e cubanos foi uma escala da viagem que resultou na implantação de um laboratório que funcionou intermitentemente no interior da Amazônia. Ainda em 1900, Durham e Myers traziam uma hipótese genérica – a transmissão da febre amarela por um inseto hospedeiro – que ganhou maior consistência com as informações recolhidas em Cuba. Em setembro deste ano, publicaram um artigo que expressava o seu ceticismo em relação ao bacilo de Sanarelli, elogiando as ideias de Finlay e demarcando incógnitas sobre os contornos do vetor animado da febre amarela.

Poucos dias antes disso acontecer, precisamente no dia 30 de agosto, segundo um dos diários de Belém, os médicos ingleses visitaram o Hospital de Isolamento Domingos Freire, onde se encontravam os doentes acometidos de febre amarela no Pará. Na ocasião, os visitantes foram acompanhados pelo governador José Paes de Carvalho, pelo cônsul inglês, pelo diretor do Instituto Lauro Sodré e por alguns médicos, entre os quais o Dr. Geminiano de Lyra Castro³⁷, sendo recebidos pelo diretor do hospital, Dr. João Pontes de Carvalho³⁸. Anfitriões e

³⁷ Geminiano de Lyra Castro, nasceu no município de Igarapé-Miri, no estado do Pará, em 8 de maio de 1863. Realizou seus estudos em Belém, até a conclusão do curso secundário, quando, então, se dirigiu à Bahia, ingressando em 1883, na Faculdade de Medicina daquela província. Na Faculdade de Medicina da Bahia permaneceu até o quarto ano, transferindo-se em 1886 para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde concluiu o curso médico em dezembro de 1888. Retornou a Belém em 1889, dando início a uma clínica especializada em oftalmologia. Exerceu diversos cargos públicos de relevo na República que se iniciava. Integrou o corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia do Pará, onde se tornou Provedor, durante um triênio. Foi médico ajudante e depois Inspetor da Higiene do Estado do Pará, ocupando mais tarde a função de Diretor do Hospital dos Alienados (1907-1909). Foi professor catedrático de Medicina Pública da Faculdade Livre de Direito do Pará. Foi vogal do Conselho Municipal em 1894, reeleito até 1901; Vice-Governador no primeiro mandato de Augusto Montenegro (1901-1904), Senador Estadual e Presidente do Senado, a partir de 1905 e reeleito até 1908. Também foi Deputado Federal e líder de bancada, de 1909 a 1912. Até 1918 ficou afastado da vida política, quando voltou à cena como Deputado Federal, eleito sucessivamente até 1926, quando foi convocado para o cargo de Ministro da Agricultura do Governo de Washington Luiz (1926 a 1930) (MEIRA, 1986, P. 45).

³⁸ João Pontes de Carvalho, nasceu em Belém, em 1º de setembro de 1863. De origem humilde, concluiu o curso secundário em Belém, depois seguiu para o Rio de Janeiro, onde se formou farmacêutico, profissão que exerceu na Marinha durante doze anos. Ao mesmo tempo, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, concluindo o curso em 1891. Retornando a Belém, procurou formar clientela entre os mais pobres, alcançando rapidamente, grande prestígio. Assim,

visitantes caminharam pelos corredores do hospital, observando todas as dependências do edifício, sendo o diretor da instituição, como informa a matéria do jornal, “prodigioso em explicações e informações que os médicos ingleses buscavam saber com verdadeiro interesse.”(Folha do Norte, Visita ao Hospital da Febre Amarela, 31/08/1900, p. 1).

Os médicos bacteriologistas teriam se impressionado com o que viram a ponto de declarar “que nunca cuidaram encontrar no Pará tantos e tão bons elementos para a eficácia dos seus trabalhos”.(Idem) Sua satisfação teria sido ainda maior ao reconhecerem o quanto o hospital paraense para “amarelentos” era superior ao de Havana, onde já haviam estado, tanto nas proporções como no conforto. Os médicos ingleses teriam encontrado um edifício novo, bem lançado, em excelentes condições higiênicas, servido por um corpo de “irmãs caridosas e inteligentes” e dispondo de um razoável gabinete de análises fornecido do material ligeiro, necessário para toda sorte de pesquisa microscópica. (Idem) Naquele momento, os médicos ingleses ainda tiveram a oportunidade de “observar os casos de febre amarela em diversos graus, formas e períodos, sendo a propósito de cada um deles informados e elucidados pelos Drs. Paes de Carvalho e Pontes de Carvalho”. Notou-se que os sinais das infecções úricas e das demais intoxicações secundárias “havia atraído vivamente a atenção dos observadores ingleses, que de tudo pediam informações, estudando a papelada de cada doente”. (Idem)

Para facilitar os estudos da ilustre comissão científica, o governador pôs à sua disposição dois compartimentos do novo edifício anexo do hospital. No final da visita, o doutor Pontes de Carvalho ofereceu aos visitantes uma coleção dos trabalhos de doutor Domingos Freire sobre assuntos bacteriológicos, particularmente sobre a febre amarela. Dada por encerrada a vista às nove e meia da manhã, os médicos ingleses aproveitaram para tirar várias fotografias do grupo dos visitantes e

tentou fazer carreira política, concorrendo ao cargo de Intendente de Belém, em 1896, mas não teve êxito. Todavia, ocupou postos importantes como higienista no estado do Pará. Foi o primeiro diretor do Hospital de Isolamento “Domingos Freire”, inaugurado em 29 de abril de 1900. Colaborou na revista Pará-Médico, onde publicou diversos artigos sobre higiene, inclusive um sobre a construção e funcionamento do Hospital “Domingos Freire”, mostrando que era uma cópia fiel de um hospital para tuberculosos, existente em Estocolmo e que, sua construção não era adequada ao nosso clima. Patenteou, em 1908, no Ministério de Estado de Negócios, Viação e Obras Públicas, um veículo fechado para o transporte de lixo domiciliar, era o “descarregador automático sanitário”. Nomeado diretor do Serviço Sanitário Municipal, organizou a coleta de lixo na cidade, e foi um dos mais atuantes membros do Serviço de Profilaxia Rural do Estado do Pará (MEIRA, 1986, p. 39-40).

do edifício, tarefa que coube a Durham (Folha do Norte, Visita ao Hospital da Febre Amarela, 31/08/1900, p. 1).

O episódio citado é revelador em vários aspectos. Mostra, por exemplo, o quanto uma parcela dos médicos paraenses estava muito bem informada sobre os debates mais importantes que circulavam em meio às associações científicas do Brasil e do mundo. É claro que até esse momento não havia consenso acerca da etiologia da febre amarela, não havia confirmação, por exemplo, se a doença poderia ser transmitida pela picada de um mosquito.

Não surpreende que, ao final da visita, Pontes de Carvalho tenha oferecido à comissão inglesa uma coleção das obras de Domingos José Freire Junior. Este bacteriologista tinha sido um dos principais mentores intelectuais da reforma do ensino médico no Rio de Janeiro (1880-1889), onde se daria ênfase à ciência experimental e ao ensino prático em laboratório. Por volta do primeiro semestre de 1883, Domingos Freire havia desenvolvido uma vacina contra a febre amarela que utilizava o “*Cryptococcus xanthogenius*”, uma planta microscópica cuja virulência ele atenuou por meio de técnicas recém-descobertas por Pasteur. A vacina contra a febre amarela produzida por Domingos Freire foi amplamente difundida no Brasil, alcançando Porto Rico, Jamaica, as Guianas e outras colônias da França, mesmo tendo sua eficácia posta em dúvida por seus adversários (BENCHIMOL, 2004).

Provavelmente a visita que os ingleses fizeram ao hospital paraense e as trocas de informações que tiveram com os médicos locais, devem ter, de alguma forma, contribuído para o artigo que lançariam poucos dias depois, endossando as ideias de Finlay. Em todo caso, a referência às obras de Freire e toda a atenção dada pela imprensa à visita da comissão médica inglesa são fatos bastante reveladores de como os médicos paraenses estavam inseridos nesse debate mais amplo.

Reveladores também de parte do arsenal terapêutico de que esses esculápios faziam uso no tratamento dos doentes de febre amarela no Pará. É provável que, nesse momento, quando não se tinha certeza de que o mosquito exercia o papel de vetor da febre amarela, os médicos paraenses tenham aplicado a vacina desenvolvida por Domingos Freire contra um suposto germe responsável pela doença em muitos dos enfermos que se encontravam no hospital. Como tal vacina não produzia os efeitos que se esperava, neste caso, isso pode ter

alimentado ainda mais as desconfianças de uma população pouco afeita à medicina dos doutores. Em todo caso, a teoria microbiana das doenças, pelo menos entre alguns médicos que passavam a assumir a direção das instituições de saúde oficiais – como era o caso do próprio Pontes de Carvalho –, vinha ganhando espaço no final do século XIX no Pará.

Em meio a esse processo, decorridos alguns anos da visita da comissão inglesa à Amazônia, os médicos paraenses já podiam dizer que conheciam a forma de transmissão da febre amarela. Entretanto, somente a partir de 1910, com o início da campanha desenvolvida por Oswaldo Cruz em Belém, desencadeou-se um combate mais continuado à enfermidade nas áreas centrais da capital paraense com resultados convincentes.

Em 1910, no governo de João Coelho³⁹, foi contratado para desenvolver, em Belém, medidas profiláticas contra a febre amarela, nada menos que Oswaldo Cruz. O governador fez contatos com o célebre cientista, aproveitando excursão que o mesmo fez à Amazônia, apresentando-lhe seu projeto para debelar a febre amarela de Belém. Oswaldo Cruz avaliou a proposta e aceitou a missão, prometendo extinguir a doença da capital paraense em apenas 12 meses. Pelos seus cálculos, em seis meses seria extinta a febre amarela em forma epidêmica, nos outros seis meses seriam combatidos os casos esporádicos da doença (PARÁ, 1910, título do texto, p. 84). No entanto, para realizar seu trabalho, Oswaldo Cruz, apresentou uma série de condições ao governador João Coelho: a) dispêndio aproximado de três mil contos de réis, durante a campanha; b) adoção, no estado, dos regulamentos sanitários em vigor no Distrito Federal e dos que regiam os serviços sanitários dependentes da União; c) criação de uma Comissão Sanitária de Profilaxia da Febre Amarela, sendo que esta comissão, inteiramente autônoma, trataria por intermédio de seu chefe, com o governador do estado, e, se necessário, com o Intendente Municipal; d) execução das medidas coercitivas de que cogitavam os aludidos regulamentos, tanto por via administrativa e como pela comissão de saneamento, com recursos para o chefe da Comissão, ou seu representante, e, em última instância, para o governador do estado; e) concessão ao chefe da comissão, ou quem suas vezes fizesse, da mais ampla autonomia técnica e administrativa e de

³⁹ João Antônio Luís Coelho, nasceu em 9 de julho de 1852, no município de Moju, no estado do Pará. Fez o curso de humanidades em Belém, depois seguiu para a França, onde, em 1876, diplomou-se engenheiro, pela Escola Nacional de Minas (BORGES, 1983, p. 189).

apoio moral e material para que fossem levadas a efeito as medidas sanitárias necessárias; f) a Comissão seria constituída, além do chefe, cujas condições de remuneração ficariam dependentes de prévio acordo, do seguinte pessoal, que receberia vencimentos a serem estabelecidos e que seria contratado pelo chefe da comissão: 1 inspetor geral, 6 inspetores sanitários, 10 médicos auxiliares, 4 chefes de turma, capatazes, guardas, serventes, empregados da administração, etc. (PARÁ, 1910, pp. 86-87).

Em novembro de 1910, a Sociedade Beneficente Portuguesa, encaminhou ofício ao governador João Coelho, parabenizando-o pela campanha contra a febre amarela e colocando à disposição da Comissão de Profilaxia da Febre Amarela, uma ala do Hospital D. Luiz I, para tratamento dos infectados pela referida moléstia (PARÁ, 1911, p. 58).

Exatamente como havia prometido, seis meses após o início da campanha, Oswaldo Cruz apresentou relatório ao governador do estado, demonstrando o desaparecimento da epidemia de febre amarela em Belém. Segundo ele, a doença que afetara 96 pessoas no início da campanha, em novembro de 1910, levando 49 a óbito, enfrentou marcha regressiva nos meses subsequentes, na seguinte ordem: em dezembro de 1910, 85 casos e 37 mortes; em janeiro de 1911, foram 27 casos para 15 mortes; em fevereiro 13 casos e 9 mortes; em março, 4 casos e apenas uma morte; em abril, 2 casos e uma morte, e, em maio a doença estava controlada (PARÁ, 1911, p. 53). Em seu relatório, Oswaldo Cruz fazia elogios à população de Belém, à imprensa que teria contribuído com campanhas de esclarecimento à população, e à classe médica paraense que teria apoiado o projeto (PARÁ, 1911, p. 53). O êxito da campanha entusiasmou as autoridades, especialmente o governador, como registrado no discurso de 1911:

Doravante o Pará não é mais uma terra vedada à operosidade do braço advena. O terror da morte, gerado pela crença funesta que o morbo amarílico implantara, através de mais de 50 anos de predomínio, já não afasta do solo paraense a cooperação eficaz do braço estrangeiro, sendo-lhes lícito agora procurar a nossa terra aberta a todas as atividades honestas, frutuosas e dignas do mundo inteiro (PARÁ, 1911, p. 51).

O discurso do governador João Coelho revela a grande preocupação das autoridades locais com a febre amarela, em função de inibir a imigração estrangeira, desde a época do Império.

A campanha comandada por Oswaldo Cruz em Belém alcançou resultados positivos, pois no final do período previamente combinado, o renomado cientista havia conseguido eliminar a febre amarela da capital paraense, contribuindo, portanto, para conferir credibilidade às políticas públicas de saúde, encaminhadas no estado do Pará, que tanto desgaste vinham sofrendo. Consideramos que, também, a eficácia da campanha de Oswaldo Cruz poderia contribuir para garantir alguma credibilidade à medicina dos doutores, tão questionada nestas terras.

O governo do estado organizou uma grande festa para comemorar os resultados da campanha de combate à febre amarela. Nesta, o governador fez extenso discurso, sem poupar elogios ao Dr. Oswaldo Cruz e seus comandados. O nobre cientista, é claro, devolveu os elogios, colocando o governador no rol dos grandes estadistas (PARÁ, 1912, p. 45). A campanha, portanto, rendeu frutos, tendo contribuído para a ampliação das instituições ligadas à saúde pública. Foi assim que, em 16 de outubro de 1911, o governo do estado criou, através do Decreto nº 1831, a Comissão de Profilaxia Defensiva contra a febre amarela. Esta, deveria providenciar medidas profiláticas permanentes com o objetivo de diminuir a incidência do mosquito transmissor da febre amarela, tomar medidas preventivas direcionadas aos navios procedentes dos portos infectados (expurgo marítimo), e a vigilância médica, em terra, dos passageiros destes navios; e, também, o isolamento dos doentes desembarcados no porto, em pavilhão especial do Hospital Domingos Freire. Este pavilhão, pelo Decreto nº 1889, de 26 de abril de 1912, passou a se chamar “Oswaldo Cruz” (PARÁ, 1912, pp. 46-47).

Varíola

Na epidemia de varíola que se iniciou nos últimos anos do século XIX e que avançou pelo século XX, encontramos, nos jornais paraenses, diversas menções a mortes fora dos hospitais de isolamento, denúncias da existência de infectados em casas particulares, existência de hospitais clandestinos e,

especialmente, aplicação de multas aos que não cumpriam a exigência de informar, às autoridades, a existência de doentes de varíola.

O jornal *A Folha do Norte*, em 6 de junho de 1899, informava que o vapor S. Salvador, proveniente do sul do país, trouxera um passageiro acometido de varíola e, também que, “da casa 13 da Rua Santarém para onde foi ele residir, o Dr. Sílvio Mendes, delegado sanitário do 1º distrito, foi removê-lo para o hospital de isolamento...”. (*A Folha do Norte*, 06 jun. 1899, p.1). E, no dia 15 do mesmo mês, noticiava a remoção para o hospital de isolamento de doentes que habitavam a rua Lauro Sodré, Serzedelo Corrêa, Domingos Marreiros e também do hospital militar(*A Folha do Norte*, 06 jun. 1899, p.1).

Neste período percebe-se também uma fiscalização maior sobre a área portuária, providenciando-se a remoção dos doentes encontrados nas embarcações, como noticiou *A Folha do Norte*:

Varíola

Foram removidos ante ontem para o hospital de isolamento de Bordo do Pacote Rio Muaco,o foguista Manuel Alexandre Dias de 35 anos de idade,natural do Ceará, filho de Francisco José Cavalcante, morador da vila da Tita.Do hospital da Santa Casa Irineu da Silva Castro de 20 anos de idade , natural do Maranhão, marinheiro do mesmo vapor. (*A FOLHA DO NORTE*, 20 jun.1899, p. 01)

Durante todo o século XIX foram constantes as reclamações sobre o serviço de saúde do porto, considerado bastante deficiente e, por isso, visto como responsável pelas epidemias que grassavam na cidade, por não executar a fiscalização adequada das embarcações e, se necessário, o isolamento das mesmas. Nesta epidemia de 1899, a Inspeção do Serviço Sanitário do estado, que substituiu a Junta de Higiene, reeditou norma do extinto órgão, acerca do isolamento dos variolosos e informando a existência de edital através do *A Folha do Norte*, com a seguinte redação:

Conforme o edital da inspetoria de serviço sanitário que vai hoje inserto na secção respectiva, as pessoas em cujos domicílios se derem casos de varíola e outras moléstias contagiosas deverão imediatamente participar do fato àquela repartição, afim de serem adoptadas as necessárias providencias. (*A FOLHA DO NORTE*, 25 jun. 1899,p. 01)

Além de relembrar a necessidade de informar a presença de variolosos às autoridades, o edital determinava os valores das multas que deveriam ser aplicadas aos infratores e, o próprio *A Folha do Norte* fazia questão de publicar, inclusive, o valor da multa:

O Dr. Inspetor do serviço sanitário multou ontem em 100 mil réis, a José Bahia, morador à estrada de São Jeronymo próximo a travessa 14 de março; por ter ocultado em sua casa um caso manifesto de varíola , infringindo assim o determinado no artigo 121 do regulamento. (Jornal *A FOLHA DO NORTE*, 08 jul.1899, p. 01.)

No dia 4 de agosto do mesmo ano dizia que, no dia anterior, a inspetoria do serviço sanitário havia remetido à recebedoria de vendas o talão de multa nº108 imposta a Alfredo Ruiz Mourailles, autuado por infração do artigo 121 do regulamento sanitário (ocultar da autoridade qualquer caso de varíola). Em 15 de agosto outra multa, desta vez na casa nº150 da rua da Indústria, onde faleceu de varíola a menor Liralla Soeiro de 4 anos de idade, maranhense, filha de Joana Soeiro . O Inspetor do serviço sanitário impôs a esta a multa de 100\$000, por ter ocultado este caso de varíola.

Desde 1892, quando era Inspetor da Higiene Pública, o Dr. Cipriano Santos já conhecia o poder e o potencial das multas, pois, carecendo o seu órgão de mais verbas para ampliar o quadro de funcionários, melhorar os salários, instalar adequadamente o laboratório de análises e construir um prédio próprio para aquela repartição, o referido Inspetor alerta que “daqui há poucos anos, não seria preciso mais do que a aplicação do produto das multas e das análise do laboratório de higiene” (RELATÓRIO DA INSPETORIA DE HIGIENE, 1892, p. 25). Portanto, além

do caráter autoritário, as visitas sanitárias também se constituíam em grande negócio para os cofres públicos.

A prática de ocultar os doentes de varíola, não permitindo a sua remoção para locais destinados ao tratamento dos mesmos, revela o grau de insatisfação de parte da população de Belém com a política de isolamento dos variolosos. Acontece que essa insatisfação se estendeu do século XIX ao início do século seguinte, então, pensamos que deveria haver no comportamento dos populares muito mais do que, simplesmente, “ignorância” ou “desleixo higiênico” (SILVA, 2009, p. 96). No caso específico da varíola ainda havia a vacinação, outra prática geradora de reação da população.

Não custa lembrar que, no início do século XX, cresceu a euforia, em várias partes do mundo, com a possibilidade de se aplicar o princípio da vacinação preventiva e da soroterapia curativa em todas as doenças causadas por micróbios. Esta prática obedecia a um procedimento que vinha se difundindo e se padronizando pouco a pouco: descoberta do suposto germe, cultura, produção de colheitas atenuadas geradoras de vacinas e de soros (MOULIN, 1985, p.95). Muitas das vacinas contra a febre amarela e outras enfermidades foram produzidas nesse contexto, revelando-se, muitas vezes, verdadeiras ilusões na cura das doenças, como foi o caso daquela produzida por Domingos Freire. Também, muitos clínicos apegados às antigas tradições médicas mostraram-se céticos diante destas novidades. Em São Paulo, por exemplo, o apoio dado pelas autoridades sanitárias à teoria havanesa da transmissão da febre amarela por mosquitos, foi duramente criticado por outros membros da comunidade médica paulista, obrigando os primeiros a realizarem uma série de testes que procuravam comprovar a validade da teoria. As disputas e as polêmicas das experiências realizadas pelos médicos paulistas que se envolveram nessa questão foram bastante longas, ocupando os jornais de São Paulo até o mês de junho de 1903 (ALMEIDA, 2003).

Voltando ao Pará, em 24 de dezembro de 1891 foi aprovada a lei que tornou obrigatória a vacinação e revacinação antivariólica no estado. Tratava-se da lei nº 4⁴⁰, que estabelecia a obrigatoriedade da vacinação e revacinação no estado,

⁴⁰ Ver: Coleção das Leis do Estado do Pará dos anos de 1891 a 1900, precedida da Constituição Política do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1900, p.21.

determinando que a vacinação deveria ser feita desde os três meses de idade e a revacinação de dez em dez anos. A mesma lei determinava que o infrator, caso fosse maior de idade, ficaria sujeito a multa de vinte a cinquenta mil réis ou à prisão de três a oito dias; e quando menor, seriam responsáveis por ele os pais, tutores, curadores ou protetores. Ainda assim, mesmo durante as epidemias as autoridades encontravam inúmeras dificuldades para colocar em prática tal profilaxia.

As razões para a rejeição da vacina eram variadas e se assemelhavam àquelas verificadas em outros contextos, como, por exemplo, no Rio de Janeiro, onde aconteceu, em 1904, a chamada Revolta da Vacina (CHALHOUB, 1996; PEREIRA, 2002; CARVALHO, 1987). Em Belém, era utilizada a reprodução braço-a-braço da vacina, prática extremamente dolorosa que afastava muitos do método jenneriano. Mas, também, havia o fato de que a vacina era aplicada, em muitos casos, por pessoas não capacitadas e que a qualidade da linfa era questionada, o que provocava ou aumentava as desconfianças da população em relação ao método, as autoridades e aos próprios médicos (SILVA, 2009).

Além das razões apontadas anteriormente para a rejeição da população de Belém à vacina, havia também a concorrência representada pelas práticas populares de curaque, além de já estarem arraigadas à cultura local, apresentavam-se como mais suaves e, às vezes, sem restrições alimentares. Os jornais estavam cheios de exemplos, como o caso citado por Amaral (2006), que faz referência a um “preparado indígena” veiculado nas páginas do *A Folha do Norte*, em 1908, que consistia em procedimento elaborado por Dona Francisca Borralho Rolha, moradora da rua Bernal do Couto. Dona Francisca foi à redação do jornal e relatou que, desde a última vez em que a epidemia de varíola afetou a cidade, conseguiu curar sete netos infectados pela terrível moléstia, e agora revelava o segredo, que consistia no uso de ervas da Amazônia, com as quais preparava um banho especial a ser tomado durante três dias, que restabelecia o enfermo. O jornalista conseguiu apurar algumas informações sobre a prática de cura, que foram publicadas em *A Folha do Norte*:

A pessoa atacada da doença não precisa ter dieta alguma, podendo andar por toda a parte, limitando-se o seu tratamento

a esses banhos, que serão tomados três ou quatro vezes por dia. Demais este processo tem ainda a vantagem de não deixar o menor vestigio no corpo da pessoa que a ele se submeter. Como prova do que afirmava, declarou-nos d. Francisca Borralho que apresenta a quem quiser ver os seus netos, que tinham sido acometidos de varíola confluenta, e que hoje estão de perfeita saúde e sem a menor deformidade. Das suas declarações, deduz-se que não se trata de uma pajelança e sim de uma maneira, aliás, muito racional, de curar com os próprios elementos da natureza no reino vegetal. (*A FOLHA DO NORTE*, 23 Ago. 1908, p 1)

Por esse relato, é possível estabelecer algumas diferenças em relação ao tratamento da medicina acadêmica, pois, além de ervas, o varioloso não precisaria ter uma alimentação que restringisse alimentos típicos da região, classificados como “remosos” pelos doutores da ciência e pelos próprios populares como causadores de mal à saúde. Muito menos, o doente se trataria isolado, não ficando restringido de ir e vir. Outra característica importante desse tratamento referia-se às cicatrizes no corpo, pois garantia não deixar vestígios da doença marcados nos corpos dos variolosos. A única restrição dizia respeito a seguir à risca os banhos, pelo menos três a quatro vezes ao dia. Nesse sentido, a prova cabal do sucesso, segundo dona Francisca, consistia em expor os seus netos ao público, como forma de referendar sua descoberta, pois as crianças gozariam de saúde e não tinham marcas da doença. Por fim, o jornalista prossegue concluindo que essa prática de cura não podia ser considerada pajelança, apesar de toda a tradição presente entre os curandeiros com o manejo de ervas ou plantas medicinais.

Casos como esse revelam uma tradição cultural enraizada junto às camadas populares na Amazônia, que explicam grande parte da rejeição às políticas públicas na área da saúde, em Belém, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX.

A varíola, a febre amarela e a lepra, seguiram ceifando vidas em todo o estado do Pará nas primeiras décadas do século XX, sendo que, neste período ainda ocorreu uma epidemia de peste bubônica, em 1904. E, a varíola fez 229 vítimas em 1904, e 435 em 1905.

Pressionado pelo quadro epidêmico, o governador Augusto Montenegro⁴¹ procurou equipar mais adequadamente a Higiene Pública. Em

⁴¹ Augusto Montenegro nasceu em Belém, em 26 de junho de 1867. Aos 16 anos de idade, concluiu o curso secundário em Belém, ingressando, em seguida na Faculdade de Olinda, em Pernambuco.

mensagem de 1904, o referido governador afirma que aquele órgão “tem sido objeto de minhas cogitações e que mais amplitude tem tido durante minha administração” (PARÁ, 1904, p. 26). Augusto Montenegro transferiu a Higiene Pública, de um prédio alugado, para o palácio do governo, onde passou a ocupar 13 compartimentos, assim distribuídos: sala de banco e gabinete anexo, sala de aula de farmácia, farmácia, laboratório, sala de aula prática de química, biblioteca, sala dos motores e aparelhos pesados, depósito, gabinete frigorífico, gabinete dos raios X e do espectroscópio (PARÁ, 1904, p. 26). Além desses cômodos, no pátio foi construído um depósito de drogas, depósito de garrafas, sentinas e mictórios e um desinfectório composto de duas salas de espera, dois banheiros e duas câmaras de formol. No segundo pátio estão amplas e arejadas cocheiras, contendo, carros, carroças, carrinhos, um carro de desinfecção e cavalos (PARÁ, 1904, p. 26).

3.6 Os Médicos e a Verificação dos Óbitos

Ainda no governo Paes de Carvalho, em 1900, mais uma atividade foi reivindicada pelos médicos acadêmicos como de sua competência exclusiva, tratava-se do Serviço de Verificação de Óbitos. O médico Américo Campos elaborou, na ocasião, extenso relatório defendendo o controle daquele serviço pelos médicos acadêmicos (CAMPOS, 1900). O relatório foi apresentado à Inspetoria Geral do Serviço Sanitário do Estado e começa com o Dr. Américo Campos manifestando sua tristeza com a forma como o serviço era realizado no estado. Atestando a precariedade daquele serviço o Dr. Américo afirma que “cada extinto” lhe convencia da quase inutilidade de seu trabalho, que deveria ser realizado a bem da verdade, a bem da ordem e da segurança geral. O médico chama atenção para o que ele considerava ser um “perigo social”, que percebia na prática de atestar-se uma causa de óbito a partir de um exame superficial, “mediante informações ligeiras e mal expostas”, atestando aquilo que “o meu eu médico não conheceu com exatidão, fazendo, vezes e vezes, de suposições uma certeza, certeza cheia de força para os efeitos legais e sociais” (CAMPOS, 1900, p. 3). Apesar de fazer severas críticas ao serviço de verificação de óbitos, o Dr. Américo Campos enaltece a postura do governador e médico Paes de Carvalho, porque teria garantido aos

Diplomou-se Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, em 1886. Começou sua vida pública na magistratura e diplomacia, mas terminou na política, sendo governador do estado do Pará, de 1901 a 1908 (BORGES, 1983, p. 127).

esculápios a realização daquele serviço. Mas, ao mesmo tempo, destaca as consequências da precariedade do serviço, questionando

Poderemos nós que temos a obrigação verificar diuturnamente 6, 8 e até 10 óbitos, como já me coube, em lugares distantes, muitíssimo afastados do centro de vida belemense, inquirir circunstanciadamente de todos as minúcias anteriores a morte e, com o escalpelo, verificar as lesões e, cotejando-as com as informações ouvidas, estabelecer um diagnóstico certo? Não; materialmente, é impraticável! Na simples providência de mandar despir um cadáver, com quanta relutância não tenho eu tropeçado! E difícil uma vez a indagação da verdade rigorosa, quanto crime não tem ficado e não ficará impune?

Essa prontidão em obter atestado – que facilite o enterramento – dá lugar a que muitos homens exaráveis deixem de chamar o clínico, procurando assim alguns meios de salvamento para o enfermo, o que faziam em outros tempos, impressionados pelos óbices prováveis em fazer sair o corpo de casa.

Talvez pessoas se contem tendo devido ou devendo a vida a este desesperado e último recurso à ciência! (CAMPOS, 1900, p. 10-11).

O Dr. Américo Campos chama atenção para o fato de que, se as inumações não fossem realizadas, estariam as autoridades contribuindo para o charlatanismo, daí reivindicar a intervenção da autoridade policial para garantir a realização das inumações, pois só assim “saber-se-á dos curandeiros e poder-se-á processá-los e puni-los” (CAMPOS, 1900, p. 13). Assim, embora, Campos defendesse melhor estrutura para o serviço de verificação de óbitos como forma de combater a impunidade e também colaborar com as políticas públicas de saúde, o que garantiria mais poder e importância a sua categoria profissional, não perdia a oportunidade de também garantir aos médicos acadêmicos a possibilidade de desmascarar seus adversários, principalmente os curandeiros. Assim se pronuncia o Dr. Campos:

Embora se pretenda sofismar o Pacto fundamental da República, considerando aptos para o exercício de uma profissão, da qual depende seriamente a vida de nossos semelhantes, todos aqueles que se apregoarem entendidos na ciência de curar, ninguém poderá defender o princípio ou admitir que um incompetente, um estúpido qualquer, por ignorância, sacrifique a vida alheia. E o Código Criminal prevê a hipótese, determinando a punição.

Já que se sustenta poder exercer a profissão de medico quem, sem exhibir um diploma indisputável e revestido de todas as formalidades acadêmicas ou universitárias, se diz habilitado e pretende impor-se como profissional sabedor do sem número de regras especiais, que formam e completam o nosso tino, o nosso critério, os nossos conhecimento médicos; já que a qualquer atrevido é permitido jogar com a existência de um ser humano, cumpre, em face do cadáver, indagar se as substâncias propinadas o foram na devida forma e consoante às lições aceitas pela generalidade da corporação médica universal; se o foram segundo as prescrições científicas, se acertado andou o tratamento, não tendo sido a morte consequência de erro grosseiro, tanto em relação ao diagnóstico, como à terapêutica. (CAMPOS, 1900, p. 12-13)

É evidente a preocupação do Dr. Campos com o melhor aparelhamento do serviço de verificação de óbitos para combater o curandeirismo ou o exercício ilegal da medicina. Ele afirma que, se os médicos tinham que responder, perante os juízes, por um erro que cometiam por ignorância ou incompetência, porque “livre há de ficar de responder, perante os mesmos magistrados, o curandeiro boçal, o charlatão imprudente?” (CAMPOS, 1900, p. 13). Portanto, o controle e melhor aparelhamento do serviço de verificação de óbitos poderia garantir aos médicos acadêmicos maior controle sobre o universo da cura.

3.7 A Assistência Hospitalar no Pará

Além das instituições já citadas, a capital paraense também abrigava, nas primeiras décadas do século XX, uma quantidade expressiva de instituições hospitalares. O Hospital da Caridade “Senhor Bom Jesus dos Pobres”, que funcionou até julho de 1900, foi substituído pelo Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia do Pará, inaugurado em 15 de agosto de 1900.

O hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará passou por transformações que foram identificadas em instituições similares em todo o país, pelas quais, o espaço da caridade progressivamente configurou-se como lugar de cura. Segundo Magda Costa, por séculos, curar não havia sido o principal papel desse tipo de instituição. A hospitalização na Santa Casa, por muito tempo, não significou a busca de melhorias técnicas e assistenciais, como atualmente se procura, mas tão-somente o fim caritativo de acolher os deserdados da sorte, aqueles que, sem meios, não podiam realizar tratamento em casa. Dessa maneira,

“curar os enfermos” era, por assim dizer, apenas uma das tarefas assumidas por esses estabelecimentos, mas que ainda estava longe de ser sua prioridade (COSTA, 2006).

Ainda segundo a autora, essa situação começou a mudar somente no final da segunda metade do século XIX, quando a adaptação das instalações institucionais aos pressupostos da ciência médica começou a ganhar maior importância. Entretanto, mesmo no período republicano, o processo que levaria a medicina e suas técnicas terapêuticas a assumir posição de destaque dentro do hospital da Santa Casa ainda estavam em pleno curso. Aqueles tempos trouxeram uma nova maneira de conceber o hospital, que repercutira tanto na sua arquitetura quanto no seu funcionamento. Em dezembro de 1889, a apenas um mês da Proclamação da República, os serviços do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará passaram por uma reforma que deveria colocá-los de acordo com os “progressos das ciências médicas”, estabelecendo-se clínicas especializadas que deveriam tratar de ramos específicos da medicina (COSTA, 2006). Muitos dos médicos que assumiram a direção desses novos espaços seguiriam carreira na vida pública e nas disputas políticas no estado durante o novo regime. Entre eles estavam o Dr. Paes de Carvalho e Antônio Joaquim da Silva Rosado, responsáveis pela clínica cirúrgica, e que se tornariam governador do Pará e Intendente de Belém, respectivamente; e o Dr. Geminyno de Lyra Castro, responsável pela clínica de olhos que, mais tarde, exerceria o cargo de Inspetor de Higiene e vice-governador do Estado.

Havia ainda o Asilo do Tucunduba, que começou a funcionar entre 1814 e 1818 e abrigava os leprosos. O Asilo dos Alienados, inaugurado em 1892; o Hospital Domingos Freire, inaugurado em abril de 1900; o Hospital D. Luiz I da Sociedade Beneficente Portuguesa, inaugurado em 1877; o Hospital da Ordem Terceira, fundado em 1867; o Hospital Geral de Belém, fundado em 1890, entre outros de menor porte (PARÁ-MÉDICO, título do artigo, 1922). É importante destacar que as instituições citadas localizavam-se na capital do estado do Pará, sendo que o interior ficava em plano secundário e, somente em 1922, teremos a inauguração da Santa Casa de Óbidos.

Somente no segundo mandato de Lauro Sodré (1917-1921), a preocupação em prover o interior de uma assistência médica mais efetiva voltou novamente a ser cogitada pela política oficial do estado – inclusive com a

ressurreição do projeto dos médicos regionais que havia sido um dos pilares das ações na área da saúde durante o primeiro mandato deste governador. Porém, essa política de assistência ganhou uma maior visibilidade somente na terceira década do século XX, quando o médico e governador Souza Castro fechou acordo com o governo federal para a implantação do programa de Profilaxia Rural no Pará⁴², semelhante ao que vinha sendo implementado em todo o Brasil. Contudo, até que essa política fosse posta em prática, a precariedade no socorro às vítimas de epidemias ou de qualquer outra doença foi a regra nas localidades do interior do estado.

A partir da constatação da relação dos médicos paraenses com a sociedade, percebe-se que a conquista da legitimidade dos médicos e da medicina diante dos diversos setores da sociedade paraense, resultou de conflitos e disputas científicas, políticas e econômicas. A intensa atuação dos médicos no combate às constantes epidemias que afetavam Belém constituiu uma forma de resposta às desconfiças da sociedade e fator importante para a afirmação da identidade médica. Mas, nesse processo, nas primeiras décadas do Pará republicano, a despeito das políticas higienistas levadas a efeito pelo governo, o prestígio da medicina e dos médicos ainda não se consolidara.

Nesse sentido, os problemas enfrentados pelos médicos paraenses na construção de sua identidade, no processo de legitimação de sua ciência, e na representatividade profissional, também passavam pelas dificuldades de se construir consensos na categoria. Foi aí que algumas entidades corporativas assumiram importante papel, contribuindo para a institucionalização e fortalecimento da medicina acadêmica no Pará, conforme se abordará a seguir.

⁴²O Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Estado do Pará foi criado em 1920, através do Decreto Federal nº 14.354, sendo designado para chefiar o serviço, o médico paraense Heráclides César de Sousa Araújo. Este chefiava uma equipe de funcionários, assim distribuídos: um químico, Raymundo Felipe de Sousa; um farmacêutico, Adarezer Coelho da Silva; um desenhista, um engenheiro, Charles Henry; e os médicos, José Alves Dias Júnior, Jayme Jacinto Aben-Athar, Francisco Miranda, João Pinto de Oliveira, Anastácio da Silva Monteiro, Tertuliano Pacheco, Hermógenes Pinheiro, Lauro de Almeida Sodré Filho, Hilário Gurjão, Amaro Theodoro Damasceno Júnior, João José Henrique, Raymundo da Cruz Moreira, Antônio Pimenta de Magalhães, Bernardo Leibowitcz Rutowitcz, Paulo Batista Rombo e Geminiano Coelho. O serviço era desdobrado em Postos Sanitários, um central, compreendendo o Instituto de Higiene, a Inspetoria de Polícia Sanitária e a Farmácia, abrigado nas dependências do Palácio do Governo. Havia ainda o Posto “Oswaldo Cruz”, localizado no bairro do Sousa; o Posto “Belizário Penna”, na Pedreira; o Posto “Carlos Chagas”, no distrito do Mosqueiro; o Posto “Sousa Castro”, em Bragança; e o Posto “Miguel Pereira”, em Santa Isabel (MEIRA, 1986b, pp. 258-260).

4. Capítulo III - Por Uma Identidade Médica: associações e ensino médico no Pará

No final do século XIX e início do século XX foram criadas as primeiras associações médicas paraenses, voltadas para a defesa dos interesses profissionais. Trata-se da Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará de 1897; uma primeira Sociedade Médico Cirúrgica do Pará, criada em 1895, mas que teve curta duração; e, por fim a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, criada em 1915 e que permanece atuante até os dias de hoje. Também foi criada, em 1919, a Faculdade de Medicina do Pará.

4.1. Associações Médicas no Pará Republicano

4.1.1. A Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará

A Sociedade Médico-Farmacêutica constituiu o primeiro ensaio dos médicos e farmacêuticos paraenses no sentido de construir uma organização representativa. Essa instituição foi criada em 1897, e oficialmente instalada em 1 de fevereiro de 1898, num contexto marcado pela modernização urbana de Belém, e tinha como objetivo tratar dos interesses científicos e sociais dos associados (PARÁ-MÉDICO, 1922).

A sociedade nasceu da iniciativa de um grupo de médicos e farmacêuticos de Belém, conjugando também a participação de membros de outras categorias profissionais, como revela seu editorial e em conformidade com os estatutos da agremiação. Durante cinco anos ou pouco mais, manteve plena atuação, com publicação das atas de suas reuniões no seu órgão oficial de publicidade (DIAS, 2002).

O idealizador e patrocinador da Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará foi o médico e governador José Paes de Carvalho, um dos fundadores do Clube Republicano no Pará, protagonista nas disputas políticas republicanas do final do século XIX e que, como já citado, diplomou-se em medicina pela Universidade de Coimbra e prestou serviços em importantes instituições médicas paraenses, destacando-se a Santa Casa de Misericórdia e o hospital da Beneficente Portuguesa (PARÁ-MÉDICO, 1922). Como vimos anteriormente, em seu governo, sucessor ao mandato de Lauro Sodré, Paes de Carvalho implementou as políticas de saneamento da cidade de Belém.

O clima de euforia predominante no ato da criação da Sociedade Médico-Farmacêutica alastrou-se pela imprensa da época, conforme indica Rodrigues (2008, p. 107):

A empolgação daquele momento contagiou os redatores da gazeta “A Província do Pará”, jornal que dava apoio político ao governador. A matéria do dia seguinte que tratava da instalação da confraria científica, tentava descrever a importância do evento: “depois da festa de Arte, realizou-se ontem, n’esta capital, a festa da Ciência. E ao Dr. Paes de Carvalho coube a glória de presidir ambas, como governador do Estado e propulsor do nosso movimento científico e artístico”.

A associação em tela articulou diferentes gerações de médicos paraenses, demonstrando os interesses dos esculápios em promover a associação de classe. Um importante vetor dos debates acadêmicos dominantes na associação foi a publicação da revista “Pará-Médico”, órgão oficial de comunicação da entidade que divulgava os trabalhos produzidos pelos sócios da sociedade sobre temas como a higiene pública e as doenças que assolavam a capital do Pará. A associação, além de reunir médicos de diferentes gerações, reunia, também, médicos envolvidos em grupos políticos divergentes no estado do Pará, principalmente os que estavam agrupados em torno de Lauro Sodré (lauristas) e de Antônio Lemos (lemistas).

Em alguns momentos essa conjuntura política colocou em risco a perspectiva de unidade que era almejada pelos esculápios paraenses, pois nos dois grupos havia a presença de médicos conceituados que, não raro, colocavam seus interesses políticos acima de suas convicções profissionais.

Um episódio significativo, nesse sentido, ocorreu nos primeiros meses do ano de 1900, durante o governo de Paes de Carvalho, tendo sido largamente veiculado pela imprensa. A questão envolveu a demissão pelo governador, do médico Cyriaco Gurjão da Repartição Sanitária do Estado (A Província do Pará, “A manifestação”, 19 de fevereiro de 1900, p.1).

O episódio revelava como eram tortuosos os caminhos para a conquista da unidade para a classe dos médicos paraenses. O governador, que era médico, responsável pela política de saneamento do estado, um dos articuladores da Sociedade Médico-Farmacêutica e propositor de um projeto para a criação de uma faculdade de medicina no estado, havia demitido o colega, provocando a ira de

outros médicos de destaque na capital paraense, como o Dr. Torrão Roxo, que se manifestou publicamente através da imprensa, classificando a atitude do governador como “perseguição política” e que, por isso, era repudiada por um grupo de esculápios (A Província do Pará, “A manifestação”. 19 de fevereiro de 1900, p.1).

O jornal A Província do Pará saiu em defesa do governador, tentando justificar a demissão, procurando desmentir que a sua ação tivesse qualquer motivação política (A Província do Pará, “Questão do dia”, 22 de fevereiro de 1900, p.1). Porém, o Dr. Torrão Roxo defendia, através da Folha do Norte, que o governador tratava de forma diferenciada os funcionários públicos, dependendo do grau de afinidade dos mesmos em relação ao governante, citando o caso do Dr. Amaro Danin que, ao assumir o cargo de médico do Instituto Gentil Bittencourt, havia passado a receber o salário mais alto que já havia sido pago até então, em função de ser aliado do governador (Folha do Norte, “A minha demissão de médico do Instituto Gentil Bittencourt”, 25 de fevereiro de 1900, p.2.).

Os dois jornais debateram a questão durante os primeiros meses de 1900. Um defendendo a atitude do governador, no caso “A Província do Pará”, que classificava a manifestação dos revoltosos como representando os interesses de Lauro Sodré (lauristas). O outro, “Folha do Norte”, contestava a atitude do governante, defendendo o outro grupo de médicos.

A questão foi resolvida com a manutenção da demissão de Cyryaco Gurjão e de mais sete médicos que se manifestaram publicamente contra essa decisão (Folha do Norte, “A minha demissão de médico do Instituto Gentil Bittencourt”, 25 de fevereiro de 1900, p.2).

Consideramos que este episódio ilustra bem como o forte envolvimento dos médicos na conjuntura política paraense, acabou se constituindo em obstáculo para a formação de uma identidade de grupo, contribuindo para a cisão na Sociedade Médico-Farmacêutica, em 1900.

4.1.2. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Pará

Desta cisão surgiu, em 1900, uma associação formada apenas por médicos, a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Pará, que se reunia na casa do Dr. Pereira de Barros, no Largo da Trindade, em Belém.

Essa associação também editou uma revista “Os Anais da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Pará”, onde encontramos trabalhos do Dr. Torreão Roxo, o

mesmo que contestou as demissões encaminhadas pelo governador Paes de Carvalho. Mas, esta sociedade teve vida efêmera, e a classe médica, só voltaria a se associar novamente em 1914, em torno da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará (MEIRA, 1986b, p. 10-11).

Sobre esta nova sociedade, assim se expressa Clóvis Meira:

É surpreendente como foi possível a um pequeno grupo de médicos de Belém, no início do século (XX), fundar uma associação cultural e recreativa, imprimindo tal força e determinação que permitiu sobrevivência até os nossos dias. Assim aconteceu com a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará (MEIRA, 1986b, p. 5).

As palavras do memorialista, escritas em homenagem aos 70 anos de fundação da referida sociedade revelam o caráter que esta nova associação acabou assumindo diante da categoria que representava. Tratava-se de uma associação cultural e recreativa, é o que diz o memorialista.

Porém, consideramos que não foi com esse propósito que os esculápios reunidos em 1914, resolveram constituir uma sociedade. Havia uma intenção mais forte, estando em jogo, naquele contexto, a definição de uma identidade de classe, como veremos nas páginas seguintes.

Entre os meses de fevereiro e março de 1914, um grupo de médicos articulou a fundação da sociedade que, segundo eles, deveria contribuir para a elevação de sua profissão e dar-lhes o tão sonhado papel de destaque na sociedade paraense.

A Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará foi a primeira associação que procurou fazer valer os princípios éticos da profissão. Os médicos associados buscaram resolver suas divergências internas e experimentar as primeiras tentativas de autodisciplina. Os conflitos envolvendo aquela categoria profissional deveriam ser resolvidos dentro da sociedade, longe das páginas dos jornais e das vistas do público, como muitas vezes havia ocorrido. Assim, o empenho para que a sociedade se concretizasse tomou logo conta desses médicos.

Segundo Meira (1986b), depois de algumas reuniões preparatórias, foi eleita a primeira diretoria da sociedade e marcada uma data para a sessão inaugural e posse dos eleitos. A data escolhida foi 15 de agosto, uma data simbólica no estado

do Pará, pois lembrava o momento da Adesão do Pará à Independência do Brasil (15/08/1823).

Em 15 de agosto de 1914, às nove horas da noite, no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia, foi instalada a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. Marcaram presença na solenidade, autoridades civis, eclesiásticas e militares, além de muitos sócios, sendo que a sessão foi presidida pelo governador Enéias Martins. O Dr. Camillo Salgado⁴³ foi empossado como presidente da agremiação, tendo assumido a vice-presidência o médico Crus Moreira. Ao lado deles, fizeram parte da primeira diretoria os Drs. João Penna de Carvalho, como primeiro secretário; Arthur França, como segundo; Amanajás Filho, como tesoureiro; e Acylino de Leão⁴⁴, como

⁴³ Camilo Henriques Salgado Junior nasceu em Belém, em 22 de maio de 1874, na casa de número 110, na antiga rua Cruz das Almas, atualmente Arcipreste Manoel Teodoro. Era filho de Camilo Henrique Salgado e Angélica de Alméria Tanellas Salgado. Teve dois irmãos Angelina Salgado dos Santos e Carmelino Salgado, cirurgião dentista, um dos fundadores e duas vezes diretor da Faculdade de Odontologia do Pará. Camilo recebeu instrução primária em casa, após exame de admissão, matriculou-se no Lyceu Paraense (MORELLI, 1991, p.24).

Em 1891 partiu para Salvador, onde se matriculou na Faculdade de Medicina da Bahia, transferindo-se para o Rio de Janeiro no quarto ano. Em 1896 concluiu o curso de medicina na Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro. Depois de formado voltou a Belém, mas logo em seguida partiu para a Europa, destino Paris, em viagem de estudos, para cursos de especialização, chegando a frequentar importantes hospitais (PANTOJA, 1938, p. 6). Em 1897, Camilo Salgado ingressou no Hospital D. Luiz I, da Imperial Sociedade Beneficente Portuguesa do Pará, logo depois de formado; quatro anos depois foi nomeado diretor do corpo clínico; em 1904 recebeu o título de “Sócio Benfeitor”, em 1916 “Sócio Honorário” e finalmente, em 1924, “Sócio Benemérito”. Seu prestígio entre a colônia portuguesa foi tão grande que em 1931, o novo regimento interno do hospital previa que o mandato dos diretores clínicos fosse de três anos, exceto para Camilo que exerceu o cargo até a morte (MEIRA, 1986b, p.77). Camilo também esteve entre os principais articuladores da Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará (1897), Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará (1914), Escola Livre de Odontologia do Pará (1914) e da própria Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (1919). Sua atuação política esteve sempre vinculada ao Partido Republicano Federal, pois o Dr. Camilo Salgado era laurista convicto, possuía uma relação de amizade com Lauro Sodré e chegou a ocupar cargos eletivos no estado como, por exemplo, uma cadeira no senado estadual em 1918 (FOLHA DO NORTE, Camillo Salgado, 06/03/1938, p. 1). Em Belém montou consultório atendendo, às segundas, quartas e sextas no Gabinete Physioterapico, localizado no Largo do Palácio, atual Praça D. Pedro II; e, às terças, quintas e sábados atendia na Farmácia Pará, situada na Avenida Conselheiro Furtado (FOLHA DO NORTE, 25/09/1923, Camillo Salgado, p. 5). Segundo Morelli (1991) Camilo Salgado era sócio da Farmácia Pará, mas como todo seu receituário era atendido ali de modo quase gratuito, os prejuízos não tardariam, e para evitar a falência, Camilo logo venderia sua parte da sociedade. Essa foi uma das características do Dr. Camilo mais acentuadas pelos jornais da época.

⁴⁴ Natural de Macapá, Acylino nasceu em 1882, filho de um modesto comerciante português. Perdeu o pai com cinco anos de idade, tendo sua mãe casado com um comerciante abastado, o que permitiu sua viagem a Belém, onde completou seus estudos no Lyceu Paraense. Ao completar essa fase educacional, já com vinte anos, seguiu para o Rio de Janeiro para estudar medicina, porém, dispondo de poucos recursos, cursou primeiro a faculdade de farmácia para, com sua atividade profissional, custear as despesas da faculdade de medicina, obtendo o diploma de médico em 2 de abril de 1908. Seu retorno a Belém aconteceu apenas em 1909, fixando residência e consultório. Teve intensa atuação política no estado, militando nas fileiras do Partido Conservador, sendo eleito deputado em 1910. Foi professor de Medicina Legal na Faculdade de Direito, esteve entre os fundadores da Faculdade de Medicina, ocupando a cadeira de Propedêutica Médica. Também teve atuação na imprensa, sendo colaborador do jornal “A Província do Pará” (MEIRA, 1986, p. 137-8).

orador oficial (Folha do Norte, “Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará: a sua inauguração”, 16 de agosto de 1914, p.2).

FOTOGRAFIA 06: 1ª DIRETORIA DA SOCIEDADE MÉDICO CIRÚRGICA DO PARÁ

Diretoria da SMCP eleita para o período 1921-1923
Fotografia publicada no número especial do “Pará-Médico”, comemorativo ao 1º Centenário da
Independência do Brasil, 1922

Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará – Sua 1ª Diretoria (1914 -1915). Sentados, ao centro, Dr. Camillo Salgado, presidente; à direita, Dr. Raimundo da Cruz Moreira, vice-presidente; à esquerda, Dr. Penna de Carvalho, 1º secretário. Em pé, ao centro, Dr. Arthur França, 2º secretário; à direita, Dr. Amanajás Filho, tesoureiro; à esquerda, Dr. Acyline de Leão, orador. Fonte: Pará-Médico: Belém, 1922, p. 225.

A Folha do Norte, que levou ao conhecimento público a notícia da instalação da sociedade científica chamava a atenção dos seus leitores para um fato que não deveria passar despercebido: “[...] foi uma solenidade que deixou bem patente o espírito de harmonia que há de reinar sempre entre os associados da novel agremiação para a prática do bem e para a construção dos fins altruísticos a que ela se destina”. Depois de tanto conflito entre os médicos, era de se esperar que o anúncio da instalação de sua sociedade enfatizasse a “harmonia” que deveria reinar entre os esculápios. As tentativas anteriores, neste sentido, não foram bem sucedidas. Por este motivo o governador Enéas Martins, quando discursou, tocou no mesmo assunto. Defendeu que era imprescindível a coadjuvação de todos para a “obra nobilitante” a que se propunha a “novel sociedade”, cujos membros deviam abandonar “os preconceitos políticos” para tão somente elevar o prestígio e bom

nome da sociedade (Folha do Norte, “Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará: a sua inauguração”, 16 de agosto de 1914, p.2).

As disputas partidárias que se deram durante as primeiras décadas republicanas, além de muitos outros fatores, haviam deixado uma má impressão sobre esculápios científicos, que mais do que “homens de ciência”, eram vistos como aliados ou inimigos de um ou outro político, prejudicando a unidade do grupo.

Naquela sessão, além da posse dos eleitos, falou o Dr. Acylino de Leão, como orador oficial da diretoria empossada, pronunciando uma conferencia sobre o tema “Medicina Experimental”. Acylino de Leão havia se formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1908, fazendo posteriormente estágios na França e em Portugal; assim como ele, Arthur França era um desses médicos formados pela Faculdade de Medicina do Rio do início do século XX. Nesta época, a medicina experimental e sua vertente tropical já eram bastante discutidas no país, dando oportunidade a esses médicos de conhecerem as inovações que surgiam no seu campo de pesquisa a partir de novas matrizes intelectuais (Idem).

O Dr. Acylino fez uma ampla descrição da evolução da medicina, desde os tempos mais remotos, analisando as principais doutrinas que, a seu ver, haviam sustentado a medicina em diversas épocas. Hipócrates e os humores, a química de Paracelso, a anatomia de Vesalius, entrando pelas conquistas do século XVIII, com Boerhave e Van Helmont, os medicamentos específicos e os estudos da química biológica, a descoberta da circulação sanguínea por William Harvey, a fisiologia de Johanes Haller. Também, as conquistas do século XIX, com Lavoisier descrevendo a hematose; Hunter desenvolvendo a teoria da irritabilidade; Spallanzani negando a geração espontânea; o positivismo biológico de Louis Pasteur; a contribuição de Edward Jenner com a vacina antivariólica; Swand desenvolvendo a teoria celular; até chegar a Claude Bernard e as bases da ciência experimental (PARÁ-MÉDICO, Discurso de Inauguração, 1915, p. 9-10).

Acylino de Leão defendia que os médicos reunidos naquela sociedade deveriam ser todos discípulos da medicina experimental. Nesta época, a medicina experimental e sua vertente tropical já eram bastante discutidas no país, dando oportunidade a esses médicos de conhecerem as inovações que surgiam no seu campo de pesquisa a partir de novas matrizes intelectuais.

Para Figueiredo (2006), a medicina experimental foi uma pedra de toque no discurso dos clínicos e higienistas ligados à nova sociedade, traduzindo-se nas

primeiras publicações com os resultados das pesquisas na região de Belém, fosse com a descrição da ocorrência de uma enfermidade em um grupo social específico, fosse analisando novas medidas terapêuticas ou profiláticas destinadas ao controle de alguma patologia encontrada na cidade (FIGUEIREDO, 2006, pp. 46-47).

Das palavras de Acylino de Leão é possível notar um dos princípios fundantes dessa nova identidade de grupo: “a medicina experimental”. Sob a luz da teoria pasteuriana, o grupo de médicos pretendia renovar sua percepção e interpretação sobre o campo da saúde e da doença. Esses médicos foram os primeiros representantes de uma transformação maior dentro de sua categoria profissional. Aos poucos, eles passaram a compartilhar de uma série de valores e de um conjunto de práticas que serviria para distingui-los enquanto portadores da “civilização”, anunciadores do “progresso”, genuínos representantes da “medicina moderna” nos trópicos. Assim, o grupo de médicos que se agregou em torno da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, inaugurou um novo estilo profissional, que deveria servir de modelo para seus pares dali em diante.

A adesão de alguns destes médicos à medicina pasteuriana, está registrada na atuação de outro sócio, o Dr. Jayme Aben-Athar, que entrou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no final do século XIX, formando-se em 1902. Ainda acadêmico e já demonstrando pendores para a pesquisa, para atividade de laboratório e os problemas de saúde, ingressou no Instituto de Maguinhas, então dirigido por Oswaldo Cruz. Isso se constituía em motivo de orgulho e referência para o jovem bacteriologista (EDLER, 2009). No início de 1908, o jornal “Folha do Norte” (Folha do Norte, “Dr. Aben-Athar”, 4 de fevereiro de 1908, p.2) anunciava com grande entusiasmo a inauguração do “Laboratório de análises e clínica” do Dr. Jayme Aben-Athar. O consultório do médico, que passou a funcionar na travessa São Matheus, foi considerado como “um progresso entre nós, sobretudo pelos predicados de seu diretor, um dos mais salientes discípulos de Manguinhos”, instituto “que o último Congresso de Berlim sagrou um dos primeiros do mundo”.(Idem)

Ao mestre Oswaldo Cruz, Jayme Aben-Athar não poupava elogios. Em 1917, durante a sessão solene realizada pela Sociedade Médico-Cirúrgica em homenagem à memória de Oswaldo Cruz, recém falecido, Jayme Aben-Athar ressaltou em seu discurso que o patriotismo era o principal componente do caráter de seu mestre, dando a entender que era fundamental abraçar esse exemplo. “Por

influência de uma educação mal dirigida”, dizia Jayme Aben-Athar, “até hoje temos vivido quase alheados das cousas da nossa terra. A nossa cultura está ainda por definir-se nos lineamentos severos duma teoria científica ou por palpitar” (Folha do Norte, “Homenagem a Oswaldo Cruz: o discurso do dr. Jayme Aben-Athar”, 16 de março de 1917, p.1).

Para ele, era preciso então firmar o caráter nacional:

Vivemos exclusivamente do reflexo de outra cultura, animados de sentimentos que não são bem os nossos porque os recebemos já feitos, de ideais que se desvirtuam porque não os gerou a dor augusta das nossas necessidades que ainda não chegamos a determinar (Folha do Norte, “Homenagem a Oswaldo Cruz: o discurso do dr. Jayme Aben-Athar”, 16 de março de 1917, p.1).

O discurso nacionalista, de uma sociedade que valorizasse a sua própria cultura e olhasse com uma certa dose de “consciência social” para os injustiçados, pode ser visto, também, na iniciativa de um outro destacado membro da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, o Dr. Ophir de Loyola. Este médico também havia sido formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pois foi justamente de lá que trouxe a ideia de fundar em Belém o Instituto de Proteção e Assistência à Infância Desvalida do Pará, um estabelecimento de caridade similar ao Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro, de onde tirou as lições para a implantação da versão paraense. (Pará-Médico, 1922, p.290). O Instituto destinava-se a auxiliar as crianças desvalidas, não só com a ajuda médica, mas também orientando as mães nos princípios da puericultura, “tão necessários à grandeza da raça, e tão garantidores de uma nação forte” (Idem).

Essa preocupação ou sensibilidade para com os desvalidos, porque não dizer, com as classes inferiores, vistas como vítimas de um sistema injusto, foi também parte da estrutura do sentimento do grupo de associados. Daí a série de reformas que propunham para serem implementadas pelo poder público no estado. Suas reuniões na sede da associação passaram a ser publicadas rotineiramente nos jornais, assim como as ideias e conselhos gerados em meio aos seus debates tinham por finalidade servir de base para projetos políticos e sociais que deveriam ser adotados pelo poder público e pela sociedade, uma vez que esses médicos,

após se organizarem, começaram a acreditar que já tinham autoridade o bastante para serem ouvidos.

O doutor José Augusto Magalhães⁴⁵, acreditando no dever que tinha como homem de ciência e pedagogo social, não teve o menor problema em criticar a maneira como as mulheres paraenses se trajavam:

Ilustre redator da FOLHA, modestamente oculto atrás de um O, veio a chamar-nos ao cumprimento de um velho de dever, que temos adiado, até poder falar com autoridade que ainda a pouco nos faltava. Não poderíamos combater eficazmente os abusos e prejuízos decorrentes do defeituosíssimo vestuário feminino, enquanto como clínico e como cidadão, não nos reconciliássemos com a natureza e com o bom senso, procurando um corretivo aos atentados que ostensivamente cometemos usando roupas e tecidos que, entre nós, tudo condena e nada justifica. O apelo contido na proposta feita em sessão de 26 na Sociedade Médico-Cirúrgica teve acolhida que excedeu mais lisonjeira expectativa e consola constatar que a cultura do nosso povo chegou ao ponto de prescindir no médico aquele vetusto, severo e fúnebre vestuário que o caracterizava nos tempos idos; dir-se-ia que antecipadamente se vestiam de luto pelos doentes que tratavam. O nosso meio começou a compreender as grandes vantagens das roupas claras e que se possam lavar com frequência, pois que as roupas de lã escura apenas têm a triste superioridade de se poderem constituir inesgotável reservatório de imundices. E o primeiro dever do médico é ser limpo na alma e no corpo, assentando-lhe melhor o branco, como símbolo de pureza e de asseio, do que o preto, símbolo triste de luto, não raro, de porcaria infecta (Folha do Norte, J. A. Magalhães. "Na Sciencia e na vida: Usos e abusos femininos", 30/04/1916, p.1).

A imagem do profissional médico como aquele que deveria dar o exemplo começava a ser forjada e foi um dos pontos que recebeu maior atenção da Sociedade Médico-Cirúrgica. Embora o trabalho de construção de uma identidade de grupo possa ser percebido por vários ângulos, vamos lembrar aqui de uma questão que consideramos ser fundamental – a criação de parâmetros éticos que pudessem regulamentar a relação dos médicos entre si e seus pacientes.

Além disso, algumas vezes os debates na Sociedade tocavam em temas não diretamente ligados à prática médica. Como vimos, o envolvimento de alguns

⁴⁵Esse médico era formado na Faculdade de Medicina da Bahia e, além de exercer sua clínica em Belém, chegou a ser diretor da Escola de Comércio do Pará.

esculápios com os grupos políticos constituídos no Pará e a polarização da sociedade em torno dos mesmos, contribuiu para que as tentativas anteriores de médicos que procuravam falar em nome de sua categoria profissional não tenha surtido o efeito esperado, principalmente quando se tratava de temas considerados por seus contemporâneos como fora da alçada dos esculápios.

Em 1914, já sob o teto da Sociedade Médico-Cirúrgica, o médico José Augusto de Magalhães que, desde 1913 procurava chamar a atenção da “Comissão Econômica da Defesa da Amazônia” para medidas que, a seu ver, deveriam ser tomadas para amenizar a crise da economia da borracha⁴⁶, recebeu o apoio dos seus colegas associados (Folha do Norte, “Na Sociedade Médico-Cirúrgica: Uma proposta importante, altamente científica e patriótica”, 16 de outubro de 1914, p.1). No caso, a Sociedade Médico-Cirúrgica, num impulso patriótico e num largo gesto, decidiu prestigiar as ideias do seu consócio, aprovando unanimemente a seguinte proposta:

Não hesitamos em atacar, de frente, o preconceito que atribui à classe médica um campo estreito e reservado do qual não nos é dado sair. Seguindo o conselho do grande Ricardo Jorge, que nos manda combater esse prejuízo ignaro e assegurar o papel supremo que à nossa ciência cabe na direção mental e social, não vacilamos em levantar neste recinto uma questão higiênica, visando defender a saúde das populações tropicais, e auxiliar a Amazônia e ajudar o Brasil a vencer a crise econômica, que ameaça o bem estar e o futuro de todos nós. Queremos referir-nos ao uso, que em nosso clima nada justifica e tudo condena, dos capachos de palha ou esparto; das passadeiras de linho e outras fibras; dos tapetes de veludo, lã ou algodão por todos nós usados como se estivéssemos na mais frias zonas. Que as causas climáticas nos levassem como na Europa a usar peles, tapetes de lã e semelhantes, com prejuízo dos preceitos higiênicos... vá. Porém, que agravando o calor, de que tão frequentemente nos queixamos, façamos largo uso dos tapetes e capachos, como que na Europa se procura combater o frio... é o que não podemos mais compreender! Por que não usamos, em lugar de tais tapetes, que o frio inspirou e conserva, não obstante as graves

⁴⁶Para se ter uma ideia da dimensão do problema, já em 1909, a necessidade de superar a crise era vista como “um caso de vida ou morte”. Pelo menos era isso que se ouvia na câmara dos deputados naqueles tempos difíceis pois, segundo eles, referindo-se ao dever que a União teria em socorrer a Amazônia nesse momento, “sem hiperbolizar”, podia-se dizer “que a economia brasileira” era “o café e a borracha” (Fundo: Câmara dos Deputados. Série: Pareceres: 25 de outubro de 1909. Ano: 1909. Cx: Nº 66. Nº Doc 35).

ameaças que encerram pelo lado higiênico, tapetes, passadeiras e capachos de borracha, mais higiênicos, mais fácil de asseiar e mais próprio ao nosso clima? 1º - Por imitação, que, por amor a higiene devemos combater por todos os meios dignos. 2º - Porque as nossas alfândegas opõem taxas proibitivas a tais artefatos, se forem fabricados de borracha que nós produzimos, e que constitui o segundo artigo de exportação do país, enquanto favorece a sua entrada quando fabricado de veludo, lã, algodão, linho ou palha que não produzimos e nem exportamos. Parece impossível: é, porém um fato incontestável e, por isso, propomos um voto para que a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, em nome dos altíssimos interesses da higiene e da saúde pública e em nome dos sagrados interesses nacionais, solicite das congêneres; da imprensa do país; dos poderes públicos e de todos os cidadãos préstimos, os seus leais esforços no sentido de fazer cessar uma anomalia, que razão alguma justifica e que a ciência médica e os mais elementares princípios econômicos condenam. Sala das sessões da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, 14 de outubro de 1914 (Folha do Norte, “Na Sociedade Médico-Cirúrgica: Uma proposta importante, altamente científica e patriótica”, 16 de outubro de 1914, p.1)

Quando apoiaram o colega que teve suas propostas menosprezadas por outros setores da sociedade, os médicos paraenses não só se viam como uma corporação coesa como também reivindicavam um espaço bem maior de atuação do que “o campo estreito e reservado” que lhes era atribuído. Dentro desse propósito, as questões que os médicos achavam que lhes diziam respeito deveriam ir para além da mera luta em defesa de sua medicina, ou pelo menos da função restrita a que eles julgavam que ela estava impedida de ultrapassar. Para essa identidade de grupo em construção, cabia à sua ciência o papel supremo na direção moral e social daquela época.

Um discurso assentado em um expresso nacionalismo, que olhava com desconfiança para o modelo europeu de sociedade, passou também a fazer parte das atitudes desse punhado de clínicos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. A pretensa defesa das “populações tropicais”, as críticas aos usos de trajes e outros produtos pensados a partir de um ideal europeu de sociedade, ganharam força no interior da associação científica paraense, tornando-se parte de um processo gradual de mudança de mentalidade que ocorria pelo país afora. Os novos hábitos e valores compartilhados entre esses médicos foram então imediatamente relevantes para a formação interna do grupo, e para alguns dos seus efeitos externos.

Assim, os valores que os tornaram tão próximos logo deram a eles uma autoestima que os fazia sentir, em olhar auto reflexivo, como distintos dos outros, o que, por sua vez, poderia identificá-los imediatamente. Longe daquilo que havia percebido na maior parte dos velhos e novos clínicos paraenses das décadas anteriores, o Dr. Lobão Junior notou uma nova postura nos médicos que se agregavam na Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, vislumbrando finalmente a possibilidade de fomentar os debates científicos,

agora que já contamos no nosso meio uma nova sociedade de medicina, tendo como representantes, clínicos estudiosos e aproveitáveis, da estatura de um Jayme Aben-Athar, d'Ultra Vaz, Oswaldo Barbosa, Acylino de Leão, Arthur França, Porto d'Oliveira, Rodrigues dos Santos, Renato Chaves, Eduardo Reis, Cosme Cardoso, e outros não menos distintos (LOBÃO JUNIOR. Eduardo de Léger . Scientia in Partibus . Belém-Pará: Typ. F. Lopes, 1916,p.6).

Na verdade, esses médicos faziam parte de uma elite da elite de médicos paraenses, que se apresentavam como altamente especializados e engajados na tarefa de construir uma nova nação.

4.1.3. O Periódico Pará-Médico

Além do ensino médico- representado pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, criada em, 1919, e das associações profissionais, como a Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará e a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, também deve ser considerado importante no sentido da constituição de uma identidade profissional dos esculápios paraenses, a criação de periódicos médicos. Neste caso, destacaram-se, no período, duas publicações, com o mesmo nome: “Pará-Médico”.

Os referidos periódicos foram criados pelas duas sociedades constituídas em território paraense, a Sociedade Médico-Farmacêutica (1897) e a Sociedade Médico-Cirúrgica (1914), em dois momentos diferentes. As duas associações buscavam, com a editoração de um periódico, a divulgação de suas atividades e dos trabalhos científicos de seus associados.

Coincidentemente, as sociedades médicas escolheram a mesma designação para seu periódico, porém o primeiro pode ser caracterizado como um jornal, enquanto o segundo tinha a forma de uma revista. Segundo Dias, é como se outro título não pudesse expressar a procedência e a finalidade dos órgãos que as criaram (DIAS, 2002).

Ainda no final do século XIX, em novembro de 1900, a Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará, lançou o primeiro fascículo de seu órgão oficial. Na rua Nova de Santana, número 2, foi instalada a redação do “Pará-Médico”, tendo como redatores os Drs. Penna de Carvalho, João Godinho e Américo Campos. Durante os cinco anos de atuação da sociedade, as atas de suas reuniões foram publicadas no seu órgão oficial de publicidade (DIAS, 2002).

Passados mais de dez anos, em 1914, com o surgimento no cenário belenense da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, uma nova revista “Pará-Médico” foi lançada, apresentada com a imagem de pioneirismo, e sem indicação de vínculos com a anteriormente publicada. Os esculápios paraenses pareciam pretender fazer cair no esquecimento sua antiga associação com os farmacêuticos, buscando deixar claro seu papel hegemônico no campo da cura e relegando outras práticas profissionais à condição de auxiliares da medicina.

A nova revista, nascida em plena crise econômica do Pará e das notícias da Primeira Guerra, deveria mostrar “o valor profissional dos médicos que aqui trabalham, neste recanto longínquo e quase ignorado do País e do mundo científico” (Pará-Médico, 1915). Não obstante, todos esses problemas, o Pará deveria se orgulhar “de poder contar em seu seio com médicos distintíssimos, que fariam honrar o meio mais culto” (Idem).

É bom lembrar que esses médicos achavam-se produtivos o bastante para fazer essa afirmação, considerando que a revista que acabavam de lançar viria preencher uma antiga necessidade de divulgação de suas pesquisas e observações feitas nos hospitais e em suas clínicas. Segundo os redatores, toda essa produção muitas vezes se perdia por falta de uma gazeta médica que a publicasse, dando oportunidade, diziam eles, “a que, sobre a nossa indiferença, tripudiem conceitos menos dignos de espíritos superficiais, que tudo julgam pelas aparências” (Pará-Médico: Archivos, 1915).

Assim os editores definiam qual seria a função da Sociedade Médico-Cirúrgica: “Foi para desfazer essa ilusão e para modificar essas práticas

desabonadoras que um grupo de médicos, alguns deles bem jovens, e, portanto, entusiastas e otimistas, amadurecidos outros na reflexão e no estudo, todos animados da mesma fé ardente, que não conhece tropeços, senão para vencê-los, nem falecimentos, de que logo senão restaure, teve a feliz ideia da fundação da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará.” (Pará-Médico, 1915).

Esta era, para eles, a principal missão da sociedade científica: desfazer a má impressão que pairava sobre os médicos, “essas práticas desabonadoras”. Para isso, era preciso deixar bem claros os critérios pelos quais seus membros deveriam ser guiados para atingir os objetivos almejados. Foi por isso que a Sociedade Médico-Cirúrgica apressou-se em publicar os seus estatutos naquele mesmo ano: Pugnar pelos interesses materiais da classe; manter e defender os créditos da classe, por meios legais, e elevá-la ao mais alto grau de autoridade profissional; zelar com esmerado amor pelos preceitos da ética médica; entre muitas outras questões relevantes, como aperfeiçoamento técnico e difusão de ensinamento higiênico ao povo, seriam as novas tarefas que caberiam aos associados e que estavam inscritas nos seus estatutos (Estatuto da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. Pará-Brazil: Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1915, pp.3-4).

Estes objetivos foram intensamente defendidos através das páginas da revista Pará-Médico, que também se constituiu em importante canal para a definição de uma identidade médica no Pará. Em maio de 1915, a associação médica lançou o primeiro número da revista.

Como informa Dias, se à comissão de redação, da qual participavam os Drs. Porto de Oliveira, Oswaldo Barbosa, Jayme Aben-Athar, Veiga Cabral, J.A Magalhães, Arthur França e Penna de Carvalho, e aos demais membros da nova sociedade, passou despercebida a presença anterior do órgão oficial da Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará, o mesmo não aconteceu a um leitor da revista, talvez farmacêutico, que logo advertiu os editores sobre a precedência do nome (DIAS, 2002).

No segundo fascículo da revista, referente a agosto de 1915, para dar abrigo a assuntos gerais, foi aberta a coluna “Chronicas” e nela publicado o artigo “Pará-Medico sênior e junior”, assinado com o pseudônimo “senior”, revelador da prévia existência de outro “Pará-Médico”, nada reivindicando o seu autor senão estabelecer a verdade histórica, para evitar futuros equívocos na catalogação dos periódicos (PARÁ-MÉDICO, 1922).

A coluna “Chronicas” revela que o periódico não estava voltado para um público específico pois, como tem mostrado a bibliografia, o leitor de periódicos médicos brasileiros, nos seus primeiros tempos, era formado por leigos ilustrados que, muitas, vezes ousavam dialogar criticamente com o saber médico-científico, o que colocava os médicos periodistas em confronto direto com opiniões leigas a respeito da medicina (FERREIRA, 2003).

Viabilizar a publicação foi tarefa difícil para os esculápios, pois, embora lançada com muito entusiasmo, suas despesas eram financiadas pelo governo estadual enquanto forma de atenuar as dificuldades então enfrentadas de manter a regularidade das edições no ritmo desejado (DIAS, 2002).

A publicação de artigos sobre procedimentos médicos pela revista da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará visava dar credibilidade à medicina acadêmica, conferindo status científico à prática dos esculápios, de forma a diferenciá-la das outras práticas terapêuticas adotadas em Belém. Assim, procurava-se garantir aos esculápios paraenses o monopólio no exercício da arte de curar, questionando outras práticas. Além da publicação dos procedimentos médicos, a revista também publicava uma série de artigos que versavam sobre diversos assuntos como, por exemplo, aqueles que, de forma didática, procuravam esclarecer os leitores sobre o uso de remédios secretos, o perigo do misticismo em medicina, a intolerância em medicina, a posição social do médico e, também, as críticas às práticas populares de cura. Este último tópico era recorrente e revelador, também, de um grande preconceito dos médicos em relação aos terapeutas populares, tema que será abordado no próximo capítulo (PARÁ-MÉDICO, 1922).

Depreende-se disso o esforço recorrente da Sociedade Medico-Cirúrgica para a criação de regras de conduta na profissão médica em duas frentes: a disciplina ética aos médicos diplomados e associados e o combate aos terapeutas populares e à prática do charlatanismo.

Em relação à primeira frente, para a Sociedade Médico-Cirúrgica, seria necessária à adoção de parâmetros éticos que nortegassem o exercício da profissão entre os esculápios, caso contrário, esses profissionais estaria, vulneráveis ao desprestígio, às críticas da sociedade e à exploração do seu labor. A atitude considerada correta de um clínico ou seu deslize seria, conforme os parâmetros da entidade corporativa dos médicos paraenses, sintoma de prestígio ou não na sociedade local, e vindo a público, no caso de erros médicos e divergências

explícitas, condenaria ao descrédito a classe profissional como um todo. Esse espírito de corpo enquadrava-se na perspectiva da profissão médica como um organismo dirigido por lideranças e grupos intelectuais médicos que ditavam as regras a serem seguidas pela categoria profissional (RODRIGUES, 2008)

A conformação de uma ética profissional objetivava distinguir o “bom” e o “mau” médico, a partir de critérios profissionais definidos pela Sociedade Médico-Cirúrgica, e na classificação da “medicina nociva” rotulavam-se como charlatães, os curandeiros, as parteiras, os que atuavam no exercício da medicina sem o diploma acadêmico e os médicos diplomados que não adotavam os princípios médicos da referida entidade corporativa. Enfim, um conjunto de sujeitos, diplomados ou não, que deveriam ser excluídos do universo da cura a partir dos ditames estabelecidos pela Sociedade Médico-Cirúrgica.

Essa postura será fortalecida com a fundação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, como veremos no próximo item.

4.2. A Faculdade de Medicina do Pará

Neste item trata-se do processo de criação e instalação da Faculdade de Medicina do Pará, enquanto parte da constituição da identidade médica local, fato esse que, segundo nossa análise teria marcado o início de uma nova etapa para a medicina paraense, considerando-se que os primeiros professores da instituição foram os médicos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. Consideramos que as ideias e ações compartilhadas entre eles foram fundamentais para sua distinção como grupo e para a conquista do status de “médicos modernos”.

Inicialmente objetiva-se analisar a construção da identidade da instituição. Posteriormente, tomando por base os elementos de análise investigados, buscar-se-á aprofundar o confronto travado entre os médicos acadêmicos e outros terapeutas para a constituição de um código de ética profissional no território simbólico e institucional da cura, conforme se abordará a seguir.

4.2.1. O Contexto de Criação da Faculdade

O desenvolvimento do ensino médico no Brasil remonta aos tempos coloniais. A iniciativa da coroa portuguesa de concentrar o ensino superior na metrópole impediu que se criasse um curso de medicina na colônia. Como não era

possível criar cursos de medicina, proliferaram os cursos de cirurgia. O primeiro surgiu na Bahia, em 1799, um curso de Anatomia e Cirurgia (SALLES, 2004). Em 1801, foi estabelecida a primeira cadeira para o ensino de Cirurgia em Minas Gerais e, depois, vários outros cursos de Cirurgia foram se constituindo, como, por exemplo, o de São Paulo em 1803, e o de Recife, em 1820 (SALLES, 2004).

Destes, vale destacar, os que foram criados em Salvador e no Rio de Janeiro em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. O primeiro foi criado em fevereiro daquele ano, com o nome de colégio Médico-Cirúrgico, no Hospital São José, em Salvador. Em novembro, foi criada a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do hospital Militar e da Marinha, no Rio de Janeiro. Destes dois cursos se originaram as primeiras escolas de Medicina criadas no Brasil (SALLES, 2004). No entanto, até 1822, mesmo com a emancipação política do Brasil, as aguardadas faculdades de Medicina não foram instaladas, forçando os nascidos no território brasileiro a continuar buscando formação em medicina no exterior, sendo Portugal e França o destino da maioria desses estudantes. Apenas em 1832, as escolas da Bahia e do Rio de Janeiro, passaram a ser consideradas faculdades, ministrando cursos de 6 anos, constituídos de 14 cadeiras, médicas e cirúrgicas (SALLES, 2004).

Ao longo do século XIX, foi predominante, no Brasil, o chamado “ensino livre”, pelo qual, mesmo existindo faculdades oficiais, os estudantes também poderiam se matricular em cursos particulares ou “livres” (PEREIRA NETO, 2001). A lei de 3 de outubro de 1832, que criou as faculdade de medicina da Bahia e Rio de Janeiro, também facultava ampla liberdade a particulares que quisessem estabelecer cursos, pois não teriam oposição das faculdades (art. 33). Em 1879, o decreto 7.247 garantia que o ensino superior seria completamente livre em todo o Império, havendo fiscalização do Estado apenas para garantia da moralidade e higiene (art. 1). Em 1881, outro decreto, regulamentava a necessidade dos estudantes realizarem exames para mudança de série, tanto de cursos livres quanto oficiais. Assim, percebe-se uma postura não intervencionista do Estado imperial brasileiro no campo educacional, especialmente no campo da educação superior.

O advento da República provocou mudanças na postura do Estado brasileiro que, segundo Pereira Neto (2001), teria assumido uma “postura

crescentemente intervencionista e reguladora”. É certo que a presença do Estado é mais evidente após 1889, mas o mesmo ainda possui caráter liberal, como fica evidente na constituição de 1891, aumentando apenas sua função reguladora. Um Estado dominado por elites agrárias que, mesmo na economia, só ousou intervir em momentos excepcionais, como por ocasião do Convênio de Taubaté, em 1906, em meio a grave crise da economia cafeeira (MUNAKATA, 1981).

Assim, nos primeiros tempos republicanos, o Estado tornou-se mais presente, mas manteve uma esfera de autonomia significativa para a iniciativa privada. O decreto 1981, de 1890, por exemplo, estabelecia o Código das instituições de ensino superior. Este estabelecia que qualquer indivíduo ou associação particular poderia fundar cursos superiores. Embora tais cursos devessem se submeter a constantes avaliações e incorporar a grade curricular dos estabelecimentos federais (art. 313), gozavam de grande autonomia administrativa. Este decreto também criou os famosos “exames de madureza”⁴⁷, que permitiam o acesso ao ensino superior no país.

A postura liberal do Estado brasileiro também fica evidente através da reforma instituída pelo ministro Rivadávia Corrêa, instituída pelo decreto-lei 8.659 de 1911, denominado de Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República. Os dois primeiros artigos do referido decreto confirmavam a postura do Estado no campo da educação superior, pois determinavam que a instrução superior, difundida pelos institutos criados pela União, não gozaria de privilégios em relação às demais e, também, garantiam a autonomia didática e administrativa das corporações que, até então, estavam subordinadas ao Ministério do Interior.

Para Pereira Neto (2001)

Os reflexos da Lei Rivadávia podem ser identificados na criação, em 1912, da Faculdade de Medicina do Paraná, do Instituto Hahnemanniano, no Rio de Janeiro, dedicado à formação de médicos homeopatas e da Faculdade de Medicina de São Paulo, no ano seguinte. (PEREIRA NETO, 2001, P. 110).

⁴⁷ Este exame foi regulamentado pelo decreto 1981/1890 (art. 36) e consistia em provas de línguas vivas, língua portuguesa e literatura nacional; línguas mortas; matemática e astronomia; ciências físicas e suas aplicações; meteorologia e geologia; biologia, zoologia e botânica; sociologia e moral; noções de economia política e direito pátrio; geografia e história universal, especialmente do Brasil.

O contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) colocou em cheque a filosofia liberal, pois o *laissez-faire* acabou acirrando rivalidades entre as nações capitalistas, contribuindo para a eclosão do conflito mundial e a postura não intervencionista do Estado, especialmente no que se refere à questão social, contribuía para o crescimento de movimentos de trabalhadores que, em alguns contextos levariam a movimentos revolucionários, como na Rússia em 1917. Este quadro provocou a necessidade de reajustes na filosofia liberal, levando a uma ação mais eficiente do Estado, que passaria a adotar uma postura de intervenção relativa (MUNAKATA, 1981).

Na educação brasileira, esta postura já fica evidente em 1915, com a aprovação do decreto-lei 11.530, que fixou uma série de critérios para garantir a equiparação dos estabelecimentos particulares aos oficiais (PEREIRA NETO, 2001). A “Lei da Equiparação”, conforme Pereira Neto (2001, p. 110), determinava que, para uma instituição fosse equiparada, ela deveria ser avaliada por um fiscal, marcando maior presença do Estado em questões educacionais, especialmente na qualificação profissional de nível superior, visando a oferta quantitativa e qualitativa de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Os critérios utilizados na avaliação das instituições de ensino superior brasileiras compreendiam quatro aspectos: o primeiro aspecto estava relacionado à forma de acesso à instituição, sendo preciso que o aluno fosse maior de 16 anos para ingressar na faculdade (art. 77), e o ingresso passava a ser mediante rigoroso processo seletivo (art. 14); o segundo aspecto dizia respeito à qualidade de ensino, cada instituição devendo cumprir pelo menos $\frac{3}{4}$ do programa de cada matéria, também era preciso conferir se havia moralidade na distribuição das notas dos exames, se a faculdade estava devidamente equipada e se o corpo docente era escolhido por concurso (art. 14); o terceiro verificava a saúde financeira da instituição de ensino, estabelecendo se as rendas da faculdade eram suficientes para custeá-la; por último, havia um critério censitário para a equiparação das faculdades de medicina, pois só seriam equiparadas as faculdades localizadas em cidades com mais de cem mil habitantes, ou em estados com mais de um milhão de habitantes (art. 25) (PEREIRA NETO, 2001).

De acordo com o censo de 1890, os estados com mais de um milhão de habitantes eram Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em 1920 havia mais três unidades da federação nesta condição: o Distrito Federal, o Ceará e o Rio de Janeiro (BRAZIL, 1929, v. 6:IX). Entre as cidades com população maior que cem mil habitantes havia, de acordo com o censo de 1920: Belém, no Pará; Recife em Pernambuco; Salvador na Bahia; Caratinga, Juiz de Fora e Teófilo Otoni em Minas Gerais; Campos no Rio de Janeiro; Campinas, Rio Preto, Santos e São Paulo em São Paulo; Porto Alegre no Rio Grande do Sul; e o Distrito Federal (BRAZIL, 1929, v.6:XX).

Foi nesse contexto que foi criada a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. Quando esta faculdade de medicina foi criada já existiam outras sete espalhadas pelo país, Bahia e Distrito Federal (1808), Rio Grande do Sul (1898), Instituto Hahnemanniano no Distrito Federal (1912), Paraná (1912), São Paulo (1913) e Minas Gerais (1918). A maioria delas criadas no contexto republicano.

4.2.2. A Faculdade de Medicina do Pará: da instalação à equiparação

A nova conjuntura nacional favoreceu a criação dessas faculdades, mas, destaque-se que a criação delas, no contexto do federalismo, dependeu, em grande escala, das condições locais. Assim, em São Paulo, por exemplo, o projeto esteve vinculado à iniciativa estatal, que visava consolidar o ideário do moderno e do civilizado a partir de uma reelaboração do ensino e da saúde, mas preservando o domínio oligárquico, haja vista que, especialmente os profissionais de nível superior, com destaque para os médicos, eram oriundos das oligarquias tradicionais (BARROS, 2005).

No Pará, o processo teve características similares, mas apresentou algumas especificidades. A criação das primeiras faculdades resultou da ação estatal, mas no caso específico da Faculdade de Medicina ficou a cargo da iniciativa privada e, embora tenha constituído uma elite profissional, nem todos os médicos eram oriundos das oligarquias tradicionais e tampouco foram assimilados à nova estrutura de poder, como fica evidente nos Relatórios de Governo do período, nas notícias publicadas pelos jornais paraenses e na própria documentação da faculdade.

O governador Paes de Carvalho⁴⁸, em mensagem apresentada em 1897, fala do interesse do Estado no desenvolvimento do ensino superior no Pará. Assim se pronunciou o governador:

A nossa tarefa tem sido, ao lado de reparos e consertos destinados a corrigir pequenas lacunas que a prática indicou, alargar e desenvolver o plano concebido, que receberá a sua cúpula majestosa no dia em que surgirem aqui em bases seguras as escolas do ensino superior. (PARÀ, 1897, p. 36)

A mensagem mostra ainda que o governador Paes de Carvalho considerava que, na república, o ensino deveria emancipar-se da esfera de influência do governo e manter-se “exclusivamente a cargo das doutrinas e dos métodos que possam orientá-lo.” (PARÀ, 1899, p. 48) e que essa concorrência permitiria o advento de sistemas mais adequados. Porém, não deixa de reconhecer que o Estado ainda era obrigado, naquele contexto, e o seria por muito tempo ainda, a intervir nesta matéria, porque considerava que pouco se poderia esperar da iniciativa individual. Assim, o governador pede permissão ao Congresso Legislativo do Estado para assentar as bases em que seriam fundadas as escolas de ensino superior no Pará, e justifica sua ação alegando que preencheria uma enorme lacuna em um meio “onde muitas aptidões se atrofiam ou fenecem por não lhe podermos oferecer condições de cultura e aperfeiçoamento.” (PARÀ, 1899, p. 48).

Em 1899, o governador Paes de Carvalho, decretaria a Lei nº 629, estabelecendo que:

Art. 1º- Ficam criadas nesta capital as seguintes escolas superiores: direito, medicina e engenharia, com as divisões relativas aos diferentes cursos, de acordo com os programas das escolas congêneres da União.

Art. 2º- O Governador promoverá a instalação de todas ou de algumas das faculdades, no começo do ano vindouro, decretando-lhes os respectivos estatutos e fazendo as primeiras nomeações (PARÁ, D.O.E., 24-05-1899).

⁴⁸ José Paes de Carvalho governou o estado do Pará de 1º de fevereiro de 1897 a 1º de fevereiro de 1901 (BORGES, 1983).

O projeto de instalar faculdades no Pará fica, assim, evidente na fala do governador Paes de Carvalho mas, ele terminou seu mandato e nenhuma das faculdades, previstas na lei, foi efetivamente criada. Em 1900, o governador lembra a lei decretada no ano anterior, lamenta a impossibilidade de efetivá-la e comemora a manutenção de um curso de agrimensura no estado, como alternativa ao de engenharia (PARÁ, 1900, p. 62).

Em 1902, no governo de Augusto Montenegro⁴⁹, foi criada a Faculdade de Direito, mas a partir da iniciativa privada. Trata-se do Instituto Teixeira de Freitas, uma associação particular voltada para o ensino superior, que criou a faculdade, com apoio financeiro do governo do estado que prestou auxílio com 50 contos de réis (PARÁ, 1902, p. 37). Esta faculdade foi rapidamente adotada pelo Estado, pois ainda em 1902 a Lei 839 autorizava o governo a entrar em acordo com o Instituto Teixeira de Freitas, transferindo a manutenção da faculdade para o Estado. Através do decreto nº 1173, de 19 de novembro de 1902, a faculdade passou a ser uma instituição estadual de ensino (PARÁ, 1903, p. 43).

A Escola de Farmácia⁵⁰ também foi criada no governo de Augusto Montenegro, através da Lei nº 874 de 23 de outubro de 1903. A instalação da escola foi assim descrita pelo governador:

Acha-se a escola instalada em uma excelente sala da Diretoria do Serviço Sanitário e dispõe também de vasto compartimento devidamente aparelhado para a prática de física e química. Além disto, no excelente Laboratório Farmacêutico da mesma diretoria encontram os alunos elementos precisos para a aula de farmacologia prática (PARÁ, 1904, p. 54).

A criação das primeiras faculdades no Pará ocorreu, portanto, no contexto do boom da economia da borracha. E, no início do século XX, como vimos, Belém já

⁴⁹ Augusto Montenegro exerceu dois mandatos seguidos como governador do Pará, de 1º de fevereiro de 1901 a 1º de fevereiro de 1909 (BORGES, 1983).

⁵⁰ Até o início do século XX o advento dos cursos de Farmácia ocorria de três formas: como anexo das Faculdades de Medicina, tal como ocorreu no Rio de Janeiro e na Bahia em 1832, quando se inicia o ensino de farmácia no Brasil (SILVA, 2003, P. 34). Como unidades precursoras das escolas médicas, pois, as faculdades de farmácia ou odontologia exigiam menos recursos e, assim, eram criadas como base para futuras faculdades de medicina que, geralmente as encampavam, como foi o caso da Faculdade de Porto Alegre, em 1896 (FIOCRUZ, 2007). Ou ainda como uma escola isolada, desvinculada de um curso médico, como ocorreu em Ouro Preto em 1839, e em São Paulo em 1898 (SILVA, 2003, p. 34). No Pará, o curso de farmácia seguiu o terceiro modelo, sendo criada pelo governo Augusto Montenegro e regulamentada pela lei nº 1274, de 1º de fevereiro de 1904. Tinha como professores efetivos os farmacêuticos Francisco da Silva Miranda, Pedro Juvenal Cordeiro e Giuseppe Martina (LEITÃO, 1985, p. 35).

possuía duas faculdades: a Faculdade Livre de Direito (1902) e a Escola de Farmácia⁵¹ (1903), sendo esta última instalada no próprio Palácio do Governo e utilizando o Laboratório do Serviço Sanitário do Estado.

Assim, o período de prosperidade econômica, associado ao significativo crescimento demográfico da região, propiciado pela imigração nordestina e estrangeira (SANTOS, 1980), mas também a perspectiva modernizadora amparada num discurso civilizatório em relação à região amazônica que deveria investir no desenvolvimento da ciência, contribuíram para a expansão dos cursos superiores no estado do Pará (SARGES, 2000).

Outras faculdades foram criadas no Pará em um período posterior.

Assim, no dia 4 de julho de 1914, no dia 4 de julho, foi fundada, em Belém, a Escola Livre de Odontologia, uma instituição privada que teve seus diplomas reconhecidos pelo governo do estado do Pará e, também do estado do Maranhão, através de lei assinada em 23 de abril de 1917. O corpo docente desta faculdade era formado por médicos e cirurgiões dentistas, sendo dirigida pelo Dr. Magno e Silva (PARÁ, 1911, p. 59).

Também, em 1918, por iniciativa do Centro Propagador das Ciências⁵² foram criadas uma nova Faculdade de Odontologia, dirigida pelo Dr. Jayme Aben-Athar, seguindo-se a de Agronomia e Veterinária, dirigida pelo Dr. José Ferreira Teixeira (PARÁ, 1918, p. 58).

A Faculdade de Medicina do Pará também foi criada neste período, mais precisamente, em 1919.

Em busca da identidade profissional

Uma primeira observação a ser feita é que criação destes novos cursos não aconteceu em meio ao período de prosperidade econômica da borracha.

⁵¹ O regulamento decretado em 5 de abril de 1911 para as Faculdades de Medicina, mantidas pela União, propiciou a reorganização do curso de Farmácia, fazendo-o compreender as seguintes matérias: Física, Higiene, Microbiologia, História Natural Médica, Química Mineral e Orgânica, Química Analítica, Química Industrial, Toxicologia e Legislação relativa à matéria, Farmacologia, Bromatologia (alterações e falsificações de medicamentos e alimentos). Essas matérias deveriam ser ensinadas em três anos escolares (PARÁ, 1911, p. 45). A reforma do curso de Farmácia foi baseada no decreto federal nº 8659, de 5 de abril de 1911, ampliando o tempo de formação de dois para três anos, dando mais credibilidade à formação acadêmica nesta área, mas garantindo a submissão dos profissionais farmacêuticos aos médicos.

⁵² O Centro Propagador das Ciências foi fundado em 23 de janeiro de 1918, em Belém, sob a direção dos Drs. Arthur França, Pinheiro Sosinho, Porto de Oliveira e Carvalho Lima, com a finalidade de criar e manter cursos de ensino superior.

Mas, como vimos no capítulo 2, o período de fausto econômico do estado propiciou a estruturação de uma elite intelectual médica, primeiro, através da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, depois através da própria Faculdade de Medicina. Essa elite intelectual vinha travando forte campanha no sentido da definição de sua própria identidade como classe, mantendo ⁵³contraste principalmente com o exercício da pajelança. Assim, a atuação dos médicos se fazia presente através da imprensa, participando de associações científicas e literárias, debatendo problemas, apresentando soluções para as questões de saúde pública, ocupando espaços na administração pública, no intuito de obter prestígio e poder junto a sociedade local (FIGUEIREDO, 2006a).

A instalação da Faculdade de Medicina foi, portanto, um momento importante para a construção dessa identidade de grupo, para a obtenção de maior prestígio, contribuindo também para a constituição de uma hierarquia entre os médicos paraenses, com a formação de uma elite da elite médica.

Enquanto não havia condições para instalar o curso de medicina, as autoridades locais procuraram criar alternativas para suprir as necessidades da região. O governador João Coelho, aproveitando a reforma na Escola de Farmácia, realizada em 1912, defendeu a criação de um pequeno Curso de Moléstias Tropicais, anexo à referida escola, para atender as condições nosológicas e sociais do estado do Pará (PARÁ, 1912, p. 29). João Coelho argumentava que as epidemias do paludismo que avassalavam as regiões do estado, e a ausência de profissionais nas cidades do interior demandavam a criação de uma escola que, sem longos anos de aprendizado (seria o caso de uma faculdade de medicina), “faculte o conhecimento prático da terapêutica das moléstias mais frequentes entre nós” (PARÁ, 1912, p. 29). No entanto, não encontramos notícias se este curso foi criado.

Como vimos, embora o governador Paes de Carvalho tivesse decretado lei prevendo a sua criação em 1899, a Faculdade de Medicina do Pará foi instalada apenas em 1919.

A criação da Faculdade de Medicina

A fundação da Faculdade de Medicina do Pará ocorreu em 9 de janeiro de 1919, pela ação do Centro Propagador das Ciências e tendo contado com

⁵³ João Antônio Luís Coelho governou o estado do Pará de 1º de fevereiro de 1909 a 1º de fevereiro de 1913 (BORGES, 1983)

participação de grande número de médicos paraenses, em sua maioria ligados à Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará.

A fundação da faculdade mereceu registro nas páginas nos principais jornais paraenses. O Estado do Pará, por exemplo, tratou este evento como uma iniciativa em prol do “levantamento intelectual e da difusão do conhecimento” (Estado do Pará, a Faculdade de Medicina, 11/01/1919, p. 3) e que merecia o estímulo e apoio de todos. O mesmo periódico adverte para o fato de que aquela iniciativa não poderia fracassar, tão forte era o grupo de médicos que a amparavam.

A Folha do Norte também anunciou a fundação da faculdade. “Essa feliz ideia nascida no seio dos mais ilustres membros da nossa classe médica”, afirma o jornal, teve logo, “como era de se prever, a mais entusiástica e simpática acolhida por parte de todos quantos se interessam pelo progresso intelectual e científico de nosso estado” (Folha do Norte, A Fundação da Faculdade de Medicina, 15/01/1919, p. 1). A Folha ainda informa que aquela faculdade estaria amparada pelos “melhores e mais eminentes médicos de Belém” e, também, se constituiria no primeiro estabelecimento do gênero no Norte do país (Folha do Norte, 15/01/1919, p. 1).

Alguns dias depois, a Folha volta a fazer referência à fundação da faculdade de medicina e à necessidade do apoio de todos para o projeto, informando que o estabelecimento teria um corpo docente composto de 24 médicos (Folha do Norte, Faculdade de Medicina: a sua fundação, 18/01/1919, p.1).

A notícia da fundação da faculdade também aparece na Mensagem do governador Lauro Sodré⁵⁴ à Assembleia Legislativa, na qual afirma que a mesma associação científica responsável pela Faculdade de Odontologia, buscou fundar uma Faculdade de Medicina no estado, já informando a abertura das aulas e a matrícula de 51 alunos (PARÁ, 1919, p. 122).

A Faculdade de Medicina do Pará foi fundada em 9 de janeiro de 1919, mas instalada efetivamente em 1º de maio do mesmo ano. Os jornais mais importantes de Belém não deixaram o acontecimento sem registro. A Folha do Norte faz referência a uma solenidade simples, com plateia seleta, mas com direito a banda de música dos bombeiros municipais, em frente ao Ginásio Paes de Carvalho e a duas chapas fotográficas feitas por Antônio Brasil (FOLHA DO NORTE, A Fundação da Faculdade de Medicina, 03/05/1919, p. 2), em uma cerimônia rápida

⁵⁴ Lauro Nina Sodré exerceu dois mandatos como governador do estado do Pará, o primeiro entre 1891 e 1897, e o segundo entre 1917 e 1921 (BORGES, 1983).

iniciada às dez da manhã e terminada as onze (ESTADO DO PARÁ, 03/05/1919). Os periódicos também registram a presença de diversas autoridades civis e militares e um expressivo número de intelectuais, a maioria pertencente à área da saúde.

A sessão de instalação foi presidida pelo primeiro diretor da faculdade, o conhecido médico Antonino Emiliano de Sousa Castro, o Barão de Anajás⁵⁵. O presidente da sessão ressaltou as vantagens que a faculdade de medicina traria ao progresso do estado do Pará e também ao desenvolvimento da ciência e do trabalho, em prol da humanidade (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Ata de Fundação. 1919).

Em seguida falou o dr. Acylino de Leão que apontou como maior problema do Brasil, o povoamento do solo, que colocaria em evidência o desamparo dos nossos sertões, cujas populações estariam a mercê da corte dos pajés e mandigueiros. Assim, a solução desse problema, estaria na ação da ciência médica, que poderia enviar às regiões mais distantes sua fonte de recursos (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Ata de Fundação. 1919). O discurso do médico revela, assim, um dos principais objetivos da categoria profissional em

⁵⁵ No dia 03 de agosto de 1929, por ocasião do falecimento do Barão de Anajás, os jornais Folha do Norte e O Estado do Pará publicaram extensas matérias, com toda biografia do Barão, informando que Antonino Emiliano de Sousa Castro, nasceu em 23 de abril de 1847, em Belém do Pará, sendo filho de Antônio Feliciano de Sousa e Maurícia Josepha de Castro da Gama. Em sua cidade natal fez estudos de humanidades, partindo para o Rio de Janeiro, onde foi cursar medicina na Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, recebendo o grau no dia 9 de janeiro de 1872 (FOLHA DO NORTE, 03/08/1929, O Barão de anajás, p. 5). Voltando a Belém, passou atuar como “operador-ginecologista”, conseguindo vasta clientela e largo círculo de amizades, sendo admitido para o corpo clínico de alguns hospitais de Belém, com dedicação maior ao Hospital da Ordem Terceira de São Francisco, no qual veio a se tornar médico adjunto em 21 de outubro de 1873, chegando a médico efetivo no dia 28 de junho do ano seguinte (BAENA, 1832, p. 82). Também era médico do Instituto Gentil Bittencourt, função que assumiu ainda no primeiro governo de Lauro Sodré (ESTADO DO PARÁ, 03/08/1929, O Barão de Anajás, p. 1). O Dr. Sousa Castro também foi figura política de destaque durante o Império na província do Pará, onde militou nas fileiras do Partido conservador, liderado pelo cônego Siqueira Mendes (BORGES, 1993, p. 78). Foi eleito Deputado Provincial por duas vezes, mas não chegou a ocupar o cargo. Na primeira legislatura optou pela qualificação profissional realizada na Europa, na segunda em função da Proclamação da República (FOLHA DO NORTE, O Barão de Anajás 03/08/1929). Foi agraciado, pela princesa Izabel, com o título de Comendador da Ordem da Rosa, em função de seus “relevantes serviços prestados a província do Pará, a humanidade e a instrução pública”, em 6 de outubro de 1887 (FOLHA DO NORTE, 03/08/1929, O Barão de Anajás p. 5). O título de Barão de Anajás lhe foi concedido pelo Imperador D. Pedro II, em 20 de outubro de 1888 (ESTADO DO PARÁ, O Barão de Anajás 03/08/1929, p. 1). Os respectivos jornais apontam que o Barão de Anajás manteve-se monarquista até o fim de sua vida, pois recusou indicações para ocupar cargos importantes no regime republicano, como o convite feito pelo amigo e colega Paes de Carvalho, governador do estado entre 1897 e 1901, para ocupar uma cadeira no Senado Federal (Folha do Norte, 02/08/1929). Mesmo mantendo suas convicções monarquistas, o Barão teve seu prestígio como médico reconhecido pelos republicanos, que não hesitaram em convocá-lo quando necessitaram (FOLHA DO NORTE, 03/08/1929, O Barão de Anajás p. 5). Ressalte-se que, em certos momentos, o interesse da classe colocava-se acima de determinadas convicções políticas.

relação à instituição. Pois, em suas palavras, apesar do desenvolvimento alcançado pelo estado, o número de médicos em Belém ainda era muito pequeno e a população preferia o tratamento através da medicina popular (PARÁ-MÉDICO, Ata de fundação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, set. 1922, p. 225).

Portanto, a partir da leitura das falas desses protagonistas, percebe-se que a Faculdade de Medicina do Pará viria cumprir, entre outros objetivos, o de levar às áreas isoladas os recursos da ciência médica e, assim, livrar aquelas populações do domínio da pajelança. Em seu discurso, o Dr. Acylino de Leão propõe, também, que a criação da faculdade em Belém representava uma tentativa de fixação dos doutores na região, pois os médicos formados no sul tomavam o caminho de outros centros como São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, onde teriam mais perspectivas de futuro, ressalta o médico (ESTADO DO PARÁ, Faculdade de Medicina: a fundação, 03/05/1919, p. 1).

Os argumentos apresentados pelas autoridades médicas nessa sessão de instalação evidenciam a afirmação da medicina como ciência e a necessidade de combater a pajelança ou as práticas de cura consideradas alternativas, haja visto que a criação da faculdade ocorreu em meio ao processo de institucionalização da medicina em Belém, em meio à construção de uma identidade médica que precisava, portanto, desqualificar o outro. A afirmação da medicina como ciência deveria ocorrer mediante a definição das outras práticas de cura, principalmente a pajelança, como não científicas, portanto, prejudiciais à sociedade e que deveriam ser combatidas pelas autoridades republicanas.

No entanto, alguns registros mostram que a criação da faculdade do Pará também foi alvo de críticas. Assim, o padre Dubois,⁵⁶ um dos defensores do projeto para a criação e manutenção de um curso de medicina em Belém, assumiu através da imprensa local a defesa da causa. Em artigo publicado na Folha do Norte, em janeiro de 1919, intitulado “Doutores Haja”, refere-se aos possíveis críticos do projeto afirmando que “objetam que Belém não é um meio intelectual, e que se temos bons médicos, faltam lentes de medicina”. Porém, discordando da afirmação anterior, o padre Dubois apresenta sua solução, afirmando que

⁵⁶ Trata-se do padre Florêncio Dubois, nascido em Marselha, na França, veio ao Brasil em cumprimento de votos, destinado à Paróquia de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. De lá foi destinado ao Pará, fixando-se em Belém, onde teve intensa atuação como articulista do jornal A Folha do Norte (Estado do Pará, Réplica do padre Dubois. 01/03/1921, p. 1).

O soldado se forma num ambiente militar e o sábio numa atmosfera científica. (...) As tradições acadêmicas serão vantajosamente substituídas pelo esforço do corpo discente. (...) A ciência dos mestres acertará com a técnica professoral que os lentes do sul adquiriram paulatinamente. (...) A falta de um passado acadêmico proporcionará aos rapazes o ensejo de prefaciarem com formosas páginas os *annaes* da Faculdade (FOLHA DO NORTE, 23/01/1919, p. 1).

Nos documentos consultados durante esta pesquisa constatamos que alguns defensores do projeto se empenhavam em buscar o apoio para a criação da faculdade de medicina, sinalizando para a perspectiva de algum movimento de oposição, mas, a documentação consultada⁵⁷ não permitiu identificar tal movimento. Todavia é importante considerar que os médicos envolvidos com a faculdade passaram a se constituir numa espécie de elite da elite médica, pois, para uma cidade com cerca de 100 médicos, a faculdade de medicina absorvia apenas 30%.

O Corpo Docente

O corpo docente da nova faculdade ganhou destaque em documentos da época, como artigos de jornais e relatórios governamentais.

Na imprensa, procurou-se associar a perspectiva de sucesso da faculdade à imagem de seu corpo docente, afirmando-se e reafirmando-se a competência deste em vários momentos⁵⁸, desde que começou a circular a notícia da criação da faculdade. Assim, a Folha do Norte, em edição de janeiro de 1919, afirmava que “para lente do estabelecimento foram convidados os mais eminentes médicos do nosso meio, que têm acolhido com entusiasmo a ideia” (FOLHA DO NORTE, A Faculdade de Medicina: seu corpo docente. 15/01/1919, p. 1).

A tentativa de transferir a credibilidade dos esculápios paraenses envolvidos com o projeto para a instituição por eles criada aparece diversas vezes

⁵⁷ A análise desse processo envolveu a consulta e análise dos jornais Folha do Norte, O Estado do Pará e A Província do Pará, das revistas A Semana e Pará-Médico,;Relatórios, Falas e Mensagens de Governo do período, mas não identificamos pessoas ou grupos que tenham manifestado qualquer oposição ao projeto de criação e a própria existência da Faculdade de Medicina do Pará. Vale ressaltar que os jornais pesquisados estavam envolvidos em projetos políticos divergentes.

⁵⁸ A Folha do Norte e o Estado do Pará, publicaram várias notícias nos primeiros meses de 1919, relativas à Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, na maioria delas referindo-se ao corpo docente, sempre adjetivado de forma positiva, elogiosa.

na imprensa. Mais uma vez, a Folha do Norte, ainda em janeiro de 1919, cita o corpo docente da instituição. A notícia destacava quem estava encabeçando do projeto, afirmando que à frente da Faculdade estavam o Barão de Anajás, como Diretor; Camilo Salgado como vice; e Hermógenes Pinheiro, como secretário. Mas, também, relaciona alguns dos futuros professores da nova instituição, conforme citado a seguir.

Para o corpo docente da Faculdade foram convidados muitos médicos ilustres do nosso meio, entre os quais destacamos os seguintes, que receberam com agrado e entusiasmo a ideia e que constitui por si só o melhor título de recomendação do novel instituto científico; Drs. Barão de Anajás, Camilo Salgado, Hermógenes Pinheiro, Jayme Aben-Athar, Cyriaco Gurjão, Souza Castro, Dionysio Bentes, Dias Junior, Pedro Miranda, Penna de Carvalho, Fernandes Penna, Evaristo Silva, Carlos Arnobio Franco, Francisco Pondé e muitos outros (FOLHA DO NORTE, A Faculdade de Medicina do Pará, 18/01/1919, p. 1).

Embora ainda não houvesse se constituído uma tradição acadêmica no Pará, especialmente no que se refere à área médica, não se pode deixar de considerar que vários médicos atuantes em Belém já possuíam uma experiência didática no momento da criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, pois ministravam aulas no Ginásio Paes de Carvalho – antigo Liceu Paraense – ou na Escola Normal⁵⁹, os quais eram equiparados ao Colégio Pedro II e ao Instituto de Educação, portanto, ministrando um ensino considerado de alta qualidade.

Em notícia publicada em abril de 1919, a Folha do Norte, relaciona os nomes dos 27 professores que compunham o corpo docente da faculdade de medicina⁶⁰, desta vez informando suas respectivas cadeiras.

É este o corpo docente da nossa recém fundada Faculdade de Medicina: Physica Médica, Dr. Mario Chermont; Química

⁵⁹ Entre os membros do corpo docente da Faculdade de Medicina que já exerciam o magistério em Belém, podemos citar Francisco Pondé, catedrático de História Natural; Antonio Periassu, Pedagogia, Instrução Moral e Psicologia. Geminiano Coelho e Prisco dos Santos exerceram interinamente a cadeira de História Natural; Vitruvio Gonçalves Campos era lente efetivo de Higiene; Hermógenes Pinheiro exerceu interinamente a mesma disciplina, todos estes atuaram na Escola Normal (REGO, 1972, p. 160).

⁶⁰ Sobre a composição do corpo docente da faculdade, ver também: Folha do Norte, 09/04/1919, p. 1; ESTADO DO PARÁ, 03/05/1919, p. 1; PARÁ, 1920, p. 63.

Médica, Dr. Salgado dos Santos; História Natural Médica e Parasitológica, Dr. Caribé da Rocha; Anatomia Descritiva, Dr. Hermogenes Pinheiro; Histologia, Dr. Fernandes Penna; Physiologia, Dr. Dionysio Bentes; Microbiologia, Dr. Acatauassú Nunes; Therapeutica e arte de formular, Dr. Mattos Cascaes; Pathologia Geral, Dr. Barão de Anajás; Anatomia e Physiologia Patológicas, Dr. Oswaldo Barbosa; Anatomia Médico-Cirúrgica e Operações e Aparelhos, Dr. Cruz Moreira; Hygiene, Dr. Carlos Franco; Medicina Legal, Dr. Francisco Pondé; Clínica Médica (1ª cadeira), Dr. Acyiino de Leão; Clínica Médica (2ª cadeira), Dr. Arthur França; Clínica Médica (3ª cadeira), Dr. Souza Castro; Clínica Cirúrgica (1ª cadeira), Dr. Camilo Salgado; Clínica Cirúrgica (2ª cadeira), Dr. Penna de Carvalho; Clínica Gynecológica, Dr. Silva Rosado; Clínica Ophtalmológica, Dr. Pedro Miranda; Clínica Otho-rhynolaryngológica, Dr. Chaves de Freitas; Clínica Pediátrica Cirúrgica e orthopedica, Dr. C. Gurjão; Clínica Infantil e Pediátrica Médica, Dr. Otto Santos; Clínica Dermatológica e Syphiligráfica, Dr. Azevedo Ribeiro; Clínica Neurológica e psychiatrica, Dr. Porto de Oliveira; Clínica Obstétrica, Dr. Agostinho Monteiro; Radiologia Médica, Dr. Jayme Rosado (FOLHA DO NORTE, A Faculdade de Medicina do Pará: o corpo docente, 09/04/1919, p. 1).

A distribuição dos professores não se manteve de acordo com a relação citada pela Folha do Norte. Desde os primeiros momentos da faculdade já se observa alternância envolvendo os professores daquela instituição, pois os livros de atas de posse da faculdade revelam várias alterações. Assim, de acordo com o livro de atas de posse, de 3 de abril de 1919 (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Livro de Atas, 03/04/1919), percebe-se que na cadeira de Anatomia e Fisiologia patológicas quem tomou posse foi o médico Jayme Aben-Athar, substituindo Oswaldo Barbosa que seria empossado numa quarta cadeira de Clínica Médica; Oscar de Carvalho tomou posse na segunda cadeira de Clínica cirúrgica, substituindo Penna de Carvalho que não é mencionado no documento, embora seja um de seus signatários; o Dr. Lauro de Magalhães tomou posse na terceira cadeira de Clínica cirúrgica; Cyriaco Gurjão em Clínica Pediátrica médica e Higiene Infantil, ao invés de Clínica Pediátrica cirúrgica e ortopédica. Para esta cadeira tomou posse Otto Santos, que era apresentado em Clínica Pediátrica Médica. Outra alteração está relacionada ao Dr. Evaristo Silva que tomou posse na cadeira de Clínica Neurológica, separada da Psiquiatria. A posse dos professores ocorreu na sala da Congregação da Faculdade, no Ginásio Paes de Carvalho (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ. Livro de Atas, 03/04/1919).

Além da composição do corpo docente da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, um aspecto que chama atenção é o fato de que, nesta relação, independentemente da cadeira que cada um ocupou, quase todos os médicos presentes também eram membros da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, fundada em 1914⁶¹, evidenciando o envolvimento daquela associação num projeto que visava não somente institucionalizar a medicina acadêmica em Belém, mas também legitimar a medicina como única prática profissional capaz de, através de aparatos científicos, ser eficaz no exercício da arte de curar.

A formação de novos médicos pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, portanto, seria encaminhada por profissionais engajados no projeto de construção de uma identidade médica no estado, na formação de um espírito de grupo, que conferisse unidade àquela categoria profissional, dentro de princípios éticos delimitados ao longo do curso, de respeito aos professores da faculdade e também a seus pares.

Consideramos assim que, como a implantação de um curso de medicina exigia investimentos para a aquisição de material, equipamentos, instalações apropriadas, etc. e no caso do Pará não havia recursos suficientes para a montagem do aparato necessário, foi preciso investir, acima de tudo, na formação do corpo docente, que deveria ser visto pela sociedade local como competente, qualificado, capaz de dar suporte à nova instituição. Neste momento inicial, quando estava em jogo o fortalecimento profissional, a construção de uma identidade de grupo, a legitimação da medicina no campo da cura, era fundamental pensar em médicos que estivessem engajados em tal projeto.

⁶¹ Na relação inicial do corpo docente da Faculdade de Medicina do Pará, apenas sete professores não se constituíram em sócios fundadores da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará (PARÁ-MÉDICO, 1922, p. 229). Porém, esses sete médicos eram sócios da Sociedade Médico-Cirúrgica, por ocasião da fundação da faculdade de medicina.

FOTOGRAFIA 07: Instituto Paes de Carvalho

Fonte: Álbum de Belém, 1902, p. 70.

A Faculdade em Funcionamento

A aula inaugural da faculdade ocorreu em 1º de maio, mas o curso de medicina só começou efetivamente em 6 de maio de 1919, quando o professor Caribé da Rocha⁶², titular da cadeira de História Natural e Parasitologia, iniciou seu curso (FCMP, Ata, 1919).

A grade curricular do curso seguia a legislação federal vigente, Decreto 11.530, de 5 de março de 1915 (KELNER, 1991, p. 134). O estatuto⁶³ da Faculdade de Medicina do Pará relaciona as seguintes cadeiras, a saber.

⁶² Não conseguimos encontrar muitas referências envolvendo o médico citado. Apenas que se chamava Francisco Caribé da Rocha, que esteve no grupo responsável pela fundação da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, também foi fundador da Faculdade de Medicina do Pará, tendo ocupado a cadeira de História Natural Médica e Parasitologia e também o cargo de bibliotecário da faculdade entre 1919 a 1925 (PARÁ-MÉDICO, 1922, p. 230).

⁶³ O Regimento Interno da Faculdade de Medicina do Pará tomou por base os regimentos das faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia. Observamos que o currículo do curso obedecia a norma legal, implantada pelo Decreto Federal 11530, de 5 de março de 1915 (KELNER, 1985, p. 34).

Física Médica, Química Médica, Química Biológica, História Natural Médica com desenvolvimento de parasitologia, Anatomia descritiva, Fisiologia, Microbiologia, Terapêutica, Farmacologia e Arte de formular, patologia Geral, Anatomia e fisiologia patológicas, Anatomia médico-cirúrgica e operações, Higiene, Medicina Legal, Clínica Médica (1ª, 2ª, 3ª e 4ª cadeiras), Clínica Cirúrgica (1ª, 2ª, 3ª e 4ª cadeiras), Clínica Obstétrica, Clínica Ginecológica, Clínica Oftalmológica, Clínica Otorrinolaringológica, Clínica pediátrica médica e Higiene infantil, Clínica pediátrica cirúrgica e ortopedia, Clínica dermatológica e sifiligráfica, Clínica neurológica e Clínica Psiquiátrica (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Estatuto, 1921).

O currículo do curso mostra ainda a presença do perfil higienista⁶⁴ em cadeiras como Higiene e Higiene Infantil, mas também uma forte tendência à especialização evidente em cadeiras como Obstetrícia, Ginecologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Ortopedia, Dermatologia, Neurologia, Psiquiatria, etc. Segundo Pereira Neto, este perfil médico estava se tornando predominante no Brasil, buscando sobrepor-se ao perfil generalista, e passando a afirmar a soberania da técnica e da racionalidade científica na prática médica. Os médicos especialistas procuravam defender sua prática como marcada pela precisão do diagnóstico e da cura, afirmando que era preciso se especializar, adquirir mais conhecimentos através do treinamento metódico e sistemático, da observação e da experimentação. Assim, o conhecimento médico deveria ser dividido de acordo com as partes do corpo humano ou de acordo com uma determinada doença (PEREIRA NETO, 2001, p. 49).

Segundo Edler & Fonseca (2002), esse perfil médico inspirava-se em modelos da França e da Alemanha, responsáveis por duas inovações que iriam revolucionar o saber médico no século XIX, a medicina sensorialista e a medicina experimental, concepções que influenciaram o ensino médico no Brasil e, também, a construção do currículo da Faculdade de Medicina do Pará, com a forte presença de

⁶⁴ Pereira Neto (2001) considera que, no processo de especialização do saber médico, a prática médica passaria a ser marcada pelo caráter científico e pelo sentido coletivo. Esta prática se definiria como “impregnada de um cunho normatizador de hábitos e costumes, de um caráter preventivista, e por uma lógica eugenista” (PEREIRA NETO, 2001, p. 50)

disciplinas clínicas e de laboratório, como Histologia e Microbiologia, por exemplo⁶⁵ (NOTA).

Os exames de admissão⁶⁶ para a nova faculdade foram marcados, pela primeira vez, para 24 de março de 1919, mas houve prorrogação do prazo por mais nove dias, procurando-se dar tempo para maior número de inscrições (FOLHA DO NORTE, 11/03/1919, p. 1). No dia 22 de março de 1919, o mesmo periódico informava ser elevado o número de candidatos matriculados na Faculdade de Medicina do Pará (FOLHA DO NORTE, 22/03/1919, p. 1), sendo que, além dos paraenses, havia candidatos dos estados do Amazonas, Maranhão, Ceará e Pernambuco (ESTADO DO PARÁ, 25/02/1919).

Mensagens governamentais registram como foi mudando o número dos alunos inscritos nos primeiros anos da faculdade. Assim, em mensagem de 1920, o governador Lauro Sodré informa que já estavam “funcionando as aulas do primeiro e segundo anos”, da faculdade de medicina, “matriculados 18 alunos no primeiro ano, e no último 41” (PARÁ, 1920, p. 63). Em 1924, em mensagem do governador Sousa Castro, o corpo docente da faculdade de medicina aparece composto de 34 professores, enquanto achavam-se matriculados, no 1º ano: 26 alunos; no 2º ano: 24 alunos; no 3º ano: 13; no 4º ano: 11; no 5º ano: 09, e no 6º ano: 06 alunos (PARÁ, 1924, p. 69).

⁶⁵ Sobre o desenvolvimento do ensino médico no século XIX, ver. EDLER & FONSECA, 2002. Segundo estes autores, na França desenvolveu-se a vertente sensualista, que valorizava a observação ao lado do leito do paciente e que levou a uma “medicalização do hospital. Na segunda metade do século XIX, em instituições alemãs, disciplinas experimentais começaram a ser introduzidas no ensino médico. Esta inovação chegou ao Brasil, influenciando as transformações do ensino médico. Os autores lembram que, em 1882, com a reforma Sabóia, o currículo das escolas brasileiras do Rio de Janeiro e Bahia foi reformado, com instalação de laboratórios e implantação de novas disciplinas.

⁶⁶ O exame de admissão consistia em provas escritas e orais de Francês, Alemão ou Inglês, além de Física, Química e História Natural (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, 1924b, p. 12-13). No primeiro exame foram dispensados os bacharéis em direito, engenheiros, farmacêuticos, dentistas, diplomados pelas Escolas do Brasil ou que tivessem seus títulos científicos por elas reconhecidos, também os professores normalistas ou ainda os que tivessem completado o curso de humanidades em qualquer estabelecimento de ensino superior do Estado ou a eles equiparados (Folha do Norte, 11/03/1919). O primeiro exame de admissão para a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará foi realizado em 04 de abril de 1919, sendo a Banca Examinadora presidida pelo vice diretor da faculdade, Camillo Salgado. Foram aprovados, neste exame, 11 candidatos: Tibério Augusto da Motta Araújo, Luiz Augusto de Oliveira, João Baptista Cordeiro de Melo Junior, José Cavalcante, José Maria de Jesus, João do Rego Barros Brigido, Izidoro Souza Junior, Luiz Carvalho Correa, Maria da Trindade Hesketh, Renato Imbiriba Guerreiro e Ignacio Pinto de Andrade (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ. Livro de Atas, 04/04/1919). Foi realizado outro exame em 26 de abril de 1919, com mais 18 aprovados (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ. Livro de Atas, 26/04/1919). A primeira turma foi completada com os dispensados do exame de admissão, conforme descrito acima.

Percebe-se, então, uma escala decrescente do corpo discente da faculdade de medicina, resultante, principalmente, do nível de exigência que se estabeleceu na instituição, que visava a sua própria credibilidade. Porém, tal fato acarretava em outro problema para a faculdade, a sua manutenção financeira. Não podemos esquecer que estamos falando de uma instituição privada que dependia das contribuições de seus alunos.

No ano seguinte a sua criação, a faculdade de medicina deixou de ser dirigida pelo Centro Propagador das Ciências, passando seu controle para o corpo docente. Assim, os diretores, para garantirem a sobrevivência da instituição, buscaram doações tanto no setor público, como na iniciativa privada. No início houve certa rotatividade de professores e funcionários administrativos, entre outras, razões, em função da incerteza da remuneração (BECKMANN, 2003, p. 250).

O primeiro diretor da faculdade, Barão de Anajás, procurou solucionar as dificuldades iniciais com material didático e outros equipamentos, usando seu prestígio. Foi assim que entrou em contato com o médico Bruno Lobo, um paraense radicado no Rio de Janeiro, professor de Anatomia Patológica da Faculdade Nacional de Medicina e Diretor do Museu Nacional, solicitando coleções de mineralogia e zoologia para as aulas de História Natural da faculdade. A solicitação foi atendida, pois entre 19 e 24 de setembro de 1919, a Faculdade de Medicina do Pará, recebeu do Museu Nacional doações compostas por 25 tipos de minérios, alguns oriundos do exterior, e vários espécimes zoológicos entre moluscos, crustáceos, zoófitos, equinodermas e culicídeos (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Ofícios expedidos, 1919). Ainda para atender solicitação do Barão de Anajás, o próprio Bruno Lobo, em nome do Museu Nacional, disponibilizou à faculdade de medicina, duas coleções de lâminas, uma de histologia normal e outra de histologia patológica (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Ofícios expedidos, 1919). Em 1920, a faculdade recebeu mais uma doação, desta vez do Diretor Geral da Instrução Pública Primária do Estado, o professor Paulo Maranhão, contemplando a faculdade com 35 carteiras escolares (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Ofícios recebidos, 1920).

No setor público, as contribuições emanavam do governo estadual, mas também dos municípios. O estado passou a subvencionar a faculdade de medicina com 50 contos de réis, a partir de 1923 (PARÁ, 1924, p. 62). Embora aparecessem nos Relatórios de governo, os auxílios estaduais parecem não ter chegado ao seu

destino⁶⁷. Vários municípios do estado do Pará também contribuíram financeiramente para a manutenção da faculdade de medicina, a partir de 1923, quando o diretor Camilo Salgado afirma

Busquei o concurso inestimável do Dr. Cipriano Santos, atualmente na governança do estado, e com ele resolvi solicitarmos a ajuda de todos os municípios do Pará, que patrioticamente não se excusaram a nos atender, dando-nos logo a intendência de Belém um auxílio de seis contos de réis (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, 1923, p. 12).

Camilo Salgado buscou o apoio financeiro dos municípios desde a fundação da faculdade, mas apenas quando se tornou diretor da instituição é que passou a investir efetivamente nesta parceria. Em ofício enviado a todos os intendentes municipais do Pará, datado de 18 de setembro de 1923, o diretor da faculdade utiliza expressão do, então, Presidente da República, Washington Luiz, “sanear para povoar”, para convencer os chefes políticos municipais. O Dr. Camilo enfatizava o que ele considerava a “verdade cristalina” contida na afirmação do “preclaro chefe da nação”, dizendo que “não pode haver povoamento sem que preliminarmente se registre o saneamento”, principalmente no estado do Pará que, com sua vasta extensão territorial reclama, “mais do que qualquer outro estado, auxílio de braços, mas aos quais precisa ser assegurado o elemento essencial da felicidade humana – a saúde.” (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Ofícios expedidos, 1923).

Continuando sua argumentação dirigida aos intendentes municipais, afirmou Camilo que

Bem sabeis que o médico é fator de que precisais para esse desiderato.

O Pará, especialmente o seu interior, ainda em grande parte insalubre, esmagado pelo paludismo e pelas verminoses, tem necessidade de homens de ciência, que substituam o charlatanismo e cooperem para a higidez do povo.

Salientando-vos essa necessidade e esse indeclinável dever de patriotismo, é que apelamos novamente para que auxilieis

⁶⁷O deputado Dias Júnior faz referência em um de seus discursos, aos auxílios estaduais de 1923 a 1929, que não teriam sido repassados à diretoria da faculdade (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, 1939, p. 84).

pecuniariamente e anualmente a Faculdade de Medicina de que sou diretor, fazendo votar pelo respectivo Conselho Municipal a verba que julgardes acertada e dando disso conhecimento, com a brevidade possível, à minha pessoa, que vos antecipa sinceros agradecimentos. (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Ofícios expedidos, 1923).

Além de Belém, outros municípios destinavam contribuições frequentes à faculdade de medicina, em quantias variadas, como fica evidente nos ofícios recebidos pela diretoria da faculdade de 1923 a 1925, onde encontramos registros de contribuições dos municípios de Moju, Monte Alegre, Portel, Cachoeira, Quatipuru, Altamira, Breves, etc. Porém, os intendentos dos municípios referidos não deixavam de cobrar a contrapartida da instituição, no sentido de aceitar matrícula de alunos indicados pelos mesmos (Idem).

Os primeiros diretores

A elaboração de uma memória relativa aos primórdios da medicina acadêmica paraense ocorreu, como era de se esperar, de forma seletiva. Assim, quando o pesquisador busca registros sobre a criação da Faculdade de Medicina do Pará e seus primeiros tempos, alguns nomes se destacam, entre os quais o do Dr. Camilo Salgado. Outros são quase totalmente esquecidos, como se não tivessem qualquer importância no processo que levou à instalação da faculdade de medicina no Pará. Este é o caso do primeiro diretor da referida faculdade, Antonino Emiliano de Sousa Castro, o Barão de Anajás.

Informações sobre o primeiro diretor da faculdade aparecem de forma muito limitada. Em obras específicas como o “Arquivo Nobiliárquico Brasileiro”⁶⁸ (VASCONCELOS, 1918), ou em clássicos regionais como o trabalho de Ricardo Borges (1986) sobre o período republicano no Pará. O Barão foi muitas vezes confundido com seu filho, que tinha o mesmo nome e também era médico fundador da faculdade de medicina e chegou a ser governador do Estado do Pará (MEIRA, 1986, p. 88). A existência do filho ajudou a esconder a memória do pai, levando

⁶⁸ O Arquivo Nobiliárquico Brasileiro é um livro editado em 1918, em Lausane, na Suíça, tendo como autores os luso-brasileiros Rodolfo Smith de Vasconcelos (2º Barão de Vasconcelos), e seu filho, Jaime Smith de Vasconcelos (3º Barão de Vasconcelos). A obra apresenta informações sobre a nobreza constituída no Brasil. Sobre o Barão de Anajás apresenta poucos dados, basicamente informações sobre nascimento e morte, profissão e onde residia. (VASCONCELOS, 1918).

muitos historiadores a pensarem que se tratava da mesma pessoa (FIGUEIREDO, 2006); e, em alguns trabalhos, a fotografia do filho é exibida como referência ao Barão (MEIRA, 1986, p. 88).

O nome do Barão figurou entre os 23 médicos convocados pelo governador Paes de Carvalho, em 15 de maio de 1896, “para se reunirem na casa em que o maestro Carlos Gomes ficou hospedado em Belém, com o intuito de salvá-lo”⁶⁹ (REGO, 2004).

Também participou da fundação da Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará, em 1898⁷⁰, tendo o Barão de Anajás assumido a vice-presidência da primeira associação médica do estado. Ao assumir o cargo, o Barão se comprometeu em “hipotecarseu concurso dedicado, apenas pelo desejo de prestar serviço e não por vaidade, coisa que na sua idade parecia insignificante” (PARÁ-MÉDICO, 1901, p. 82).

A postura abertamente monarquista assumida pelo Barão (BORGES, 1986) lhe permitiu certo trânsito, no que se refere às disputas políticas que marcaram o início do regime republicano no Pará. O início do novo regime no estado do Pará foi marcado pela divisão entre “lauristas” e “lemistas”, conforme visto no capítulo anterior.

Nessa conjuntura política que, por vezes, colocava em lados opostos, médicos que deviam estar unidos para defenderem seus interesses, o Barão, sendo

⁶⁹ O maestro Carlos Gomes morreu em Belém, no dia 16 de setembro de 1896 (REGO, 2004, p. 462).

⁷⁰ No primeiro dia de fevereiro de 1898, no salão de honra do edifício da repartição sanitária do Estado, foi instalada oficialmente a Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará. A empolgação daquele momento contagiou os redatores da gazeta “A Província do Pará”, jornal que dava apoio político ao governador. A matéria do dia seguinte, que tratava da instalação da confraria científica, tentava descrever a importância do evento: “Depois da festa da Arte, realizou-se ontem, n’esta capital, a festa da Ciência. E ao Dr. Paes de Carvalho coube a glória de presidir ambas, como governador do Estado e propulsor do nosso movimento científico e artístico” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 2/02/1898, p. 1). A gazeta chamava a atenção para o grande interesse que a associação científica havia despertado entre os esculápios de Belém, pois, apesar da solenidade ter ocorrido “na hora preferida pelos facultativos para suas visitas”, achavam-se presentes na ocasião, além dos representantes da imprensa e de outras classes sociais, os doutores José Paes de Carvalho, Américo Marques Santa Rosa, João José Godinho, Barão do Anajás, Cypriano José dos Santos, Numa Pinto, João Raulin de Souza Uchoua, Pedro Chermont, Firmo Cardoso, Manoel de Moraes Bittencourt, Antônio Marçal, Julião Freitas do Amaral, Antônio de Matta Rezende, Firmo José da Costa Braga, Antônio Joaquim da Silva Rosado, Geminiano de Lyra Castro, O’ de Almeida, Francisco Miranda, Camilo Salgado e Almeida Pernambuco. Fizeram-se presente também o químico Paul Bohain, os farmacêuticos Manoel Novais, Leandro Tocantins, Ignácio Nogueira, Raymundo Nogueira, Abel Cesar de Araújo, Eustachio Hollanda, Elpidio Costa, além do cirurgião dentista Argemiro Pinto, entre outros (Idem). Juntar-se-ia mais tarde a esse grupo, além de outros médicos, o Doutor Francisco da Silva Castro, que morreria no ano seguinte, já com seus oitenta e quatro anos de idade (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 16/06/1899, p. 1).

monarquista, estaria acima de interesses de lauristas e lemistas⁷¹, servindo como elo entre os grupos opositores. Mas, na verdade, o Barão de Anajás estava mais próximo do grupo liderado por Lauro Sodré, por vínculos de amizade e, também, pela militância de seu filho, o médico Antônio Emiliano de Sousa Castro⁷², no Partido Republicano Federal, chefiado por Lauro Sodré.

Um acontecimento de 1905, durante a primeira visita de Oswaldo Cruz a Belém, demonstra a preferência dos lauristas pelo Barão de Anajás. Os dois grupos se dividiam acerca de quem deveria presidir a comissão que faria homenagem ao distinto cientista. Os lemistas defendiam o nome do Dr. Lyra Castro⁷³, enquanto os lauristas apresentaram o nome do Barão de Anajás como alternativa (MEIRA, 1986. AMARAL, 2006. SILVA, 2009). Cada grupo tentava tirar proveito do evento, mas os lauristas tinham motivos para colocarem alguém de confiança na presidência da comissão. A questão é que, no ano anterior, o então senador Lauro Sodré liderou a Liga contra a vacina obrigatória no Rio de Janeiro, portanto contra o projeto apresentado pelo próprio Oswaldo Cruz. Assim, a presença do Barão, poderia evitar qualquer constrangimento envolvendo o nome de Lauro Sodré, como se pode ler na notícia a seguir, extraída da Folha do Norte.

⁷¹ Na verdade, ainda que o Barão de Anajás não estivesse vinculado às correntes políticas da época, seu filho, o também médico Sousa Castro, começava a se projetar na política, e era considerado “laurista roxo” (BORGES, 1986, p. 366). Assim, havia uma intenção política em sua indicação, mesmo que os lauristas negassem.

⁷² Nasceu em Belém do Pará, em 15 de setembro de 1875. Estudou as primeiras letras em Belém e, no Liceu Paraense, fez os estudos preparatórios para ingresso em curso superior, ingressando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1895. Retornando a Belém, instalou clínica e foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina do Pará, em 1919. Foi militante do Partido Republicano Federal, que durante muitos anos fez oposição ao governo, e, em 192, incorporou-se aos dissidentes de Antônio José de Lemos, ocupando lugar de destaque no movimento que terminou com a sedição da Polícia Militar do estado e resultou na deposição do governador Enéas Martins e elevação de Lauro Sodré ao governo, onde permaneceu de 1917 a 1921. No ano de 1918 Sousa Castro foi eleito Deputado Federal, com mandato até 1921. Na sucessão de Lauro Sodré, em 1920, apresentou-se candidato pelo Partido Republicano. Foi vitorioso nessas eleições, chefiando o estado do Pará de 1921 a 1925. (MEIRA, 1986, p. 88-89)

⁷³ Geminiano de Lyra Castro nasceu em Igarapé-Miri, no estado do Pará, em 1863. Fez seus estudos primário e secundário em Belém e, cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, na qual ingressou em 1883, até o quarto ano, quando transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, diplomando-se em dezembro de 1888. No ano seguinte retornou a Belém, dando início a clínica especializada em oftalmologia. Como médico e político exerceu inúmeros cargos na república recém fundada. Teve intensa atuação política: Vogal do Conselho Municipal (1894), reeleito até 1901; Vice-Governador do estado do Pará de 1901 a 1904; Senador estadual e Presidente do Senado, de 1905 a 1908; Deputado Estadual e líder da bancada de 1909 a 1912. Foi eleito deputado Federal em 1918, permanecendo no cargo até 1926, quando foi nomeado Ministro da Agricultura do governo de Washington Luiz, cargo que ocupou até 1930. (MEIRA, 1986, p. 45-46).

Na outra mão, os lauristas queriam evitar qualquer ataque a Lauro Sodré no evento, considerando que a indicação de Lyra Castro era uma imposição de Antônio Lemos, não aceitando tamanha interferência, visto que já haviam convidado previamente o Barão de Anajás para a presidência da festa. Alegavam ainda que o mesmo tem ideias políticas conhecidas, é adversário intransigente das atuais instituições. A sua comparecimento à manifestação nada tinha de ver, por conseguinte, com o laurismo, e não seria mesmo em caráter político que presidiria esta manifestação, mas simplesmente como membro da classe a que pertence o Sr. Oswaldo Cruz, e só assim condesceria em aceitar, estamos certos, o convite espontâneo que lhe foi feito. (Folha do Norte, A visita de Oswaldo Cruz, 11/11/1905, P. 1).

Em 1919, quando foi criada a Faculdade de Medicina do Pará, Camilo Salgado declinou da indicação para assumir a direção da instituição e indicou para o cargo o Barão de Anajás. Pesou nesta decisão todo o prestígio que envolvia a figura do Barão, sua proximidade com os lauristas que, naquele momento ocupavam o governo do estado, mas, também, a necessidade de mostrar que a categoria profissional estava unida, inclusive em relação aos debates envolvendo as concepções moderna e antiga de medicina⁷⁴. Assim, para os membros da associação científica que criou a faculdade, a presença do Barão no comando da instituição poderia garantir a efetividade da mesma (ABREU JR & MIRANDA, 2009).

O Barão de Anajás poderia aglutinar, em torno de seu nome, representantes de diversos setores da sociedade e da classe médica, para a faculdade de medicina, inclusive aqueles que praticavam medicinas diferentes.

Esse debate, entre medicinas diferentes, evidenciado pela literatura (CARVALHO, 1904) também se constituía em obstáculo para a construção de uma

⁷⁴Esses debates vinham marcando a classe médica paraense desde os finais do século XIX, sendo diversificada a concepção de ciência que circulava entre os esculápios paraenses. Assim, havia desde os modernos defensores da medicina experimental, amparada na microbiologia e na bacteriologia e, ainda, adeptos da teoria humoral de Hipócrates (LINDEMANN, 1999, p. 67-69). Esse debate aparece, ainda que de forma irônica, através da imprensa local. Em 1904, por exemplo, o jornalista Marques de Carvalho escreveu uma peça chamada A Bubônica, na qual colocava em cena o debate entre a medicina dos miasmas mórbidos, defendida pela medicina do período, que seria derrotada pela medicinacientífica, a medicina experimental, simbolizada pela vacina e pelo uso dos microscópios. Ainda que mostre acreditar na ciência, Marques de Carvalho não deixa de colocar dúvidas em seus resultados, registrando as dificuldades que os esculápios enfrentavam no período. No texto, são evidentes as críticas a um determinado personagem chamado “Dr. Defluxo” que não era adepto da bacteriologia, sendo, portanto, representante de uma prática médica que precisava ser superada, mandada para o “isolamento”, como queriam os defensores da medicina bacteriológica, representada pelas personagens “Siranta” e “Tartina”, que usavam o microscópio, sendo representantes da moderna ciência médica. (CARVALHO, 1904)

identidade de grupo envolvendo os médicos, daí a estratégia do Dr. Camilo Salgado, representante dessa medicina moderna (FIGUEIREDO, 2006b), de indicar para a direção da faculdade o médico que poderia representar a medicina mais antiga, juntando o novo e o velho médico, a moderna e a antiga medicina, num só grupo.

Assim, o Barão de Anajás foi confirmado na direção da faculdade de medicina, permanecendo no cargo até 25 de março de 1922, quando passou a direção da faculdade a Camilo Salgado, informando que “estaria impossibilitado em virtude de incômodos de saúde” de exercer o cargo que ocupava na instituição e, assim, passava as mãos de Camilo, “por tempo indeterminado o exercício do cargo de Diretor da mesma Faculdade que atualmente ocupo” (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Ofícios expedidos, 1922). Mas, essa mudança na direção da faculdade não ocorreu de forma harmônica.

A mudança no comando da faculdade, em março de 1922, também revela divergências no seio daquele grupo profissional. Em discurso dirigido à congregação da faculdade Camilo Salgado explica que os acontecimentos que levaram ao afastamento do Barão de Anajás que, segundo Camilo dirigiu a faculdade com critério e sabedoria desde sua fundação, estiveram relacionados às reprovações em certas cadeiras do curso médico, como Anatomia Descritiva, Microbiologia e Fisiologia, que o barão considerava exageradas, mas que eram aprovadas pelo Dr. Camilo Salgado que chegou à conclusão de que os lentes em questão não exorbitaram em suas cátedras, sendo o corte de 60% imposto aos candidatos nos exames apontado como moralizador (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Discurso do Diretor Camillo Salgado, 1923, p. 9).

Tratava-se da imposição de uma conduta vista como ética, no âmbito da faculdade, e porque não dizer, também entre os profissionais da medicina em questão que, segundo Camillo não deviam questionar seus mestres⁷⁵ (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Discurso do Diretor Camillo Salgado, 1923, p. 9).

A imprensa também noticiou o fato. Assim, em 22 de março de 1922, com o título “Faculdade de Medicina – uma Scena Desagradável”, lia-se

⁷⁵ Processo semelhante pode ser verificado na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, especialmente a partir de 1906, com a reprovação da tese de doutoramento de Eduardo Barcelos (WEBER, 1999).

Ocorreu ante-hontem à tarde na Faculdade de Medicina, uma scena desagradável, entre o diretor Barão de Anajás, e alguns lentes e estudantes do 2º anno em consequência das reprovações havidas nos últimos exames práticos. O diretor mostrou-se contrariado com a severidade dos lentes e as reclamações dos estudantes, não deixando entretanto de dar razões a estes. Os exames realizaram-se naquele dia, de manhã e à tarde, no hospital da Santa Casa. De manhã responderam a chamada em microbiologia, 9 candidatos, passando 3, sendo um bacharel, e dois auxiliares da Profilaxia Rural.

Foram examinadores os Drs. Prisco dos Santos, Américo Campos e Dagoberto Sousa. Nos exames de histologia e anatomia, 2º anno, em que serviram como examinadores os Drs. Teixeira Mendes, Prisco dos Santos e Evaristo Silva, nenhum dos candidatos logrou aprovação. A tarde foram chamados mais dois candidatos, nessas últimas cadeiras, passando um, simplesmente, em histologia. Sciente do ocorrido o Barão de Anajás manifestou francamente sua opinião que nenhum estudante deveria ser reprovado, enquanto os examinadores se mantiveram firmes nas suas deliberações, tomadas, segundo afirmaram, com absoluta isenção de ânimo e só baseadas nas provas exibidas. Em face da atitude do diretor da Faculdade, os lentes julgando-se desconsiderados, procuraram o vice-director, Dr. Camilo Salgado, a quem pediram providências. (Estado do Pará, 22/03/ 1922, p. 1).

Estava em jogo a credibilidade da faculdade e a própria legitimação da medicina acadêmica. Vale ressaltar que o episódio teve cobertura da imprensa, envolvendo mais uma vez a população paraense nos debates em torno da formação médica e atuação desses profissionais em Belém.

Camilo Salgado assumiu a direção da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, em 1922, cargo que só deixou com sua morte, em 1938. Neste período enfrentou o processo para a equiparação da faculdade e, também, uma grande e ambiciosa campanha para a aquisição de um prédio para aquela instituição.

Uma nova sede para a faculdade

Inicialmente instalada no Ginásio Paes de Carvalho, em duas salas cedidas pelo governo do Estado(PARÁ, 1919, p. 122), a Faculdade de Medicina do Pará seria transferida em 2 de junho de 1923, para prédio próprio. Neste funcionava

o grupo escolar Wenceslau Braz⁷⁶, primeiro prédio em blocos construído em Belém, localizado em frente à Santa Casa de Misericórdia do Pará(ÁLBUM DE BELÉM, 1902).

Porém, a mudança não ocorreu de forma simples e automática, resultando de intensa campanha que mobilizou a sociedade local no sentido da obtenção dos recursos necessários para a aquisição do novo prédio. A revista A Semana, em edição de 19 de maio de 1923, também registrou a aquisição do prédio por parte da faculdade de medicina, publicando, inclusive, fotografia do novo prédio, conforme se verifica a seguir.

FOTOGRAFIA 08: Novo Prédio da Faculdade de Medicina do Pará

Fonte: A Semana, nº 265, 09/05/1923.

A aquisição do novo prédio foi parte da estratégia dos esculápios fundadores da faculdade para conquistarem maior credibilidade para a nova instituição, principalmente tendo em vista críticas recebidas. Quanto maior fosse a credibilidade da faculdade junto à sociedade, maiores possibilidades os esculápios teriam para se firmarem como grupo e mais status científico a medicina alcançaria nas terras paraenses.

⁷⁶ Esse grupo escolar funcionava no palacete Santa Luzia, primeiro prédio em blocos construído em Belém. De arquitetura colonial, até ser adquirido pela Faculdade de Medicina do Pará, vinha sendo alugado pelo governo do estado e assim permaneceu até o final do ano de 1923. O prédio passou por reforma integral de adaptação, sendo seus cômodos transformados em salas de aula e laboratórios, de acordo com as necessidades da nova instituição (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Relatórios, 1923).

Assim, principalmente a partir de 1922, quando o médico Camilo Salgado assumiu a direção da faculdade, teve início forte campanha visando angariar recursos para dotar a faculdade de prédio próprio e de aparelhamento necessário para seu funcionamento. Vale ressaltar que, a escolha de um novo prédio, localizado em frente à Santa Casa de Misericórdia do Pará, também visava facilitar a equiparação da nova instituição de ensino, pois, embora a chamada Lei de Equiparação (Decreto Federal nº 11.530, de 18 de março de 1915) não fizesse menção explícita à necessidade de existência de uma unidade hospitalar no novo estabelecimento para a formação dos novos médicos, é significativo destacar que 11 das 24 disciplinas oficialmente previstas para o início de um curso médico no Brasil, só poderiam ser eficientemente ministradas no interior de uma instituição hospitalar⁷⁷

A campanha ocorreu, em especial, por meio da imprensa⁷⁸. Durante seis meses foram quase diários os artigos e notícias publicadas nos jornais paraenses no sentido de convencer a população paraense a contribuir para a aquisição do prédio, com destaque para o artigo do padre Florêncio Dubois, conhecido articulista da imprensa local, que veio a público no dia 21 de janeiro de 1923, em artigo com o título de “Doutores haja...”, através do jornal Folha do Norte. Neste, o padre procurava derrubar todos os argumentos contrários à faculdade, reforçando sua importância, os avanços da medicina e o alto custo para a manutenção de uma faculdade desta natureza (FOLHA DO NORTE, Doutores Haja..., 21/01/1923, p. 2).

Visando incentivar os colaboradores, os jornais publicavam as listas com os nomes dos doadores, referindo os valores doados, de pequenas quantias a pequenas fortunas. Em meio aos nomes encontram-se médicos, farmacêuticos, advogados, padres, freiras, políticos, militares, às vezes famílias inteiras e, também o Banco Comercial do Pará, o Banco do Pará, Pará Eletric, Booth & Co, General Rubber e Co. of Brasil, casas comerciais, farmácias, indústrias, hospitais, prefeituras e o próprio governo do Estado (FOLHA DO NORTE, Faculdade de Medicina: por uma nova sede, 07/01/1923, p. 2).

⁷⁷ Entre as 11 disciplinas clínicas que exigiam a presença de uma unidade hospitalar, estavam: clínicas médica, cirúrgica, obstétrica, ginecológica, oftalmológica, otorrinolaringológica, pediátrica, pediátrica cirúrgica e ortopédica, dermatológica, neurológica e psiquiátrica (DECRETO FEDERAL nº 11.530, art. 191; apud PEREIRA NETO, 2001, P.111)

⁷⁸ No jornal Estado do Pará encontramos notícias sobre a campanha para a aquisição do novo prédio para a faculdade de medicina, nas seguintes edições de 1923: 17 de janeiro (p. 2), 10 de fevereiro (p. 3), 21 de março (p. 3), 27 de abril (p. 2), 12 de junho, 22 de junho e 29 de junho (p. 2). A Folha do Norte publicou em 18 de janeiro (p.1), 07 de fevereiro (p. 2), 20 de fevereiro (p. 2), 01 de abril (p. 1).

Após cerca de seis meses de campanha foi possível adquirir um novo prédio, sendo o feito mais uma vez noticiado pela imprensa, em primeira página, com direito a fotografia, o que não era muito comum na época, como se pode constatar na edição de 2 de junho de 1923 na Folha do Norte. O jornal O Estado do Pará também noticiou o feito com o artigo A Faculdade de Medicina do Pará: o seu novo prédio. Assim se pronuncia aquele periódico:

Em notas do tabelião José Joaquim Pereira de Araújo, foi assinada ontem a escritura de compra do confortável e espaçoso prédio à praça Santa Luzia, para a Faculdade de Medicina do Pará.

Passo gigantesco em favor da futura escola médica, só mesmo tendo a frente um homem da envergadura moral e científica do Dr. Camillo Salgado, poderia ser levado a termo como foi, porque o ilustre operador, o distinto mestre empenhou todo seu esforço, influência em nosso meio social, numa palavra, entregou-se de alma à consecução desse desiderato, e venceu a toda sorte de óbices, dentre os quais a nossa endêmica indiferença por coisas assim grandiosas!

A Faculdade de Medicina do Pará tem, agora, sua sede própria, adaptada a seus nobres e humanitários fins, bem ao lado dos sanatórios da Santa Casa de Misericórdia, os mais poderosos subsídios ao estudo perfeito da ciência médica.

Teve o ilustre professor Camillo Salgado a suprema dita, além do mais, de associar ao seu empreendimento elementos vários, que todos, cada qual por seu lado, e dentro da sua esfera de ação, concorreram para tão elevado fim hoje uma grande realidade.

É assim que o governo do Estado, dispensando o ônus da transmissão de propriedade, o intendente municipal, dispensando laudêmio e tributos de domínio e foros, muito ajudaram o empreendimento, não sendo justo esquecer a boa vontade e o esforço do tenente-coronel Jones Hesketh que, na sua dupla função de solicitador e de despachante, tudo promoveu para que a aquisição fosse imediatamente legalizada, além da gratuidade de seus serviços profissionais.

Tem felizmente, o Pará, a sua Faculdade de Medicina localizada em um prédio confortável e prometendo frutos aos mais sazonados em bem da humanidade e do futuro que nos desenha ainda cheio de sombras, mas há de ser, porque tem de ser, de progresso e luz (ESTADO DO PARÁ, Faculdade de Medicina do Pará: o seu novo prédio, 02/06/1923, p. 1).

O próprio diretor da faculdade, Camillo Salgado escreveu artigo sobre o assunto, publicado pela Folha do Norte e também por O Estado do Pará em 3 de junho de 1923, dando conta que “há três dias que a Faculdade de Medicina do Pará possui o seu prédio próprio, que receberá instalações condignas e definitivas” (O ESTADO DO PARÁ, A nova sede da Faculdade de Medicina do Pará, 03/06/1923, p. 1). O relatório de Camillo Salgado, publicado na imprensa local, fazia referência a sua posse como diretor da faculdade, em substituição ao Barão de Anajás, ocorrida em 1922. Continua afirmando seu entusiasmo inicial com a instituição e o empenho do corpo docente para torna-la realidade. Ao se referir à campanha para a aquisição do novo prédio, assim se pronuncia:

Foi por isso que, sem excusas, apenas para levar o meu contingente de trabalho ao empreendimento de marcha tão promissora, aceitei o encargo ora sob minhas responsabilidades. Efetivando providências irretardáveis, que se impunham no momento, logo me preocupou uma necessidade de vulto: o melhor aparelhamento de nossa Faculdade, em edifício próprio e convenientemente adaptado. E, aos impulsos desse anelo, no primeiro dia do corrente ano, lancei uma subscrição popular destinada a receber de todos os interessados pela prosperidade do Pará qualquer que fosse a contribuição a um fim dos mais enobrecedores. Distribuíram-se as listas respectivas, em número de 250, e dentro em pouco eu via, infinitamente alegre, que o meu apelo não fora improfícuo, tantos eram os amigos que se apressavam em trazer o seu auxílio. Convencido assim que me seria fácil alcançar o êxito almejado, e no conhecimento de que o proprietário do palacete Santa Luzia, em que funcionava o grupo escolar Wenceslau Braz, exatamente na melhor aproximação da Santa Casa de Misericórdia, desejava vendê-lo, procurei-o e ajustamos o seu traspasse à Faculdade de Medicina. Assumi o compromisso de pagar a importância combinada em prazos certos, e tive a fortuna de saldar essa obrigação à proporção que as listas me eram devolvidas com somas animadoras, muitas delas avultadas, conforme os resultados que venho inserindo na imprensa diária. Há alguns dias, graças a Deus e aos amigos, efetuei o pagamento da derradeira prestação, e, porque assim o fizesse, lavrou-se a escritura do prédio em alusão, que passou ao patrimônio da nossa Faculdade de Medicina (O ESTADO DO PARÁ, A nova sede da Faculdade de Medicina do Pará, 03/06/1923, p. 1).

A fala do diretor deixa clara a intenção de procurar aparelhar adequadamente a nova faculdade, com instalações apropriadas para o ensino

médico e, principalmente, com localização privilegiada, em frente ao hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará, condição imprescindível para a efetivação das disciplinas clínicas constantes do currículo do curso médico. A parceria com o hospital da Santa Casa parece ter sido proveitosa para o ensino na faculdade de medicina.

Quanto à adequação das instalações no novo prédio, novas doações foram buscadas e efetivadas, como mostram alguns ofícios recebidos pela instituição de ensino dando conta destas. Em 19 de outubro de 1923, por exemplo, o Dr. José Ferreira Teixeira, “desejando cooperar com os ilustres colegas da faculdade”, a quem os habitantes deste estado estavam confiando o preparo técnico da classe médica que estaria “incubida de resolver com eficiência o magno problema do saneamento do Pará”, oferece o auxílio de 2 bilhões de marcos para seu aparelhamento, solicitando apenas que, daquele valor, fossem aplicados 500 milhões de marcos na Assistência à Infância do Pará (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Ofícios recebidos, 1923).

O governador Sousa Castro, em mensagem de setembro de 1923, já se refere à Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará como dotada de prédio próprio e em processo de equiparação (PARÁ, 1923, p. 62). Sousa Castro, na mensagem do ano seguinte, considera a faculdade “uma obra de elevado valor”, pois em poucos anos de sua fundação, já havia obtido “verdadeiro triunfo, sob a notável capacidade e dedicação do Dr. Camillo Salgado, seu diretor” (PARÁ, 1924, p. 68).

A aquisição de um prédio próprio era, portanto, um trunfo importante para a conquista da equiparação da faculdade de medicina, visando sua efetivação, como veremos a seguir.

O Processo de Equiparação (1924)

Outra condição importante para garantia de credibilidade da nova faculdade e crescimento do prestígio dos esculápios paraenses, especialmente dos reunidos em torno do projeto, era buscar a equiparação⁷⁹ da Faculdade de Medicina

⁷⁹ A equiparação de um curso superior representava, na época, o reconhecimento em todo território nacional dos diplomas expedidos pela Instituição, o que conferia credibilidade aos profissionais ali formados (Decreto Federal nº 11.530, de 18 de março de 1915). A equiparação não era definitiva, obedecendo a regras bastante rígidas, com possibilidade, inclusive, da cassação ao direito da equiparação já concedida.

do Pará às faculdades oficiais já existentes no país. Apesar de instituições congêneres, em outras partes do país, precisarem de, pelo menos, sete anos para obterem equiparação (Minas, criada em 1911, foi equiparada em 1918; Paraná, criada em 1912 e equiparada em 1922; Recife, criada em 1920 e equiparada em 1927; São Paulo, criada em 1913 e equiparada em 1922. FIOCRUZ, 2007), as fontes documentais apontam que a faculdade paraense percorreu apenas cinco anos para alcançar o feito.

Para isso, concomitante a articulações políticas, houve forte empenho da administração da faculdade no sentido de dotá-la dos equipamentos necessários à obtenção das condições exigidas para a equiparação, conforme visto anteriormente através dos ofícios expedidos e recebidos pela faculdade.

A Folha do Norte, em edição de 18 de março de 1924, informa que a Faculdade de Medicina preparava-se para a equiparação oficial, registrando que o “paquete Santos”, estava “trazendo parte do Laboratório de Microbiologia destinado à Faculdade de Medicina do Pará” (Folha do Norte, A Faculdade de Medicina Prepara-se para a Equiparação Oficial, 18/03/1924, p. 1).

Segundo o periódico, esses aparelhos, adquiridos com os próprios recursos do estabelecimento de ensino, “compõem-se de seis excelentes microscópios e outras peças indispensáveis aos trabalhos de microbiologia”. E ainda eram esperados, com proveniência do porto de Havre, laboratórios completos de Física, Química, Histologia, Fisiologia e Anatomia Patológica que eram “indispensáveis à equiparação da faculdade” (Folha do Norte, A Faculdade de Medicina Prepara-se para a Equiparação Oficial, 18/03/1924, p. 1).

O governador Sousa Castro, em sua mensagem ao Congresso legislativo do Estado, ano de 1924, também destaca que a faculdade de medicina, “tendo adquirido prédio próprio, à praça Santa Luzia, em frente ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia”, depois de completamente remodelado e adaptado, “está funcionando, com laboratórios modernamente instalados” (PARÁ, 1924, p. 68).

Na mesma mensagem, o governador ainda informa sobre o reconhecimento da faculdade pelo governo federal:

O Conselho Superior de Ensino da República, em ato de julho findo (1923), reconheceu a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, oficializando o seu registro, justo merecimento da obra ingente que ela representa (PARÁ, 1924, p. 69).

Alguns fatores favoreceram essa rápida institucionalização da faculdade paraense.

Merece destaque o fato de que o inspetor designado para a fiscalização da faculdade foi o Dr. Lauro Sodré Filho, médico, chefe da clínica de nariz, ouvido e garganta da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro⁸⁰, que além de ser paraense- o que era proibido pela legislação⁸¹ -, também era filho do senador Lauro Sodré⁸², que cultivava amizade com o Barão Ramiz Galvão, membro do Conselho Superior de Ensino, criado com a Reforma Rivadávia, de 1911 (BRASIL, 1911).

O fiscal designado para avaliar a faculdade, em processo de equiparação, deveria observar quatro elementos fundamentais, conforme o Decreto Federal 11.530, de 18 de março de 1915. Em primeiro lugar, eram avaliados os critérios de acesso à instituição de ensino, se os estudantes eram maiores de 16 anos de idade (Art. 77) e se passaram por exame “vestibular rigoroso” (Art. 14). Em segundo lugar, era avaliada a qualidade de ensino. Era preciso verificar se $\frac{3}{4}$ do programa de cada matéria era concluído, se havia critérios rigorosos nas atribuições de notas dos exames, se a faculdade estava equipada com “laboratórios convenientemente utilizados” e, também, se o corpo docente era admitido mediante concurso público (Art. 14). O terceiro critério estava relacionado à saúde financeira da instituição de ensino. O fiscal deveria verificar, por exemplo, “se as rendas da academia eram suficientes para o custeio de um ensino integral das matérias do curso, ministrado por professores suficientemente remunerados” (Art. 14). O último aspecto estava relacionado à distribuição geográfica do estabelecimento de ensino (Art. 25).

Entre os critérios a serem avaliados deve-se destacar o segundo e o terceiro, que estavam entre os maiores problemas da Faculdade de Medicina do Pará, pois a instituição, nestes primeiros tempos, teve que recorrer a doações diversas para sua manutenção e aparelhamento, sendo que o auxílio financeiro do

⁸⁰ Segundo propaganda veiculada no jornal Estado do Pará, o Dr. Lauro Sodré Filho era ex-médico auxiliar da mesma clínica da Santa Casa do Rio de Janeiro, além de médico assistente do Instituto de Higiene. Seu consultório estava localizado à travessa São Mateus, nº 15, altos da Alfaiataria Pinto (ESTADO DO PARÁ, 24/11/1924, p. 3).

⁸¹ O artigo 16 do Decreto Federal 11.530, de 1915, determinava que não poderia ser inspetor pessoa ligada por afinidade de qualquer natureza aos diretores ou professores da academia.

⁸² Lauro Nina Sodré foi governador do Estado do Pará de 1891 a 1897 e de 1917 a 1921, período em que foi criada a Faculdade de Medicina. Exerceu também os cargos de deputado Federal (1891 a 1893) e Senador (1897 a 1902, 1903 a 1912, 1912 a 1917, 1921 a 1929 e em 1930). (BRASIL, Senado Federal, 2007).

governo do estado só se tornou frequente, a partir de 1923, quando o processo de avaliação da faculdade estava se completando. É curioso lembrar que o auxílio governamental, conforme citado anteriormente, tenha sido questionado, pois passava a impressão de que havia sido concedido apenas para garantir a equiparação da faculdade (BECKMANN, 1985).

As instalações da instituição também tinham problemas. Até 1923 a faculdade funcionou em salas do colégio Paes de Carvalho, sem a adequação necessária para um curso de medicina. Somente no início do ano de 1924 a faculdade foi transferida para um novo prédio, mas este precisou passar por reformas para se adequar às necessidades da faculdade. Essa reforma, em tão pouco tempo, não criou condições mais adequadas para o ensino médico.

Assim, parece ter sido decisivo o fato da fiscalização da faculdade estar nas mãos de um médico vinculado à instituição, o Dr. Lauro Sodré Filho.

Haja vista que, em 1926, o Diretor do Departamento Nacional de Ensino - Juvenil da Rocha Vaz- recebeu do Diretor da Seção de Expediente e Contabilidade - José Bernardino Paranhos da Silva- extenso relatório referente à Faculdade de Medicina do Pará, informando que a mesma funcionava em um prédio “velho e acanhado”, sem equipamentos e laboratórios suficientes para o ensino prático. Naquela faculdade, dizia o relator, os gabinetes de química, física e história natural eram deficientes, contando apenas com quatro ou cinco microscópios. O relatório enfatizava ainda que as aulas de Clínica Médica, ministradas pelo professor Acylino de Leão Rodrigues, eram o que a faculdade apresentava de melhor, por funcionar no Hospital da Santa Casa de Misericórdia (Folha do Norte, A Inspeção Paranhos ao Norte, 26/09/1926, p. 2).

O relatório do fiscal federal José Paranhos teria sido propagado pela imprensa, pois o jornal carioca “A Manhã” publicou reportagem sobre o assunto que imediatamente foi reproduzida, em Belém, pela Folha do Norte, informando que na sua inspeção o fiscal havia descoberto

Escândalos incríveis, sobretudo na Faculdade de Medicina do Pará, onde estes escândalos são inomináveis.

Havia ali alunos que, para matricular-se, apresentaram documentos, os mais irrisórios, como atestados sem menor validade, entre os quais os de exame na Escola Normal e até de piloto fluvial.

Aprofundando as suas pesquisas, o Dr. Paranhos teria verificado estarem clinicando médicos aí diplomados nas mais graves condições. Um deles teria entrado na Faculdade com simples preparatórios de um colégio particular; outros com preparatórios feitos na Áustria, outros com simples preparatórios da “gripe”, e ainda outros com dois exames primários apenas, prestados em Lisboa. Este último teria conseguido isso por haver emprestado dinheiro sem juros à Faculdade e presenteado com cavalos de puro sangue a alguns professores.

Assim, conclui a Manhã, em troca de duas ou três cavalgadas aos professores, estes, na sua gratidão, deram uma cavalgada à medicina. E todos esses médicos estão exercendo sua profissão, ou melhor, estão matando na capital paraense (Folha do Norte, A Inspeção Paranhos ao Norte, 07/10/1926, p.2).

Ainda que questionada, a Faculdade de Medicina do Pará foi equiparada em 11 de agosto de 1924, sendo que os jornais paraenses já davam a faculdade como equiparada desde 30 de abril de 1924⁸³ e deve ter contribuído bastante para o reconhecimento, a influência do ex-governador Lauro Sodré. Além de fazerem referência à equiparação, os periódicos citados deram destaque à festa organizada para comemorar o feito, marcada para o dia 25 de agosto de 1924, na sede do Sport Club⁸⁴.

Em meio à festa, autoridades, professores da Faculdade e pessoas de destaque reuniram-se em uma sala especial, onde junto a brindes amistosos o professor Agostinho Monteiro⁸⁵ referiu-se à equiparação da faculdade como o “fato mais marcante da última década para o Pará”, chamando atenção para as vantagens e benefícios que daí adviriam para o engrandecimento da vida econômica paraense (ESTADO DO PARÁ, Faculdade de Medicina: a equiparação, 25/08/1924, p. 4). A revista A Semana destacou a equiparação como um passo para o progresso, chamando atenção para o fato de que estados mais ricos que o Pará ainda não

⁸³ Notícias a respeito da equiparação da faculdade apareceram na imprensa local durante todo o ano de 1924, como por exemplo, Folha do Norte (12/06/1924 e 08/09/1924, 23/08/1924), A Província do Pará (07/08/1924), Estado do Pará (08/08 a 17/08/1924 e 25/08/1924) e A Semana, nº 329 (1924).

⁸⁴ O Sport Club do Pará era um dos clubes de destaque em Belém nas primeiras décadas do século XX, tendo se destacado no futebol e, no remo, foi vice-campeão estadual em 1908. Um grupo de dissidentes do Sport Clube fundou o Clube do Remo, em 1905 (Estado do Pará, 18/03/1919, p. 1).

⁸⁵ Agostinho de Menezes Monteiro era paraense, natural da ilha do Marajó, onde nasceu em 20 de julho de 1890. Estudou as primeiras letras e fez o curso secundário em Belém. Fez o curso de medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, concluindo o curso em 1912. Ao retornar à Belém, em 1913, foi designado adjunto da Clínica Especial de Partos da Santa Casa de Misericórdia do Pará, permanecendo na mesma até 1919. Foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina do Pará. Sua atuação política mais intensa ocorreu a partir de 1930 (MEIRA, 1986, p. 252-253).

havia conseguido tal feito (A SEMANA, A equiparação da Faculdade de Medicina, nº 329, 1924, p. 2). Em 30 de agosto, a mesma revista deu detalhes da festa realizada pela faculdade em homenagem à equiparação (A SEMANA, No Reino da Elegância: a brilhante 'soirée' da Faculdade de Medicina, 30/08/1924, nº 332).

Primeiros alunos formados (1925) e solenidades

A primeira formatura realizada pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará não foi de médicos, foi de enfermeiras obstetrizes, no curso também ministrado pela faculdade de medicina. A cerimônia aconteceu no dia 16 de abril de 1925, na própria secretaria da faculdade. Segundo a ata lavrada pelo Dr. Olympio de Cardoso da Silveira, então secretário da faculdade,

Depois de satisfeitas as exigências da lei do Ensino Superior, compareceram as senhoritas Maria Magdalena Belo da Conceição e Angelina Rebello de Souza e perante os professores Doutores Agostinho de Menezes Monteiro, Renato Chaves da Silva e Hermógenes Pinheiro, o Excelentíssimo senhor Doutor Camilo Henrique Salgado, Director da Faculdade, conferiu-lhes o grão de Obstetriz (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Livro de Atas, 16 de abril de 1925).

Ainda naquele 16 de abril, por volta das nove horas, também na secretaria da faculdade, na presença dos professores Acylino de Leão Rodrigues, Dagoberto Rodrigues de Souza e Oscar Pereira de Carvalho, o diretor da faculdade, Dr. Camilo Salgado, conferiu o grau de Doutor em medicina a Antonio Magno e Silva Bianor Martins Penalber, depois de terem os referidos doutorandos prestado o juramento exigido e o diretor pronunciado as palavras usadas nestas solenidades (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Livro de Atas, 1925). Estes foram os primeiros médicos formados pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará.

Em 18 de abril do mesmo ano, teremos nova formatura de enfermeiras obstetrizes e de doutores em medicina.

Neste momento, receberam o grau de doutor em medicina, Honorato Remigio de Castro Filgueiras e Hippolito Carelli, perante os professores Doutores Antonio Remigio de Castro Filgueiras, paraninfo, Gabriel Rodrigues de Souza, Renato Chaves da Silva e Souza, Francisco de Souza Pondé, João Prisco dos Santos, Argemiro Orlando Pereira Lima, Hermógenes Pinheiro, Deusdedit Coelho e Oscar Pereira de Carvalho, o excelentíssimo senhor Doutor Camilo Henrique Salgado, depois de terem os formandos prestado o juramento de estylo, o Doutor Director depois de proferidas as palavras usadas nestas solenidades, confeliu-lhes o gráo de doutor em medicina(FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Livro de Atas, 1925).

A Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará realizou cerimônias simples (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Livro de Atas, 1925)por ocasião da formatura de seus primeiros doutores em medicina, contrariando, de certa forma o que constava de seu estatuto e regimento⁸⁶, e também seu interesse em conquistar credibilidade ou legitimidade diante da sociedade local. Além disso, um dos primeiros médicos formados pela faculdade de medicina, Bianor Penalber, era também um dos articulistas da revista A Semana e, portanto, não deixaria de usar sua pena em defesa da causa, anunciando os feitos da faculdade, dando destaque à formação dos primeiros médicos no Pará, entre os quais se encontrava.

⁸⁶As determinações a respeito da conclusão do curso de medicina, como defesa de tese e obtenção de grau de doutor em medicina, assim como da solenidade de outorga do grau na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará encontram-se nos capítulos XVI, XVII e XVIII do primeiro estatuto da instituição, datado de 24 de fevereiro de 1921 e assinado pelo Barão de Anajás, diretor da faculdade naquele momento. O estatuto, provavelmente adaptado da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, assim como o Regimento Interno, detalhava vários aspectos relacionados à formatura, como a publicação na imprensa e na secretaria da faculdade da relação dos colandos, a convocação de todos os professores catedráticos, substitutos, honorários e convidados (“pessoas notáveis pelos seus títulos científicos, ou literários, como pela posição social”), para estarem presentes no dia e hora determinados, no local destinado para a colação do grau, ocasião em que os graduandos seriam admitidos pelo secretário que deverá fazer a chamada de todos, declarando os nomes dos que se acharem presentes, sendo ainda permitido aos graduandos procurar dar todo destaque a solenidade (FMCP, 1933^a, p. 47). A sessão começaria com a leitura das notas de aprovação nos exames finais, feita pelo secretário da faculdade, sendo em seguida chamados os graduandos, cada um na sua vez, para receberem a investidura. O primeiro que a recebesse, seria o responsável por fazer a promessa, de conformidade com os dizeres da fórmula (o juramento de Hipócrates), constante do regimento interno da faculdade e seguida nas demais faculdades da União, com os outros alunos repetindo os dizeres. O diretor, ao conferir os graus a cada aluno, colocava-lhe no dedo o anel simbólico e na cabeça a borla da faculdade e o capelo. Neste momento pronunciaria a fórmula adotada nas mesmas faculdades da União. Deve-se destacar que durante a cerimônia os lentes e espectadores deveriam permanecer de pé e em silêncio. Feita a colação de grau, um dos novos graduandos anteriormente escolhido pelos colegas, recitaria um discurso congratulatório, previamente apresentado ao diretor, que eliminaria o que nele houvesse de inconveniente. A este discurso responderia com um pronunciamento, o paraninfo, que seria um lente eleito pelos graduandos (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, 1924, Art. 249, p. 47).

Na formatura seguinte, ocorrida em 10 de janeiro de 1926, a direção da faculdade de medicina usou de todos os meios necessários para dar grandiosidade ao evento.

A cerimônia ocorreu às nove horas, no salão nobre do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará, onde colaram grau Jorge Alves Maia, Antonio Barbosa Rodrigues, Antonio Siqueira Mendes, Izauro Gonçalves da Costa e Manuel Tertuliano de Cerqueira,

Perante os professores Argemiro Orlando Pereira Lima, paraninfo da turma, Oscar Pereira de Carvalho, Acylino de Leão Rodrigues, Américo Campos, Prisco dos Santos, Raymundo Mattos Cascaes, Dagoberto Souza, Amanajás Filho, Jayme Jacyntho Aben-Athar e Suplício Ausier Bentes, Doutor Lauro de Almeida Sodré, Inspector do Ensino, Doutor Dionysio Bentes, Governador do Estado, representante do Doutor Rodrigues dos Santos, Intendente de Belém, e do Sr. Arcebispo, autoridades federais, alunos da Faculdade, representantes da imprensa e muitas pessoas ilustres, o Sr. Dr. Camilo Henrique Salgado, Director da Faculdade, abriu a sessão, mandando proceder a chamada, pelo secretário, dos doutorandos, que depois de haverem prestado o juramento de Estylo e o Sr. Doutor Director proferido as palavras usadas nestas solemnidades, foi-lhes conferido o grão de doutor em medicina. (...) O Sr. Doutor Camilo Salgado, de pé, com voz clara e firme declarou que em nome do governo da República e na qualidade de Director da Faculdade, concedia-lhes o diploma, afim de que pudessem exercer a sua profissão nos Estados Unidos do Brasil (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Livro de Atas, 1926).

Essa formatura teve caráter mais solene, contando com a presença de diversas autoridades, inclusive do Governador do Estado, Dionysio Bentes, que também era médico. Vale destacar a ênfase dada pelo diretor da faculdade, Camilo Salgado, ao fato de que os médicos formados por aquela instituição poderiam exercer sua profissão em qualquer unidade da federação, chamando atenção para a equiparação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, conquistada em 1923. Neste sentido justifica-se também a presença do Inspetor de Ensino Lauro de Almeida Sodré, filho do ex-governador Lauro Sodré e responsável pela manutenção daquela equiparação (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, livro de Atas, 1926).

Ainda nesta solenidade, o diretor da faculdade Camilo Salgado, após a outorga do grau, passou a presidência da sessão ao governador do estado, Dionysio Bentes, que também era professor de Fisiologia da faculdade de medicina. O governador, então, fez um entusiasmado discurso abordando questões específicas da área médica, destacando os pontos mais modernos da medicina, explicou, por exemplo, “o papel que exercem em nosso organismo, as glândulas endócrinas e seus hormônios – thymus, thyreóide, parathyreoide, capsulas supra-renais, etc.” Também abordou a perspectiva de progresso da medicina, defendendo que a mesma ciência daria a tudo explicações claras e positivas (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, livro de Atas, 1926).

Concluindo este item, observamos que, a partir da leitura das atas e documentos, a Faculdade de Medicina do Pará constituiu junto a seu corpo docente e cerimonial, um dos lugares de legitimação da medicina acadêmica, pois a presença das autoridades que testemunhavam sua instalação e seus eventos conferiam credibilidade ao processo de ensino e, ao mesmo tempo, aos profissionais oriundos daquela instituição.

5. Capítulo IV - Os Médicos Paraenses e os “Outros”: combate ao charlatanismo e às práticas alternativas de cura

O projeto que visava a definição de uma ética médica, de uma identidade de classe e, em consequência, o fortalecimento dos esculápios paraenses envolvia os mesmos personagens que estavam desencadeando intensa luta contra determinadas práticas de cura: a pajelança, o espiritismo, a homeopatia, os práticos de farmácia, as parteiras e, também, a própria atuação do charlatão diplomado. Estes curadores divulgavam suas ideias através da imprensa, procuravam ocupar postos na administração pública, desenvolviam intensa atuação política e, muitas vezes, reuniram-se em entidades de classe.

Neste item, trataremos de como médicos e autoridades paraenses se posicionaram frente a estes práticos.

5.1. O Combate ao Charlatão Diplomado

Em 1915, o Dr. Silva Rosado⁸⁷, em seu discurso de posse como presidente da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, apresenta sua preocupação com os rumos que estava tomando a medicina paraense e suas implicações para a sociedade local. Por um lado, procurou enaltecer aqueles que dignificavam a profissão médica, pregando a coesão da classe⁸⁸; por outro, recriminou aqueles que assim não procediam, defendendo o ataque ao charlatanismo e ao exercício ilegal da profissão (PARÁ-MÉDICO, 1915, Discurso de Posse, pp. 32-36, ano I, v. I). Silva Rosado afirma que daria sua missão por cumprida se a Sociedade Médico-Cirúrgica, “não esquecendo nunca esta dualidade sublime do homem moral, e do homem intelectual no exercício da Medicina”, que representaria a “natureza íntima do médico, a alma mater da profissão, a base fundamental do seu poder social”, defendendo que o médico, ainda que se dedicasse profundamente aos estudos e “investigações científicas”, jamais deveria deixar de zelar “pelos interesses morais da profissão” (PARÁ-MÉDICO, 1915, ano 1, v.1, p. 35).

Mas, que interesses seriam estes, que desvios profissionais estariam preocupando o presidente da Sociedade Médico-Cirúrgica? O próprio Silva Rosado responde:

⁸⁷ Joaquim Antônio Silva Rosado foi um dos fundadores da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, sendo seu segundo presidente (1915-1916). Também foi professor fundador da Faculdade de Medicina do Pará, ocupando a cadeira de Clínica Ginecológica.

⁸⁸ Sobre a questão da coesão de classe entre os médicos, v. PORTER, 1987;

Todos vós sabeis que existem em nosso meio colegas distintos e dignos – com as habilitações requeridas para a conquista de um lugar de destaque – que lutam em vão, chegando ao ponto de se deixarem aniquilar pelo desânimo, sendo a sua competência e lealdade profissionais preteridas pelas reclamações charlatanescas do primeiro forasteiro que aporta a estas plagas, munido de muita audácia e falta de pudor. (...) Alguém disse: “Seja qual for a desvantagem que resulte do paralelo entre o médico tal qual como ele deve ser e o médico tal qual ele é muitas vezes, a medicina pairará sempre serena e altiva acima de todas as transações mercenárias de um ofício, para transfigurar-se na concepção mais alevantada do mais nobre e importante mister social”. (...) Unamo-nos todos; tenhamos sempre presente aquela excelsa dualidade, do homem moral e do homem intelectual, de que vos falei, e que constitui o padrão de glória de nossa profissão; sejamos perseverantes e firmes em nosso plano de ação; tornemo-nos dignos da confiança pública, nunca violando o segredo profissional, e vos asseguro que venceremos com dignidade, fazendo jus ao respeito e gratidão de todos (PARÁ-MÉDICO, Discurso de Posse, v.11916, p. 32-34).

A figura do profissional médico como aquele que deveria dar o exemplo começava a ser forjada e foi um dos pontos que recebeu maior atenção da Sociedade Médico-Cirúrgica e, posteriormente, da Faculdade de Medicina do Pará. Embora o trabalho de construção de uma identidade de grupo possa ser percebido por vários ângulos, vamos enfatizar aqui uma questão que consideramos ser fundamental – a criação de parâmetros éticos que pudessem regulamentar a relação dos médicos entre si e seus pacientes, pois as querelas que envolveram os médicos e a sua ciência propiciaram uma imagem de desprestígio desses profissionais, inclusive nos espaços institucionais surgidos no período republicano. Assim, o ceticismo em relação a uma possível harmonia entre a classe médica era tão grande, que foi difícil aos membros da Sociedade Médico-Cirúrgica e da própria Faculdade de Medicina do Pará dissociarem as referidas instituições da má impressão que sua categorial profissional havia deixado anteriormente.

Estas duas noções – intelectual e moral, ciência e consciência – fundamentais na visão de Silva Rosado, eram condições necessárias para o exercício da prática médica ideal. Mas quando faz referência aos postulados morais, quais seriam eles? Como identificar o charlatão naquele contexto?

Segundo Pereira Neto (2001), há registros de que no Brasil, caso um médico publicasse na imprensa anúncios de cura de doenças por processos não aceitos pelas instituições científicas e acadêmicas, estaria deixando de pautar-se pela luz da ciência. Também, se atraísse clientela pautando-se por critérios rejeitados pelas mesmas instituições, seria classificado como um “charlatão diplomado”.

O mesmo autor afirma que, desde o final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, eram frequentes as propagandas publicadas na imprensa brasileira não especializada, voltadas para o público leitor, consumidor de jornais e com potencial para consumir variados serviços, especialmente os de saúde e assistência médica. A finalidade dessa publicidade era esclarecer ao público algum tipo de capacidade específica ou especial de determinado medicamento e, assim, conquistar clientes (PEREIRA NETO, 2001, p. 58).

Os jornais paraenses eram ricos em relação a este tipo de publicidade. Diariamente, os jornais locais, especialmente o Estado do Pará e a Folha do Norte, publicavam anúncios diversos, oferecendo medicamentos com promessas de cura para os mais diversos males. Também indicavam médicos com indicação dos consultórios e de suas respectivas especialidades.

Entre as “maravilhas” anunciadas, havia a “Água Longavita” apresentada como “purgativa, salina, laxativa, cura dispepsias, fastio, amargores da boca, refresca o sangue e vitaliza o sangue”, produzida pelo laboratório Dermol (Estado do Pará, 05 de janeiro de 1919, p. 3). Na mesma edição deste jornal, havia também a indicação da “Malarina” para a cura da gripe que grassava em Belém e, de outra “maravilha” para a velhice, denominada “Saúde do Homem”, cuja propaganda começava com a exclamação “Velhos, ouvi!!”

A aurora da vida no ocaso da existência!!

A maravilha da velhice...,

Saúde do Homem fórmula do farmacêutico B. da Cunha, é um medicamento ideal, porque representa a poderosa associação de substâncias vegetais de grande valor no levantamento das forças orgânicas. (...) Além de um medicamento eficaz contra a impotência, cura radicalmente o nervosismo, falta de memória, terrores noturnos, insônias, anemias, falta de apetite, reurastenia, dispepsia, linfatismo, cachechia, beri-beri,

esgotamento nervoso, fraqueza cerebral, cansaços, paralisia dos nervos, etc., etc. (Estado do Pará, 05 de janeiro de 1919, p. 3).

Em 08 de janeiro de 1919, o Estado do Pará anunciava o Dermol, do laboratório do mesmo nome, prometendo cura infalível para todos os “dartros, picadas venenosas, herpes, empingens, frieiras, golpes, pancadas, escoriações, etc.” (Estado do Pará, 08/01/1919, p. 3). O mundo maravilhoso dos medicamentos que era veiculado pela imprensa diária incluía até cerveja, pois uma propaganda da Brahma, de 1919, anunciava um de seus produtos, a “Malzibier” que, como possuía fraca dosagem alcoólica era “preferida pelas senhoras e crianças. Recomendável a quem tem fraca saúde, às pessoas anêmicas e pálidas.” (O Estado do Pará, 21/03/1919, p. 3).

Os médicos que se empenhavam numa cruzada contra as práticas de cura alternativas à medicina acadêmica sabiam muito bem que essa batalha seria extremamente difícil de vencer, até porque a sua terapêutica era apenas uma dentre muitas outras que a população poderia buscar em momentos de dificuldade. Bastava folhear as páginas das gazetas diárias para se ver, em profusão, as mais mirabolantes promessas de cura que eram veiculadas nos anúncios de remédios, os quais também adotavam variados princípios terapêuticos, como percebemos nos anúncios reproduzidos nas páginas anteriores. Em um tempo em que a palavra “ciência” começava a entrar no vocabulário do dia a dia, verdadeiras panaceias eram oferecidas como solução para a cura das mais diversas e diferentes enfermidades, senão todas.

Muitas delas tinham a aprovação da própria diretoria do Serviço Sanitário do Estado. Não raro, o milagroso e o científico dividiam o mesmo espaço nas colunas dos diários, assim como eram adjetivos empregados simultaneamente para atribuir credibilidade a um único produto.

Na virada do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, remédios ditos de eficácia certa e curas fantásticas pululavam na imprensa paraense. As propagandas de curas milagrosas geralmente vinham acompanhadas do testemunho do suposto curado, com um claro objetivo de convencer o leitor da eficiência terapêutica do remédio.

Entre os anúncios publicados por O Estado do Pará e a Folha do Norte, havia vários referentes a especialidades médicas, sendo possível afirmar, a partir dessas referências, certa predominância dos médicos especialistas⁸⁹, pois os anúncios indicavam médicos ginecologistas, oftalmologistas, otorrinolaringologistas, entre outras especialidades. Como a do Dr. Firmo Cardoso Sobrinho, especialista em moléstias de crianças, especialidade também anunciada pelo Dr. Ophir Loyola. Já o Dr. Sinval Coutinho era parteiro, mesma especialidade do Dr. Rofé que informava ser ex-interno das Clínicas Obstétrica e Ginecológica da Maternidade do Rio de Janeiro (O Estado do Pará, 15/03/1919, p. 3). O Dr. Jayme Aben-Athar anunciava tratar a sífilis e outras moléstias da pele e do sangue, enquanto o Dr. Geminiano Coelho era clínico de moléstias internas (O Estado do Pará, 23/05/1921, p. 3).

O Dr. Jayme da Silva Rosado, filho de Joaquim da Silva Rosado, já citado, anunciava exames e tratamentos pelos “Raios X” e tratamento pela eletricidade, inclusive com aplicações em domicílio (O Estado do Pará, 23/05/1921, p. 3). A própria Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará anunciou, em 27 de março de 1920, através de O Estado do Pará, “uma cura importante pelos “Raios X”. O caso foi relatado numa das sessões daquela sociedade dando conta da cura por radioterapia, ocorrido em 1919, em que o “paciente saiu curado de tumefação facial e hipertrofia gangliar” (O Estado do Pará, 27/03/1920, p. 1) O Dr. Jayme Rosado também publicou resultados de tratamento por ele realizados através dos “raios X”, com fotografias do paciente e indicação do procedimento e a eficácia do tratamento (O Estado do Pará, 23/06/1921, p. 3). Interessante ressaltar que as descobertas no campo da radioterapia datam do final do século XIX⁹⁰ e, pouco tempo depois, na

⁸⁹ Pereira Neto identificou a presença, nas primeiras décadas do século XX, de três perfis médicos no Brasil, os generalistas, os especialistas e os higienistas. Segundo ele, os primeiros estavam se tornando predominantes, o que teria ficado evidenciado nas falas do Congresso dos Práticos de 1922 (PEREIRA NETO, 2001).

⁹⁰ A descoberta da rádio e da radioatividade e sua enorme gama de aplicações em medicina, ocorreu no final do século XIX, quando Crookes e Roentgen, em 1895, fizeram descrições inovadoras, o primeiro sobre os raios catódicos e o segundo descobrindo e descrevendo os raios que passaram a ter o seu nome, com propriedade para atravessar uma série de substâncias opacas. No ano seguinte, Becquerel descobriu a radioatividade do urânio, e, em 1898, o casal Curie, encontrou na pechblenda uma substância radioativa, possuindo energia e intensidade regular, descobrindo, portanto, o radium. A par dessas descobertas, outros cientistas fizeram experimentações em medicina e cirurgia, lançando novas ideias sobre a terapêutica e a propedêutica. Foi assim que, em 1897, Keummel anunciou a cura do lúpus pela radioterapia; Bergonie e Tribondesu descreveram os efeitos do Raio X sobre os órgãos genitais, destruindo as células germinativas e, tempos depois, a ação das irradiações profundas sobre os tumores e Beclar aconselhou a irradiação dos linfomas (MEIRA, 1986b, p. 175-176).

capital paraense já se utilizava a novidade científica, evidenciando-se a rapidez com que essas inovações científicas circulavam pelo planeta, e mesmo pela região amazônica, tão distante dos grandes centros e com meios limitados de comunicação. Assim, em 1916, a Santa Casa de Misericórdia do Pará inaugurou um completo gabinete de Raios X e eletricidade médica, com fins terapêuticos e de diagnósticos⁹¹ (MEIRA, 1986b). Os mesmos serviços foram logo adquiridos também pelo Hospital D. Luiz I, pertencente à Beneficente Portuguesa, inaugurados em 1917 (MEIRA, 1986B).

Se por um lado impressiona a rapidez com que essas inovações alcançavam as terras paraenses, por outro, essa mesma rapidez é motivo de preocupação, pois como se tratava de uma descoberta recente, ainda estava cercada de incertezas. O próprio memorialista Meira afirma que “muitos desses pioneiros foram vítimas da ação maléfica e destruidora do Raio X, principalmente pela falta de meios de defesa adequados”, mas também porque ainda não era possível, àquela altura, definir as dosagens mais convenientes para cada caso específico. Segundo Meira, o método de dosagem, a cromoradiometria, começou a ser testado, somente em 1902, por Guido Holzknecht (MEIRA, 1986b).

FOTOGRAFIA 09: OS PRODIGIOS DO RAIOS X

Fonte: O Estado do Pará, 23/06/1921, p. 3.

⁹¹ Os aparelhos foram adquiridos nos Estados Unidos, sob a vigilância e indicação do Dr. Jayme Rosado, comprados da "Victor X-Ray Corporation" (MEIRA, 1986b, p. 176).

Assim, os jornais mostram que, muitos médicos atuantes em Belém, usaram as páginas da imprensa para divulgarem seus feitos e, também seus formulários, sendo comum encontrarem-se, nas farmácias da capital paraense, medicamentos formulados pelos próprios esculápios. Alguns deles poderiam hoje ser considerados meros placebos, mas na época eram intensamente consumidos (MEIRA, 1986).

FOTOGRAFIA 10: ALUETINA

Fonte: Folha do Norte, 03/01/1914, p 03.

FOTOGRAFIA 11: CLÍNICA MÉDICO-CIRÚRGICA

Clinica medico-cirurgica
DO
Dr. J. A. de Magalhães
MEDICO E PARTEIRO

Molestias das senhoras

Cura sem operação e de forma efficaz os corrimientos do utero, especialmente as metrites catarrhaes e hemorrhagicas.

Injeccões. Intravenenosas de 606 e 914 para a cura da syphilis e do paludismo.

Applicações da electricidade medica e raios X para o tratamento das affecções a que são indicados tão prodigiosos agentes therapeuticos.

Verificação do diagnostico por meio dos raios X nas affecções dosapparelhoscirculatorios, respiratorio e digestivo; bem como o diagnostico das fracturas e localisação dos corpos estranhos.

Consultas: das 9 às 11 e das 3 às 5, no GABINETE PHYSIO-THERAPICO, A PRAÇA DA INDEPENDENCIA.

Chamados a qualquer hora, em sua residencia, á praça da Republica (Largo da Polvora), n. 5.
(L—terç, quint e dom.

Fonte: Folha do Norte, 02/07/1914, p 02.

/FOTOGRAFIA 12: TRATAMENTO DA SYPHILIS

DR. JAYME ABEN-ATHAR
Clinica medica, molestias do sangue e da pelle
Tratamento especifico da syphilis, da tuberculose, do paludismo e da lepra

Tratamento, pelas respectivas vaccinas, da gonorrhœa em qualquer de suas manifestações, aguda ou chronica, da *erysipela*, da *febre puerperal*, da *furunculose*, das *febres typhoide* e *paratyphoides* e da *pneimonia* e *bronco pneumonias*.

Analyses da urina, escarros, sangue, succo gastrico e liquido cephalo rachidiano. Exames de fezes. Diagnosticos bacteriologicos. Exames anotomo pathologicos.

Soro diagnostico: diagonstico da syphilis pela reacção de Wassermann e das febres typhoide e paratyphoides pela aglutinação; dosagem do indice opsonico, etc.

Consultorio e laboratório: Rua Conselheiro João Alfredo, 23, das 9 às 10 horas da manhã e das 2 às 5 da tarde.

RESIDENCIA.—Travessa Dr. Moraes (Villa BoloniaA-). Telephone, n. 388.

Fonte: Folha do Norte, 19/11/1914, p 3.

FOTOGRAFIA 13: DEPURATIVO DO SANGUE

ELIXIR DE NOGUEIRA
Cura:

Latejamento das artérias do pescoço.
Inflamações do útero.
Corrimento dos ouvidos.
Rheumatismo em geral.
Manchas da pelle.
Affecções do fígado.
Dores no peito.
Tumores nos ossos.
Cancros venereos.
Gonorrhéas.
Carbunculos.
Fistulas.
Espinhas.
Rachitismo.
Flores brancas.
Úlceras.
Tumores.
Sarnas.
Crystas.
Escrophulas.
Darthros.
Boubas.
Boubons e, finalmente, todas as moléstias provenientes do sangue.

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

Fonte: Folha do Norte, 28/07/1919, p.05.

FOTOGRAFIA 14: SALSA, CAROBA E MANACÁ

A impureza do sangue por contagio

O remedio mais seguro e verdadeiro específico

para combater radicalmente, por effeito do contagio, a syphilis primitiva, secundaria, terciaria e constitucional sob qualquer forma que se manifeste, assim como as boubas, espinhas purulentas, darthros, manchas da pelle, escrophulas e rheumatismo, por mais rebeldes que sejam, é sem contestação a

Salsa, Caroba e Manacá
—DE—
Eugenio Marques de Hollanda

Aprovado na Europa e no Rio da Prata
DEPOSITARIOS GERAES:

Araujo Freitas & Comp.
Rio de Janeiro

Marca Registrada

Cuidado com as imitações

2 pjs

Fonte: Folha do Norte, 23/07/1910 p. 03.

FOTOGRAFIA 15: FERRO NUXADO

Fonte: Folha do Norte, 30/07/1919 p.4,

FOTOGRAFIA 16: ELIXIR 914

SYPHILIS !!!

Abortos ! Chagas ! Invalidez !
Rheumatismo ! Eczemas !

UM HORROR!!!

A syphilis produz Abortos, enche o corpo de Chagas, destróe as Gerações, faz os filhos Degenerados e Paralyticos. Produz Placas, Queda do cabelo e das unhas, faz as pessoas Repugnantes! Ataca o Coração, o Baço, o Fígado, os Rins, a Boca, a Garganta, produz o Rheumatismo, Purgações dos ouvidos, Eczemas, Erupções da pelle; Feridas no corpo todo, a Cegueira, a Loucura, enfim, ataca todo o organismo. Eliminae a Syphilis de casa porque não havendo Saude não ha Alegria.

ELIXIR 914 É o melhor depurativo do sangue.
Deve ser usado em qualquer manifestação da syphilis e da Bôba.

AINDA MAIS!...

O ELIXIR 914 não é só um grande Depurativo como um energico preparado contra a Syphilis, porque contém Hermophenyl o qual destróe os microbios do sangue. É o unico sal que deve ser usado por via gastrica pela sua acção bactericida e porque não ataca o estomago nem os dentes, não produz erupções, ao contrario, sécca e faz desaparecer as feridas. Não contém arsenico nem iodureto, sendo inoffensivo ás creanças.

O que o doente sente com o uso do ELIXIR 914 :
Appetite, regularidade dos intestinos, melhorando os que soffrem de prisão de ventre. Desapparecimento de todas as manifestações syphiliticas especialmente do Rheumatismo e affecções dos Olhos; finalmente a saude em pouco tempo.

Attestados :
É o unico Depurativo que tem attestados dos Hospitales, de especialistas dos Olhos e da Dyspepsia Syphilitica.

Casamentos :
Não se casem sem primeiro tomar 6 vidros de ELIXIR 914.
É o mais barato de todos os Depurativos porque faz effeito desde o 1º vidro. Não deixe para amanhã, comece hoje mesmo a tomar o **ELIXIR 914**.
Vende-se em todo Brasil e nas Republicas do Prata.

NOTA:—Enviamos GRATIS um livrinho seientifico sobre a syphilis e doenças do sangue, a toda pessoa que o desejar. Pedidos a GALVÃO & Cia —CAIXA, 2-C—SAO PAULO.

Fonte: Folha do Norte, 02/07/1924, p.03.

Segundo Meira (1986), a arte de formular, era utilizada pelos médicos da época, principalmente, porque lhes conferia prestígio e aumentava sua clientela. Consideramos, porém, que essa prática também representava uma forma de concorrência com os pajés, pois estes prescreviam “beberagens” de acordo com o caso. Muitas vezes o paciente saía de uma dessas consultas já com a “garrafada” que deveria ser utilizada para a solução de seus problemas, fossem estes de ordem física ou psicológica, tornando esse atendimento mais interessante para muitas pessoas. Mas, eram práticas que colocavam em dúvida a credibilidade dos profissionais que as utilizavam, ainda que fossem clínicos conceituados.

O Dr. Camilo Salgado, por exemplo, possuía seu “Xarope de Óxido de Ferro” para anemia ferropiva; o “Elixir Santa Cândida” a base de pedras de humeacaá, para diabetes; o “Euforbinol” para combate a Erisipela, todos feitos em sua própria casa, com ajuda de sua esposa (MEIRA, 1986).

Dentre os medicamentos anunciados havia o “Elixir de Assacú” para lepra (MORELLI, 1991, p. 25). Este último medicamento causou intensa polêmica, em 1921, ganhando as páginas da imprensa paraense, principalmente da Folha do Norte e do Estado do Pará. A polêmica ocorreu por causa da visita a Belém do médico colombiano Mamerto Cortes, anunciando a cura da lepra pelo uso do assacú (O Estado do Pará, 01/07/1921, p.1). O anúncio foi intensamente explorado pela imprensa paraense, ganhando as páginas de O Estado do Pará, defensor do método, e da Folha do Norte, que imprimiu duras críticas ao colombiano, durante quase todo o segundo semestre do ano de 1921.

A utilização de produtos típicos da flora amazônica pelos médicos acadêmicos vinha ocorrendo em escala progressiva desde meados do século XIX⁹²,

⁹²Em 1906, o médico Lobão Junior publicou uma coletânea de artigos de jornais de vários médicos que se debruçaram sobre os estudos da flora amazônica, na virada do século XIX para o século XX. A ideia era divulgar os estudos e experiências que os médicos haviam feito nos seus consultórios sobre os efeitos terapêuticos que muitas plantas possuíam, mas que ainda pertenciam apenas ao domínio do “vulgo” – como, então, se referia ao conhecimento popular. A obra intitulada “Cavacos médicos (Clínico-Therapeuticos)” foi publicada pela “Sessão de Obras d’ A Província do Pará. Boa parte da rica flora amazônica passava para o domínio do conhecimento médico, que substituiu as denominações em vernáculo dadas pela população, por uma terminologia latina. O apelo para o uso do jargão médico provavelmente serviria para insuflar autoridade e causar admiração entre os esculápios que lessem esses trabalhos (Sobre esta questão, v. PORTER, 1997) . Mas parece que a obra de Lobão Junior teve um efeito contrário. Uma década depois, o autor expressava suas mágoas, lamentando que “os que desejam saber a nossa riquíssima flora, já não diremos a fundo, mas pelo menos pela rama, são taxados de Pajé”. Entre outras questões, tratar como pajés os profissionais que passavam anos nas universidades estudando para ter uma formação acadêmica respeitável, feria profundamente seu orgulho, amesquinha seus conhecimentos científicos, rebaixando-os ao mesmo

muitas vezes com formulário “científico”. Como era o caso do “elixir de assacú” do Dr. Camillo Salgado, revelando que, muitas vezes, as práticas utilizadas por terapêuticas alternativas e condenadas em público pelos médicos acadêmicos, eram por eles utilizadas em seus consultórios, conforme sugeriu Figueiredo (2003).

Ora, o assacú para a cura da lepra já era velho conhecido da população paraense. O próprio governador Lauro Sodré, em Mensagem de 1920, reproduziu a fala do então presidente da província do Pará, em 1848, Jerônimo Coelho, referindo à notícia da cura de um leproso pelo assacú, em Santarém (PARÁ, 1920). Vamos à Fala do presidente da província

Ainda hoje há incerteza sobre a pessoa que em Santarém curou o elefantiaco José Joaquim de Souza Gomes, que ora dizia ter sido um preso da cadeia Antônio Vieira Passos, outrora se desdizia, atribuindo a sua cura a uma índia moradora no lago grande de Vila Franca, e nessa tergiversação ainda continua, na suposição de que lhe querem arrebatam um segredo, de que ele se julga o depositário, e de que vai fazendo aplicação empírica; há mais incerteza se o dito Gomes está ou não radicalmente curado; verdade é que, tendo chegado ao último ponto da tuberculose e de pústulas, apresenta-se completamente limpo ao menos na aparência, como qualquer são.

O que parece até ao presente demonstrado é que o assacú produz um efeito pronto e infalível sobre o elefantiaco, em que logo todos os sintomas de melhora se apresentam, os tubérculos abatem e as pústulas chegam, algumas a cicatrizarem; mas, após esses rápidos melhoramentos, o mal se torna estacionário e rebelde e o paciente sofre excessivamente pelos estragos causados pela substância acre e corrosiva do assacú, que é um veneno forte, ativo e deletério. E tanto pelo meio das aplicações conhecidas, e na proporção das doses como tem sido atualmente preparadas, o assacú principia curando ou melhorando, e acaba ou estragando, ou matando; ou então, modificado por outros ingredientes para tirar-lhe a ação corrosiva, deixa de produzir efeito algum apreciável. De tudo o que fica dito, e que é o resultado da observação dos fatos, pode concluir-se, que no veneno do assacú parece residir o princípio benéfico e eficaz para a cura da lepra, mas que no modo de aplicação, na justa e precisa proporção dos seus compostos, e das competentes doses, está todo o segredo, e que esse só Deus o sabe, e que o mundo ignorará até que a Divina Providência, em bem da humanidade, faça algum dia aparecer um novo Jenner para a lepra, como outrora o produziu para a bexiga. (PARÁ, 1920, p. 50)

O episódio de Santarém, em 1848, repercutiu pelo país inteiro, pois o assacú chegou a ser analisado pela Academia Nacional de Medicina, conforme artigo publicado pelo jornal O Estado do Pará, em 1921 (O Estado do Pará, 01/07/1921, p. 1). O referido jornal reproduziu artigo que havia sido publicado pela revista Brasil Médico. Este informava que os membros da Academia Nacional de Medicina, quando ficaram sabendo da utilização do assacú, solicitaram, ao presidente da Província, amostras do medicamento. Porém, antes do presidente da Província se ocupar do assunto, o sr. Honório José dos Santos, da Província do Pará, “percebendo as grandes vantagens que o medicamento provocava nos doentes da morfeia”, remeteu para o sr. J. B. Martins, na Corte, uma grande porção daquele vegetal, “tanto em casca como já manipulado em forma de pílulas, pomada, etc., afim de ser distribuído pelos professores que quisessem fazer a aplicação”. O medicamento, ao ser aplicado no Hospital dos Lázaros do Rio de Janeiro, mostrou-se sem efeito. O artigo, da revista Brasil Médico termina com a seguinte pergunta: “Teriam sido mais felizes os novos descobridores do assacú?” (O Estado do Pará, Campanhas Dignas, 01/07/1921, p. 1).

Na mesma edição, o médico homeopata Zacheu Cordeiro, fez referência à sessão da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, que discutiu o parecer da Academia Nacional de Medicina sobre a eficácia do assacú, lembrando outro questionamento daquela agremiação, publicado no Brasil Médico: “Depois de ter tão fortemente prendido a atenção dos centros médicos nacionais, por que teria caído no esquecimento o extraordinário valor terapêutico do assacú?” (O Estado do Pará, Ainda o assacú e a homeopatia, 01/07/1921, p. 1).

Ao que tudo indica, os médicos paraenses, mas também estrangeiros, continuaram insistindo em desvendar as propriedades curativas do assacú, buscando tornarem-se o “novo Jenner⁹³ para a lepra”. O interesse é justificado, pois a lepra, conforme visto no capítulo anterior, assolava a população desse estado desde os tempos coloniais. Os jornais O Estado do Pará e a Folha do Norte dividiram-se em meio a questão, principalmente a partir da presença em Belém, do

⁹³ A referência feita pelo presidente da Província do Pará, Jerônimo Coelho, em 1848, lembra o médico inglês Edward Jenner, responsável pela descoberta da vacina anti-variólica. Um aspecto nessa comparação chama atenção, o fato do médico inglês ter encontrado uma forma eficaz de combate à varíola a partir de registros da cultura popular, pois teria desenvolvido sua teoria aproveitando a experiência dos próprios camponeses na Inglaterra que, ao ordenharem as vacas, muitas vezes contraíam a doença das mesmas, tornando-se imunes à varíola (CHALHOUN, 1996).

médico colombiano Mamerto Cortes. O Estado do Pará defendeu de todas as formas o método que ficou conhecido como “Mamerto Cortes”, criticando severamente as ações do chefe da Profilaxia Rural do Estado, o Dr. Heráclides de Sousa Araújo de combate ao método⁹⁴.

Embora possamos considerar a postura deste jornal como marcada pelo oposicionismo político ao governo do estado e à própria Intendência municipal, não podemos negar que era uma gazeta aberta a debates diversos, pois em suas páginas encontramos referências ao espiritismo, à homeopatia, etc. Por outro lado, a Folha do Norte, identificada com a situação política do estado, defendia as ações da Profilaxia Rural e, conseqüentemente, atacava o médico colombiano. Assim, folheando os dois periódicos, encontramos um rico debate que informa como se configurava a ética da classe médica paraense, em 1921, dois anos após a fundação da Faculdade de Medicina do Pará.

O que é curioso nessa questão é que o jornal O Estado do Pará, que desencadeou intensa cruzada em defesa do uso do assacú, tenha noticiado em 1920, a morte de uma pessoa pelo uso do referido produto. A falecida era “Maria Gonçalves Soares, paraense, branca, solteira, de 37 anos”. Segundo a gazeta, aquela senhora vinha sofrendo de moléstias da pele e estava se tratando com a tintura de assacú, porém, “as doses que tomou ultimamente, foram grandes, intoxicando-a, vindo por isso a falecer.” (O Estado do Pará, Intoxicação pelo assacú, 20/04/1920, p. 2). Poderia ser uma contradição, mas, na verdade, a opinião do presidente da Província, em 1848, parecia ainda ser corrente, pois a questão era definir a dosagem adequada.

Ainda no dia primeiro de julho de 1921, o Estado do Pará, em seu editorial, publicou artigo com um título curioso: “Revolta dos Leprosos”. Neste, criticava-se os defensores do Dr. Heraclides Araujo, afirmando que defendê-lo é ser “o pior dos cegos: aquele que não quer ver.” Continua dizendo que ninguém ainda no Pará atacou a Comissão de Profilaxia Rural, pois esta terra seria de morféuticos, e “não há paraense que não deseje, assim ou assado, que se extirpe do Estado, de vez e para sempre, o mal de Hansen.” Para o articulista não importava se a descoberta vinha de um curandeiro, ou do “homem tão recomendado pelo seu novo

⁹⁴ Heráclides de Sousa Araújo era médico, nascido no Paraná, designado para a chefia da Profilaxia Rural do Estado do Pará.

panegirista de homem.” (O Estado do Pará, Revolta dos Leprosos, 01/07/1921, p. 1). Ainda no referido editorial, lia-se

Por pouco que façam os médicos que se propõem sanear esta parvonia, sempre hão de fazer alguma coisa, de sorte que só tem de todos nós, brancos, pretos e mulatos, aplausos e louvores. O que, no entanto, a imprensa de Belém, exceção de uma gazeta, está atacando, não é a Comissão de Profilaxia Rural, como quer fazer crer o arguto padrinho do médico curitibano, mas os processos violentos e desumanos do sr. Heraclides, o seu ridículo, a sua exibição, a sua falta de compostura. Julgando isso aqui uma maloca de fácil conquista, cheia de idiotas (O Estado do Pará, Revolta dos Leprosos, 01/07/1921, p. 1).

Quando o articulista de O Estado do Pará afirmou que “não importaria se a descoberta viesse de um curandeiro” foi em função do questionamento que o Dr. Heraclides fez a respeito da formação em medicina do colombiano Mamerto Cortes. Quanto à sua violência, criticada pelo mesmo jornal, ela estava associada à invasão do local onde o colombiano encontrava-se hospedado para averiguar se o mesmo possuía diploma de médico. Não encontrando o diploma, o Dr. Heraclides multou o colombiano e determinou um prazo de cinco dias para que o apresentasse à Comissão de Profilaxia Rural (O Estado do Pará, 01/07/1921). A multa foi registrada na Mensagem do governador Sousa Castro, em 1921, informando que no dia 25 de junho daquele ano, o Serviço Sanitário multou em um conto de réis o sr. Mamerto Cortes, “por infração dos artigos 155 e 157 do regulamento sanitário em vigor”. Como o colombiano não recorreu da multa, nem depositou a quantia devida na delegacia fiscal, “foi encaminhado o auto de multa ao sr. Dr. Procurador Seccional deste Estado, a fim de proceder a cobrança executivamente.” (PARÁ, 1921, p. 62). A mensagem informa ainda que, a partir daquele momento, a fiscalização do exercício da medicina em Belém, seria bem mais rigorosa, ficando a cargo do Sub-Inspetor Sanitário Dr. João Pinto de Oliveira.” (PARÁ, 1921, p. 63).

Ao mesmo tempo, O Estado do Pará, procurando mostrar a eficácia do assacú, publicava notícias informando resultados positivos de pessoas tratadas por aquele medicamento. Assim, em 2 de julho de 1921, relatou o caso de Augusto Camargo, que escreveu carta ao articulista daquele jornal, pedindo que o procurasse afim de servir de “documento vivo em relação ao método Mamerto Cortes”, como

ficou conhecido o tratamento da lepra pelo assacú. O indivíduo era filho de um oficial da Armada e, quando encontrado, relatou como a doença dominou seu corpo e como o tratamento que realizava estava dando excelentes resultados, “estimando, dois ou três meses” para voltar às ruas. O articulista segue desafiando o Dr. Heraclides da Profilaxia Rural, o taxando de charlatão e finaliza afirmando: “felizmente o Pará é um Estado onde os charlatães não grelam”. (O Estado do Pará, Odisseia d’um morfético, 02/07/1921, p. 1).

No mesmo dia, O Estado do Pará publicou matéria da Folha do Norte, de 23 de maio de 1921, onde aquele periódico reconhecia a eficácia do tratamento feito pelo colombiano Mamerto Cortes. Depois de visitar vários pacientes tratados pelo método, a Folha declara que “ficou, pois constatada que a cura da lepra praticada pelo Dr. Mamerto Cortes é maravilhosa” (O Estado do Pará, A Folha do Norte e o Dr. Mamerto Cortes, 02/07/1921, p. 1).

Dias depois, a Folha do Norte se defendeu dessa possível incoerência, com o argumento de que seus enviados, que acompanharam o tratamento feito pelo colombiano, eram leigos, sem nenhum conhecimento de medicina e, então, teriam se deixado impressionar pela narrativa de Mamerto Cortes, enfatizando o fato de aquele cidadão colombiano não ter apresentado o seu diploma de médico, para assim caracterizá-lo como charlatão, concluindo que “entre homens de ciência e charlatães, preferimos a companhia dos primeiros, deixando os últimos com os seus semelhantes” (Folha do Norte, 29/07/1921, p. 1).

Nestes meses, várias vezes O Estado do Pará registrou casos de cura apresentando imagens dos doentes tratados pelo assacú, como a que vem em seguida:

FOTOGRAFIA 17: A CURA DA LEPRO

Fonte: O Estado do Pará, A cura da lepra pelo assacú, 07/07/1921, p. 1.

E o próprio Mamerto Cortes desafiou a Comissão de Profilaxia Rural, comprometendo-se a curar quantos enfermos de lepra “exigissem o Dr. Heraclides e seus companheiros” (O Estado do Pará, Reptos e Charlatães, 04/07/1921, p. 1). O objetivo, é claro, era provar a eficácia de seu tratamento, transferindo o rótulo de charlatão ao chefe da Profilaxia Rural do Estado do Pará.

A polêmica continuou e O Estado do Pará publicou, durante alguns meses, vários artigos criticando o Dr. Heraclides, nos quais, com muita criatividade e

zombaria, o jornal utilizou grande repertório de apelidos atribuídos ao médico paranaense⁹⁵.

A Folha do Norte era considerada pelo Estado do Pará como a única gazeta, entre os cinco jornais que circulavam em Belém, a defender o chefe da Profilaxia Rural (Estado do Pará, 01/07/1921, p. 1). De fato, a Folha do Norte defendia as ações do Dr. Heraclides Araújo e atacava o colombiano Mamerto Cortes, ora o chamando de “charlatão”, ora de “curandeiro”⁹⁶. Quanto ao Dr. Heraclides, aquela gazeta procurou defendê-lo, atacando os jornais que o criticavam, afirmando que eram ataques pessoais e feitos contra uma política de governo e ainda, críticas formuladas pelos mesmos jornalistas que ocupavam cargos na administração (Folha do Norte, Nota, 05/07/1921, p. 1). A Folha, também, procurou dar publicidade às ideias do Dr. Heraclides, publicando uma série de artigos seus acerca da lepra. Eram artigos extensos que procuravam informar o público leitor sobre o que era a doença, como deveria ser realizado seu tratamento e profilaxia (Folha do Norte, A Lepra: modernos estudos sobre seu tratamento e profilaxia, 04/07/1921, p. 1). Os “modernos estudos” da lepra foram publicados em várias edições, durante o mês de julho⁹⁷.

No dia 02 de agosto de 1921, o Dr. Heraclides publicou outro artigo sobre a lepra, debatendo várias tentativas de tratamento para a doença. O objetivo do artigo era entrar mais diretamente na questão do uso do assacú. Assim, o Dr. Heraclides afirma que desde que chegou ao Pará, “pesquisadores atuais afirmam que os derivados do assacú e do assacú-rana são específicos na cura da lepra”. O médico paranaense, então, afirma que não conhece esses produtos, “nem a sua ação na cura dessa dermatose”. E ainda reclama de alguns jornais paraenses que

⁹⁵O Dr. Heraclides Araújo foi apelidado por O Estado do Pará de “Conde de Cinema”, “Zarathustra de Curitiba”, “Astrólogo”, etc. Para conhecer o repertório utilizado pelo referido jornal é preciso consultar as seguintes matérias: “O Conde e o barbeiro” (02/07/1921, p. 1), “A Jettatura do Conde” (04/07/1921, p. 1), “Barão de Lavos e Conde de Cinema”, 04/07/1921, p. 1), “O Zarathustra de Curitiba” (05/07/1921, p. 1), “Clyster ainda é peixe?” (06/07/1921, p. 1), “Conde e Astrólogo” (29/07/1921, p. 1), etc.

⁹⁶A Folha do Norte publicou vários artigos referentes ao tratamento da lepra pelo assacú, em 1921, especialmente no segundo semestre daquele ano. Em relação a ação do colombiano Mamerto Cortes e sua classificação ora como “charlatão” ora como “curandeiro” é preciso consultar os seguintes artigos: “A cura da lepra pelo assacú”, Folha do Norte, 01/07/1921, p. 1; “Multas em todos”, Folha do Norte, 03/07/1921, p. 1; “Uma queixa do charlatão Mamerto”, Folha do Norte, 05/07/1921, p. 2; “O leite do assacú”, Folha do Norte, 06/07/1921, p. 1; “A queixa do charlatão”, Folha do Norte, 08/07/1921, p. 2; “O específico da lepra”, Folha do Norte, 24/07/1921, p. 1; “Ainda a polêmica sobre a cura da lepra”, Folha do Norte, 29/07/1921, p. 1; “Na ciência e na vida”, Folha do Norte, 02/08/1921, p. 1.

⁹⁷ Ver edições da Folha do Norte dos dias 09/07/1921, 14/07/1921, e 29/07/1921, sempre na primeira página do jornal.

afirmavam que ele negava a eficácia de tais medicamentos, o que não seria verdade. Mas, continua dizendo que “até hoje os interessados em verificar a sua ação curativa ainda não me facultaram conhecer nem experimentar os referidos produtos”. Diante disto, o Dr. Heraclides afirma ter mandado extrair o produto ativo daqueles vegetais, pelo químico do Serviço de Profilaxia Rural, para depois verificar, ele mesmo, “in vitro, em culturas de germes do grupo do bacilo da lepra, se eles tem ou não verdadeiramente especificidade”. Somente depois de constatada a eficácia do produto é que o Dr. Heraclides dizia poder se manifestar sobre o seu emprego no “homem leproso”. No entanto, o médico paraense conclui seu artigo afirmando que, atualmente, o “único tratamento eficaz da lepra” é feito com o óleo de Chaulmoogra (Folha do Norte, A lepra: várias tentativas de cura, 02/08/1921, p. 1).

O artigo mostra que, antes da chegada do colombiano Mamerto Cortes em Belém, o Dr. Heraclides já tinha conhecimento do tratamento pelo assacú, mas, mesmo sendo chefe do Serviço de Profilaxia Rural, responsável pelo combate às doenças que assolavam o estado do Pará, não se interessou em verificar a eficácia do assacú, além disso, procura mostrar que seus estudos iriam seguir métodos verdadeiramente científicos, colocando dúvidas sobre os métodos utilizados por aqueles que defendiam o produto. Outro aspecto importante no artigo é a informação de que ficou conhecendo o medicamento pelas afirmações de “pesquisadores atuais”. Esta informação está relacionada ao fato de que um dos defensores do medicamento era, nada mais nada menos, do que Dr. Camillo Salgado, vice-diretor da Faculdade de Medicina do Pará, um dos fundadores da Sociedade Médico-Cirúrgica, médico conceituado em toda a região.

O Dr. Camillo Salgado também utiliza as páginas da Folha do Norte para dar publicidade à eficácia do seu tratamento da lepra pelo uso do assacu-rana. A notícia veiculou no dia 24 de julho de 1921, mas fazia referência a um episódio de 1919. O referido jornal iniciava assim a matéria:

Vamos transmitir aos leitores da Folha, nas linhas seguintes, os resultados frutuosos de importantes estudos científicos que, em 1 ano e 8 meses, levaram o eminente médico paraense Dr. Camillo Salgado a conseguir a cura radical das lesões cutâneas de um doente atacado de lepra mista.” (Folha do Norte, O específico da lepra, 24/07/1921, p. 1).

O caso se passou em outubro de 1919 e envolvia uma criança de 9 anos de idade, chamada Manoel Chrispim Monteiro, residente na vila de Pinheiro. A criança teria sido examinada pelo farmacêutico Odorico Kós, que teria atestado a presença, no menino, de “grande quantidade do bacilo de Hansen”, em 07 de janeiro de 1918. O Dr. Camillo recebeu a criança para tratamento, em outubro de 1919, aplicando-lhe a tintura de assacu-rana, alternando as doses, até “chegar ao ponto em que a fixou sob a forma de hidro-alcoolato”. Segundo relato do Dr. Camillo Salgado, o menino foi curado e pretendia leva-lo ao Serviço de Profilaxia Rural para comprovar a eficácia do medicamento e, ainda, solicitar àquele serviço, “um doente para ser tratado pelo mesmo método” (Folha do Norte, O específico da lepra, 24/07/1921 p. 1).

A publicação da matéria se deu em função da polêmica acerca da eficácia do uso do assacú e do assacu-rana no tratamento da lepra, o que vinha sendo contestado pela Folha do Norte e, principalmente pela Comissão de Profilaxia Rural que, acusava os adeptos do método de charlatães. Segundo este jornal, seria desmoralizante para a recém- inaugurada Faculdade de Medicina do Pará, ter seu vice-diretor enquadrado como charlatão, daí a razão da publicação anterior e a ênfase nos critérios científicos adotados pelo “eminente Dr. Camillo Salgado” (Folha do Norte, 24/07/1921, p. 1).

A polêmica sobre a cura da lepra e a possível eficácia de seu tratamento pelo assacú, colocou em evidência algumas importantes questões relativas à ética médica, a coesão da classe médica paraense e sobre a classificação de charlatão.

É preciso destacar que, em relação à ética, apesar dos esforços dos médicos acadêmicos paraenses, no sentido de definir posturas adequadas para os membros de sua confraria, conforme declaração reproduzida anteriormente do Dr. Silva Rosado, era grande a presença nos jornais paraenses de várias panaceias, medicamentos que serviam para tudo e não curavam nada. Além da própria exposição pública dos profissionais médicos, que rivalizavam sobre terapêuticas e profilaxias mais adequadas, sem preservar o anonimato do doente, não respeitado pelos médicos científicos daquele período.

Quanto à classe médica paraense, embora não fosse ainda coesa, já demonstrava certo fortalecimento, evidente no caso do Dr. Camillo Salgado e na importância que a Sociedade Médico-Cirúrgica e a própria Faculdade de Medicina

do Pará vinham adquirindo. Haja vista que partiu da Faculdade de Medicina do Pará, através de seu corpo docente e discente, uma nota em defesa do Dr. Camillo Salgado, publicada na revista A Semana, em outubro de 1922, ainda sobre a polêmica envolvendo o tratamento da lepra e que dizia o seguinte:

Magoados com as referencias que o diretor do serviço de profilaxia Rural do Pará fez aos serviços de hygiene de Belém, envolvendo, embora de maneira vaga, nos seus conceitos depreciadores a valorosa pessoa do Dr. Salgado, os professores e alunos da Faculdade de Medicina do Pará, confundidos nos mesmos sentimentos de justiça, promoveram expressiva manifestação de desagravo àquele abalizado cirurgião, brilhante figura de nossa classe médica, que equivaliu a reafirmar, pela sua espontaneidade, quanto valle nesta terra o nome do ilustre paraense. (A SEMANA, 14/10/1922).

Esta questão também revela como determinadas práticas, tradicionalmente utilizadas pelos terapeutas populares, também foram utilizadas pelos médicos acadêmicos, pois o uso do assacú na terapia da lepra foi registrado pela primeira vez no Pará como sendo utilizado por uma índia, provavelmente numa sessão de pajelança.

Por último, a questão do charlatanismo tem outra faceta que nos parece bem interessante. Parece estar bem claro que, mesmo no discurso da imprensa, o charlatão não era exatamente aquele que exercia ilegalmente a medicina, mas aquele que, mesmo tendo diploma de médico, anunciava panaceias ou curas consideradas milagrosas, sem fundamento científico, como eram muitos dos anúncios de medicamentos que circulavam na imprensa paraense. Baseada nessa concepção é que a Folha do Norte começa classificando o colombiano Mamerto Cortes como charlatão, pois inicialmente se apresentava como médico. Quando não não apresentou seu diploma, passaram a classifica-lo como curandeiro. A Folha do Norte, por exemplo, em artigo assinado pelo padre Dubois, pergunta “é médico ou não é?” (Folha do Norte, Multas em todos, 03/07/1921, p. 1), com o objetivo de definir se o médico seria charlatão ou curandeiro.

Para o Estado do Pará pouco interessava se Cortes era médico ou não, o que precisava ser definido era se o método do colombiano curava ou não (O Estado do Pará, Cura ou não Cura, 15/06/1921, p. 1). Este jornal mostra coerência

na classificação que faz de charlatanismo, pois, como vimos antes, também classifica o Dr. Heraclides como charlatão, pois mesmo sendo médico diplomado, seu tratamento destinado aos leprosos não era considerado eficaz. Assim, com o intuito de “separar o joio do trigo”, como afirmou o Dr. J. A. de Magalhães⁹⁸(RODRIGUES, 2008), instituindo-se a figura do charlatão diplomado, entre os quais foram incluídos os homeopatas.

A institucionalização da medicina acadêmica em Belém ocorreu durante o período áureo⁹⁹ da homeopatia no Brasil (LUZ, 1996), momento em que tanto o ensino como a prática homeopáticas passavam por um processo de institucionalização. Mesmo tendo alcançado certa credibilidade, os homeopatas em Belém ainda enfrentavam muitas dificuldades. Estes tiveram, por exemplo, que criar sua própria farmácia¹⁰⁰. O Dr. Matta Bacelar¹⁰¹ criou uma farmácia homeopática porque as farmácias tradicionais de Belém estavam sendo pressionadas pelo Serviço Sanitário do estado a não comercializarem produtos homeopáticos. Em outubro de 1904, por exemplo, uma farmácia foi proibida de comercializar um produto homeopático e o farmacêutico foi multado pela ocorrência. A proibição foi amparada pelo artigo nº 264 do regulamento do Serviço Sanitário, que determinava a proibição de anúncios e venda de remédios considerados secretos. “São considerados secretos os preparados oficiais de fórmula não consignada nas farmacopeias admitidas e os não licenciados pela diretoria de Saúde pública”. O articulista da Folha do Norte que veiculou a notícia, protestou contra a proibição porque considerava que apenas os alopatas deveriam se sujeitar as determinações do regulamento, pois “todos os medicamentos homeopáticos possuem fórmulas secretas” (Folha do Norte, Saúde pública, 20/10/1904, p. 1).

⁹⁸ Médico que atuou em Belém nas primeiras décadas do século XX, sendo especialista em radiologia no Hospital D. Luiz da Beneficente Portuguesa. Defendeu tese de doutoramento em Deontologia Médica, na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1906. No final da década de 1910 foi designado Cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, deixando, portanto, a capital paraense (MEIRA, 1986b)

⁹⁹Para Luz (1996), a História da homeopatia no Brasil pode ser dividida em 6 períodos. O primeiro período seria o de implantação, que se estenderia de 1840 a 1859; o segundo período seria de expansão e resistência, de 1860 a 1882, marcado pela implementação da prática homeopática em dispensários, enfermarias e consultórios; o terceiro período seria de resistência, de 1882 a 1900, caracterizado pelo cerco encaminhado pelas instituições contra a homeopatia; o quarto período é, por ela considerado o período áureo, iniciado com a reabertura do Instituto Hahnemanniano e a seguida institucionalização do ensino e da prática homeopática (LUZ, 1996).

¹⁰⁰A farmácia homeopática mais conhecida em Belém pertencia ao médico homeopata Matta Bacelar (MEIRA, 1986b, p. 231).

¹⁰¹Não encontramos referências sobre este médico, pois os memorialistas que trataram da medicina em Belém só se preocuparam com a medicina alopática. Sobre o Dr. Matta Bacelar só foi possível encontrar a informação de que possuía uma farmácia em Belém e que era espírita (O Estado do Pará, 29/07/1921, p.1).

Os homeopatas paraenses, como estratégia de afirmação, procuraram dar publicidade as suas ideias para tornar sua prática mais conhecida. Assim, principalmente através de O Estado do Pará, publicaram diversos artigos referindo-se à homeopatia, sempre assinados pelo Dr. Zacheu Cordeiro¹⁰². Em 09 de abril de 1921 o distinto homeopata publicou artigo reproduzindo biografia do fundador da homeopatia, Samuel Hahnemann (O Estado do Pará, Samuel Hahnemann, 09/04/1921, p. 1). Em 29 de julho do mesmo ano, outro artigo seu foi publicado, destacando as principais características da homeopatia e seu desenvolvimento no Brasil (O Estado do Pará, A obra de um gênio: a homeopatia, 29/07/1921, p. 1). Em agosto, o Dr. Zacheu explicou como enquadrar a homeopatia no campo da ciência médica, sua importância e eficácia (O Estado do Pará, O papel e o lugar da homeopatia na ciência médica, 07/08/1921, p. 1).

Os homeopatas também estiveram envolvidos nos debates acerca do tratamento da lepra pelo assacú, afirmando que já utilizavam com eficácia o produto em sua terapêutica do mal de Hansen, mas reclamavam que não eram levados a sério, pois

Os médicos da escola oficial, sábios e ávidos de saber, tem o defeito de abandonar a homeopatia por um desprezo tolo que lhes merece esta escola, e negam 'a priori' o fato da cura pelos semelhantes, que homens notáveis e de fama e saber incontestes estão fartos de observar e provar, tendo aqueles a pretensão de considerar-se por uma vaidade ridícula a última palavra, a decisão suprema do saber médico (O Estado do Pará, O assacú e a homeopatia, 01/07/1921, p. 1)

Em 28 de julho de 1921, o Dr. Zacheu Cordeiro escreveu uma carta sobre este tema, direcionada ao Dr. Camillo Salgado. Nesta, o Dr. Zacheu convida o vice-diretor da Faculdade de Medicina do Pará a fazer uma visita a sua clínica para testemunhar o tratamento eficaz da lepra pelo assacú que lá se fazia. O Dr. Camillo não cedeu ao apelo, segundo o homeopata porque teria cedido a pressões de seus colegas da “escola oficial” no sentido de não solidarizar-se com um charlatão (O

¹⁰²Também não encontramos referências relativas ao Dr. Zacheu Cordeiro, somente que cursou medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que era colaborador de O Estado do Pará (O Estado do Pará, A Palavra de um Sábio, 14/08/1921, p. 1).

Estado do Pará, Carta Aberta ao Dr. Camillo Salgado, 28/07/1921, p. 1). Naquela carta, o médico homeopata afirma o seguinte;

Porque ao formar-me na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, abjurei formalmente a terapêutica, a patologia, etc., que lá aprendi, porque mestres notabilíssimos ao mundo científico, que trilham senda diversa, me esclareceram a verdade, que durante seis anos ouvi deturpada pelos professores dessa mesma faculdade.

Sou homeopata, e, se para tal, é preciso suportar o epíteto de charlatão, preferi-lo-ei mil vezes ao de cientista (O Estado do Pará, Carta aberta ao Dr. Camillo Salgado, 28/07/1921, p. 1).

É possível perceber pela fala do médico Zacheu Cordeiro, como a homeopatia se configurava também como concorrente da medicina alopática, por isso era desqualificada pelos médicos. Assim, não há registros da presença dos homeopatas na Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, nem na Faculdade de Medicina do Pará.

5.2. O Enquadramento de Farmacêuticos e Parteiras

Nas primeiras décadas do século XX ainda era difusa a delimitação do campo de saber e das práticas de cura envolvendo médicos e farmacêuticos. Em vários casos, os dois profissionais faziam consultas e diagnosticavam e o farmacêutico ainda possuía a vantagem de aviar os medicamentos, apresentando-se como forte concorrente dos médicos acadêmicos (PEREIRA NETO, 2001, p. 63). Assim, para autoridades e médicos tornava-se imperioso tentar controlar a atuação desses profissionais.

O Código Penal de 1890¹⁰³ restringia a ação dos farmacêuticos e sujeitava sua atuação à autoridade médica. Já o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, de 1920, determinava que, “excetuando-se os remédios ordinários e inofensivos”, identificados nas tabelas daquele departamento, nenhum medicamento poderia “ser vendido pelo farmacêutico sem receita de profissional

¹⁰³ O Código Penal de 1890 proibia o farmacêutico de ministrar ou vender substâncias venenosas sem autorização (Art. 159), substituir ou alterar um medicamento (Art. 160), substituir um medicamento e comprometer a saúde de outrem (Art. 160, § 1º), substituir um medicamento e levar outrem à morte (Art. 160, § 2º) e substituir um medicamento por vontade criminosa (Art. 160, § 3º). As punições variavam de privação do exercício profissional de 6 meses a tempo indeterminado, prisão de 15 dias a 2 anos, e multa (PEREIRA NETO, 2001).

competentemente habilitado”, leia-se, o médico (PEREIRA NETO, 2001, p. 64). O referido regulamento, mas, principalmente o Código Penal, reforçava assim o controle da atuação do farmacêutico, limitando sua autonomia técnica. Porém, o que pudemos observar para o caso de Belém é que uma coisa era a lei outra a sua efetivação. Ou ainda, uma coisa era o legal, outra o legítimo. Observamos assim que, na prática havia diferenças, às vezes significativas, entre o que ditava a lei e a prática cotidiana.

Segundo Pereira Neto, uma das formas encontradas pelos médicos brasileiros para manter sua hegemonia sobre os farmacêuticos, foi a limitação do currículo para a formação destes profissionais. Primeiro, estes cursos foram “aprisionados” dentro dos muros da Faculdade de medicina. Também, se o curso médico deveria contar oficialmente com 24 disciplinas ao longo de seis anos, de acordo com o Decreto Federal 11. 530 de 1915, já citado, o curso de Farmácia era composto por dez disciplinas, ao longo de três anos. Desta forma, com menor abrangência, menor seria o poder de reivindicação de uma ocupação em relação à outra. Dominando a formação, o conteúdo e também a quantidade de disciplinas que formavam a grade curricular da formação em farmácia, os médicos construíam assim instrumentos que justificavam a garantia do seu controle sobre os exames clínicos e as prescrições de medicação (PEREIRA NETO, 2001, p. 67).

Utilizando as estratégias citadas os médicos conseguiam certo domínio sobre a prática dos farmacêuticos, mas a briga dos médicos era, principalmente com os práticos de farmácia, pois os farmacêuticos possuíam formação acadêmica, sua trajetória de formação exigia recursos que determinavam sua inserção em camadas mais abastadas da sociedade.

Assim, ainda segundo Pereira Neto, o combate mais intenso dos médicos acadêmicos brasileiros era direcionado aos práticos de farmácia, porque concorriam com os médicos e os farmacêuticos, ambos com formação acadêmica, enquanto aquele, mesmo sem formação, fazia consultas e prescrevia – concorrendo com os médicos -, e aviava a receita – concorrendo com os farmacêuticos (PEREIRA NETO, 2001, p. 70).

Em Belém, encontramos registros nos jornais de que médicos possuíam farmácias. Este era o caso do Dr. Camillo Salgado. Também, muitos médicos atendiam nas próprias farmácias, indicando uma certa parceria, como fica evidente no anúncio a seguir

FOTOGRAFIA 18: PHARMACIA AVENIDA

Fonte: O Estado do Pará, 25/01/1919.

O combate mais intenso aos práticos de farmácia, em Belém, ocorreu a partir de 1902, quando um eminente médico da capital paraense, o Dr. Numa Pinto, morreu por envenenamento provocado por um prático de farmácia (A Província do Pará, Uma dolorosa desgraça, 04/04/1902, p. 1). O episódio serviu para que fosse desencadeada intensa campanha contra os práticos de farmácia, como fica evidente na matéria abaixo

D'entre as anomalias frequentes encontradas em nossa existência de povo descuidado avulta essa entidade vulgarmente conhecido pela designação de prático de farmácia. São pessoas às quais a permanência mais ou menos longa em laboratórios farmacêuticos, o convívio com boticários e clínicos durante determinado período e uma boa dose de

ousadia, animam a arvorarem-se por seu turno em farmacêuticos. A indolente tolerância atrás aludida e um exemplar de Chernoviz – quando não um simples Dujardin-Beaumetz – fazem o resto. Aos poucos meses, ei-la, a nova farmácia, que ostenta as suas lustrosas armações com severas esculturas e brilhantes vidraças, através das quais se alinham os frascos de medicamentos, os boiões das pomadas, os vidrinhos dos venenos sutis, dos corrosivos ferozes, as cristalizações dos alcaloides (A Província do Pará, Opiniões: os práticos de farmácia. 6 de abril de 1902, p.1.)

Em Belém, portanto, desde os primeiros anos do século XX, já se procurava combater a presença dos práticos de farmácia, sendo os médicos acadêmicos os principais responsáveis por esta campanha, com o intuito de eliminar mais um obstáculo no controle do monopólio da cura.

Uma outra prática envolvida no processo saúde-doença que também dificultava a conquista do monopólio por parte dos médicos, era a das parteiras, das quais falaremos a seguir.

Segundo Pereira Neto, nas primeiras décadas do século XX, a parteira era uma personagem significativa no cotidiano dos brasileiros. Eram geralmente mulheres de origem popular, com habilidades no auxílio de mulheres grávidas em trabalho de parto, habilidades essas adquiridas pela experiência (PEREIRA NETO, 2001, p. 80).

Em Belém, no início do século XX, a assistência ao parto era responsabilidade, quase total, das chamadas parteiras práticas ((MEIRA, 1986b). Não existiam maternidades e os médicos se reservavam atendimento de casos mais complexos e os partos de senhoras da elite local. O atendimento era feito em domicílio, mesmo depois de 1914, quando a Santa Casa de Misericórdia, já com seu novo hospital, como vimos no capítulo anterior, reservava leitos para atendimento a senhoras, entre as quais as parturientes.

Segundo Meira, em Belém, as parteiras superavam os médicos em clientela (MEIRA, 1986b, p. 130). Portanto, as parteiras também se tornaram potenciais concorrentes para os médicos no setor de serviços de saúde.

Assim, em 1894, o deputado e médico parteiro Dr. Firmo Braga deixou isso bem claro quando bradou da tribuna da Câmara dos Deputados estaduais contra os perigos à saúde pública representados na figura das parteiras práticas.

Pelos Anais da Câmara podemos observar que, como uma verdadeira declaração de guerra, o médico apresentou um projeto que dizia tratar de um dos capítulos mais importantes da assistência pública: a criação de uma Maternidade e de uma Creche. A justificativa do clínico para a urgência da implantação dessas instituições em Belém repousava sobre um fundo aparentemente nobre: impedir o alto índice de mortalidade de parturientes no Estado que, segundo ele mesmo, resultava da “inépcia das parteiras”, as quais, desconhecendo o que havia de “mais rudimentar no mecanismo do parto”, eram “incapazes de compreender uma rigorosa antissepsia, tão altamente proclamada de há muito pela ciência obstétrica!” (Annaes da Câmara dos Deputados do Pará: sessão ordinária da 2ª legislatura. v. 4. Pará: Imprensa Oficial, 1894. pp.182-183).

Em suas palavras, a substituição dos métodos e sujeitos tradicionais do mundo da cura por médicos especialistas e seus conhecimentos técnicos deveria marcar a política médico-sanitária do novo regime. O cuidado com essas “perigosas mulheres” deveria receber uma atenção redobrada por parte das autoridades, já que não era nenhuma novidade para os deputados ali presentes que “no seio das primeiras famílias” – leia-se, elite econômica –, “muitas vezes, neste Estado, penetram as denominadas parteiras, mulheres sem instrução, sem educação alguma, boçais e ignorantes inqualificáveis”, acrescentava o deputado. Os médicos, de acordo com o projeto em pauta, seriam os agentes que ministrariam o ensino gratuito dos princípios de anatomia e obstetrícia considerados essenciais para o conhecimento do mecanismo das funções fisiológicas, aos quais se adaptariam facilmente, “não as ditas parteiras”, cuja cultura intelectual seria nula, mas outras mulheres “de inteligência mais cultivada e de hábitos mais civilizados (Annaes da Câmara dos Deputados do Pará: sessão ordinária da 2ª legislatura. v. 4. Pará: Imprensa Oficial, 1894. pp.182-183).

Uma das estratégias utilizadas para o controle da prática obstétrica reproduziria o que foi feito em relação aos farmacêuticos, ou seja, buscar manter sob controle dos médicos o saber necessário para essa prática profissional, como preconizava o Dr. Firmo Braga.

Vale ressaltar que, como esclarece Pereira Neto, desde meados do século XIX, começaram a ser organizados no Brasil cursos para a formação de parteiras, porém esses cursos não impediram a proliferação de parteiras leigas ou práticas, passando a existir no Brasil dois tipos de parteiras: as leigas e as tituladas

(PEREIRA NETO, 2001, p. 80). Interessante destacar que desde 1832 até 1915, foram se tornando mais complexos os critérios e o acesso do estudante ao curso de parteira. Em 1915, por exemplo, os critérios para ingresso no curso de obstetrícia, como passou a ser chamado, passaram a ser os mesmos exigidos para os candidatos ao curso de farmácia, ou seja, o candidato deveria ser aprovado em português, francês, geografia, aritmética, física, química e história natural (PEREIRA NETO, 2001, p. 81). Desde que foram implantados os cursos de partos, em 1832, não se exigia dos candidatos qualquer conhecimento prévio, desprezando-se, portanto, toda e qualquer experiência que o candidato tivesse sobre partos. A estratégia dos médicos, então, parece evidente, tentar aprisionar, dentro da faculdade de medicina, o conhecimento que eles consideravam necessário e suficiente para a prática profissional, delimitando-se o campo de atuação da parteira, garantindo a autoridade médica sobre ela (PEREIRA NETO, 2001, p. 82). Também é preciso considerar que as exigências feitas para ingresso no curso de parteiras visava excluir do processo a parteira leiga que geralmente era oriunda de camadas populares, portanto, sem a instrução formal necessária para ingresso no curso, pois os médicos queriam elitizar a prática profissional, funcionando o exame de admissão como estratégia de segregação social.

Em Belém essa prática fica evidente com a fundação da Faculdade de Medicina do Pará, em 1919, a qual alojou um curso de obstetrícia, cuja admissão foi pautada nos moldes definidos anteriormente, portanto, para garantir acesso a quem possuísse um capital cultural compatível. Como vimos anteriormente, a primeira formatura na Faculdade de Medicina do Pará, foi exatamente de duas enfermeiras obstetrizas, Maria Magdalena Belo da Conceição e Angelina Rebello de Souza (FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ, Livro de Atas, 1925).

No entanto, em nossa pesquisa pudemos observar que se essas estratégias garantiam controle para os médicos sobre a ação das parteiras tituladas, não impediram a proliferação das parteiras leigas ou práticas. Assim, ao lado dos anúncios de médicos, alguns deles especialistas em ginecologia e obstetrícia, eram comuns os anúncios de parteiras, como o de Calixta Moreira¹⁰⁴, que aparecia designada como “Dr^a Calixta Moreira” (O Estado do Pará, 11/07/1921, p. 3).

¹⁰⁴ Segundo Meira (1986b), Calixta Moreira era uma das mais conhecidas parteiras da capital paraense, de enorme clientela domiciliar. A mesma dizia ter feito cursos em Paris, onde havia se

Sobre estas deveria atuar, então, a vigilância e repressão das autoridades competentes, pois havia punições definidas para aqueles que exercessem tais práticas (PEREIRA NETO, 2001, p. 83).

No entanto, não encontramos registros destas punições.

5.3. Poderosos concorrentes: espíritas e curandeiros.

Uma doutrina que se autodefinia como científica, filosófica e religiosa, começou a se propagar no Brasil, a partir de meados do século XIX: trata-se do espiritismo, doutrina de origem francesa, cujos fundamentos foram formulados por Allan Kardec (DAMÁZIO, 1994). Marcada inicialmente por disputas internas, começou a se estruturar de forma mais unificada no país a partir de 1884, com a fundação da Federação Espírita Brasileira, sob a direção do médico cearense Bezerra de Menezes e que implantou atividades de assistência médica, a “medicina mediúnica”. Entre suas iniciativas estava a criação do Serviço de Assistência aos Necessitados. Os chamados “receitistas”¹⁰⁵ trabalhavam sem receber remuneração pelo atendimento prestado. Este serviço era extensivo às várias camadas da sociedade, atendendo ricos e pobres (DAMÁZIO, 1994), instituindo-se como forte concorrente dos médicos acadêmicos. Para Damázio (1994), a medicina mediúnica, impregnada pela crença em poderes psíquicos e/ou sobrenaturais de cura, encontrou, no Brasil, ambiente propício para vicejar.

Em Belém, o espiritismo deu seus primeiros passos em 1879, com a criação do “Grupo Espírita Luz e Caridade”, mas demorou para prosperar. Em 1890 foi criado o Centro Espírita do Estado do Pará, seguido pela Sociedade Espírita Paraense e, ainda neste ano, foram fundados mais quatro centros que, porém, também não tiveram vida longa. Em 1895, mais um centro espírita foi fundado em Belém, o “Esperança”, que chegou a ter grande frequência, onde “as pessoas eram tratadas de suas enfermidades físicas e morais” (SANTANA, PONTES & BARBOSA, 2006). Mas, o grande momento na estruturação do espiritismo em Belém se deu em 1906, com a fundação da União Espírita Paraense, com o propósito de unificar o

formado em obstetrícia, talvez a razão de se anunciar como Dr^a Calixta Moreira (MEIRA, 1986b, p. 131).

¹⁰⁵ Eram chamados “receitistas” os médiuns espíritas que davam consultas aos necessitados de todas as camadas sociais, diagnosticando e prescrevendo medicações, e não cobravam pelo serviço. Havia outros médiuns, designados pela Federação Espírita Brasileira de “exploradores do espiritismo”, pois cobravam pelo atendimento prestado (DAMÁZIO, 1994).

movimento espírita no estado de acordo com os princípios da Federação Espírita Brasileira.(SANTANA, PONTES & BARBOSA, 2006). Em 1911, A União Espírita Paraense criou órgãos de assistência aos necessitados, entre os quais, postos curadores, distribuídos pela capital paraense e, em 1913, também criou um dispensário homeopático(IDEM). Portanto, os “receitistas” também atuaram em Belém, fazendo concorrência aos médicos acadêmicos, especialmente aos alopatas.

No final da década de 1910, nos jornais paraenses, há registros que mostram que os médicos espíritas estavam atuantes em Belém e que procuravam trazer mais adeptos para suas práticas.

Assim, em 11 de junho de 1919, o sr. Carlos Sousa, membro da União Espírita Paraense, escreveu uma “Carta Aberta” ao Dr. Zacheu Cordeiro, conhecido médico homeopata, publicada por O Estado do Pará, tentando convence-lo da importância das práticas espíritas. Começa o espírita afirmando que queria contar um fato, para que, “de futuro, o meu distinto patrício não ponha mais em dúvida o valor científico dos seus colegas já “mortos”. O espírita segue contando o que teria se passado durante a epidemia de gripe espanhola que havia assolado a capital paraense. Segundo ele, nesta, “o Dispensário Homeopático da União Espírita Paraense tratou para mais de 300 pessoas, não tendo morrido uma só”. Segundo o Sr.Carlos, os doentes foram receitados pelos Drs. Sabino e Salinas, que já haviam morrido (O Estado do Pará, Homeopatia e Espiritismo: carta aberta ao Dr. Zacheu Cordeiro, 11/06/1919, p. 1). E, assim conclui o citado espírita

Dirá o Dr. Que eles já morreram, Sim, “morreram”.

Mas os seus espíritos imortais, conservaram intacto o tesouro dos seus conhecimentos científicos, estão sempre prontos para fazer a caridade àqueles que não tem recursos para pagar os médicos da terra (O Estado do Pará, Homeopatia e Espiritismo: carta aberta ao Dr. Zacheu Cordeiro, 11/06/1919, p. 1).

A carta mostra bem claramente porque o espiritismo apresentava-se como concorrente no complexo mercado da cura estabelecido em Belém, nas primeiras décadas do século XX. Falava em nome de um poder sobrenatural e aplicava a caridade, buscando tratar sem cobrar.

Entre o final da década de 1910 e o início da década seguinte, o espiritismo ganhou grande publicidade em Belém em função do caso “Ana Prado”, intensamente explorado nas páginas da imprensa local.

Ana Prado era esposa de Eurípedes Prado, conceituado comerciante em Belém, que se tornara espírita convicto desde solteiro, através da leitura de várias obras doutrinárias. Depois de casado e já com filhos na adolescência, decidiu realizar experiências no lar, para obtenção de fenômenos espíritas, buscando a participação de sua esposa e de dois de seus filhos mais velhos. A esposa, convidada, sempre se escusava alegando incredulidade e outros pretextos. Eurípedes, persistente, insistia até que um dia a esposa concordou em sentar junto com o marido, em torno de pequena mesa sobre a qual ambos puseram as mãos.(FARIA, p..31-32)

Começava, então, uma série de manifestações sobrenaturais que despertaram a curiosidade da sociedade paraense, provocando intensa repercussão. As experiências foram revelando crescente progresso até que, no dia 24 de junho de 1918, foi feita comunicação com o possível espírito de João. (IDEM). Gradativamente, foram ocorrendo outros fenômenos, como o de “transporte frequente de flores”, inicialmente, uma única, crescendo o número aos poucos. Houve um dia com mais de 20. Seguiram-se “materializações” em escuridão total, registradas pelo tato; de obscuridade total “passou-se a uma luz muito tênue e de materializações de membros esparsos – um braço, mãos, etc. – ao aparecimento de vultos perfeitos e até ao reconhecimento dos mesmos por parte de parentes” (FARIA, 2002, p. 31-32).

As sessões, realizadas na residência da família Prado, iam se sucedendo e começaram a ser frequentadas por pessoas estranhas ao seu círculo familiar, atraídas por fenômenos que despertavam grande curiosidade. (FARIA, 2002). Segundo Faria, dentre os frequentadores, destacavam-se o maestro Ettore Bósio e Nogueira de Faria. Este, em seu livro “Trabalho dos Mortos” (FARIA, 2002), apresenta os assistentes das sessões.

O que há de mais elevado e culto na Capital do Pará foi atraído às sessões do Sr. Eurípedes Prado. De memória, porque apenas meia dúzia de atas foram lavradas, citaremos algumas dessas pessoas, convindo observar que não assistimos a todas as sessões.(Apud, FARIA, 2002, p. 33).

Segundo Faria, segue-se uma relação de 44 nomes constituída de ex-governadores, magistrados, médicos, advogados, engenheiros, professores, políticos, jornalistas, poetas, diplomata, dentista, farmacêuticos, promotor público, agrimensor, comerciantes, e outros, havendo predominância de médicos(IDEM).

Estes episódios também aparecem registrados em jornais paraenses.

O jornal O Estado do Pará, em 13 de junho de 1919, informa que o interesse e a expressão que os fenômenos espíritas despertavam há vários meses em Belém, “assistidos por numerosas pessoas na casa do sr. Eurípedes Prado, formaram duas correntes de opinião”.

Os críticos, segundo o jornal, respeitavam as manifestações, mas atribuíam ao “fantasma aparecido uma procedência equívoca, produto de um truque, ou de ação hipnótica” (O Estado do Pará, Os Fenômenos Espíritas, 13/06/1919, p. 1). Desafiaram então os espíritas a comprovarem a veracidade dos fenômenos, mandando construir uma gaiola, na qual a médium Ana Prado deveria fazer as materializações e demais fenômenos (O Estado do Pará, Os Fenômenos Espíritas, 13/06/1919, p. 1). No dia seguinte, a mesma gazeta publicou a fotografia da gaiola, mandada confeccionar pelo Dr. Ferreira de Lemos¹⁰⁶, conforme se verifica a seguir.

FOTOGRAFIA 19: PHENOMENOS ESPIRITAS

Fonte: O Estado do Pará, Fenômenos Espíritas, 14/06/1919, p. 1

¹⁰⁶Diógenes Ferreira de Lemos era paraense, nascido em 1888, estudou medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde ingressou em 1912, tendo concluído o curso em 1917. Optou pela oftalmologia como especialidade, atuando na Santa Casa de Misericórdia do Pará (MEIRA, 1986, p. 259).

O médico questionava, assim, as práticas espíritas usando argumentos científicos e propunha uma experiência para comprovação, ou não, da veracidade dos fenômenos relatados. Mesmo engaiolada, a médium Ana Prado, realizou as materializações de costume, na presença de várias pessoas, inclusive alguns médicos. Em sessão realizada em 2 de maio de 1921, o senhor Frederico Figner, procedente do Rio de Janeiro, teria testemunhado a materialização do espírito de sua filha, Raquel Figner, com a médium engaiolada (Estado do Pará, Os sensacionais fenômenos espíritas, 11/05/1921, p. 1). Assim, se a intenção do médico Ferreira de Lemos era desmoralizar a médium e, conseqüentemente o espiritismo, acabou produzindo efeito contrário.

Até 1921 o Estado do Pará publicou vários artigos referindo-se à ação da médium Ana Prado e procurou estabelecer um debate acerca do assunto espiritismo. Em fevereiro, por exemplo, publicou extensa entrevista com o ex-presidente da Federação Espírita Brasileira, Manoel Quintão, que falou do desenvolvimento do espiritismo no Brasil e as bases da doutrina (O Estado do Pará. Entrevista com Manoel Quintão, 24/02/1921, p. 1).

Em maio, O Estado do Pará deu destaque a uma operação cirúrgica que teria sido feita por espíritos no México, e noticiada pelo jornal “El Universal” (O Estado do Pará, Curas Mediúnicas: uma operação cirúrgica feita pelos espíritos, 09/05/1921, p. 1). Alguns dias depois, outra matéria sobre o espiritismo, desta vez tratava-se do relato feito pelo sr. Fred Figner, que tinha ido a Belém, proveniente do Rio de Janeiro, para se comunicar com uma filha já morta, por intermédio da médium Ana Prado. Figner relata duas horas e 40 minutos do que ele chama de “materialização”, com os pais revendo a filha falecida e “muitos espíritos materializados na mesma sessão” (O Estado do Pará, Curas Mediúnicas: uma operação cirúrgica feita pelos espíritos, 09/05/1921, p. 1).

Em 1921, um outro texto publicado em jornal mostra que também os redatores usavam argumentos “científicos” para questionar o espiritismo

Neste ano, comentando relatos do Dr. Matta Bacelar sobre fenômenos espíritas que teriam se manifestado em sua vivenda, em Santa Isabel¹⁰⁷, o redator questionava com base em argumentos como os acima apresentados, em artigo da gazeta.

¹⁰⁷ Cidade localizada a cerca de 50 km da capital paraense.

O Dr. Parece ter se esquecido de como a ciência age em face de um fenômeno novo, até a descoberta de sua causa.

Até reconhecer a verdadeira causa de um fenômeno, a ciência experimental isola uma por uma todas as causas possíveis de o produzir e mesmo de o alterar.

O espiritismo, ao contrário, na quase obscuridade em que se realizam suas sessões envolve-se numa atmosfera de dúvida (O Estado do Pará, O Espiritismo e a Ciência, 20/01/1921, p.1).

Além dos argumentos científicos, os jornais da época registram que outra oposição foi feita aos espíritas, com base em princípios religiosos, notadamente católicos, incorporada na pessoa do Padre Dubois que, grande e culto polemista, passou a mover duro combate aos fenômenos espíritas noticiados, procurando desacreditá-los. Em seus textos, o padre taxou os experimentadores de fraudulentos e os assistentes das sessões de papalvos, chegando, inclusive, a fundar, em Belém, um centro “anti-espírita” (O Estado do Pará. Um repto espírita, 06/02/1921, p. 1).

Vemos assim que, nestes anos, tanto com argumentos científicos como religiosos, procurava-sedesqualificar o espiritismo em terras paraenses.

Mas, o combate não se restringia ao discurso, pois havia também a utilização de um aparato repressivo ao espiritismo, fundamentado no Código Penal de 1890. Entre outras questões, o código regulamentava as práticas de cura no país, estabelecendo medidas de combate a práticas não regulamentadas. Este estabelecia prisão de um a seis meses e multa em dinheiro para os praticantes da cura pelo espiritismo. Vale destacar que, a punição era idêntica para os curandeiros e para os que exerciam a medicina sem habilitação (Art. 156, 157, 158, do Código Penal de 1890), apud Pereira Neto (2001).

Embora sujeito à mesma punição, a prática do curandeirismo, identificada em Belém principalmente com a pajelança, sofreu uma perseguição muito mais rigorosa, pois constituía-se numa prática há muito enraizada na cultura local e que, portanto, representava uma concorrência mais poderosa para os médicos acadêmicos. Nesta seção, daremos destaque à pajelança, mas trataremos de outras práticas identificadas com o exercício ilegal da medicina presentes na capital paraense e que representavam ameaças ao monopólio da cura buscado pelos médicos acadêmicos.

Em 1897, por exemplo, o jornal A Província do Pará veiculou publicidade que tratava da ação de um espanhol, chamado Saturnino Fernandes,

que faziam tratamento de várias doenças pela hidroterapia. O método aparece em duas publicações, uma do dia 24 de agosto e outra do dia 3 de setembro de 1897. A primeira, mais extensa, foi assinada pela sr^a Amélia Rodrigues, que dava testemunho de sua cura pelo método de Saturnino Fernandes. Amélia afirmava dar publicidade aos casos que ela própria vivenciou, “a bem da humanidade sofredora”, pois há mais de sete anos sofria complicações de moléstias graves. Informa que seu sofrimento tinha começado em Lisboa, em 1890, onde teria consultado “três dos melhores facultativos daquela cidade”. Depois foi para Coimbra, onde também teria procurado “os melhores facultativos”, mas não conseguia melhorar. Em 1896, Amélia afirma ter ido de Portugal para Pernambuco, onde também consultou os melhores médicos, sem resultado. Foi quando foi para Belém, tendo sua situação de saúde piorado até que chegou à cidade o sr. Saturnino Fernandes, que ela chamava de “vulgarizador da hidroterapia”. Continuando diz que no dia 27 de junho de 1897 viu seu anúncio na Província do Pará, e resolveu consultar-se com ele. Em suas palavras, Saturnino, então a examinou e afirmou que sua doença era curável, prometendo a cura em pouco tempo de tratamento. Ela o questionou dizendo que sempre se tratou com os melhores médicos, mas nunca havia conseguido melhorar, ao que Saturnino respondeu dizendo; “mas a sr^a nunca se tratou por esse método, pois que esse sistema está muito além da medicina alopática” (A Província do Pará. Importantíssima cura pela hidroterapia, 24/08/1897, p. 1). Amélia teria aceitado se tratar pelo método, que consistia em

Simples aplicação de água fria externamente e uma alimentação simples, sem excitantes e de base vegetariana. Logo nos primeiros dias conheci grandes melhoras, pois todas as dores desapareceram; no fim de 15 dias a inflamação do fígado desapareceu por completo, o catarro da bexiga, depois disto, foi diminuindo e hoje, graças ao Ilmo sr. Saturnino, acho-me radicalmente curada; passo a dizer assim porque me acho melhor do que nunca. Reconheço que o meu mal foi tirado pela raiz. Hoje apetece-me viver, o que já faz anos que me aborrecia. (A Província do Pará, Importantíssima cura pela hidroterapia, 24/08/1897, p. 1).

Em 3 de setembro, a matéria de propaganda é assinada por José Gomes, porém com o intuito de testemunhar a cura de sua esposa pelo mesmo método, em tom de agradecimento ao espanhol Saturnino Fernandes. Ao concluir o

agradecimento, José Gomes diz: “oxalá todos o saibam aproveitar. Não podendo ser mais extenso, fico em minha residência, à espera de quem precise de mais amplas informações” (A Província do Pará, Hidroterapia, 03/09/1897, p. 1).

Pudemos acompanhar o andamento deste caso por documentação do Tribunal de Justiça do Pará, pois o caso foi parar na polícia e Saturnino processado por exercício ilegal da medicina. O promotor, responsável pelo caso, cita as propagandas publicadas no jornal como provas da prática de “curandeirismo” por parte do espanhol e os envolvidos foram convocados para depor. Nos interrogatórios fica evidente que as autoridades estavam interessadas, especialmente, em obter duas informações: se o tratamento era pago e se o espanhol receitava algum tipo de medicamento ou “beberagem”¹⁰⁸. Os depoentes, que pareciam devidamente instruídos quanto às implicações do caso, negaram qualquer pagamento e também declaram que o espanhol não havia receitado qualquer medicamento (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 2º Distrito da Capital, Diversos, fls. 3-13). Este, ao depor, ratifica as afirmações anteriores e declara que seu método

Consistia em banhos de água fria, aplicada externamente, além de uma dieta natural de base vegetariana. Que não dá receita alguma para ser aviada e para beber somente água, quando o doente tiver sede, que não dá beberagem alguma para seus doentes. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 2º Distrito da Capital, Diversos, fl. 3-13).

O processo informa que Saturnino não foi condenado, talvez porque havia afirmado em seu depoimento que havia curado muitas pessoas, entre as quais mencionava autoridades como, por exemplo, a sobrinha do Subprefeito do 4º Distrito, o major Nunes.

Também, pelo levantamento dos jornais ficamos sabendo que seu método de cura continuou sendo aplicado em Belém, resistindo por um longo período, pois, no dia 10 de julho de 1921, a Folha do Norte publica anúncio de um “Dr. Saturnino Fernandes”, indicando que era o único a tratar sem “empregar venenos” e que

¹⁰⁸ As autoridades procuravam enquadrar Saturnino por exercício ilegal da medicina, mas, especialmente através do artigo 158 do Código Penal, que condenava de seis meses até um ano de prisão quem “ministrasse ou prescrevesse substância de qualquer dos reinos da natureza”. Se a prescrição resultasse em morte do paciente, o curandeiro poderia pegar até 24 anos de prisão (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 2º Distrito da Capital, Diversos, fl. 3-13).

curava todas as doenças. Assim, dizia o anúncio, “quando vosso médico vos enganar, ou vos mandar para a Europa, lembrai-vos que ainda tendes este recurso, o mais seguro e mais barato” (Folha do Norte. Tratamento pela água, 10/07/1921, p. 2). O anúncio indicava, inclusive, endereço do consultório e telefone.

Percebemos, então que, apesar da lei, curadores como Saturnino Fernandes atuavam abertamente em Belém, representando uma concorrência muito difícil de ser superada pelos médicos acadêmicos, pois se apresentava como solução para todas as doenças de forma bem mais simples e, também, mais barata. Ainda mais numa cidade onde pululava o maravilhoso ou o milagroso a guiar o universo da cura.

Entre setembro e outubro de 1898, o jornal A Província do Pará noticiou outro caso que mostra a atuação das autoridades no combate a outras práticas de cura. Tratava-se da morte por envenenamento do major reformado do Regimento Estadual, morador da vila de Mosqueiro, Geraldo Cardoso (A Província do Pará. Major: suspeitas de assassinato, 18/09/1898, p. 1). A autoria do “crime” foi atribuída pelo Serviço Sanitário do Estado ao pajé Elias, que era morador da mesma vila. A morte do major, segundo A Província, seria responsabilidade de Elias, pois teria sido provocada por um vomitório baseado em casca de cedro indicado pelo pajé ao militar falecido. O jornal informa ainda que, na casa do pajé Elias, foram encontradas as receitas passadas pelo pajé (Idem, ibidem) .

Segundo a notícia, Elias teria indicado ao major “banhos de ervas, purgante de caferana da mata, banana santomé, folha de jenipapo, casca de cedro e outros produtos”. E, como o major passou mal ao ingerir o chá de casca de cedro, havia procurado atendimento médico, tendo sido atendido pelo Dr. Cícero Pena, que lhe receitou clisteres, óleo de rícino e mamona. No entanto, o major acabou falecendo e o pajé Elias acabou sendo responsabilizado pelo fato.

Pelo jornal ficamos sabendo que o Serviço Sanitário do Estado se empenhou no sentido de caracterizar que a causa da morte foi a ingestão do vomitório receitado pelo pajé. O próprio químico do Serviço Sanitário, Paul Bohain, levou semanas estudando as vísceras do major falecido, para concluir que a morte teria sido provocada por um certo alcaloide, proveniente da casca do cedro, mas ainda desconhecido do mundo científico (A Província do Pará. Major: suspeitas de assassinato, 18/09/1898, p. 1).

Não foi possível esclarecer o desfecho da história, especialmente o que aconteceu com o pajé Elias, mas o episódio mostra a maneira como as autoridades sanitárias reagiam à atuação de praticos de cura em Belém.

Mas, também encontramos registro de que, neste período, as autoridades locais deram tratamento diferenciado a determinados curadores, como o professor Faustino. Este chegou a Belém, em novembro de 1904 e teve sua permanência na cidade intensamente noticiada pela imprensa local, especialmente pela Folha do Norte.

Diferentemente de Saturnino e outros indivíduos classificados como curandeiros na capital paraense, Faustino era visto como uma verdadeira celebridade. A Folha do Norte anunciava que ele teria promovido maravilhosas curas por onde havia passado, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Seu método de cura consistia na simples imposição das mãos, e, desta forma, teria restituído a saúde de milhares de infelizes. O professor, pelo que informava aquela gazeta, trabalhava “sem o auxílio de drogas ou instrumentos cirúrgicos, mas apenas com a imposição misteriosa da falange das mãos”.(FOLHA DO NORTE, No domínio do maravilhoso: o professor Faustino, a cura pela imposição das mãos, 13/11/1904, p. 1).

A Folha ainda afirmava que provas da eficácia de sua terapêutica poderiam ser facilmente buscadas nas colunas dos diários nacionais e que, em Belém, num único dia havia consultado 300 pessoas, tal era a procura pelo curador, chegando a atender, inclusive, o Secretário do Interior e Justiça do Estado, o Dr. Genuino Amazonas.

O professor não definia valores para suas consultas, mas não recusava recompensa de quem pudesse pagar. Neste caso, diferentemente da ação punitivas aos demais curadores, as autoridades policiais se fizeram presentes, mas para dar condições de trabalho ao professor Faustino.(Idem, ibidem) Curiosamente foram designados para garantir o bom andamento das consultas, vários agentes de segurança, que estavam sob o comando do subprefeito José Dório Gondim, nada mais nada menos que o responsável pela prisão de vários curandeiros em Belém (FOLHA DO NORTE, No domínio do maravilhoso: o professor Faustino, a cura pela imposição das mãos, 13/11/1904, p. 1). O inusitado pode ser explicado pela enorme popularidade do professor Faustino, mas também porque, no dia anterior, o referido curador havia estado na casa do chefe da segurança do estado para curar seu pai

(FOLHA DO NORTE, No domínio do maravilhoso: o professor Faustino, a cura pela imposição das mãos, 13/11/1904, p. 1).

Como, então, secomportaram os médicos acadêmicos diante do episódio? Há registros nos jornais de que vários deles protestaram, procurando mostrar à sociedade que se tratava de um embuste e também, chamavam atenção das autoridades para a devida aplicação do Código Penal.

Vários artigos de médicos que visavam desqualificar as curas feitas por Faustino começaram a ser veiculados na imprensa. Um deles foi assinado pelo doutor João Batista, que dizia que as curas milagrosas realizadas pelo curador, além de não terem nada de milagroso, não resistiam às “análises científicas”. Para o clínico, aquele que dizia ter sido supostamente curado por Faustino, agia sob a convicção do “iluminado” ou de má fé, sendo “digno de ser hospede de algum hospício de alienados” e que, “em país civilizado, estaria sob as vistas da polícia”. Na curta temporada que fez em Belém, o professor Faustino atraiu vasta clientela e notoriedade, pois muitas pessoas que o procuraram ficaram satisfeitas com o tratamento, o que contribuía para desqualificar a medicina acadêmica, conferindo credibilidade às práticas alternativas de cura. O curandeiro, como já foi dito, passou pela capital paraense sem ser incomodado pelas autoridades policiais. (FOLHA DO NORTE, “Exploração com a credence popular”. 12 de dezembro de 1904, p.1).

Além dos casos citados, a imprensa diária de Belém registrou diversos casos de indivíduos que exerciam a pajelança ou o curandeirismo, confirmando que a legislação não havia conseguido barrar sua presença no cotidiano da cura. O que os jornais mostram é que uma enorme procura, mas também prisões emultas fizeram parte do dia a dia dos praticantes da medicina popular.

No entanto, a partir da década de 1910, no Pará essas ações policiais cotidianas vividas pelos pajés desde o século anterior ganharam maior amplitude (FIGUEIREDO, 2006b). A reforma do Serviço Sanitário, realizada em 1914, como vimos no capítulo anterior e que procurou adequar o código sanitário do Estado à legislação nacional, foi um dos sinais mais evidentes de que se fechava o cerco a tudo que se considerasse como prática ilegal da medicina.

O novo Regulamento do Serviço Sanitário do Estado¹⁰⁹ reafirmava que só era permitido o exercício da arte de curar, em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas, às pessoas que se mostrassem habilitadas por títulos conferidos pelas faculdades de medicina nacionais, ou que fossem graduadas por faculdades estrangeiras oficialmente reconhecidas e que passasse por um processo de habilitação nas instituições nacionais. Além destes, também se permitia às pessoas que tivessem sido professores de escolas ou universidades estrangeiras de medicina, ou que tivessem produzido obras importantes na área médica, desde que requisitassem licença à Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Pelo código, esta regra se aplicaria, também, às profissões de farmacêutico, dentista e parteira. O exercício dessas profissões por pessoas sem título legal as sujeitava às penas constantes no artigo 156 do código penal, como vimos no início dessa seção.

Ainda assim, a prática da pajelança, como alternativa à medicina acadêmica continuou a ser exercida em Belém e noticiada pela imprensa local.

Como vimos, em 1919, os jornais paraenses noticiaram em várias edições, a fundação da Faculdade de Medicina do Pará. Mas, ao lado das notas relativas àquela instituição de ensino, encontramos várias notícias dando conta da presença, na capital paraense, de uma prática há muito conhecida, a pajelança.

Assim, em janeiro de 1919, o jornal O Estado do Pará destaca “uma sessão interrompida” no bairro da Pedreira, em Belém. Nesta, atuava um pajé conhecido como “Dr. Satyro”. O jornal, assim se expressava:

Há tempos o subprefeito do Umarizal, capitão Homero da Fonseca, teve denúncia de que em uma barraca sita em uma das ruas do bairro da Pedreira, o indivíduo conhecido por “Dr. Satyro”, pajé de profissão, realizava, tarde da noite, sessões, no decorrer das quais dava aos seus clientes beberagens com o fim de curá-los de males externos e internos (O Estado do Pará, Pajelança na Pedreira, 29/01/1919, p. 4)

O jornal afirmava que “os incautos acreditavam nas curas milagrosas do embusteiro”, que se aproveitava para subtrair, em seu proveito, “os seus parcos

¹⁰⁹ Para a nova legislação sobre o exercício da medicina e outras práticas envolvidas no processo saúde-doença: Regulamento dos Serviços Sanitários a cargo do Estado. Belém-Pará: Offina Graphica do Instituto Lauro Sodré, 1923, pp. 45-6. 148 Idem, pp. 47-8.

nicolaus”. Também teriam sido encontrados na residência do pajé, vários “apetrechos médicos”, além de maracás e tangas. O pajé e seus clientes foram levados ao xadrez, mas o “Dr. Satyro”, pagou multa e foi logo posto em liberdade.

Dois dias antes, a Folha do Norte noticiava outro caso de pajelança. As sessões de pajelança ocorriam no bairro do Telégrafo, sob a “invocação sacrilégica de Santa Bárbara”. (Folha do Norte, Pajelança, em nome de Santa Bárbara: um alfaiate que estica, 27/01/1919, p. 3).

O jornal faz uma descrição do ritual que começava com “uma ladainha macabra a Santa Bárbara, cuja imagem estava em um altar, cercada de velas ardentes”. Todo o ritual era conduzido por uma mulher, que a Folha classificava como “chefe dos pajés”. Esta iniciava os “trabalhos” cantando e dançando, “chacoalhando um maracá e invocando em nome de Santa Bárbara, os principais caruanas, os caruanas turunas”. Com a presença dos caruanas eram dadas as consultas a uma assistência considerada numerosa, que seria composta, ainda segundo aquele jornal, “de gente simples”, principalmente, mas, também, de “pessoas de pouco mais ou menos”. A polícia fez um cerco “a casa de Santa Bárbara, levando até esta, ao que parece, de embrulho”, para a delegacia. Porém, segundo o jornal, quando as autoridades pensavam que aquele “centro” havia desaparecido, na verdade havia se transferido para a Pedreira (Idem, ibidem).

Ainda em janeiro de 1919, foi noticiada outra ocorrência que, segundo a Folha do Norte havia exigido a intervenção do subprefeito do Umarizal, Homero da Fonseca, que recebeu denúncia da realização de sessões de pajelança à travessa Marquês de Herval, na residência de Antônio Góes. O subprefeito designou o agente Albino de Castro, acompanhado de três praças para averiguar o fato. A batida policial ocorreu exatamente na hora em que ocorria a sessão de pajelança, tendo as autoridades presenciado “defumações de penas de arara, pés de galinha e outras bruxarias”. Antônio Góes, que era conhecida como “perigosa maga”, foi presa, junto com os assistentes da sessão (Folha do Norte. A pajelança em Belém: uma sessão que termina na polícia, 31/01/1919, p. 3).

Neste momento as autoridades pareciam estar “vacinadas” quando se tratava de curandeirismo, pois havia grande pressão de determinados setores da sociedade belenense, e de instituições, como a Igreja Católica e os próprios esculápios. Foi então desencadeado um grande cerco contra os curandeiros, com

punições variadas, que iam desde prisões a multas, mas, ainda assim, as ocorrências eram frequentes.

Talvez por isso tenham tratado com tolerância zero o caso de um cearense que chegou em Belém em abril de 1919, proveniente de Manaus. Era Antônio Alves Sobral, que é caracterizado pela Folha do Norte como “contista do vigário moderno”, havia sido seringueiro e teria ficado famoso no Amazonas, segundo a própria imprensa daquele estado. A Folha chega, inclusive, a publicar uma foto, para mostrar como era seu consultório em Manaus. Nesta, percebe-se a presença de um grande número de pessoas, esperando para serem consultadas. (Folha do Norte. Um contista de vigário moderno, 22/04/1919, p. 1).

Os jornais amazonenses, segundo a Folha do Norte, afirmaram que “muitas pessoas altamente educadas o procuravam” e que o dito homem não cobrava pelas consultas, mas aceitava o que lhe dessem para sua manutenção. O jornalista da Folha do Norte, porém, ordena que a polícia “deve tomar medidas de evitar explorações por parte de quem quer que seja, pois que a credence popular toca por vezes a raia do absurdo”. Antes que o cearense montasse consultório em Belém, o subprefeito Luiz Couto, atendendo ao apelo do jornalista da folha, levou o caso ao desembargador Napoleão de Oliveira, que interrogou aquele homem e o convidou a se retirar do estado do Pará e, segundo o jornal, a ordem foi acatada (Idem , ibidem).

Se compararmos o tratamento dado ao cearense Antônio Sobral com o que foi dispensado ao professor Faustino pelas autoridades e pela própria imprensa, percebemos diferenças significativas. A distância temporal entre os dois casos foi de apenas 15 anos, mas enquanto o professor Faustino foi galanteado pela Folha do Norte, apresentado como celebridade, o analfabeto seringueiro cearense foi logo taxado de “contista do vigário”, sem que ao mesmo fosse dada oportunidade de mostrar seus “dons”. Ao professor Faustino atribuiu-se várias curas noticiadas pela imprensa de outros estados. De nada serviram as publicações de jornais amazonenses em defesa de Antônio Sobral. Antes que montasse consultório, o cearense foi logo recolhido pelas autoridades policiais e levado à presença de uma autoridade judiciária, enquanto ao professor Faustino a polícia dava proteção e zelava pelo bom andamento de seus “trabalhos”.

Uma possível explicação pela este tratamento diferenciado é que, em 1904, a visita do professor Faustino coincidiu com os acontecimentos da Revolta da

Vacina no Rio de Janeiro, acontecimento que envolveu diretamente um político importante do estado do Pará, o então senador Lauro Sodré, protegido do jornal *Folha do Norte*, que sempre defendeu suas ideias e que, naquele momento, procurava desviar a atenção da opinião pública local dos acontecimentos do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que outro jornal, *A Província do Pará* destacava negativamente a participação de Lauro Sodré nos acontecimentos cariocas. Mais um episódio envolvendo “lauristas” e “lemistas”.

Essa pode ser uma explicação, mas, também, é possível que a imprensa e as autoridades, tenham se tornado, nestes 15 anos, mais intolerantes em relação à presença de curadores populares em Belém.

Outra explicação pode ter sido, para o caso do cearense, sua condição humilde, tendo sido apresentado como sem instrução formal, contrastando com o outro que, inclusive, era chamado de professor.

Porém, o que nos interessa é mostrar como, a partir do final da década de 1910, o combate ao curandeirismo tornara-se mais intenso em Belém.

Com o decorrer do tempo, à medida que a medicina oficial organizava-se, essas diversas formas de intervir no universo da cura passaram a ser cada vez mais combatidas pelas autoridades públicas. Sob a alcunha de “charlatões”, os mais diferentes sujeitos e suas artes de curar começaram a ser incluídos entre aqueles que exerciam ilegalmente a medicina. Curandeiros, parteiras, espíritas, homeopatas e práticos de farmácia foram, entre muitas outras, algumas das categorias que passaram a ser vistas como fortes concorrentes da medicina oficial, sendo os alvos preferidos dos esculápios que pretendiam ter o monopólio da cura. Uma relação tensa e cheia de conflito, mas também de alianças e trocas simbólicas, desenvolveu-se entre as diferentes medicinas de então. A República, em seu primeiro Código Penal (1890), procurou introduzir artigos que visavam regular a prática ilegal da medicina, a prática da magia e do espiritismo e proibir o curandeirismo (FIGUEIREDO, 2003). O enquadramento da atividade desses sujeitos como exercício ilegal da medicina seria ratificado pela legislação de muitos Estados da Federação, sendo que nem todos seguiriam à risca a perspectiva nacional, como foi o caso do Rio Grande do Sul (WEBER, 1999). Perseguidas ou não, o fato é que as práticas de cura alternativa à medicina oficial não deixaram de existir e ter muitos adeptos.

No entanto, embora o cerco tenha se fechado contra os curandeiros na cidade, as notícias dos jornais mostram que, em Belém do Pará, as práticas populares de cura não desapareceram, nem tampouco os esculápios triunfaram. Pois, pelo que vimos nas páginas anteriores, os pajés eram presos, pagavam multa e, em seguida, eram libertados, reabrindo seu atendimento em outro bairro, dando consultas e tratando muitas pessoas.

No entanto, esse lado da história não aparece nas versões elaboradas pelos próprios esculápios, que construíram uma história esquemática, onde os médicos desde o começo superaram os obstáculos terapêuticos, adotando de uma vez só os mesmos procedimentos científicos trazidos pelo evoluir de uma medicina homogênea; onde não há desavença entre os esculápios, que são exemplos de conduta ética e profissional, parece ser o que os doures queriam realmente ver em seu passado. Entretanto, não faltaram conflitos no interior de sua corporação. O esforço para apagar tudo isso foi considerável. Entre ajustes e reajustes, os médicos também decidiram o que não deveria aparecer no passado de sua profissão, ou se aparecesse, seria de forma insignificante, quase sem importância. Afinal de contas, a história da medicina pertenceria apenas aos doutores. Com isso, toda e qualquer prática de cura que não estivesse de acordo com seus cânones científicos deveria ser deslocada para um passado cada vez mais remoto. Todavia, como ficou evidente, as práticas de cura populares continuavam fazendo parte do cotidiano da sociedade paraense, e sua aceitação não se restringia às classe pobres e iletradas, ou produto da ignorância, como queriam alguns doutores, mas estavam enraizadas em todos os setores sociais, levando sua terapêutica até mesmo às ricas senhoras e aos distintos cavalheiros do Pará dos tempos da borracha. E mesmo os doutores adotavam princípios terapêuticos muito diversos, além de não obedecerem a um padrão de comportamento homogêneo, agindo de acordo com a situação ou as circunstâncias em que se encontravam, não obstante, cometendo seus erros também. Entre outras coisas, o que os médicos da Sociedade Médico- Cirúrgica procuraram fazer quando começaram a criar regras de conduta para sua profissão, foi restringir os temas e problemas relacionados à sua ciência à sua categoria profissional, mesmo quando isso envolvia a vida de terceiros – lição que os novos clínicos formados por eles aprenderiam sem questionar, como vimos no capítulo anterior.

Vemos assim que, ao mesmo tempo em que os médicos acadêmicos conseguiram se fortalecer enquanto grupo, criando suas instituições, difundindo suas ideias, procurando desqualificar as práticas alternativas de cura, legalizando sua atividade profissional e pressionando as autoridades competentes no sentido da perseguição àqueles que exerciam ilegalmente as práticas de cura, não conseguiram conquistar o monopólio da cura, como pretendiam, pois uma coisa era legalizar e institucionalizar o exercício da medicina, outra coisa era legitimá-la como única prática de cura junto à população.

Legitimar a medicina acadêmica como a única verdadeiramente eficaz na cura, não podia mesmo ser tão simples num momento ainda marcado por incertezas no campo da ciência médica, mas, principalmente, pelo fato da medicina ter que enfrentar concorrentes há muito enraizados na cultura da sociedade local.

6 Considerações Finais

A partir do que buscou problematizar em torno da construção de uma nova identidade da classe médica no Pará, esse estudo procurou demonstrar que os médicos acadêmicos foram se organizando, em busca de uma identidade de grupo, buscando superar suas vicissitudes e divergências, num processo que levaria à definição de uma ética médica na região a partir da criação da Sociedade Médico-Farmacêutica e da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, demarcando-se essa construção entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, com a fundação da Faculdade de Medicina do Pará e o consequente estabelecimento de parâmetros específicos de um grupo profissional. A investigação suscitada no contexto social e histórico e no locus de observação delimitado na tese permitiu algumas considerações aos resultados que a tese objetivou demonstrar.

O processo histórico que resultou na institucionalização da medicina acadêmica em Belém envolveu diversos sujeitos sociais que atuavam no complexo universo da cura na capital paraense, no contexto que a cidade de Belém passava por um conjunto de mudanças em sua estrutura, resultantes da riqueza gerada pela economia da borracha na Amazônia. As principais cidades da região, Belém e Manaus, experimentaram um período de prosperidade, marcado pela realização de grandes obras que embelezaram as duas cidades, em torno do qual o discurso corrente na região incidia na modernização e civilização dos trópicos.

Os médicos acadêmicos, reivindicando para si o status de científicos, procuravam impor seus conhecimentos sobre outros práticos, os farmacêuticos, que também atuavam no mesmo campo, alguns deles possuindo títulos acadêmicos. Outros que, mesmo longe das academias, se rotulavam científicos, eram os pajés, bem mais enraizados na cultura local, portanto, oferecendo maior resistência às investidas dos médicos acadêmicos. Os esculápios paraenses, longe ainda de conquistarem a hegemonia neste complexo universo da cura, tinham sua prática frequentemente contestada pelos seus clientes.

Ao afirmarem que possuíam um conhecimento científico, inatingível por um leigo, os médicos acadêmicos procuravam desqualificar os práticos sem formação acadêmica que atuavam no universo da cura, procurando combater os seus principais concorrentes, os terapeutas populares. Quando se consideraram portadores de um conhecimento resultante de um currículo padronizado, marcado por um longo treinamento, com várias etapas e exigências, estavam delimitando o

campo de atuação, por exemplo, dos farmacêuticos que, mesmo possuindo formação acadêmica, não alcançavam as várias etapas da formação em medicina. Assim, procuravam afastar mais um concorrente no sentido da conquista do monopólio do mercado de trabalho.

Antes de enfrentarem seus inimigos externos, os médicos paraenses precisavam debelar inimigos internos, pois havia divergências no seio mesmo da classe médica local. Divergências de cunho propriamente políticas, como aquela envolvendo “lauristas” e “lemistas”; divergências puramente científicas, envolvendo a etiologia das doenças, profilaxias e terapêuticas mais adequadas, etc. Não raro essas divergências eram estampadas nas páginas dos jornais locais.

No que concerne ao processo de afirmação da identidade médica no Pará estudo em tela apontou inicialmente à ocupação de espaços nos órgãos públicos, em todas as esferas de poder, não necessariamente voltados à saúde pública, mas em torno dela; a intervenção nas questões relativas aos esforços no sentido de sanear o espaço urbano da capital paraense. Nesse particular, a despeito do reconhecimento de algumas fórmulas positivamente consagradas pelos modelos republicanos abordados pela historiografia, a intensa atuação no combate às constantes epidemias que afetavam Belém constituiu outra forma de afirmação da identidade médica e, nesse processo, os jornais locais faziam referência à atuação dos esculápios nas campanhas de combate às mesmas.

O arsenal médico-científico utilizado pela atuação dos médicos nas campanhas de combate às epidemias em Belém evidenciou a intenção política de reordenar o espaço urbano de acordo com as teorias e concepções em voga no cenário nacional e internacional, recorrentemente não consensuais, dividindo a comunidade científica nos episódios epidêmicos verificados. O combate às epidemias que assolavam a região, dificultando o pleno funcionamento da economia da borracha e afastando de seus portos os trabalhadores estrangeiros, levou os poderes constituídos a criarem, durante o século XIX, um aparato legal para regular os serviços sanitários, assim como um conjunto de instituições. Esses centros passaram a ditar os rumos da saúde pública.

Em que pese a comunidade médica parecer não chegar a um consenso acerca das medidas profiláticas necessárias, percebeu-se que, inicialmente, não estavam muito descoladas as práticas da medicina oficial em relação aos métodos da medicina popular, mas que, na primeira década do século XX, os estudos

científicos avançaram no sentido de conferir maior credibilidade aos doutores. Depreende-se disso que, no Pará, a política era marcada pela presença influente de médicos na ocupação de espaços públicos e institucionais.

Nesse campo, a ideologia da higiene ganhou destaque, definindo boa parte das políticas públicas assentadas em concepções médicas que orientavam a reorganização do espaço urbano. Entre os defensores das políticas higienizadoras pontuavam influentes médicos, que alcançaram grande projeção política, patenteando-se em especial a confiança no saber técnico por parte do Estado, não necessariamente em acordo à confiança popular nesse saber que, em momentos agudos de epidemias na cidade de Belém, recorria aos terapeutas populares, às associações de caridades e às instituições beneficentes existentes.

Se havia dissenso entre os esculápios, se o conflito interno foi evidente, grande margem de consenso também foi verificada na leitura da documentação disponibilizada a este estudo. Quando a questão foi definir ou reforçar os limites do conhecimento e atuação dos farmacêuticos, por exemplo, as vozes não divergiam, a supremacia do médico no ato clínico foi reforçada. Quando a questão era desqualificar a prática dos curandeiros, espíritas e charlatães e, ao mesmo tempo, reivindicar uma ação coercitiva sobre essas práticas, também não houve divergência. Porém, o consenso somente foi alcançado quando os esculápios buscaram se organizar em grupo.

A Sociedade Médico-Farmacêutica foi constituída em 1897 como primeiro ensaio nesse sentido, mas a divergência com os farmacêuticos e práticos de farmácia, inviabilizou a manutenção dessa associação. Em 1914, com um grupo mais coeso, marcado pelo fortalecimento dos cirurgiões, constituiu-se uma nova associação, a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, compromissada com a definição de uma identidade médica no Pará.

Na trajetória de definição de uma identidade de grupo, o estudo demonstrou que as supracitadas entidades corporativas assumiram importante papel no processo de institucionalização e fortalecimento da medicina acadêmica no Pará, em especial a Sociedade Médico-Cirúrgica e a Faculdade de Medicina. Erigindo-se como uma espécie de tribunal nas questões relativas à profissionalização médica, os doutores da Sociedade Médico-Cirúrgica tomaram para si a tarefa de estabelecer códigos morais e éticos e normatizar a conduta dos profissionais médicos paraenses.

A Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará contribuiu para dar coesão aos esculápios paraenses no sentido da construção de uma identidade profissional, mas era preciso também confirmar o status de ciência da prática médica, reforçar o caráter acadêmico, acessível apenas a um pequeno grupo, distinto do restante da sociedade e, principalmente, de outros sujeitos envolvidos no universo da cura. A criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, em 1919, respondeu a esses anseios. Assim, consolidou-se a formação de um grupo profissional em Belém que, a partir da associação profissional e de uma faculdade própria, estabeleceu normas, regras, padrões de conduta, uma ética que, mesmo embrionária, servia para separar o joio do trigo, definindo “bons” e “maus” profissionais e combatendo aqueles que exerciam ilegalmente a profissão.

As tentativas de coesão e a inserção social dos médicos da Sociedade Médico-Cirúrgica permitiu que esse grupo de médicos tivesse maior presença na área da saúde e nas instituições hospitalares oficiais que surgiram no Pará a partir da década de 1920. Enquanto isso, a Faculdade de Medicina do Pará tratou de formar clínicos segundo o perfil dos esculápios associados à Sociedade Médico-Cirúrgica. O compromisso com a sua ciência e a batalha pela edificação de uma ética médica, constituiu a permanente construção da identidade médica por parte desses profissionais, procurando disseminar o que consideravam como conteúdos acadêmicos adequados de mentes esclarecidas, gerados por indivíduos e civilizados a ser partilhado entre os pares.

Os relatos e a leitura dos documentos disponibilizados a esta pesquisa, apontaram que, no processo de legitimação de sua ciência por meio das entidades corporativas dos médicos, o sucesso ou fracasso dependia da impressão que os médicos deixavam de si e de sua corporação à apreciação da sociedade leiga. Por outro lado, as entidades corporativas muitas vezes expressaram conflitos, demarcando diferenças entre os esculápios paraenses sinalizando que tanto a Sociedade Médico-Farmacêutica quanto a Sociedade Médico-Cirúrgica não representavam apenas espaços de definições de identidades, mas também espaços de disputa de poder.

Com isso as práticas de cura que estivessem em desacordo aos cânones científicos seriam deslocadas ao universo mítico pelo saber médico local. Todavia, as notícias publicadas nos jornais locais e a leitura da documentação disponível ao

estudo em tela, indicam que as práticas de curas populares continuavam a fazer parte do cotidiano da sociedade paraense, e sua aceitação se estendia das camadas letradas a todos os setores da sociedade, incluindo os médicos.

Mesmo os doutores adotavam princípios terapêuticos diversos e não adotavam padrões de comportamento homogêneo, agindo de acordo com a situação ou as circunstâncias em que se encontravam. Depreende-se disso que os médicos da Sociedade Médico-Cirúrgica, ao criarem regras de conduta para sua profissão, objetivavam restringir os temas e problemas relacionados à sua ciência, à sua categoria profissional, mesmo que envolvessem a vida de terceiros.

O enraizamento dessas práticas era tão forte que, não raro, os próprios esculápios (médicos científicos) as utilizavam em seus consultórios. Prática essa oriunda de antigas tradições na história social da medicina no Pará. Ainda no século XIX, na capital paraense, a introdução dos métodos científicos de cura foi simultânea à utilização dos métodos populares para combater epidemias e até para fabricação de vacinas, com muitas semelhanças entre eles. Assim, desde o início, a busca da cura colocava em disputa diferentes práticas e cura, oriundas de diferentes setores da sociedade.

Desta forma, a tentativa de institucionalizar a medicina acadêmica, representaria a sobreposição ou a hegemonia da medicina acadêmica em relação às outras artes de curar verificadas na região. Algumas dessas práticas foram enquadradas pela Sociedade Médico-Cirúrgica como exercício ilegal da medicina e foram severamente combatidas pelas autoridades. Mas, ainda assim, parte da população continuava a buscar práticas alternativas de cura.

Neste sentido, *pari passu* à consolidação do saber médico coexistiam as práticas de cura geradas no seio das camadas populares que, muitas vezes, recorria – e ainda recorre – com frequência à flora amazônica para encontrar soluções para muitos de seus males. Sendo assim, era comum o desenvolvimento de uma série de “preparados” destinados ao tratamento de diversas doenças. Estes, muitas vezes, eram anunciados em periódicos importantes da região, dividindo espaço com os xaropes, os vinhos, as pílulas e as cápsulas desenvolvidas pelos médicos acadêmicos.

O enraizamento dessas práticas na cultura popular da região era tão evidente que se constituiu num dos principais fatores explicativos da intolerância popular à vacina entre outras profilaxias e terapêuticas encaminhadas pelo poder

público. Assim, a prática repressiva foi o único caminho encontrado pelas autoridades para garantir o cumprimento de suas políticas públicas, da mesma forma que a Sociedade Médico-Cirúrgica reprimia o que denominava de charlatanismo médico.

Enfim, entre histórias marcadas e cruzadas por caminhos diferentes, a busca da cura na história social da medicina no Pará se estabeleceu em meio à relação entre a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e as outras práticas terapêuticas, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, amalgamando experiências na mediação entre a institucionalidade e a construção da identidade médica, sob lógicas e tradições próprias, mas com interesse comum em seu “fazer-se” enquanto categoria profissional. Assim, um longo caminho foi percorrido no sentido da institucionalização da medicina acadêmica em Belém, mas essa prática profissional legalmente institucionalizada precisava ainda ser legitimada. Nesse caso, outro longo caminho histórico a percorrer e desvelar.

7 Bibliografia

7.1 Fontes

Documentos da Faculdade:

ESCOLA DE FARMÁCIA DO PARÁ. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Dicionário Histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <<http://www.dichistoria-saude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escarpa.htm>>. Acesso em 21 de novembro de 2011.

FACULDADE DE MEDICINA DE BELO HORIZONTE. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Dicionário Histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <<http://www.dichistoria-saude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/facmedmg.htm>>. Acesso em 21 de novembro de 2011.

FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Dicionário Histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <<http://www.dichistoria-saude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/facmedcirp.htm>>. Acesso em 21 de novembro de 2011.

FACULDADE DE MEDICINA DO RECIFE. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Dicionário Histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <<http://www.dichistoria-saude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/facmedrec.htm>>. Acesso em 21 de novembro de 2011.

FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. **Regimento Interno: mandado adotar na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará**. Belém: Typ. Gutemberg, 1926.

FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ. Conselho Técnico Administrativo. **Livro de Atas**, 9 fev. 1933.

_____. **Estatutos**. Belém, Typ. Da Livraria Gillet, 1933^a, 48p.

_____. **Livro de Atas de posse de 1919**, Belém, Ata de 3 de abril de 1919^a.

_____. **Livro de Nomeação dos professores 1919-1949**, Belém, 1950.

_____. **Livro de Ofícios Expedidos**. Belém, 1923a.

_____. **Livro de Ofícios Expedidos**. Belém, 1925b.

_____. **Regimento Interno: aprovado pela Congregação em 4 de janeiro de 1924**. Belém: Typ. da Livraria Gillet, 1924b.

_____. **Trechos de Relatórios Apresentados à Congregação**. Belém, Typ. da Gillet, 1923b.

Leis e Decretos:

BRASIL, **Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911**. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Diário Oficial. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicacoes.action?id=58698>>. Acesso em: 14 out. 2011.

BRASIL, **Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915**. Diário Oficial. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicacoes.action?id=52597>>. Acesso em: 14 out. 2011.

BRASIL, **Decreto nº 16.782, de 13 de janeiro de 1925**. Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

Periódicos:

- Jornais:

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Importantíssima Cura pela Hidroterapia, 24/08/1897, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Hidroterapia, 03/09/1897, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. 02/02/1898, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Major: suspeitas de assassinato, 18/09/1898, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Uma Dolorosa Desgraça, 04/04/1902, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Opiniões: os práticos de farmácia, 6/04/1902, p.1.

FOLHA DO NORTE. Saúde Pública, 20/10/1904, p. 1.

FOLHA DO NORTE. No Domínio do Maravilhoso: o professor Faustino, a cura pela imposição das mãos, 13/11/1904, p. 1.

FOLHA DO NORTE. Exploração com a Crendice Popular. 12/12/1904, p.1.

FOLHA DO NORTE. A Visita de Oswaldo Cruz, 11/11/1905, p. 1.

FOLHA DO NORTE. A Faculdade de Medicina: seu corpo docente, 15/01/1919, p. 1.

FOLHA DO NORTE. A Faculdade de Medicina do Pará, 18/01/1919, p. 1.

FOLHA DO NORTE. 23/01/1919, p. 1.

FOLHA DO NORTE. Pajelança, em Nome de Santa Bárbara: um alfaiate que estica, 27/01/1919, p. 3.

FOLHA DO NORTE. A Pajelança em Belém: uma sessão que termina na polícia, 31/01/1919, p. 3.

FOLHA DO NORTE, 11/03/1919, p. 1.

FOLHA DO NORTE, 22/03/1919, p. 1.

FOLHA DO NORTE, 09/04/1919, p. 1.

FOLHA DO NORTE. A Faculdade de Medicina do Pará: o corpo docente, 09/04/1919, p. 1.

FOLHA DO NORTE. Um Contista de Vigário Moderno, 22/04/1919, p. 1.

FOLHA DO NORTE. A Cura da Lepra pelo Assacú, 01/07/1921, p. 1.

FOLHA DO NORTE. Multas em Todos, 03/07/1921, p. 1.

FOLHA DO NORTE. A Lepra: modernos estudos sobre seu tratamento e profilaxia, 04/07/1921, p. 1.

FOLHA DO NORTE. Nota, 05/07/1921, p. 1.

FOLHA DO NORTE. Uma Queixa do Charlatão Mamerto, 05/07/1921, p. 2.

FOLHA DO NORTE. O Leite do Assacú, 06/07/1921, p. 1.

FOLHA DO NORTE. A Queixa do Charlatão, 08/07/1921, p. 2.

FOLHA DO NORTE. Tratamento pela água, 10/07/1921, p. 2.

FOLHA DO NORTE. O Específico da Lepra, 24/07/1921, p. 1.

FOLHA DO NORTE. Ainda a Polêmica sobre a Cura da Lepra, 29/07/1921, p. 1.

FOLHA DO NORTE. Na Ciência e na Vida, 02/08/1921, p. 1.

FOLHA DO NORTE. A Lepra: várias tentativas de cura, 02/08/1921, p. 1.

FOLHA DO NORTE. A Cirurgia em Belém, 04/12/1921, p. 1.

FOLHA DO NORTE. Faculdade de Medicina: por uma nova sede, 07/01/1923, p. 2.

FOLHA DO NORTE. Doutores Haja..., 21/01/1923, p. 2.

FOLHA DO NORTE. Camillo Salgado, 25/09/1923, p. 5.

FOLHA DO NORTE. A Faculdade de Medicina Prepara-se para a Equiparação Oficial, 18/03/1924, p. 1.

FOLHA DO NORTE. O Processo Voronoff, 11, 12, 13/09/1924, p. 1.

FOLHA DO NORTE. A Inspeção Paranhos ao Norte, 07/10/1926, p.2.

FOLHA DO NORTE. O Barão de Anajás, 03/08/1929, p. 5.

FOLHA DO NORTE. Camillo Salgado, 03/03/1938, p. 1.

FOLHA DO NORTE. O Desaparecimento do Dr. Camilo Salgado, 28/04/1938, p.1.

O ESTADO DO PARÁ, 05/01/1919, p. 3.

O ESTADO DO PARÁ, 08/01/1919, p. 3.

O ESTADO DO PARÁ, 11/01/1919, p. 3.

O ESTADO DO PARÁ. Pajelança na Pedreira, 29/01/1919, p. 4.

O ESTADO DO PARÁ, 25/02/1919, P. 1.

O ESTADO DO PARÁ. Faculdade de Medicina do Pará, 03/05/1919, p. 1.

- O ESTADO DO PARÁ, 01/03/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ, 15/03/1919, p. 3.
- O ESTADO DO PARÁ, 21/03/1919, p. 3.
- O ESTADO DO PARÁ, 27/03/1920, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. Samuel Hahnemann, 09/04/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. Homeopatia e Espiritismo: carta aberta ao Dr. Zacheu Cordeiro, 11/06/1919, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. Os Fenômenos Espíritas, 13/06/1919, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. Intoxicação pelo Assacú, 20/04/1920, p. 2.
- O ESTADO DO PARÁ. O Espiritismo e a Ciência, 20/01/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. Um Repto Espírita, 06/02/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. Entrevista com Manoel Quintão, 24/02/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. Curas Mediúnicas: uma operação cirúrgica feita pelos espíritos, 09/05/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ, 23/05/1921, p. 3.
- O ESTADO DO PARÁ, 23/06/1921, p. 3.
- O ESTADO DO PARÁ. Revolta dos Leprosos, 01/07/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. Campanhas Dignas, 01/07/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. Ainda o Assacú e a Homeopatia, 01/07/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. Odisseia d'um morfético, 02/07/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. A Folha do Norte e o Dr. Mamerto Cortes, 02/07/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. Reptos e Charlatães, 04/07/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. A Cura da Lepra pelo Assacú, 07/07/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ, 11/07/1921, p. 3.
- O ESTADO DO PARÁ. Carta Aberta ao Dr. Camillo Salgado, 28/07/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. A Obra de um Gênio: a homeopatia, 29/07/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. O Papel e o Lugar da Homeopatia na Ciência Médica, 07/08/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. A Palavra de um Sábio, 14/08/1921, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ, 22/03/ 1922, p. 1.
- O ESTADO DO PARÁ. Uma Iniquidade, 13/04/1922.
- O ESTADO DO PARÁ. Faculdade de Medicina do Pará: o seu novo prédio, 02/06/1923, p. 1.

O ESTADO DO PARÁ. A Nova Sede da Faculdade de Medicina do Pará, 03/06/1923, p. 1.

O ESTADO DO PARÁ, 25/08/1924, p. 4.

O ESTADO DO PARÁ. Tuchauas de Minha Taba, 15/08/1926, p. 1.

O ESTADO DO PARÁ. O Barão de Anajás, 03/08/1929, p. 1.

O ESTADO DO PARÁ. Camillo Salgado, 03/03/1938, p. 4.

-Revistas:

A SEMANA. Nº 197, 14/01/1922.

_____. Nº 208, 08/04/1922.

_____. Nº 216, 03/06/1922.

_____. Nº 219, 24/06/1922.

_____. Nº 234, 14/10/1922.

_____. Nº 237, 04/11/1922.

_____. Nº 239, 18/11/1922.

_____. Nº 250, 03/02/1923.

_____. Nº 254, 03/03/1923.

_____. Nº 256, 17/03/1923.

_____. Nº 265, 19/05/1923.

_____. Nº 266, 24/05/1923.

_____. Nº 270, 23/06/1923.

_____. Nº 272, 07/07/1923.

_____. Nº 274, 21/07/1923.

_____. Nº 277, 11/08/1923.

_____. Nº 300, 19/01/1924.

_____. Nº 329, 09/08/1924.

_____. Nº 332, 30/08/1924.

_____. Nº 338, 11/09/1924.

_____. Nº 384, 29/08/1925.

_____. Nº 391, 19/10/1925.

PARÁ-MÉDICO. Belém, a. 1, n. 1, nov. 1900.

_____. Belém, a. 1, n. 3, jan. 1901.

_____. Belém, a.1, v. 1, 1915.

- _____. Belém, a. 2, v. 2, 1916.
- _____. Belém, a.3, v. 1, n. 5, p. 242, ago. 1917.
- _____. Belém, a. 3, v. 2, n. 10, p. 318, set. 1922.
- _____. Belém, a. 8, v. 2, n. 10, p. 318, set. 1922.
- _____. Belém, a. 8, v. 2, n. 10, p. 205-228, set. 1922.
- _____. Belém, a. 8, v. 3, n. 10, set. 1922.
- _____. Belém, a. 8, v. 3, n. 10, p. 364, set. 1922.
- _____. Belém, a. 13, v. 3, ago. 1926.

Relatórios:

PARÁ, 1891. Mensagem dirigida pelo Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 20/10/1911.

PARÁ, 1892. Mensagem dirigida pelo Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 20/10/1911.

PARÁ, 1893. Mensagem dirigida pelo Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 20/10/1911.

PARÁ, 1894. Mensagem dirigida pelo Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 20/10/1911.

PARÁ, 1895. Mensagem dirigida pelo Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 20/10/1911.

PARÁ, 1896. Mensagem dirigida pelo Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 20/10/1911.

PARÁ, 1897. Mensagem dirigida pelo Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 20/10/1911.

PARÁ, 1898. Mensagem dirigida pelo Governador José Paes de Carvalho ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 30/10/2011.

PARÁ, 1899. Mensagem dirigida pelo Governador José Paes de Carvalho ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 30/10/2011.

PARÁ, 1900. Mensagem dirigida pelo Governador José Paes de Carvalho ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 30/10/2011.

PARÁ, 1901. Mensagem dirigida pelo Governador José Paes de Carvalho ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 30/10/2011.

PARÁ, 1902. Mensagem dirigida pelo governador Augusto Montenegro ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 04/11/2011.

PARÁ, 1903. Mensagem dirigida pelo governador Augusto Montenegro ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 04/11/2011.

PARÁ, 1904. Mensagem dirigida pelo governador Augusto Montenegro ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 04/11/2011.

PARÁ, 1905. Mensagem dirigida pelo governador Augusto Montenegro ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 04/11/2011.

PARÁ, 1906. Mensagem dirigida pelo governador Augusto Montenegro ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 04/11/2011.

PARÁ, 1907. Mensagem dirigida pelo governador Augusto Montenegro ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 04/11/2011.

PARÁ, 1908. Mensagem dirigida pelo governador Augusto Montenegro ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 04/11/2011.

PARÁ, 1909. Mensagem dirigida pelo Governador João Antônio Luiz Coelho ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 18/11/2011.

PARÁ, 1910. Mensagem dirigida pelo Governador João Antônio Luiz Coelho ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 18/11/2011.

PARÁ, 1911. Mensagem dirigida pelo Governador João Antônio Luiz Coelho ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 18/11/2011.

PARÁ, 1912. Mensagem dirigida pelo Governador João Antônio Luiz Coelho ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 18/11/2011.

PARÁ, 1913. Mensagem dirigida pelo Governador Enéas Martins ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 15/01/2012.

PARÁ, 1914. Mensagem dirigida pelo Governador Enéas Martins ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 15/01/2012.

PARÁ, 1915. Mensagem dirigida pelo Governador Enéas Martins ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 15/01/2012.

PARÁ, 1916. Mensagem dirigida pelo Governador Enéas Martins ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 15/01/2012.

PARÁ, 1917. Mensagem dirigida pelo Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 18/01/2012.

PARÁ, 1918. Mensagem dirigida pelo Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 18/01/2012.

PARÁ, 1919. Mensagem dirigida pelo Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 18/01/2012.

PARÁ, 1920. Mensagem dirigida pelo Governador Lauro Sodré ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 18/01/2012.

PARÁ, 1921. Mensagem dirigida pelo Governador Antônio Emiliano de Sousa Castro ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 28/01/2012.

PARÁ, 1922. Mensagem dirigida pelo Governador Antônio Emiliano de Sousa Castro ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 28/01/2012.

PARÁ, 1923. Mensagem dirigida pelo Governador Antônio Emiliano de Sousa Castro ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 28/01/2012.

PARÁ, 1924. Mensagem dirigida pelo Governador Antônio Emiliano de Sousa Castro ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 28/01/2012.

PARÁ, 1925. Mensagem dirigida pelo Governador Dionysio Ausier Bentes ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 28/01/2012.

PARÁ, 1926. Mensagem dirigida pelo Governador Dionysio Ausier Bentes ao Congresso Legislativo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 28/01/2012.

Outros:

ARAUJO, H. C Souza. **A Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas no Estado do Pará**. Belém, Livraria Clássica, 1922..

ARCE, Julián. Carta ao presidente da Comissão Organizadora do 5º Congresso Médico Latino-americano. **La Crónica Médica**, Lima, ano 30, n.581, p.86-89. 15 mar. 1913.

BIARD, François Auguste. **Deux annés au Brésil**. Paris: Hachette, 1862.

BRAGA, Theodoro. **Noções de Corografia do Estado do Pará**. Belém: empresa gráfica Amazônia, 1919.

CHAGAS, Carlos. Aula inaugural da cadeira de medicina tropical (14 set. 1926). In: Chagas, Carlos. **Discursos e conferências**. Rio de Janeiro: A Noite. 1935.

FERRO E SILVA, Raymundo. **A cura radical da Hydrocele Vaginal pelo processo Camilo Salgado**. These de Doutorado. Cadeira de Clínica Cirúrgica. Belém. Livraria Escolar, 1926.

LOBÃO JUNIOR, Eduardo de Léger. **Cavacos médicos (Clinico-Therapeuticos)**. Belém-Pará: Seção de Obras d'A Província do Pará.

PARÁ. Annaes da Câmara dos Deputados do Pará: sessão ordinária da 2ª legislatura. v. 4. Pará: Imprensa Oficial, 1894. pp.182-183.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado, 2º Distrito da Capital, Diversos, fls. 3-13.

PEIXOTO, A. O problema sanitário da Amazônia. **RBR**, v.7, n.28, p.411, abr.1918.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ. **Relatório do Biennio de 1923-1924**. Belém: Livraria Clássica, 1923.

7.2 Referências Bibliográficas

ABREU JR, José Maria de Castro & MIRANDA, Aristóteles Guillioud de. **Memória Histórica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (1919-1950)**. Belém: UFPA, 2009.

ADLER, Robert. **Médicos Revolucionários: de Hipócrates ao genoma humano**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

ALDEN, Dauril e MILLER, Joseph. Out of Africa: The Slave Trade and the Transmission of Smallpox to Brazil, 1560-1831. **Journal of Interdisciplinary History**, v. 18, n. 2, p. 195-224, 1987.

ALDEN, Dauril & MILLER, Joseph. *Unwanted cargoes: the origins and dissemination of smallpox via the slave trade from África to Brazil, c. 1560-1830*. In: KIPLE, Kenneth, ed. **The African exchange: toward a biological history of black people**. Durham e Londres: Duke University Press, 1987.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Marta de. Circuito aberto: idéias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.13, n.3, p.733-757. 2006.

AMARAL, Alexandre de Souza. **Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904-1911)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral.: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: FAPESP, 1999.

ARCE, Julián. La medicina tropical: lección inaugural. **La Crónica Médica**, Lima, ano 33, n.640, p.239-248. 1916.

ARNOLD, David. **Imperial Medicine and Indigenous Societies**. Manchester: Manchester University Press. 1988.

ATHANASSOULIS, Nafsika. **Philosophical reflections on medical ethic**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Belém: Santos e Santos, 1839.

BECKMANN, Clodoaldo F. R. A Medicina no Pará no início do século XX e a instituição do ensino médico. **Rev. Cult. Pará**, Belém, v. 14, n. 2, p. 129-264, jul. 2003.

_____. **Apontamentos para a História da Universidade Federal do Pará**. In: BECKMANN, Clodoaldo F. R. et al (coord.). Anais do Simpósio sobre a História da Ciência e da Tecnologia no Pará. Belém: UFPA, 1985. T. 2, p. 507-509.

_____. Domingos Barbosa da Silva, o professor e o cientista. **Documentos Culturais**, 6, Belém, abr. 2006.

_____. Os Setenta Anos da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. **Rev. Cult. Pará**, Belém, v. 14, n. 2, p. 73-78, jun. 1989.

_____. Uma fonte para a história da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. **Rev. Cult. Pará**, Belém, v. 13, n. 2, p. 255-260, jul. 2002.

BECKMANN, Clodoaldo F. R.; CORREA, Rogério Campos (Org.). **Odontologia 90 anos**. Belém: EDUFPA, 2005.

BELTRÃO, Jane Felipe. Alopatria, Arte Oficial de Curar: disputas em tempo de cólera no Grão-Pará. In: ALVES, José Jerônimo (org). **Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004

_____. **Cholera and people "of color" or access to public health care in 19th-century Brazil**. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312004000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 Mar 2008.

_____. **Cólera – O Flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

BENCHIMOL, Jaime. **Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 1999.

BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENTHAM, J. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. col. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. **Deontology: together with a table of the springs of action; and the Article os Utilitarianism.** Volume organizado por Armon Goldworth. Oxford: Clarendon Press, 1983.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BEZERRA NETO, José Maia. "Arthur nas Forjas da História". A Contribuição de Arthur Vianna para a historiografia paraense. In: FONTES, Edilza Joana de Oliveira & BEZERRA NETO, José Maia (orgs). **Diálogos entre História, Literatura & Memória.** Belém: Paka-Tatu. 2007.

_____. **Escravidão negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX).** Belém: Paka-Tatu, 2001.

BEZERRA NETO, José Maia & GUZMÁN, Décio **Terra Matura: Historiografia e História Social na Amazônia.** Belém: Paka -Tatu, 2002.

BORDALO, Alípio Augusto Barbosa. **A misericórdia paraense ontem e hoje.** Belém: Gráfica Sagrada Família, 2000.

BORDALO, Alípio Augusto Barbosa; BICHARA, Carlos David Araújo; PANDOLFO, Sérgio Martins (org.). **A Sociedade Médico-Cirúrgica e a Medicina no Pará.** Belém: 2002.

BORGES, Ricardo. **O Pará Republicano 1824-1929: ensaio histórico.** Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

BORGES, Ricardo. **O Pará Republicano, 1824 – 1929, Ensaio Histórico.** Conselho Estadual de Cultura. Belém, 1983.

_____. **Vultos Notáveis do Pará.** 2 ed. Belém: CEJUP, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico.** In: Ortiz, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia.* São Paulo: Ática. p.122-155. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). 1983.

BRESCIANI, Maria Stella. A Cidade das Multidões, a Cidade Aterrorizada. In: PECHAMAN, R (org). **Olhares Sobre a Cidade.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

_____. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v.6, n.11, set. 1985/fev. 1986, p. 7-44.

_____. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, M.S.(Org.) **Palavras da Cidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 343-63.

_____. **Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX).** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.5, n.8/9, set. 1984/abril 1985, p.35-68.

BRUNO, Ernani da Silva. **História e Tradições da Cidade de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BYNUM, W. F. & PORTER, Roy (eds). **Companion Encyclopedia of the history of medicine.** 2 vols. London: Routledge, 1993.

CALACA, Carlos Eduardo. Capítulos da história social da medicina no Brasil. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*[online]. 2005, vol.12, n.2, p. 557-566. ISSN 0104-5970. doi: 10.1590/S0104-59702005000200022. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-9702005000200022&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 mar, 2009.

CAMARGO, Luis. As “bexigas” e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. *Revista eletrônica do arquivo do estado*, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao28/materia03/>>. Acesso em: 29 jan, 2009.

CANCELA, Cristina Donza. **Adoráveis e Dissimuladas.** Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817).** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que Não Foi.** 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

CARVALHO, Maria Alice R. de & LIMA, Nísia Verônica. O Argumento Histórico nas Análises de Saúde Coletiva. In: FLEURY, Sonia (org.) **Saúde Coletiva?Questionando a Onipotência do Social.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

CHAGAS FILHO, Carlos. **Meu pai.** Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. 1993.

CHALHOUB, Sidney. et al. (org.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

_____. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, Lar e Botequim**. 2.ed. São Paulo: editora da Unicamp, 2001.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, 2006.

COHEN, Gerald. **Karl Marx's theory of history: a defence**. Princeton: Princeton University Press, 1978.

COSTA, Carlos Alberto Amaral. **Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

COSTA, Éden Moraes da. De Médico a Santo Popular: a devoção ao doutor Camilo Salgado em Belém do Pará. **Revista Estudos Amazônicos**, vol. V, nº 2, pp. 47-73. 2010.

_____. **Médico de Ontem e de Hoje: ciência, fé e santidade no culto a Camilo Salgado (1874-1938) em Belém do Pará**. 2004. 102p. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Belém, 2004.

COSTA, Magda. **Caridade e Saúde Pública em Tempo de Epidemias . Belém 1850-1890**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

CRUZ, Ernesto. **Monumentos de Belém**. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1945. v. 1.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. v. 1. Belém: UFPA, 1963.

CUETO, Marcos. Medicine in the past: the history and the historian's profession. Interview with Roy Porter. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, Apr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702002000100010&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 24 abr 2009.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. A Implantação das Ciências no Brasil – Um Debate Historiográfico. In: ALVES, José Jerônimo de Alencar Alves (org). **Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

DIAS, Antonio. Gonçalves. **Dicionário da Língua Tupy: chamada língua geral dos índios do Brasil**. Lipsia: F. A. Brockhaus. 1858.

DIAS, Edinéa Mascarenhas. **Manaus (1890- 1910): a ilusão do Fausto**. Manaus: Valer, 1999.

DIAS, Leônidas Braga. **Periódicos médicos e paramédicos publicados em Belém do Pará**. Anais da Academia Paraense de Medicina, Belém, v. 7, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EDLER, Flavio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos** [online]. 2002, vol.9, n.2, pp. 357-385. ISSN 0104-5970. doi: 10.1590/S0104-59702002000200007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702002000200007> Acesso em 22 mar 2009.

EDLER, Flávio. **A Constituição da Medicina Tropical no Brasil Oitocentista: da climatologia à parasitologia médica**. Tese (Doutorado) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1999.

EDLER, Flávio Coelho; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. **História da educação médica no Brasil: culturas e instituições**. 18/09/2000. Curso Pré-Congresso. XXXVIII Congresso Brasileiro de Educação Médica e X Fórum Nacional de Avaliação do Ensino Médico. Petrópolis, 2000.

_____. A formação médica e o nascimento da anatomoclínica. **Boletim ABEM**, Rio de Janeiro, v. XXIX, n. 4, p. 8-9, jul./ago. 2001.

_____. O surgimento da medicina experimental e reforma curricular. **Boletim ABEM**, Rio de Janeiro, v. XXX, n. 1/2, p. 8-9, jan./abr. 2002.

FARIA, Raimundo Nogueira de. **Trabalho dos Mortos**. 6.ed. Rio de Janeiro: FEB, 2002.

FARLEY, John. Parasites and the germ theory of disease. In: Rosenberg, Charles; Golden, J. (Ed.). **Framing diseases: studies in cultural history**. New Jersey: Rutgers University Press, 1992, p.33-49.

FERNANDES, Tânia Maria. **Vacina Anti-variólica: ciência, técnica e poder dos homens**. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 1999.

_____. **Imunização Anti-variólica no Século XIX: inoculação, variolização, vacina e revacinação**. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 2003.

FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos". In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

FERREIRA, Pablo. **Varíola**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=310&sid=6>>. Acesso em: 23/04/2006.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Esculápios Bélicos: a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e as efemérides cívicas da nação brasileira, 1914-1922. **Documentos Culturais**, Belém, v. 7, n. 1, p. 41-50, 2006a.

_____. Anfiteatro da Cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX. In: BELTRÃO, Vera; CHALHOUB, Sidney; SAMPAIO, Gabriela; SOBRINHO, Carlos (org). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social**. 1.ed. Campinas: Unicamp, 2003, p. 273-304.

_____. Assim eram os gafanhotos, pajelança e confrontos culturais na Amazônia do início do século XX. In: MAUÉS, Raimundo Heraldo & VILLACORTA, Gisela Macambira (org). **Pajelanças e religiões africanas na Amazônia**. Belém, Edufpa, 2006b, p.52-102.

_____. Pajés, Médicos e Alquimistas: uma discussão em torno de ciência e de magia no Pará oitocentista. **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**. Belém, 1993, v.12, n.1-2. p. 41-54.

_____. Quem eram os Pajés Científicos? Trocas simbólicas e confrontos culturais na Amazônia, 1880-1930. In: FONTES, Edilza (org). **Contando a História do Pará: diálogos entre a história e a antropologia**. Belém: E. Motion, 2002, v. 3, p. 55-86.

FONTES, Edilza & BEZERRA NETO, José. **Diálogos entre História, Literatura & Memória**. Belém: Paka-Tatu, 2007.

FONTES, Edilza. O Paraíso Chama-se Pará: o álbum Pará em 1900e a propaganda para atrair imigrantes. In: BEZERRA NETO, José & GUZMÁN, Décio. **Terra Matura**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

FOUCAULT, Michael. **O Nascimento da Clínica**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

FREITAS, Octavio de. **História da Faculdade de Medicina do Recife 1895-1943**. Recife: Imprensa Oficial Recife, 1944.

GINZBURG, Carlo. **A Micro – História e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GOMES, Mércio Pereira. **Os Índios e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GUALTIERI, Regina. A Amazônia sob Olhares Evolucionistas: a ciência do museu paraense (1894-1914). In: ALVES, José Jerônimo (org). **Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

GUIMARÃES, M. R. Chernoviz e os Manuais de Medicina Popular no Império. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 2. Pp. 501-14, mai-ago. 2005.

HALL, Stuart. **En defensa Historia popular y teoría social de la teoría**. In: SAMUEL, Raphael (org.). Barcelona: Crítica, 1984.

HENDERSON, Donald A. **The miracle of vaccination**. 1997, Notes and Records of the Royal Society of London, vol. 51, nº 2.

JAY, Martin. **Force fields**. Salmagunchi, n. 81, inverno 1989.

JENNER, Edward. **Vaccination against Smallpox**. Amherst: Prometheus Books, 1966.

JOHNSON, Richard. Contra el Absolutismo. In: SAMUEL, Raphael (org.). **Historia Popular y Teoría Social**. Barcelona: Crítica, 1984.

JOHNSON, Richard. Thompson, Genovese and socialist humanist history. **History Workshop Journal**, n. 6, outono 1978.

KELNER, Salomão et al. **História da Faculdade de Medicina do Recife 1915-1985**. Recife: UFPE-CCS, 1985.

KIRK, Neville. History, language ideas and post-modernism. In: **Social History**, v. 19, n. 2: 1994.

KROPF, Simone Petraglia. **Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2009.

KROPF, Simone Petraglia. **Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

KROPF, Simone; LACERDA, Aline. **Carlos Chagas, um cientista do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2009.

LACAZ, Carlos da Silva. **Faculdade de Medicina: Reminiscências, Tradição, Memória da minha Escola**. São Paulo; Atheneu, 1985. Press, 1999.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História) –, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Por Amor às Cidades: Conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LIMA, Araújo. **A Exportação Amazônica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

LINDEMANN, Mary. **Medicine and Society in Early Europe**. Cambridge: Cambridge University.

LOBÃO, Antônio. **Prefácio**. Documentos Culturais, Belém, v. 6, abr. 2006.

LÖWY, Ilana. **Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Roberto. et.al. **Danação da Norma: medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MEIRA, Clóvis Olinto de Bastos. **E o tempo passou**. Belém: Grafisa, 1990.

_____. **Medicina de Outrora no Pará**. Belém: Grafisa, 1986a.

_____. **Médicos de Outrora no Pará**. Belém: Grafisa, 1986b.

_____. **Vultos e memórias do eterno**. Belém: Grafisa, 1989.

MCCULLOUGH, Laurence B. **John Gregory and the invention of professional medical ethics and the profession of medicine**. Boston: Kluwer Academic, 1998.

MOREIRA, Eidorfe. **O Primeiro Romance Belenense**. “A Província do Pará”, 27 de maio de 1984, 2º caderno.

MORELLI, Armando. **Camilo Salgado. Anais da Academia Paraense de Medicina**. Belém, v. 2, p. 22-34, 1991.

MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia**. Belém: Secult, 1989.

NAIRN, Tom. A classe trabalhadora de Inglaterra. In: BLACKBURN, Robin (ed.). **Ideologia na Ciência Social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NETO, Lira. **O poder e a peste Fortaleza**. Fundação Demócrito Rocha, 1999.

NUNES, Ronaldo Acatauassú. **O professor Dr. Antônio Acatauassú Nunes Filho e a microbiologia**. Anais da Academia Paraense de Medicina. Belém, v. 4, 1993.

PECHMAN. Robert. M.. O Urbano Fora do Lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: RIBEIRO. Luiz Cesar de Q. & PECHMAN. Robert. **Cidade, Povo e Nação. Gênese do Urbanismo Moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996. p.331-62.

PEREIRA, Leonardo. **As Barricadas da Saúde – Vacina e Protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. **Paisagens Urbanas: fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)**. Belém, 2006. Dissertação

(Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PEARD, Julián. Medicina tropical en el Brasil del siglo XIX: la Escuela Tropicalista Bahiana (1860-1890). In: Cueto, Marcos (Org.). **Salud, cultura y sociedade en América Latina: nuevas perspectivas históricas**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos; Organización Panamericana de la Salud. p.31-52. 1996.

PEREIRA NETO, André de Faria. **Ser médico no Brasil: o presente no passado**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

PETER, Jean-Pierre & REVEL, Jacques. **O Corpo: o homem doente e sua história. História: novos objetos**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

PORTER, Dorothy, & PORTER, Roy (ed). **The Codification of medical morality: historical and philosophical studies of the formalization of Western medical morality in the nineteenth centuries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1995.

PORTER, Roy & WEAR, Andrew (ed). **Problem and methods in the history of medicine**. Nova Iorque: Croom Helm, 1987.

PORTER, Dorothy & PORTER, Roy (eds). **The Codification of medical morality: historical and philosophical studies of the formalization of Western medical morality in the nineteenth centuries**. Dordrecht: Kluwer Academic publishers, 1995.

PORTER, Roy. Perplexo com palavras difíceis: os usos do jargão médico . In. BURKE, Peter & PORTER, Roy (Org.). **Línguas e Jargões: contribuições para uma história social da linguagem**. São Paulo: UNESPE, 1997.

_____. (org.). **história ilustrada da medicina**. Cambridge: Revinter, 2001.

_____. (org.). **Línguas e Jargões: contribuições para uma história social da linguagem**. São Paulo: UNESPE, 1997, pp. 57-83.

_____. **The greatest benefit to Mankind: a medical history of Humanity**. Nova York, 1999 Londres W. W. Norton & Company.

_____. **The patient's view: doing medical history from below**. Theory and society. Vol. 14, nº 2, mar, 1985, pp. 175-198.

PORTER, Roy; WAER, Andrew (eds). **Problem and Methods in the History of Medicine**. New York: Croom Helm, 1987.

PORTO et all (org.), Angela. **História da saúde no Rio de Janeiro. Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Rio de Janeiro: Ed.FIOCRUZ, 2008.

QUEVEDO, Emilio et al. Knowledge and power: the asymmetry of interests of Colombian and Rockefeller doctors in the construction of the concept of 'jungle yellow fever' (1907-1938). **Canadian Bulletin of Medical History**, Ontario, v.25, n.1, p.71-109. 2008.

RAMINELLI, Ronald. **Depopulação na Amazônia Colonial**. XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1998, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 1998.

RASMUSSEN, Anne. L'hygiène en congrès (1852-1912): circulation et configurations internationales. In: Bourdelais, Patrice (Dir.). **Les hygiénistes: enjeux, modèles et pratiques**. Paris: Belin. p.213-239. 2001.

REGO, Clóvis Silva de Moraes. **Subsídios para a história do colégio Estadual Paes de Carvalho**. Belém: Edufpa, 2005.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Retratos de Belém III, Séc XIX**. nº XII. Belém: 1940.

RIBEIRO, Maria Alice. **História Sem Fim... inventário da saúde pública**. São Paulo, 1880-1930. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

RITZMANN, Iraci Gallo. **Belém: Cidade Miasmática**. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Esculápios Tropicais: A Institucionalização Da Medicina No Pará, 1889-1919**. Belém, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

ROQUE, Ricardo. Sementes Contra a Varíola: Joaquim Vás e a tradução científica das pevides de bananeira brava em Goa, Índia (1894-1930). **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, vol. 11 (suplemento 1): 183-222, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11s1/09.pdf>>. Acesso em : 09 Mar 2008.

SÁ, Magali Romero. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** v.11 n.4 supl.0 São Paulo dez. 2008.

SALLES, Pedro. **História da Medicina no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2004.

SAMPAIO, Gabriela. **Nas Trincheiras da Cura: As Diferentes Medicinas no Rio de Janeiro Imperial**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

SANTANA, Verônica Ferreira; PONTES, Demóstenes de L; BARBOSA, Jonas da C. **Espiritismo no Pará: 100 anos da União Espírita Paraense**. Belém: UEP, 2006.

SANTOS, Abelardo. Camilo Salgado, o mago da cirurgia – discurso. **Revista de Cultura do Pará**, Belém, ano 4, n. 14-15, jan./jun. 1974.

SANTOS, Luiz Antonio Castro. A reforma sanitária “pelo alto”: o pioneirismo paulista no início do século XX. **Revista de Ciências Sociais**, 1993, 36(3), 361-92.

_____. O pensamento sanitarista na primeira república: uma ideologia de construção da nacionalidade. **Revista de Ciências Sociais**, 1985, 28(2), 193-210.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870 - 1912)**. 2.ed. Belém: Paka -Tatu, 2000.

_____. Fincando uma Tradição Colonial na República: Arthur Vianna e Antônio Lemos. In: BEZERRA NETO, J. M. & Guzmán, D. de A (orgs.). **Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

_____. **Memórias do Velho Intendente Antonio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-tatu, 2002.

SILVA, Marcia Regina Barros da. O ensino médico em São Paulo e a criação da Escola Paulista de Medicina. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.VIII, n.3, set./dez/2001, 543-568.

_____. **O mundo transformado em laboratório: ensino e produção de conhecimento em São Paulo de 1889 a 1933**. Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2003.

_____. O Processo de Urbanização Paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna. **Revista Brasileira de História**. v.27, n.53. p. 244-266. São Paulo. 2007.

_____. Saúde e Instrução em São Paulo na Primeira República: projetos de modernização. Mneme – **Revista de Humanidades**. Dossiê Histórias da Saúde e da Doença, org. André Mota e Iranilson Buriti. Caicó (RN), v. 7, n. 17, ago/set. 2005.

SILVA, Renato Ferreira da. **Da Pharmacia a Farmácia. Universidade Federal do Pará 100 anos de História**. Belém: EDUFPA, 2003.

SOUZA, Altamir. **Apontamentos para a História do Instituto de Educação do Pará**. Belém: s. ed., 1972.

STEPAN, Nancy. **Picturing tropical nature**. London: Reaktion Books. 2001.

STRONG, Richard et al. Informe preliminar de la primera expedición del Departamento de Medicina Tropical de la Universidad de Harvard a Sud America. **La Crónica Médica**, Lima, ano 31, n.3, p.2-6. 1914.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Na arena de Esculápio: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913)**. S.Paulo: Editora UNESP, 2007.

TOWNSEND, Charles. A Phlebotomus the practically certain carrier of verruga. **Science**, Washington, v.38, n.971, p.194-195. 8 ago. 1913.

TOWNSEND, Charles. La titira es transmisora de la verruga. **La Crónica Médica**, Lima, n.30, p.210-211. 1913a.

TOWNSEND, Charles. The transmission of verruga by Phlebotomus. **Journal of the American Medical Association**, Chicago, v.61, n.19, p.1717-1718. 1913b

TRINDADE, José Ronaldo. **Errantes da Campina: Belém, 1880-1900**. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

TRONCA, I. **As Máscaras do Medo - Lepra e Aids**. São Paulo: editora da Unicamp, 2000.

VASCONCELOS, J. **Quem Tem Medo de Teoria**. São Paulo: Fapesp, 2005.

VERGOLINO-HENRY, Anaiza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990

VIANNA, Arthur. **As Epidemias no Pará**. 2. ed. Belém: UFPA, 1975.

_____. **A Santa Casa de Misericórdia Paraense – Notícia Histórica (1650 - 1902)**. 2.ed. Belém: SECULT, 1992.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A Pesquisa em História**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991.

VIGARELLO, George. **História das práticas de saúde – A saúde e a doença desde a Idade Média**. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar. Medicina, Religião, Magia e positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928**. Bauru: EDUSC, 1999.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850 - 1920)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.